

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PULSAÇÕES UTÓPICAS E DISTÓPICAS NOS IMAGINÁRIOS URBANOS:
a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história**

LUCIA ELENA PEREIRA FRANCO BRITO

**UBERLÂNDIA – MG
2017**

LUCIA ELENA PEREIRA FRANCO BRITO

**PULSAÇÕES UTÓPICAS E DISTÓPICAS NOS IMAGINÁRIOS URBANOS:
a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de
Doutora em História.

Linha de Pesquisa: *Política e Imaginário*.

Orientadora: Dra. Jacy Alves de Seixas.

**UBERLÂNDIA – MG
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B862p
2017

Brito, Lucia Elena Pereira Franco, 1968-
Pulsações utópicas e distópicas nos imaginários urbanos : a cidade
de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história / Lucia Elena Pereira
Franco Brito. - 2017.
269 f. : il.

Orientador: Jacy Alves de Seixas.
Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2017.30>
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Cidades e vilas - Frutal (MG) - Teses. 3.
Desenvolvimento regional - Frutal (MG) - Teses. 4. Frutal (MG) -
História - Teses. I. Seixas, Jacy Alves de. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

LUCIA ELENA PEREIRA FRANCO BRITO

**PULSAÇÕES UTÓPICAS E DISTÓPICAS NOS IMAGINÁRIOS URBANOS:
a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história**

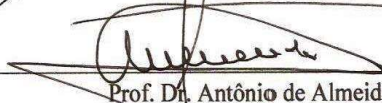
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de
Doutora em História.

Uberlândia, 13 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas – Orientadora – UFU



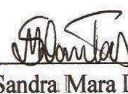
Prof. Dr. Antônio de Almeida – UFU



Prof. Dr. Gilberto César de Noronha – UFU



Profa. Dra. Marcia Regina Capelari Naxara – UNESP-Franca



Profa. Dra. Sandra Mara Dantas – UFTM

*Para **Hirondina Alves de Brito** (in memoriam),
minha doce e generosa avó – uma vivente comum dos Frutais,
que benzia crianças e encantava adultos, com a fala terna e o espírito sereno.
Às belas tardes que passamos juntas, entre um ponto e outro de crochê,
a inventariar as fotografias e a rememorar as histórias da família, até as mais secretas.
Trago comigo seu mais precioso legado: as peças do presépio, a caixa de retratos
e o cultivo das memórias partilhadas.*

AGRADECIMENTOS

*O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente
sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem
os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.*
(Mia Couto)

Esta tese nasce em minha vida, de certa forma, como um escrito tardio. Para a carreira de uma professora que atua no ensino fundamental e médio há 25 anos, o trabalho que agora finalizo pode mesmo ser considerado uma *inutilidade*. Abraçar o desafio da pesquisa sem maiores pretensões soa completamente sem sentido nesses tempos em que os ventos do produtivismo sopram vociferantes – e como! Mas talvez justamente por isso tenha sido possível apreciar cada passo da elaboração dessa *pequena e doce inutilidade*, que nasce tardia, mas com o sabor das frutas delícias dos frutais.

Despretensioso, portanto, o curso de doutorado, não propriamente planejado, começou a ser por mim concebido num reencontro de amigos. Vinte anos depois, na cidade de Uberlândia, brindávamos a amizade forte e o afeto vibrante, cultivados nos corredores da História muito antes dos vínculos se tornarem líquidos. Esta tese representa, pois, para além da aparente *inutilidade*, uma espécie de reescrita da vida.

Diante disso, tomo essas linhas não como uma mera formalidade, mas como um lugar para partilhar, de modo verdadeiro, o sentimento de gratidão com as pessoas que fazem a palavra *presença* adquirir significado pleno, não alcançado pelas entidades espaço e tempo.

É com esse espírito e com o coração aberto que agradeço à minha orientadora, Dra. Jacy Alves de Seixas. Leitora atenta e minuciosa, a querida Jacy me concedeu asas, sem nunca abrir mão do rigor da análise. Da mesma forma, meus agradecimentos se estendem ao Prof. Dr. João Marcos Alem e à Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli, pelas pertinentes e generosas sugestões no Exame de Qualificação.

À Dra. Tânia Brito, pelo convite para colaborar com a pesquisa História e Cultura da Água em Frutal. Sem dúvida nenhuma, a participação no projeto me tornou mais atenta às memórias dos moradores da cidade. A todos que contribuíram com os relatos, minha gratidão. Às

alunas Cynthia, Debora, Fernanda e ao aluno Renan, além de agradecer, devo o registro da saudade das tardes de trabalho regadas a café, descobertas, risadas e cumplicidade.

Também estão presentes neste escrito, mesmo sem saber, outros tantos estudantes de Frutal, que me concederam o privilégio de experimentar a vida como professora. A trajetória docente tornou meu olhar sensível aos múltiplos sujeitos de tão diferentes frutais. A todos que com suas (in)visíveis vivências me impulsionaram a perscrutar a cidade, o meu agradecimento.

Aos meus pais, Geraldo Brito Franco e Zilneida Pereira Franco; à minha irmã Sandra e ao meu irmão César, por dividirem comigo, de forma amorosa, todos os momentos de minha vida. Às minhas queridas sobrinhas, Letícia, Juliana e Ana Luíza, e aos sobrinhos Kenzo e Lucas, por tornarem os dias mais alegres. Ao Romero Brito, pela confiança e apoio, desde os primeiros passos nas trilhas da história.

À Juliene, irmã escolhida, pela permanente disposição em me dar colo. À Luciane Alves Passos, pelas caminhadas, alongamentos e terapias, fundamentais para que eu pudesse continuar.

À Claudia Lopes Bernardes, a *olhos de águia*, pelo apoio para decifrar as escritas misteriosas da história. À Ananda Maria Veduvoto, a *olhos d'água*, presença viva em cada linha do trabalho. Resta-me reiterar publicamente: não tenho palavras para agradecer.

Ao João Marcos, pelo empenho em manter acesa a chama, mesmo nos momentos tempestuosos.

Ao meu filho, Miguel Franco Brito, por me inspirar a *sonhar* e a *fazer andar a estrada*.

RESUMO

A presente tese objetiva compreender sentidos e valores tramados nos imaginários sociais de Frutal (MG), tomados na perspectiva das utopias/distopias urbanas, desde a recente enunciação, por dirigentes locais e estaduais, de *um novo tempo* na história da cidade, a ser supostamente construído por intermédio do projeto denominado Cidade das Águas. O estudo parte da premissa que não somente Frutal, mas as cidades, em diferentes formas e escalas, podem ser tomadas na dimensão da utopia, não no sentido estrito de espaço modelado, mas como lugar de promessa de uma convivialidade politizada – ideal que remonta aos gregos clássicos e ao *espírito da pólis*. Entretanto, na modernidade, as relações sociais cada vez mais reificadas tornam a vida urbana extremamente complexa, ao inserir disposições distópicas do mercado capitalista nas utopias. Na experiência urbana contemporânea, a concepção de *direito à cidade*, ou seja, a aposta na urbe como espaço de (re)construção coletiva em tons dissensuais, se depara com *projetos luminosos*, pretensamente visionários, que reduzem as cidades à trama das mercadorias e os cidadãos a meros consumidores de sonhos assombrados por entre os inúmeros dramas urbanos. Como expressão desse processo tenso e ambíguo, Frutal, localizada no Triângulo Mineiro, foi palco, desde o decênio de 1990, de um notável projeto de modernização, com o estabelecimento de instituições de educação superior e a instalação, em 2009, da Fundação UNESCO-Hidroex – um centro internacional de pesquisa em água, que vinculava a cidade aos debates de apelo ecológico, relacionados à crise hídrica. A partir de 2010, o anúncio da construção da Cidade das Águas fez-se acompanhar da promessa de que Frutal passaria por significativa reestruturação urbana, que lhe daria visibilidade mundial, ao se tornar referência nos estudos ambientais e na formação de líderes para a gestão da água. A idealização, monumental por concepção, projetava a particularidade histórica da cidade como singularidade, o que suscitou o interesse em conferir se a transformação enunciada – *um novo tempo* – seria possível, em face da história anterior de Frutal e do que apontam os estudos sobre cidades no Brasil contemporâneo. Em última instância, pretendeu-se problematizar em que medida projetos luminosos fazem sucumbir ou não o espírito da pólis no espaço das cidades. Por meio de pesquisa bibliográfica, a investigação interpelou, inicialmente, momentos da história das cidades ocidentais em que impulsos utópicos/distópicos mobilizaram os imaginários urbanos, para finalmente considerar personagens e fatos que alavancaram representações grandiosas e singularizadoras em Frutal, em temporalidades variadas, visando resgatar e reconfigurar seus imaginários sociais. Pela análise de fontes documentais diversas (obras de memorialistas; jornais; revistas; fotografias e outras), foram perscrutados discursos e sensibilidades que lastreiam os projetos luminosos. Procurou-se, também, oferecer espaço de fala e escuta para alguns atores anônimos da *cidade invisível*, pensados como agentes que (re)constroem diariamente as tramas históricas em todas as cidades. Ao final deste percurso investigativo, defende-se que, mesmo em uma cidade pequena e interiorana, restam as ruas e as praças, as bordas e as trilhas, como espaços para denunciar e subverter consensos forjados em torno de projetos urbanísticos idealizados, quando os sujeitos tecem relações e atribuem sentidos dissonantes ao viver urbano, fazendo cintilar o uso autêntico e político das cidades, ainda que em lampejos.

Palavras-chave: Cidades; Imaginários Sociais; Utopias/Distopias Urbanas; Frutal; Cidade das Águas/Água Santa.

ABSTRACT

This thesis aims at understanding the meanings and values woven in the social imaginaries of Frutal (MG), taken from the perspective of urban utopias/dystopias, from the recent enunciation by local and state leaders of the *new time* in the history of the city, supposedly built through the project called City of Waters. The study has started from the premise that not only Frutal, but cities, in different forms and scales, can be taken in the dimension of utopia, not in the strict sense of modeled space, but as a place of promise of a politicized conviviality – ideal that has gone back to the classical Greeks and to the *spirit of the polis*. Nevertheless, in modernity, increasingly reified social relations make urban life extremely complex by inserting dystopian dispositions of the capitalist market into the utopias. In the contemporary urban experience, the conception of the right to the city, that is, the bet in the *urbe* as a space of collective (re)construction in dissonant tones, comes across *luminous projects*, supposedly visionary, that reduce the cities to the fabric of the goods and the citizens to mere consumers of dreams haunted by the countless urban dramas. As an expression of this tense and ambiguous process, Frutal, located in Triângulo Mineiro, has been the stage of a remarkable modernization project since the 1990s, with the establishment of institutions of higher education and the installation in 2009 of the UNESCO–Hidroex – an international center for water research, which linked the city to the debates on ecological appeal related to the water crisis. From 2010 onwards, the announcement of the construction of the City of Waters has been accompanied by the promise that Frutal would undergo significant urban restructuring, which would give it worldwide visibility, by becoming a reference in the environmental studies and in the formation of leaders for water management. The idealization, monumental at inception, projected the historical particularity of the city as a singularity, which aroused the interest in conferring if the enunciated transformation – *a new time* – would be possible, before the previous history of Frutal about what studies point to in respect of the cities in contemporary Brazil. Ultimately, it was intended to problematize to what extent luminous projects do succumb or not the spirit of the polis in the space of the cities. By means of a bibliographical research, the investigation interpellated, initially, moments in the history of western cities in which utopian/dystopic impulses mobilized urban imaginaries, to finally consider characters and facts which have leveraged grandiose and singularizing representations in Frutal, in varied temporalities, aiming at rescuing and reconfiguring their social imaginary. Through the analysis of various documentary sources (works of memorialists, newspapers, magazines, photographs among others), speeches and sensibilities which support the luminous projects were scrutinized. It was also attempted to offer space for speaking and listening to some anonymous actors of the *invisible city*, thought as agents who daily (re)build the historical plots in all the cities. At the end of this investigative course, it is defended that, even in a small city from the interior, the streets and squares, the edges and the trails remain, as spaces to denounce and subvert forged consensus around idealized urbanistic projects, when the subjects weave relations and attribute dissonant meanings to the urban living, making the authentic and political use of cities sparkle, even if in glimpses.

Keywords: Cities; Social Imaginaries; Utopias/Urban Dystopias; Frutal; City of Water /Água Santa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE I – O PULSAR DAS CIDADES: MUNDOS VIVIDOS E SONHADOS.....	34
CAPÍTULO 1– (EN)CANTOS DAS CIDADES NO OCIDENTE	34
1.1 O horizonte utópico nos imaginários urbanos.....	34
1.2 Do espírito da pólis ao espetáculo do poder.....	45
1.3 Cidade terrena, cidade celestial: laços (in)visíveis.....	52
1.4 As cidades modernas e suas dissonâncias.....	60
1.5 Subjetividades e cultura no espaço das cidades: percursos críticos.....	69
CAPÍTULO 2 – ENCANTOS E DESENCANTOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	81
2.1 A fragilidade dos pactos urbanos.....	81
2.2 Cidades mercadorias, cidades consumíveis: é possível profanar?.....	89
PARTE II – O PULSAR DE UMA CIDADE NO INTERIOR DO BRASIL: MUNDOS VIVIDOS E SONHADOS.....	104
CAPÍTULO 3 – (EN)CANTOS DA CIDADE DE FRUTAL.....	107
3.1 Abrindo as portas da cidade: por (entre)linhas memorialistas.....	107
3.2 No acender das luzes: um sopro de modernidade no <i>sertão baldio</i>	124
3.3 <i>Senões, divergências e arranhões: a gente humilde das beiradas</i>	153
3.4 <i>Onde cessa a visibilidade: uma cidade fora dos trilhos</i>	170
CAPÍTULO 4 – OUTROS CANTOS DA CIDADE: O (RE)FLUIR DAS ÁGUAS DOS FRUTAIS.....	190
4.1 Cidade das Águas ou um roteiro para a (in)visibilidade política.....	190
4.2 As águas da cidade: sentidos dissonantes.....	212
4.3 Nas trilhas de Frutal, a água é santa?.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
FONTES.....	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	255

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas Principais Cidades	22
Figura 2 – Cidade das Águas – UNESCO – Hidroex.....	26
Figura 3 – Implantação Cidade das Águas – UNESCO – Hidroex.....	26
Figura 4 – Eixo Ambiental – Cidade das Águas.	28
Figura 5 – Sertão da Farinha Podre.	127
Figura 6 – Primeira Igreja Matriz de Carmo do Fructal.	128
Figura 7 – Configuração territorial de Frutal na década de 1920.....	138
Figura 8 – Inauguração do Grupo Escolar Gomes da Silva (1924).....	145
Figura 9 – Chegada do primeiro caminhão em Frutal (1913).	146
Figura 10 – Jardim Público, construído entre 1916 e 1918.....	147
Figura 11 – Coreto da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes (Antigo Jardim Público).....	148
Figura 12 – Fórum de Frutal, inaugurado em 1º de dezembro de 1924.	149
Figura 13 – Reservatório de água, construído em 1909 e reformado em 1921.....	150
Figura 14 – Palacete do Longo – situado na esquina da Pr. Dr. Alcides de Paula Gomes.....	150
Figura 15 – Bar Ponto Chic.	151
Figura 16 – Configuração territorial de Frutal na década de 1920.....	155
Figura 17 – Nucleação Urbana de Frutal – Década de 1920.....	160
Figura 18 – Vista Parcial da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes – Década de 1950.	165
Figura 19 – Entorno da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes – 1956.....	165
Figura 20 – Festa no Brejinho: Década de 1940.	168
Figura 21 – Primeiro Jardim Público de Frutal, cercado com fios de arame.	172
Figura 22– Trecho da Rua Silviano Brandão – acesso ao Bairro Brejinho.....	174

Figura 23 – Linhas-tronco da Companhia Mogiana (São Paulo – Triângulo Mineiro)	183
Figura 24 - Trecho da Rua Treze de Maio, próximo à Praça Dr. Alcides de Paula Gomes.....	187
Figura 25: Fotos da Inauguração Popular do Hidroex – 2011.....	210
Figura 26 – Grafite nas imediações do Hidroex – 2011.....	211
Figura 27 – Pannel exposto no Espaço Ecocidadania – Hidroex. Frutal. 2013.....	214
Figura 28 – Usuários da COPASA reunidos na Câmara Municipal de Frutal.	226
Figura 29 – Adesivo com slogan usado pelo Movimento pela Redução das Tarifas – 2007	227
Figura 30 – Localização do Povoado de Água Santa – Município de Frutal – MG, 2017.....	232
Figura 31 – Capela do Povoado de Água Santa. Detalhes internos e externos. 2017.	233
Figura 32 – Povoado de Água Santa, 2017.	235
Figura 33 – Povoado de Água Santa, 2017.	235
Figura 34 - Preparativos para a festa do Povoado de Água Santa.....	237
Figura 35: Devotos da Água Santa, outubro de 2017.....	237
Figura 36 – Festa do Povoado de Água Santa, 12 de outubro de 2017.....	238
Figura 37 – Festa do Povoado de Água Santa, 12 de outubro de 2017.....	239
Figura 38 – Devotos da Água Santa, em 12 de outubro de 2017.	240
Figura 39 - Festa do Povoado de Água Santa – Frutal – MG, 2012.....	241
Figura 40 – Prédios inacabados da Cidade das Águas, 2017.	247

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Obras Memorialistas sobre Frutal – MG.....	115
Quadro 02: Obras memorialistas sobre Frutal e títulos dos prefácios redigidos por Silveira.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Área e população (absoluta e relativa) dos municípios de Frutal, Prata, Uberaba e Uberlândia em 1920.....	139
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ADEBRAC: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

CEMIG: Companhia Energética de Minas Gerais.

CENEP: Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo.

COFRUL: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal.

COMAG: Companhia Mineira de água e Esgotos.

COPASA: Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

DEOP: Departamento de Obras Públicas.

FAF: Faculdade Frutal.

FESF: Fundação do Ensino Superior de Frutal.

FUNDAMEC: Fundação Maçônica de Educação, Cultura e Assistência Social.

HIDROEX: Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas.

IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

IHE: Instituto de Educação para as Águas.

IPPUC: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

LAPEGEO – Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia.

MCT: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PDT: Partido Democrático Trabalhista.

PFL: Partido da Frente Liberal.

PHI: Programa Hidrológico Internacional.

PL: Partido Liberal.

PLANASA: Plano Nacional de Saneamento.

PP: Partido Progressista.

PRM: Partido Republicano Mineiro.

PSD: Partido Social Democrático.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

SECTES: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

SOFES: Sociedade Frutalense de Ensino Superior.

UAB: Universidade Aberta do Brasil.

UDN: União Democrática Nacional.

UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNIESP: União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Quando se chega a Tecla, pouco se vê da cidade, escondida atrás dos tapumes, das defesas de pano, dos andaimes, das armaduras metálicas [...]. À pergunta: Por que a construção de Tecla prolonga-se por tanto tempo?, os habitantes, sem deixar de içar baldes, de baixar cabos de ferro [...] respondem: – Para que não comece a destruição. E, questionados se temem que após a retirada dos andaimes a cidade comece a desmoronar e a despedaçar-se, acrescentam rapidamente, sussurrando: – Não só a cidade. [...] – Qual é o sentido de tanta construção – pergunta. Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? Onde está o plano que vocês seguem, o projeto? – Mostraremos assim que terminar a jornada de trabalho; agora não podemos ser interrompidos – respondem. O trabalho cessa ao pôr-do-sol. A noite cai sobre os canteiros de obras. É uma noite estrelada. – Eis o projeto – dizem.
(Ítalo Calvino)

Este trabalho pretende enfrentar o desafio de conhecer os valores e sentidos tramados na construção objetiva, simbólica e onírica de Frutal – uma cidade pequena situada no estado de Minas Gerais. Para tanto, fui impelida a abrir as portas das *idades* (em geral ou específicas, como imagens ou matérias) em seu universo misterioso. Ao percorrer as *Cidades Invisíveis*, Ítalo Calvino traça percursos profundos e inspiradores pelos imaginários urbanos. Sua narrativa sensível descortina, sutilmente, alguns segredos e mistérios das cidades; outros são apenas sugeridos; muitos, apesar de instigantes, permanecem indecifráveis. Transitando por uma geografia fantástica, o viajante Marco Polo descreve a Kublai Khan – neto e herdeiro de Gengis Khan – cinquenta e cinco cidades do imenso império mongol, todas com nomes femininos. Embora apresentadas de forma embaralhada, tais cidades são distribuídas em onze grupos diferentes: as cidades delgadas; contínuas; ocultas; as cidades e... a memória; o desejo; os símbolos; as trocas; os olhos; o nome; os mortos; o céu. *Tecla*, citada na epígrafe, integra o grupo *As cidades e o céu*, juntamente com *Eudóxia*; *Bersabeia*; *Perínia* e *Ándria*.

Para Evandro Ziggiatti Monteiro, “em meio a tantas dimensões imperfeitas – e horripilantes – do urbano, as cidades e o céu trazem o fascínio do novo, das reformas e das ideias que se apresentam como eternamente belas – até que a realidade e o tempo as gastem [...]” (2009,

s/p).¹ A interpretação do autor possibilita entrever que, para além do imediatamente visível, as cidades, fascinantes e ambíguas, revelam-se feitas também de matérias não manipuláveis, rebeldes, caprichosas (MONTEIRO, 2009). Como *Tecla*, algumas delas se erguem do chão, olhando para o céu.

No escrito de Calvino, quando o viajante chega à cidade, encontra os habitantes ocupados com sua construção ininterrupta. Construção que nunca pode parar, sob o risco de que a cidade comece a desmoronar e, junto com ela, também se desfaçam seus moradores – os construtores da cidade. Somente quando cessa a jornada e a noite estrelada – a cidade espelhada? – cai sobre os canteiros de obras, para os homens para responder à pergunta do visitante: *qual o sentido de tanta construção? Qual é o plano que vocês seguem?* Com os olhos postos no infinito, o que lhes cabe nem é falar, mas, à moda do artista, apenas mostrar a cidade semeada: *eis o projeto* (CALVINO, 1990, p.117).

Com sensibilidade refinada, Calvino leva o leitor a perceber que muitos são os percursos a serem seguidos por quem almeja conhecer uma cidade. Pode-se transitar por suas ruas e becos, observando a arquitetura, o núcleo original, a periferia, os prédios antigos e as construções novas. Também equipamentos de uso coletivo, praças, monumentos, calçadas e placas têm muito a revelar sobre sua história. Mas sendo a cidade bem mais do que as materialidades que corporifica, para desvendá-la torna-se necessário perscrutar as relações entre seus moradores, os valores e sensibilidades que cultivam, os acordos e conflitos que se entrelaçam em sua tessitura histórica e, sobretudo, indagar os sentidos que lhe são atribuídos pelos múltiplos sujeitos envolvidos em sua permanente (re)construção.

Embora cada cidade pareça ser única, em olhar mais atento não se trata de ver *uma* somente. Diversas *cidades* residem na *cidade*, pois sua multiplicidade social não se restringe a um ponto isolado no mapa. Seu espaço, ao envolver relações humanas de muitos sentidos, é denso em vibrações, desejos e sutilezas. Assim, os diferentes fios que tecem a cidade vão muito

¹ O autor ressalta ainda que, dentre as possíveis *lições* extraídas das imagens fantásticas criadas por Calvino, destaca-se o fato de que as configurações tecidas “servem a todas e a uma única cidade ao mesmo tempo, sem que por isso não deixem de servir como elementos diferenciadores que tornam, paradoxalmente, cada cidade, única”. Cf. MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Cidades invisíveis visitadas**. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana. *Vitruvius*. Ano 8, jan. 2009. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas>. Acesso em: 02 jul. 2016. Ver também CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

além da territorialidade² que abarca. Suas configurações³ reportam a teias maiores da sociedade a que pertence e desafiam o observador pelos laços e tramas que se mostram ora explícitos, ora implícitos, muitos deles enigmáticos.

Ainda que a vida urbana não seja uma invenção Ocidental⁴, desde o Renascimento a cidade chamou a atenção dos humanistas, de modo geral, inspirando, sobretudo, poetas e tratadistas (DANTAS, 2009). No final do século XVIII e no decorrer do XIX, filósofos, urbanistas, geógrafos, antropólogos, historiadores, higienistas se debruçaram sobre as cidades, promovendo diálogos e reflexões, ancorados em diferentes aportes teóricos, que contribuíram para a constituição de um campo de saber eminentemente plural. Sandra Mara Dantas fala em *teorias das cidades*: “teorias, sim, no plural, porque não há teoria única capaz de explicar todas as cidades. Estas são produzidas pelas diferentes experiências dos homens; logo, são multifacetadas

² É oportuno registrar a distinção estabelecida por Raquel Rolnik (1993) entre as noções de *espaço* e *território*. Refletindo sobre a especificidade da história urbana, a autora ressalta que o diferencial está em que, ao investigar cidades, o historiador se debruça sobre a configuração espacial. O *espaço* é, pois, *fonte*, para quem estuda a história urbana. “A cidade, por excelência, produz e contém documentos, ordens, inventários. [...] A arquitetura urbana também cumpre este papel de escrita, de texto que se lê da mesma maneira que se lê um processo, um relato de viajante. [...] Ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico, [...] existe uma relação para além de funcional entre os homens e os grupos sociais e este espaço. A noção que se pode usar para se tentar pontuar esta questão é a noção de território, ou de territorialidade. [...] há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. [...] Não existe um território sem um sujeito. [...] O espaço dos mapas dos urbanistas é um espaço; o espaço real, vivido é o território” (ROLNIK, 1993, p. 28). Nessa perspectiva, a noção de território trabalha com a dimensão do espaço como *em movimento*, *em transformação*. Em decorrência disso, Rolnik defende que a questão central para os historiadores do urbano seria investigar os processos de territorialização e desterritorialização na história. Cf. ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? Anais: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. v. 2, n. 1. 1993. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324/300>. Acesso em: 03 jul. 2016. Embora se reconheça a importância da distinção estabelecida por Rolnik, esta tese não se ateve a tais diferenciações. Independente da terminologia empregada – *espaço* ou *território* –, as cidades são vistas aqui sempre como *em movimento*, *em transformação*, uma espécie de *espaço-sujeito* capaz de produzir subjetividades complexas, mutantes e forjadas em temporalidades mais aceleradas que as observadas em outros sítios da vivência humana, como o campo, os castelos, as vilas, os mosteiros.

³ Emprega-se o conceito de *configuração* ou *figuração*, conforme formulado por Norbert Elias para superar polarizações teóricas entre indivíduo e sociedade. Por meio deste conceito, o autor recorre à imagem de teias ou redes complexas, integradas por pessoas, que estabelecem laços entre si e agem em função de seus vínculos mútuos. Essas redes são dinâmicas e se aplicam a relações sociais conflituosas ou de colaboração, mais ou menos instáveis, mais ou menos complexas (ELIAS, 1990; 2001).

⁴ Sandra Mara Dantas sintetiza com propriedade: “A revolução urbana ocorreu por volta do século V a. C., quando o homem começou a utilizar a grafia. As primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia, Vales do rio Nilo e do rio Indo. A cidade é de natureza histórica e inacabada, nascida da necessidade de organização do espaço e se vincula à divisão do trabalho, a um sistema de comunicação, à concentração espacial de atividades não-agrícolas. Ao longo da história, várias foram as formas de gestão da cidade, que lhe conferiram características específicas: no antigo Oriente Próximo, era chamada cidadela; na Grécia, dominou a pólis; em Roma, a *civitas*; a cidade amuralhada e sinuosa existiu no mundo medieval e, a partir do mundo moderno, atribuíram-se-lhe novos significados como espaço do mercado, centro irradiador de cultura e civilização, lugar da história” (DANTAS, 2009, p. 6).

e desconhecem homogeneidade” (DANTAS, 2009, p. 8). Tentando desvelar o lugar que as cidades ocupam na narrativa dos historiadores no Brasil, Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli ressaltam que tal deslindamento não encontra *rastros lineares*: “as abordagens são numerosas, proporcionais à quantidade de pesquisas sobre questões urbanas constantes na historiografia, apesar da relativa novidade da temática que apenas na década de 1980 veio a se tornar efetivamente pauta dos estudos históricos no Brasil” (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 79)⁵.

Stella Bresciani (2002), ao refletir sobre a contribuição da análise historiográfica para o estudo das temáticas urbanas, resalta a *interdisciplinaridade* como elemento constitutivo das ciências da cidade. Em solo tenso e conflituoso, desde o século XIX, “saberes já existentes comprometidos com diferentes opções políticas instituíram a questão urbana” (BRESCIANI, 2002, p.19. Grifos da autora). A cidade moderna se apresenta, pois, como problema – *um lugar de tensão* –, podendo ser retratada por diferentes olhares, chamados pela autora de *entradas* ou *portas conceituais* (BRESCIANI, 1992; 2002).

Dessa forma, de acordo com sua análise, a cidade foi – e continua sendo – esquadrinhada pela *questão técnica*: o conhecimento médico se conjugou ao do engenheiro para propor transformações no ambiente urbano. Este saber utilitarista desnudou a cidade em suas condições de moradia e focos de contaminação, índices de mortalidade e cálculos dos custos da assistência social, quantidade e distribuição de equipamentos coletivos – disso resultando diferentes propostas de intervenção no espaço urbano. Por esta porta conceitual, considera Bresciani, entram as pesquisas cuja temática são os projetos e planos de remodelação das cidades, convertidas em lócus da disciplina, da racionalidade e da civilidade. A *questão social* abre a segunda porta: os aglomerados urbanos, palco da pobreza e dos movimentos dos trabalhadores, foram retratados pela contradição de, por um lado, promoverem maior produtividade industrial; por outro lado, ameaçarem a própria civilização em virtude dos problemas sociais. Estudos sobre *cultura popular* abrem a terceira e quarta portas, com vistas a compreender a cidade como espaço de formação de *identidades sociais*, que forjam o ser burguês, partícipe de uma comunidade com ética própria.

⁵ Considerando a elevada produção historiográfica, as autoras não fazem uma avaliação exaustiva da pesquisa brasileira sobre as cidades e o urbano, mas a reflexão apresentada por elas permanece uma importante contribuição para quem se propõe a pensar a temática, sobretudo pela advertência feita sobre um possível *desvio* da história urbana, cujos estudos, muitas vezes, deixam escapar justamente aquilo que se propõem analisar: a cidade, em lugar de ser focalizada pela multiplicidade de tramas que a constitui, passa a ser retratada como cenário sobre o qual se desenrola a trajetória histórica. Cf. CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. *História Questões & Debates*, out. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/historia/article/view>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

Ou ainda como espaço de configuração de uma *nova sensibilidade* necessária ao cidadão para o viver urbano. As duas últimas portas permitem percorrer a urbe pela voz de seus diferentes sujeitos – a cidade como espaço de contestação, ou seja, o lugar de ter direito ao direito – e pelas múltiplas memórias forjadas, quando “a cidade coloca o mundo na *história* e traz para o presente o legado de gerações mortas e de suas heranças imortais” (BRESCIANI, 2002, p. 30). O saber sobre as cidades é, portanto, tributário de vários outros saberes. Todavia, Bresciani ressalta que “em campo oposto ao das disciplinas voltadas para a objetivação e ação deliberada sobre a cidade e seus habitantes, vislumbra-se ainda uma outra entrada nas cidades” (2002, p.30), qual seja: o caráter imprescindível da inclusão do campo simbólico nos estudos urbanos.

Ao considerar esta última entrada, o percurso historiográfico efetuado pela autora revela-se importante não apenas por demonstrar que as cidades podem ser inquiridas por diferentes olhares, mas, talvez principalmente, por ressaltar que o espaço da cidade é da dimensão da cultura, do psíquico, da intersubjetividade: “uma cidade dispõe de uma quase personalidade específica que estimula o potencial da imaginação [...]. A alegria e a tristeza [...] encontram seus equivalentes e estimulantes na cidade poetizada pela história e pelos diversos destinos que a construíram” (BRESCIANI, 2002, p. 31). Para Gaston Bachelard, “a imaginação inventa mais que coisas e dramas; inventa vida nova, inventa mente nova; abre olhos que têm novos tipos de visão” (2013, p. 18). Bronislaw Baczko, também atento ao *potencial da imaginação*, reconhece que “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço” (1985, p. 313).

Para melhor compreender a complexidade do que aqui se nomeia *imaginário*, considera-se pertinente retomar o estudo de Baczko, no qual o autor polonês analisa os problemas em torno desta noção como expressão da realidade, bem como a diversidade de abordagens metodológicas que se cruzam e se contrapõem nesse campo de estudo. Ao ressaltar que imaginação e imaginário são termos marcados por uma notória polissemia, Baczko lembra que mesmo o adjetivo *social* não acrescenta significativas precisões ao substantivo imaginário. Apesar disso, não resta dúvida de que

[...] todas as épocas tem as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar [...]. Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade

produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns [...]. O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. [...] é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva [...], uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais. [...] Estes conflitos só são ‘imaginários’ no sentido em que tem por objecto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário colectivo, e em que exigem a elaboração de estratégias adaptadas às modalidades específicas desses conflitos. A prova disso [...] reside no facto de os poderes terem inventado ao longo da história [...] um conjunto de dispositivos extremamente variados e bem ‘reais’ de protecção, senão de repressão, com vista a assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais (BACZKO, 1985, p. 309-310).

Portanto, os imaginários sociais, conforme considerados aqui, comportam uma diversidade de referências dentro do extenso sistema simbólico que toda e qualquer coletividade é capaz de produzir. Referem-se às relações de sentido, construídas socialmente, por meio das quais os diferentes grupos se comunicam, se reconhecem, se estranham e se confrontam. Não se trata de mera ilusão ou deformação do real, pois toda experiência humana é configurada e se dá a conhecer neste mesmo movimento. Assim, nos imaginários se expressam necessidades e expectativas, desejos e paixões, esperanças e angústias, buscas e anseios dos agentes sociais.

Do mesmo modo que a Tecla de Calvino, em todo tempo e lugar as cidades fomentam e corporificam sonhos. Como afirma Sergio Paulo Rouanet, ao transitar pela Paris do início do século XX, conduzido pelo arguto olhar de Walter Benjamin, “o homem habita uma cidade real e é habitado por uma cidade de sonho” (ROUANET, 1992, p. 67). Todavia, tecidos por ambivalências, os sonhos – nada neutros – se transmutam ao longo do tempo e conforme as mudanças do lugar; algumas vezes, inclusive, se apoderam das cidades e fazem delas realidades delirantes. Tão importante quanto atentar para isso é observar que as cidades fomentam e corporificam diferentes sonhos, também em todo tempo e lugar. Pois embora cada cidade represente um *mundo comum*, um espaço partilhado, nem todos os cidadãos tomam parte do mesmo modo no espaço da cidade. Suas diferentes posições e visões de realidade implicam formas distintas de ver, viver e sonhar a cidade⁶.

⁶ A imagem aqui empregada para descrever a cidade inspira-se na ideia de *partilha do sensível*, desenvolvida por Jacques Rancière, ao discutir as relações entre estética e política (RANCIÈRE, 2014).

Se o personagem de Ítalo Calvino, na viagem imaginária que descortina as cidades invisíveis, tivesse feito uma visita a Frutal (MG) nos primeiros anos do século XXI, e caminhado por suas ruas, observando casas e praças, o que teria percebido sobre a história do lugar? Certamente, o visitante teria enfrentado dificuldades para encontrar pistas visíveis de sua história passada. A cidade, um movimentado canteiro de obras, parecia ter seguido a tendência assinalada por Lewis Mumford: “a própria cidade torna-se consumível, ou mesmo passível de ser gasta: o recipiente deve transformar-se tão rapidamente quanto o seu conteúdo” (1998, p. 588). Como aos habitantes de Tecla, provavelmente o viajante indagaria: *qual é o sentido de tanta construção?* Que sonhos se escondem *atrás dos tapumes, das defesas de pano, dos andaimes, das armaduras metálicas* erguidos no interior e no entorno da cidade?

Na esteira das interrogações do viajante, outras questões emergem: quais sonhos, concebidos em outras temporalidades, deixaram suas marcas, seus traços, nas configurações atuais de Frutal? Haveria ruínas a expressar projetos desfeitos ou em luta, no palco da cidade? Com que sonhos se ocupam seus moradores nas suas infatigáveis rotinas? Quando utopistas, os cidadãos de Frutal dirigem o olhar ao futuro, enquanto incansavelmente (re)constroem a cidade? À pergunta: *qual é o plano que vocês seguem*, teriam os moradores de Frutal, também à moda do artista, somente um ou variados *projetos* a mostrar?

Essas inquietantes indagações, provocadas pela cartografia imaginária de Calvino, suscitaram a presente tese. Delas decorreram, ao longo da investigação, várias problematizações. Mesmo que nem todas tenham se convertido em objetos de análise, ao refinar o olhar e tornar mais arguto o espírito inquiridor, elas vivificaram a disposição interrogativa – indispensável, quando se intenciona interpelar as relações de sentidos que configuram os imaginários urbanos.

Nos últimos vinte anos, Frutal, município com 58.770 habitantes⁷, localizado no Triângulo Mineiro⁸, na bacia hidrográfica do rio Grande, foi palco de notáveis alterações em sua

⁷ De acordo com estimativa do IBGE, divulgada em agosto de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama>. Acesso em: 04 dez. 2017. No ano de 1980, a população total do município de Frutal era de 34.271 habitantes; saltando, em 1991, para 41.424. Em 2000, o município atingiu a marca de 46.566 habitantes, alcançando, em 2010, 53.468, de acordo com levantamento do IBGE. Interessante ressaltar que a população rural de Frutal, que era de 12.934, em 1970, caiu para 7.379, em 2010. Para uma análise da evolução dos dados populacionais de Frutal, incluindo taxas de crescimento em relação a outros municípios da região, Cf. REIS DE PAULA, Adriano S. **As transformações socioespaciais de Frutal**, MG. 2012, 172f. Dissertação de Mestrado em Geografia e Gestão do Território – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU/IG, 2012.

estrutura física, destacando-se o aparecimento de novos loteamentos, condomínios, bairros e a multiplicação de ruas e casas. Em grande parte, isso resultou de significativas modificações no campo, decorrentes da expansão de empresas de produção de açúcar e álcool⁹, enquanto entraram em declínio formas produtivas tradicionais, sobretudo aquelas relacionadas às pastagens e à alimentação¹⁰. Com isso, efetivaram-se de forma crescente a venda e o arrendamento de terras pertencentes a agricultores familiares para as usinas – processo conhecido por reforçar a concentração de terra e capital.

Com a expansão do emprego na produção sucroalcooleira, tornou-se constante a chegada de trabalhadores de outros estados e regiões, chamados pelos moradores nativos de *os maranhão*, independentemente de serem provenientes ou não deste estado. Muitos vieram como trabalhadores temporários para o corte da cana, mas permaneceram na cidade após a mecanização do processo produtivo, passando a se empregar em outros setores das próprias usinas ou, muito frequentemente, na construção civil.

⁸ Região composta por sete microrregiões: Araxá; Frutal; Ituiutaba; Patos de Minas; Patrocínio; Uberaba e Uberlândia. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/tabunitsub.asp?_codunit=267&nsb=9&z=t&o=4&i=P. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁹ Em 2005, ocorreu a instalação da Usina Frutal, de propriedade do Grupo Moema, de Orindiúva (SP). No ano de 2009, a empresa foi adquirida pela transnacional BUNGE, com sede em White Plains, estado de Nova York, Estados Unidos. Além da Usina Frutal, o grupo BUNGE possui outras sete unidades, localizadas nas cidades de Itapagipe (MG); Santa Juliana (MG); Ponta Porã (MS); Pontes Gestal (SP); Orindiúva (SP); Ouroeste (SP) e Pedro Afonso (TO). Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas-brasil/grupo/bunge/>. Acesso em: 06 jun. 2016. Em junho de 2006, foi constituída a Usina Cerradão Ltda., formada por dois grupos ligados ao agronegócio, Queiroz de Queiroz (de Frutal) e o Grupo Pitangueiras. A empresa, hoje controlada pelas holdings JP Andrade Agropecuária Ltda. e Holding Queiroz de Queiroz Ltda., começou a operar efetivamente em 2009. Disponível em: <http://www.usinacerradao.com.br/index.php/institucional/>. Acesso em: 06 jun. 2016.

¹⁰ Cf. A Cana-de-açúcar no município de Frutal – MG. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/50.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015. Segundo levantamento feito em 2010, no Triângulo Mineiro, a microrregião de Frutal possuía a maior concentração de cana-de-açúcar. Já o município de Frutal possuía maior área em ha de cana-de-açúcar, seguido de Iturama e Limeira do Oeste (REIS; BRITO, 2012).

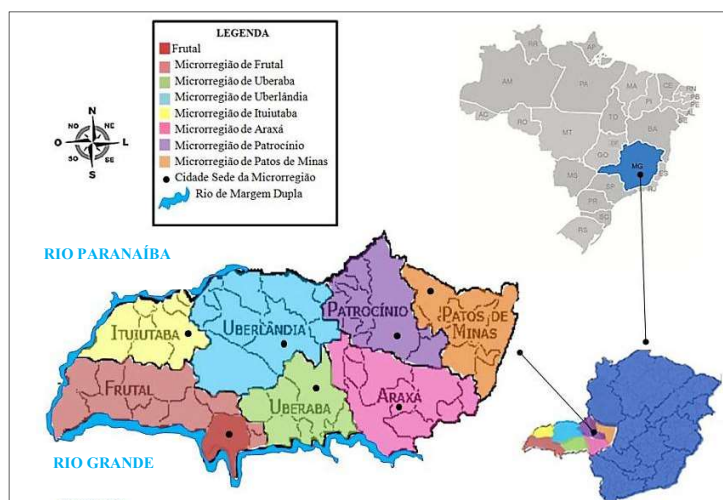


Figura 1 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas Principais Cidades

Fonte: Minas-Gerais.net¹¹. Organização: Ananda Veduvoto.

Nesse cenário intensamente movimentado, sobressaíram-se, no campo educacional, iniciativas das elites econômicas e políticas – constituídas por empresários, proprietários rurais, deputados, prefeitos, vereadores – que resultaram no estabelecimento de instituições de educação superior. Verificou-se, assim, a abertura de uma unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)¹², ocorrida em julho de 2004, e da FAF, Faculdade Frutal¹³ – que entrou em funcionamento em 2005. A partir disso, a cidade começou a atrair jovens de outras localidades em busca de formação em nível superior, além de pesquisadores, professores e técnicos.

Numa espécie de culminância de vários atos políticos, ocorreu, em 2009, a instalação da Fundação Hidroex – Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas. A ação do governo de Minas Gerais, iniciada no mandato de Aécio Neves (2003-2010) e levada adiante por seu sucessor, Antônio Anastasia (2011-2014)¹⁴, trazia para Frutal o discurso

¹¹ Disponível em: http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=760. Acesso em: 26 abr. 2016.

¹² A UEMG começou a atuar, no município, em julho de 2004, mas os alunos pagavam mensalidade e os professores eram contratados pela FESF – Fundação do Ensino Superior de Frutal. A estadualização efetiva somente ocorreu em julho de 2007. A unidade oferece atualmente sete cursos: Administração; Direito; Comunicação Social; Tecnologia em Produção Sucroalcooleira; Tecnologia em Alimentos; Sistemas de Informação e Licenciatura em Geografia. Disponível em: <http://www.uemgfrutal.org.br/cursos2.php>. Acesso em: 06 jun. 2016.

¹³ A Faculdade Frutal, mantida pela SOFES – Sociedade Frutalense de Ensino Superior Ltda. – é uma instituição isolada de ensino superior, hoje pertencente ao grupo Educacional UNIESP – União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo. Oferece os cursos de Administração, Nutrição, Pedagogia e Serviço Social. Disponível em: <http://www.faculdefaf.edu.br/historia.asp>. Acesso em: 06 jun. 2016.

¹⁴ Ambos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), criado em 1988.

da preocupação com os problemas ambientais que assolam o planeta, sobretudo os relacionados à chamada crise hídrica. Oficialmente, a iniciativa começou a ser concebida em 2007, pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES-MG), ao delinear um amplo projeto de gestão de recursos hídricos, na perspectiva do *desenvolvimento sustentável*. Em junho do mesmo ano, o governo de Minas obteve credenciamento, junto à UNESCO, para criação de um Centro de Categoria II¹⁵. Para viabilizar a proposta, em conformidade com as condições estabelecidas pela agência internacional, começaram a ocorrer, em Frutal, investimentos em obras, equipamentos e treinamentos de técnicos. O governo do estado contou com parceria do governo federal, na forma do aporte de recursos provenientes do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT). Na página oficial do UNESCO-Hidroex, na *Internet*, o objetivo da Fundação foi apresentado nos seguintes termos:

Contribuir com a solução da crise hídrica pujante que ameaça o mundo como um todo, com atuação focalizada na América Latina e na África Lusófona, ajudando a capacitar a nova geração de líderes do setor hídrico, garantindo, dessa forma, um porvir em que os recursos hídricos sejam compartilhados de forma equitativa e gerenciados num contexto sustentável.¹⁶

A partir de 2010, a implantação do UNESCO-Hidroex passou a provocar uma repercussão ainda maior, em virtude do anúncio de que Frutal sediaria a construção de um complexo denominado *Cidade das Águas*, por meio do qual a cidade, pequena¹⁷ e interiorana, deveria se

¹⁵ “Em agosto de 2009, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o projeto de Lei 3.255/09 que cria a Fundação Centro Internacional de Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Hidroex, dotada de autonomia administrativa e financeira e vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Dois meses depois, em 29 de outubro de 2009, a UNESCO anuncia a aprovação do Hidroex como Centro da Categoria II, por decisão unânime dos membros da sua Assembleia Geral Ordinária. Em 4 de novembro de 2009, é publicada a Lei nº 18.505 que institui a Fundação Centro Internacional de Capacitação, Educação e Pesquisa Aplicada em Água – Hidroex”. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/cidadao/nossa-historia>. Acesso em: 20 out. 2015. Por meio do credenciamento, o Hidroex passou a ser um dos vinte e dois Centros de Categoria II do Programa Hidrológico Internacional (PHI), coordenado pela UNESCO, que conta também com um Centro de Categoria I – UNESCO-IHE, Instituto de Educação para as Águas, localizado em Delft, na Holanda. Disponível em: <https://www.unesco-ihe.org/about-unesco-ihe>. Acesso em: 20 out. 2015. Importante lembrar que os Centros de Categoria II referem-se a instituições que têm a chancela da UNESCO, mas apenas os Centros de Categoria I sofrem sua ingerência direta.

¹⁶ Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/cidadao/quem-somos>. Acesso em: 20 set. 2015.

¹⁷ Embora as pesquisas empreendidas no Brasil concentrem-se mais na análise de metrópoles e cidades grandes, a rede urbana nacional compõe-se também de um conjunto significativo de médias e pequenas cidades, localizadas em regiões não metropolitanas. De acordo com dados do IBGE, dos 5.570 municípios brasileiros, 88,24% possuem até 50 mil habitantes; 6,30% possuem população entre 50 mil e 100 mil habitantes, sendo que apenas 5,46% dos municípios contam com população acima de 100 mil habitantes. Disponível em: <http://mundogeo>.

tornar referência internacional na preservação dos recursos hídricos e na formação de líderes para a gestão da água. Tratava-se de um projeto grandioso – de custo elevado –, que pretendia mobilizar pesquisadores e alunos de diferentes partes do mundo. Em material de divulgação veiculado pelo governo de Minas, quando do anúncio da criação do complexo, podia-se ler:

Em Frutal, Minas Gerais, Brasil, às margens do Rio Grande, está nascendo uma nova Cidade. Curiosamente, os modernos e sólidos edifícios desta cidade têm como alicerce um argumento forte o bastante para garantir que este projeto ganhe o mundo. Este alicerce chama-se água. Cidade das Águas da UNESCO. Este é o nome do arrojado projeto [...] que tem como objetivo criar um grande complexo educacional inteiramente voltado para as águas. As obras de implantação da Cidade das Águas estão a todo vapor. Esta proposta tem como fio condutor a presença, em Frutal, do Instituto UNESCO-Hidroex – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas [...]. Todas as instituições presentes na Cidade das Águas da UNESCO têm como eixo central – e também como atribuição – a gestão, preservação e recuperação das águas, superficiais e subterrâneas, assim como a educação e formação de uma nova geração de líderes na gestão da água. [...] Os governos do Brasil e de Minas Gerais já investiram R\$ 50 milhões na consolidação física deste imenso conglomerado educacional e pretendem investir mais R\$ 80 milhões nos próximos dois anos, num total previsto de R\$ 130 milhões. Além de atender ao Brasil, a Cidade das Águas da UNESCO tem suas atividades voltadas também para a América Latina e a África de Língua Portuguesa. Para abrigar

com/blog/2015/08/31/ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2015/. Acesso em: 10 jul. 2016. Para os estudos geográficos de hierarquia urbana, a classificação de uma cidade como *pequena* ou *média* é bastante controversa, pois pode ser feita por diferentes critérios, que levam em conta desde a variável populacional até o ritmo de vida; características culturais, políticas, econômicas; especificidades das inserções do núcleo urbano nas redes; suas áreas de influência e outros fatores que sinalizam para a *menor* ou *maior* complexidade das funções urbanas da localidade. Evidentemente que a escolha desses critérios está diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa e aos pressupostos teórico-metodológicos empregados pelo pesquisador. Trata-se, pois, de discussão polêmica, sobretudo se forem consideradas as alterações provocadas pelo fenômeno da globalização e propagação das novas tecnologias de comunicação. Importante reflexão sobre o tema na ciência geográfica brasileira pode ser encontrado em MOREIRA JUNIOR, Orlando. As pequenas cidades na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 19-33. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435/79071>. Acesso em: 10 jul. 2016. Mesmo sem mergulhar nesse campo controverso, o presente estudo considera a cidade de Frutal como *pequena*, com base em análise realizada pela geógrafa Ananda Maria Garcia Veduvoto (2016), a partir das classificações estabelecidas por Oswaldo Amorim Filho (1982, 2002, 2007) para as cidades de Minas Gerais. A autora sustenta sua leitura em diferentes variáveis, ressaltando que, do ponto de vista *populacional*, para alguns estudiosos, Frutal poderia ser considerada uma *cidade média*, por contar com aproximadamente *60 mil habitantes*. Porém, esse aspecto isolado não é suficiente para uma avaliação satisfatória. No município em questão, por exemplo, estão ausentes indústrias com complexidade tecnológica e o setor produtivo concentra-se no campo. Veduvoto reitera que, apesar das usinas de açúcar e álcool terem dinamizado, em certa medida, o espaço rural de Frutal, não há setores econômicos que utilizem aparatos tecnológicos de ponta. E mais: ainda que as cidades próximas ao município satisfaçam algumas de suas necessidades em Frutal, principalmente em saúde e educação, as populações vizinhas e da própria cidade de Frutal destinam-se a Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Barretos (SP) e São José do Rio Preto (SP), quando necessitam de serviços mais complexos. Para um estudo mais aprofundado desta questão, Cf. VEDUVOTO, Ananda Maria Garcia. **Produção do espaço e estratégia de gestão urbana em Frutal (MG)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

estas instituições de ensino e pesquisa, a Cidade das Águas transformou-se em um imenso canteiro de obras, com a construção de salas de aula, alojamentos, laboratórios, restaurantes, auditórios, estruturas para ensino a distância, bibliotecas, estacionamentos, áreas para prática esportiva e de lazer. Parte destas construções já está pronta. A Cidade das Águas da UNESCO nasce como um projeto arquitetônico na forma; e de educação, na alma. Uma cidade de tijolos, cimento e máquinas, erguida em torno de um objetivo comum e crucial para a preservação da vida: a preservação da água.¹⁸

Para divulgar e legitimar as transformações projetadas pelo Hidroex, foram utilizadas expressões fortes e grandiosas. A linguagem grandiloquente objetivava traduzir a magnitude da iniciativa: *nova cidade; modernos e sólidos edifícios; que este projeto ganhe o mundo; grande complexo educacional inteiramente voltado para as águas; imenso canteiro de obras; nasce como um projeto arquitetônico na forma; e de educação, na alma*. Essa projeção reporta às pretensões comuns em algumas utopias urbanas modernas, em que as realizações físicas nascem monumentais por concepção, como Brasília, para citar apenas um exemplo no Brasil.

No caso aqui analisado, a grandiosidade e arrojo arquitetônico enfatizados faziam subentender a enunciação de uma nova história para Frutal, sem pejo de remetê-la a uma projeção internacional, sinalizando a configuração de um novo imaginário na e da cidade. Recorrendo a um tema de apelo indiscutível na contemporaneidade – *água* – e reiterando a necessidade do *desenvolvimento sustentável*, noção fetiche nos debates ecológicos contemporâneos, as ações promovidas pelos grupos ocupantes do poder político e econômico em Frutal, e no estado de Minas Gerais, passaram a ser apresentadas aos moradores locais, de forma insistente, como a construção do *novo*. Nos discursos políticos e nas mensagens publicitárias, tornaram-se frequentes as declarações de *novo tempo; o futuro que chegou*.

¹⁸ BRASIL cria Cidade das Águas. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/uploads/Cidade-das-aguas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.



Figura 2 – Cidade das Águas – UNESCO – Hidroex.

Fonte: LERNER, 2012, p. 91.



Figura 3 – Implantação Cidade das Águas – UNESCO – Hidroex.

Fonte: LERNER, 2012, p. 81.

Em julho de 2012, o secretário de Ciência e Tecnologia, Narcio Rodrigues da Silveira¹⁹,

¹⁹ Natural de Frutal, Narcio Rodrigues da Silveira iniciou a carreira de jornalista na cidade, em 1977, como repórter e colunista do *Jornal Esquema*, do qual se tornou diretor, no decênio seguinte. Em 1984, passou a editar o *Jornal do Campo*, com circulação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Atuou também como “coeditor e apresentador do programa *Bom dia Triângulo*, da TV Triângulo, afiliada da Rede Globo em Uberlândia (1988); entrevistador do programa *Encontro com a imprensa*, da TV Paranaíba, afiliada da Rede Bandeirantes (1989), [...] diretor, apresentador e analista do programa *TV debate*, da mesma emissora (1992) [...]. Poeta, publicou *Manifesto*

apontado como idealizador do Hidroex, entregou à prefeitura o projeto urbanístico da Cidade das Águas, que traçava, também, diretrizes básicas para a reestruturação urbana de Frutal. O estudo, assinado pelo conhecido político e urbanista Jaime Lerner²⁰, trazia recomendações para o Plano Diretor da Cidade, sugestões de paisagismo, estruturação viária, de transporte e de iluminação, além de um projeto específico de ciclovia que cortaria todo o espaço urbano. Gianna Rossana de Rossi, integrante da equipe Lerner, afirmou: “a Cidade das Águas é o município de Frutal, em todo o seu âmbito. A proposta é implementar um grande eixo ambiental que irá cortar toda a cidade e se integrar ao complexo”.²¹ Na avaliação da então prefeita, Maria Cecília Borges (2005-2012): “Temos de forma completa neste trabalho a Frutal do futuro, aquela que sempre sonhamos”²². No discurso do citado secretário, pôde-se ouvir:

A Cidade das Águas – mostra a equipe Lerner – é toda Frutal. [...] através da absorção e da aplicação das recomendações que constam no projeto, Frutal será uma cidade exemplo em meio ambiente, com qualidade de vida para toda população.²³

um (1978) e *Uma ave ameaça a solidão do céu* (1993)”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/narcio-rodrigues-da-silveira>. Acesso em: 02 abr. 2016. A partir de meados dos anos 1990, Silveira ingressou na política, elegendo-se deputado federal, pelo PSDB, para os seguintes mandatos: 1995-1998: 1º suplente; 1999-2002; 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014, sendo que, no período de 2011 a 2014, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES-MG). Silveira também foi presidente do PSDB de Minas Gerais de 2004 a 2007 e de 2009 a 2011.

²⁰ Jaime Lerner formou-se em engenharia civil (1960) e em arquitetura (1964) pela Universidade Federal do Paraná. Em 1965, participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), responsável pelo Plano Diretor da cidade. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1971, quando foi nomeado prefeito de Curitiba. Posteriormente, foi prefeito municipal por mais dois mandatos (1979-1983; 1989-1992) e governador do Paraná, também por duas vezes (1995-1998 e 1999-2002). Em 1998, trocou o PDT (Partido Democrático Trabalhista) pelo PFL (Partido da Frente Liberal).

²¹ EQUIPE de Jaime Lerner apresenta projeto urbanístico da Cidade das Águas. 07 fev. 2012. Disponível em: <http://guiaconstruirereformar.com.br/noticia/4906-equipe-de-jaime-lerner-apresenta-projeto-urbanistico-da-cidade-das-guas.htm>. Acesso em: 23 mai. 2017.

²² PROJETO urbanístico da Cidade das Águas está entre os mais arrojados do país. 17 jul. 2012. Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticias/projeto-urbanistico-da-cidade-das-aguas-esta-entreosmaisarrojados-do-pais/>. Acesso em: 20 out. 2015.

²³ NARCIO entrega a Frutal projeto de Lerner que traça o futuro da cidade. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/index.php/narcio-entrega-a-frutal-projeto-de-lerner-que-traca-o-futuro-da-cidade/>. Acesso em: 24 jul. 2013.

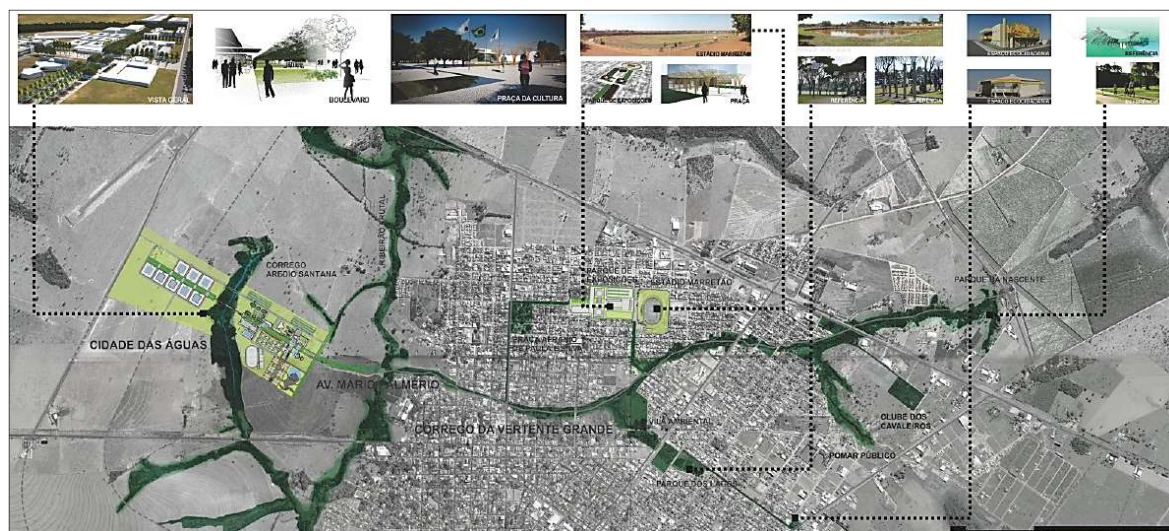


Figura 4 – Eixo Ambiental – Cidade das Águas.

Fonte: LERNER, 2012, p. 56.

O filósofo Henri-Pierre Jeudy, ao refletir sobre o aspecto simbólico das intervenções urbanas, enfatizara: “idealmente, o canteiro, tal como a elaboração de um projeto, seria a demonstração pública do ato de pensar o devir da cidade” (JEUDY, 2012, p. 19). De fato, não somente os discursos e a propaganda política, mas os agitados canteiros de obras, com grande quantidade de trabalhadores envolvidos na construção civil, ao estilo da Tecla de Calvino, pareciam reiterar a ideia de que uma nova cidade estava emergindo no entorno do espaço urbano original²⁴. Diante disso, tornou-se oportuno retomar as palavras de Bronislaw Baczko para problematizar a nova concepção de tempo e espaço projetada para Frutal: “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço” (1985, p. 313); e ainda: “O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (1985, p. 310).

Assim, impôs-se perguntar: Frutal estaria vivenciando, de fato, uma transformação histórica ou a inovação fáustica enunciada resguardava conteúdo sociopolítico conservador, que se erguia como obstáculo a uma transformação socialmente extensa e efetiva, a ser protagonizada por todos seus moradores e não apenas pelas elites? Quais razões justificariam a escolha do

²⁴ Em 2013, quando as obras foram intensificadas, cerca de seiscentos trabalhadores estiveram diretamente envolvidos com a construção da Cidade das Águas. Dado fornecido por Ildebrando Jesus de Miranda, à época diretor de gestão do Hidroex, em 1º de maio de 2016.

município de Frutal para implantação da Cidade das Águas? A escolha se fundaria em questões objetivas, relacionadas de forma inequívoca à chamada crise hídrica? Como não foi, certamente, aleatória, seria, antes, uma escolha motivada por razões eminentemente políticas? Mas, se assim foi, por que Frutal e não outra cidade de Minas Gerais? Que condições, objetivas e subjetivas, Frutal apresentou para ser a escolhida para o Hidroex perante outras opções? Por último, a construção da Cidade das Águas teria a mesma relevância para os diferentes moradores de Frutal?

A busca por respostas para esses importantes questionamentos passou a nortear a investigação. Todavia, no decorrer da pesquisa, o minucioso exame das fontes documentais permitiu perceber que, para além dos aspectos mais objetivos, outros fios deveriam ser puxados para se compreender mais profundamente os sentidos do processo em curso na cidade. Diante do projeto assinado por Jaime Lerner, a prefeita de Frutal afirmara: *Temos de forma completa neste trabalho a Frutal do futuro, aquela que sempre sonhamos*. Dada a complexidade do universo urbano, e considerando que “materialidade, representação e imaginação não são mundos separados” (SÁNCHEZ, 2001, p. 35), haveria elementos mais sutis a entretecer a escolha? Seria a afirmação da prefeita apenas protocolar ou suas palavras forneceriam pistas para a compreensão de sentimentos outros, tênues e profundos, em jogo na história do lugar? De outro modo: a expressão *a Frutal que sempre sonhamos* seria somente um recurso de linguagem para construir consenso em torno do projeto que se apresentava ao público, quase às vésperas da eleição municipal? Ou, para além desse aspecto – e talvez, sem negá-lo –, tais palavras estariam sussurrando nuances utópicas nunca antes sonhadas a pulsar nos imaginários da cidade?

Projetos que insinuam horizontes utópicos são comuns a várias experiências de expansão das cidades pequenas e interioranas do Brasil. Em Frutal, porém, por meio da enunciação da Cidade das Águas – um *projeto luminoso* – sua particularidade histórica foi convertida em singularidade. Se toda cidade é representada por traços particulares de identidade perante outras, ao erigir uma nova identificação, Frutal agora se tornaria única, singular. Esta unicidade seria o passaporte para a visibilidade internacional. Ou seja, por intermédio das ações e representações de suas elites, Frutal parecia ganhar uma identidade singularizadora, suscitando a necessidade de conferir em que medida isso – um novo tempo – seria possível, em face de sua história anterior e do que apontam as pesquisas sobre cidades no Brasil contemporâneo.

O estudo sobre os imaginários sociais e políticos construídos em torno de Frutal delineou-se como uma relevante temática de investigação a partir de minha participação como pesquisadora no programa *Água pra toda Vida*, especialmente no projeto *História e Cultura da Água em Frutal*, desenvolvido pelo Centro UNESCO-Hidroex, entre 2012 e 2013. Devido à carência de estudos sistematizados sobre a história local, foi necessária, para viabilizar a pesquisa, a realização de um amplo e árduo trabalho de identificação de fontes textuais e fotográficas, além do levantamento de moradores antigos, que pudessem contribuir com depoimentos para o desenvolvimento da investigação. O trabalho resultou na organização de um *Inventário de Fontes*, incluindo jornais, livros, fotografias, entrevistas, dentre outros.

O contato com os conteúdos de tais fontes, sobretudo com os depoentes mencionados, chamou fortemente a atenção, na medida em que trazia à tona diferentes representações da cidade, ora retratada como *progressista*, *resistente* ou *empolgante*; ora como *conservadora*, *emperrada*, *ignorada* ou *injustiçada*. Também o pioneirismo do povoamento do local em que se ergueria *Carmo do Frutal*, ocorrido no século XIX, fora reivindicado por grupos distintos. Além disso, diversos momentos da história da cidade eram apresentados, na fala de alguns entrevistados, como o tempo em que Frutal *renasceu*, *recomeçou* – como se a cidade apresentasse começos plurais. Tudo isso reiterava a ideia de que a história de um lugar vai muito além de seus prédios, ruas e praças, bem como de momentos específicos de sua trajetória e, por fim, muito além das representações dominantes sobre a cidade. Trata-se da história mutante de seu imaginário, da construção simbólica variada ou da produção de sentidos múltiplos pelos diversos sujeitos da cidade, passando, necessariamente, por jogos políticos a serem desvendados.

Não menos importante que essa experiência de inventariar as fontes, foi verificar que, no mesmo período em que Frutal vivenciava as alterações descritas anteriormente – a enunciação de um novo tempo, agora travestido de Cidade das Águas – ocorria uma espécie de despertar do interesse de sua gente por sua história. Iniciativas aparentemente dissociadas – a abertura do Arquivo Público Municipal (2007), comemorações do aniversário da cidade e uma considerável publicação de trabalhos de memorialistas²⁵ –, observadas com um olhar mais atento, revelavam mais do que um esforço de registro e preservação da história. Tornava-se possível perceber que

²⁵ Dentre as várias publicações, destaco aqui *Original História de Frutal*, de Jeová Ferreira (2002); *Respingos de História*, de Terezinha Lamounier (Volumes I, II e III, publicados respectivamente em 2003, 2006 e 2009); e a obra póstuma de Ernesto Plastino, *Apontamentos Históricos de Frutal* (2003), além de outras, trabalhadas na segunda parte da tese.

memórias diversas e sujeitos de múltiplas identidades entravam em disputa pela primazia de representar a memória coletiva local, no momento em que novos valores e sentidos movimentavam a cidade.²⁶

Nessa perspectiva, a fala de um antigo morador, ao ouvir pelo rádio o lançamento da construção da Cidade das Águas, foi instigante e inspiradora para a formulação das questões que nortearam esta investigação: “Uai! Frutal era cidade das frutas... Agora é cidade das águas?”²⁷. A indagação seria expressão de um mero incômodo individual, diante do projeto apresentado, ou sinalizaria a existência de um conflito mais profundo entre as várias identificações dos cidadãos com a memória e história do lugar? E mais: como a atual enunciação de um novo tempo dialogava com a história pregressa da cidade, com os anseios e desejos que pulsaram nos imaginários sociais em outros momentos da história de Frutal?

Um clima de forte rivalidade política envolvia a construção da Cidade das Águas, conforme admitido pelo próprio idealizador do projeto, em entrevista concedida à *Revista Foco Regional*, em 2012. Ao responder se a maioria da população de Frutal apoiava os projetos implementados e se a Cidade das Águas não passava de sua *ilha da fantasia*, o então secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmara:

Diria que a maioria acredita e torce para que isso aconteça. Tem gente que pensa pequeno. Tem gente que não quer que isso aconteça e tem gente que só ganha se isso não acontecer. Mas todos esses, somados, – todos mesmo – formam uma insignificante minoria. [...] A Cidade das Águas UNESCO-Hidroex é um sonho que qualquer cidade da América Latina gostaria de realizar. [...] Frutal quer isso.

²⁶ A respeito do debate historiográfico sobre a relação entre história e memória são consideradas relevantes as análises de Seixas (2004), que destacam dois efeitos importantes derivados da *apropriação da memória pela história*. O primeiro seria sua extrema *operacionalidade e produtividade*, que resultou numa espécie de *frenesi da memória* nas duas últimas décadas. O segundo refere-se à *vulnerabilidade teórica*, que decorre da ausência de discussão dos *mecanismos de produção e reprodução da memória*. Ao refletir sobre *que tempo é este que a memória articula* ou sobre *quais são os tempos da memória*, Seixas recorre à narrativa proustiana, *avessa às noções de tempo linear e progresso* e traz à tona novas possibilidades de interpretação *das encruzilhadas que aproximam história e memória*. Em suas palavras, “A memória age ‘tecendo’ fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos [...], mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como ‘realmente’ aconteceram. Atualizando os passados – reencontrando o vivido ‘ao mesmo tempo no passado e no presente’ – a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória” (SEIXAS, 2004, p.51). Assinala ainda a autora que uma das funções da memória seria *atualizar as lembranças ‘agindo’*. Sugere assim que a memória é mais um *agir*, que um conhecimento desinteressado do passado. E, considerando a função projetiva da memória, acrescenta: “o sonhar coletivo e individual sem o qual não há ação possível, o lançar-se coletivamente em direção a um futuro representado como ‘melhor’ investir-se-iam não mais nas utopias históricas, mas valer-se-iam da memória para projetar-se e atar passado e futuro” (SEIXAS, 2004, p.55).

²⁷ O morador em questão é Geraldo Brito Franco, então com 80 anos de idade, pai desta pesquisadora.

Mesmo que alguns digam que não querem, a cidade quer porque sabe o quanto está ganhando em termos de importância e em termos de oportunidade. Então, isso seria ‘a ilha de uma fantasia’ que contaminou muita gente importante, de várias partes do mundo, das Nações Unidas... É delírio ou atividade visionária? Deixo a história responder por mim...²⁸

Para além do tom impositivo da retórica política – *Frutal quer isso* –, a leitura deste trecho da entrevista permitia pensar que a indagação do antigo morador expressava bem mais do que um incômodo individual. Sua fala parecia ser o eco da voz da *insignificante minoria*, dessa *gente que pensa pequeno* o destino da cidade. Não somente o passado e o presente de Frutal apareciam em disputa – cidade das frutas x cidade das águas –, mas também o seu futuro: *É delírio ou atividade visionária? Deixo a história responder por mim...* Tais palavras, além de comprovar disputas mais imediatas, ao projetar *importância e oportunidades* para a cidade, a serem confirmadas pela história, vinham carregadas de forte componente utópico, reiterando, inclusive, elementos presentes na fala da prefeita de Frutal, citada anteriormente.

Enfrentar o desafio de compreender os imaginários sociais tramados na cidade de Frutal me conduziu, portanto, a indagações muito mais amplas e profundas sobre as pulsações utópicas que permeiam os imaginários urbanos. Ainda que as questões aventadas não permitissem a formulação de respostas prontas e acabadas – talvez nem mesmo inacabadas –, elas eram ruidosas e incômodas demais para serem ignoradas. Disso decorreu a decisão de elaborar a tese em duas partes.

A primeira – *O pulsar das cidades: mundos vividos e sonhados* – resultou numa breve historicização da história das cidades no Ocidente, com base em estudiosos como Mumford; Vernant; Sennett; Le Goff; Simmel; Benjamin; Pechman; Bresciani; Haroche e outros. Alguns cenários urbanos foram revisitados com o objetivo de interpelar a tensão utópica-distópica constitutiva de seus imaginários, sempre tendo no horizonte a utopia da convivialidade politizada, que remonta aos gregos clássicos e ao *espírito da pólis*. Assim, nos dois capítulos da primeira parte, uma indagação forte – que, de certa forma, condensa as inquietações do estudo – serviu de fio condutor ao percurso teórico: o que foi feito do *espírito da pólis* ao longo da história? Em última instância, buscou-se problematizar os sentidos – materiais, simbólicos e sensíveis – do viver urbano na modernidade.

²⁸ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Revista **Foco Regional** – Cidades: Frutal. Uberaba (MG), jun./2012. [Editor: Francisco Marcos Reis].

À luz dessas discussões, e retomando as inquietações que impeliram ao esforço de pesquisa sobre a história de Frutal, a segunda parte da tese – *O pulsar de uma cidade no interior do Brasil: mundos vividos e sonhados* – procurou analisar em que medida projetos luminosos, que expressam o *espírito de Tecla*, fazem sucumbir ou não o *espírito da pólis* no espaço de uma cidade pequena e interiorana.

Nessa perspectiva, no terceiro capítulo foram enfocados momentos da história de Frutal em que personagens e fatos delinearão representações luminosas e promissoras, intencionando reconfigurar seus imaginários sociais. Considerando a significativa produção de obras de memorialistas sobre Frutal, optou-se por investigar os cronistas locais, com vistas a compreender as imagens e projetos de cidade que emergiam de seus escritos; o que elas revelavam ou ocultavam – intencionalmente ou não – quando confrontadas com relatos de moradores antigos e com outras fontes documentais, como jornais e fotografias. O objetivo último foi compreender de que forma os idealizadores do recente projeto modernizador evocaram as imagens pregressas para alavancar a enunciação de um novo tempo na história de Frutal, a ser construído, supostamente, por intermédio da Cidade das Águas.

No quarto capítulo, foram analisados *outros cantos da cidade* de Frutal. Inicialmente, buscou-se compreender como a enunciação da Cidade das Águas atualizava, de forma fáustica, o desejo de visibilidade política a permear os imaginários das elites locais de modo notável desde as últimas décadas do século XX. Além de analisar as disposições dos emissores do projeto para erigir a história da cidade em outra constituição, procurou-se trazer à tona mobilizações e resistências a todo esse processo. Considerando que, no projeto em curso, o potencial hídrico de Frutal ganhava lugar de destaque, foram percorridas trilhas profundas da localidade, a fim de perscrutar diferentes usos e sentidos dissonantes atribuídos às águas da cidade – tomada, em diferentes temporalidades, como espaço de múltiplas experiências sociais, que vão muito além dos supostos consensos dos projetos idealizados por grupos dominantes. Este percurso permitiu não apenas interpelar o horizonte utópico nos imaginários da cidade, mas fundamentalmente problematizar os diversos sentidos do viver urbano na Frutal contemporânea.

PARTE I – O PULSAR DAS CIDADES: MUNDOS VIVIDOS E SONHADOS

*Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai,
que jamais se deve confundir uma cidade
com o discurso que a descreve.
Contudo, existe uma ligação entre eles.
(Ítalo Calvino)*

CAPÍTULO 1 – (EN)CANTOS DAS CIDADES NO OCIDENTE

1.1 O horizonte utópico nos imaginários urbanos

Território de paixões, não somente Frutal, mas *as cidades* – em suas diferentes formas e escalas – têm se revelado, ao longo da história, um terreno fecundo para a germinação de diferentes idealizações. Para além de suas particularidades e singularidades, são cenários providenciais para planejadores e utopistas de diversos perfis. De certo modo, *o espírito de Tecla*, e de seus incansáveis semeadores – cujos olhos buscam o infinito –, mais ou menos fortemente, pulsa em todas as cidades. O acompanhamento da proposta de construção da Cidade das Águas e o contato com diversos moradores – cujas falas traziam à tona outros projetos que mobilizaram Frutal, em diferentes temporalidades – foram fundamentais para a percepção da importância desse aspecto na compreensão dos imaginários sociais construídos em torno das cidades. Baczko, inclusive, recomendara atenção a isso: “as utopias formam lugares privilegiados em que se constituem os discursos que veiculam os imaginários sociais” (1985, p. 312).

Lugar da perfeição e harmonia, alguns pensadores consideram que cidades utópicas foram idealizadas antes do aparecimento do termo que as define. Para Mumford (1998), por exemplo, em *A República*, Platão (427-347 a.C.) delineara uma cidade ideal²⁹. Ao estudar os gregos e a utopia, Rosanna Lauriola afirma:

Em Hesíodo também podemos encontrar – muito antes que em Platão – o arquétipo do que mais tarde se tornaria a raiz, por assim dizer, da utopia

²⁹ Também Maria Bernardete Ramos Flores e Patrícia Peterle identificam vestígios da utopia em Platão: “Na *República*, há a descrição de um espaço que não tem exatamente um nome, mas é evocado por meio da palavra *Kallipolis* (bela cidade). Aqui, a organização do espaço e do que nele está contido parte de princípios hierárquicos e o objetivo comum é a promoção da felicidade e estabilidade” (FLORES; PETERLE, 2013, p. 8).

moderna e do pensamento utópico em termos da teorização da perfeita construção política. Em [uma] passagem de seu *Os trabalhos e os dias*, enquanto explica os benefícios de se respeitar a Justiça (*Dike*) e de se evitar a Raiva/Violência (*Hybris*), Hesíodo compara duas cidades: uma governada pela *Hybris* – isto é, uma equivalência da condição do seu tempo presente – e uma cidade governada pela *Dike*, que era algo que Hesíodo esperava e que, de uma certa forma, propunha como um modelo da cidade-estado ideal. [...] Os gregos antigos não tinham então um conceito consciente de utopia [...]. No entanto, desde Hesíodo as duas características fundamentais do conceito moderno de utopia podem ser identificadas, ou seja: (1) o ideal de uma vida perfeita e abençoada, imune a todos os problemas e cheia de todos os tipos de bens, combinados com (2) o ideal de um estado perfeito, onde a justiça e a paz predominam (LAURIOLA, 2009, p. 93-94).

A palavra *utopia*, apesar de empregada com sentidos variantes na era moderna, rigorosamente designa projeto – racional-racionalizante – de *vida feliz* para os homens *nas cidades*. Apareceu em 1516, como título do livro do humanista inglês Thomas Morus (1478-1535)³⁰. Na obra, dividida em duas partes, Morus – “o fundador das ilusões modernas”, conforme expressão de Emile Cioran (2011) – procura desenvolver um tratado para uma forma de governo melhor. Para tanto, principia por uma severa crítica à sociedade, abordando a crueldade e avidez dos monarcas; a miséria e injustiça sofrida pelos camponeses; o cenário de perseguições religiosas, entre outras mazelas de seu tempo. Embora o alvo preferencial de suas críticas fosse a Inglaterra, elas se estendiam às práticas políticas dos governantes de outros países³¹. Na segunda

³⁰ Exatamente por isso não se deve ignorar a observação de Marilena Chauí: ainda que à utopia sejam associadas idealizações desde a Antiguidade, o “sentido preciso do vocábulo [...] pertence à Renascença” (CHAUÍ, 2008, p. 8). Em função disso, a autora adverte que alguns paralelos estabelecidos entre idealizações, em geral, e *utopia* podem revelar certo anacronismo. Para Chauí, a *Utopia* de Morus só pode ser devidamente compreendida, levando-se em conta aspectos do pensamento renascentista presentes na obra, a saber: “antes de mais nada o humanismo, ou seja, distanciando-se do teocentrismo medieval, a Renascença dá ao homem o lugar central. Desenvolve a ideia de que o homem é dotado de capacidade e força não só para conhecer a realidade, mas sobretudo para transformá-la [...] O humanismo exalta a razão humana, a lógica e a experiência no plano do conhecimento, e a vontade no plano da ação, isto é, o poder para dominar, controlar e governar os apetites e as paixões. O homem é, pois, capaz de guiar-se a si mesmo, desde que, por meio da razão e da vontade, estabeleça normas de conduta e códigos para todos os aspectos da vida prática. Essa ideia da racionalidade e do poder da vontade conduz a duas outras ideias, essenciais para o surgimento das utopias: a de que os homens valem por si mesmos, independentemente de privilégios de nascimento e sangue, de maneira que a oposição entre ricos e pobres é injusta e fonte das revoltas que destroem os Estados; e a de que é possível organizar um Estado sereno, feliz, glorioso e perfeito, fundado na equidade e dirigido por um verdadeiro príncipe. Além disso, as viagens marítimas e a descoberta de novas terras e novos povos iriam inspirar a fantasia da sociedade perfeita de homens igualitários vivendo em plena harmonia com a natureza, tanto assim que a Utopia de More inaugura uma narrativa em que a descrição da cidade ideal é feita por um viajante, que navegou por mares nunca dantes navegados” (CHAUÍ, 2008, p. 9).

³¹ “La edad de oro de las utopías está ligada a la historia de los grandes descubrimientos marítimos. Cada relación de viaje, embellecida por la imaginación, actuó como un choque cultural restringido, provocando una comparación, una nueva posta en duda de las estructuras sociales contemporáneas” (SERVIER, 1969, p. 232).

parte do livro, o autor apresenta, em minúcias, a sociedade ideal, composta por cinquenta e quatro cidades construídas numa ilha denominada *Utopia* – uma derivação de *Utopus*, nome de seu conquistador e construtor. Na ilha imaginária, a sociedade é criteriosamente regulada; os utopianos vivem em harmonia, com tolerância e justiça. Todos trabalham pelo bem comum, falam a mesma língua e são regidos pelas mesmas leis, em um espaço urbano delineado, na expressão crítica de Mumford (1998), pela mesmice, monotonia e padronização. *Cidade do Sol*, do italiano Tommaso Campanella (1568-1639), publicada em 1602, é também uma referência da literatura utópica do período renascentista. Nela, a cidade é uma criação racional, extremamente ordenada, com cada coisa em seu lugar³².

Ao vocábulo criado por Morus, comumente, é associado o sentido de *não-lugar* ou *lugar nenhum*. Mas utopia expressa muito mais do que isso, pois se trata de um neologismo que traduz as (im)possibilidades de existência de um lugar. Conforme assinala Vivian Bernardes Margutti,

A palavra *utopia* é um neologismo do grego, sendo formada por derivação: o nome *topos* é anteposto pelo prefixo de negação *u*, e posposto pelo sufixo nominal *ia*. Em inglês, o termo *utopia* é homófono do termo *eutopia*, que significa um *lugar bom, feliz e perfeito*. As duas palavras não são sinônimas, mas, de alguma forma, uma contém a outra, já que ambas podem ser caracterizadas por referência a um lugar imaginário e melhor, quando comparado ao mundo histórico (MARGUTTI, 2010, p. 71).

Para a autora, no livro de Morus, este lugar se torna possível como “espaço literário, por ser algo imaginado, que adquire alguma forma de materialidade através da linguagem escrita” (MARGUTTI, 2010, p. 71). Leandro de Sousa Cruz considera que, desde a obra de Morus, configurou-se uma espécie de “imaginário utópico, [que] exerce influência também sobre o pensamento político, urbanístico, sobre os muitos tratados dos chamados ‘socialistas utópicos’ no século XIX” (CRUZ, 2013, p. 18-19). Embora a ideia de utopia remeta a representações diversas, entrecruzando diferentes áreas do saber, sua concepção comunica fortemente o desejo de mudança. Paul Ricoeur, ao comentar a obra de Morus, afirma que se trata da abertura do viver para o “campo do possível” (RICOEUR, 1991). Marilena Chauí ressalta que a utopia

³² Para uma instigante leitura da obra de Campanella, remeto a ALBORNOZ, Suzana Guerra. Trabalho e utopia na modernidade: o trabalho na Cidade do Sol de Tommaso Campanella. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. vol. 8, 2005. p. 59-69.

É um discurso cujas fronteiras são móveis, ou seja, utopia pode ser literária, arquitetônica, religiosa, política. Eis por que se pode falar em política utópica, arte utópica, ciência utópica, filosofia utópica, religião utópica. O fundamental, porém, é que esse discurso não é um programa de ação, mas um exercício de imaginação (CHAUÍ, 2008, p. 8).

A força do termo parece residir, então, nos possíveis que se abrem à história, por meio da *busca de um outro lugar*. Ainda que inalcançável, este espaço do devir inspira o lançar-se adiante, individual e coletivo, rumo a um futuro melhor – que pode ser projetado em uma nova sociedade; na forma de um bom governo ou, ainda, em uma cidade ideal³³.

No ano de 1922, Lewis Mumford publicou o livro intitulado *História das Utopias*, em que aborda desde as utopias gregas até o pensamento utópico do século XIX. Também para ele, a utopia não é algo simplesmente quimérico, justamente porque o pensamento ou os motivos utópicos impulsionam a ação: “o homem caminha com seus pés sobre o chão e sua cabeça no ar [...]. São as nossas utopias que tornam o mundo tolerável para nós: as cidades e mansões com as quais as pessoas sonham são aquelas em que elas finalmente vivem” (MUMFORD, 2008, *apud* MARGUTTI, 2010, p. 72). A percepção de Mumford parece reiterada por Cioran, ao analisar os mecanismos da utopia: “só agimos sob a fascinação do impossível; isto significa que uma sociedade incapaz de gerar uma utopia e de consagrar-se a ela está ameaçada de esclerose e ruína” (2011, p. 90).

As utopias são classificadas por Mumford em dois tipos: *utopia de fuga ou escape* e *utopia de reconstrução*. A primeira se prestaria apenas a uma compensação passageira para os problemas que assolam o cotidiano; a segunda representa a possibilidade de intervenções no mundo externo, por meio das quais mudanças concretas seriam instituídas. Mumford compara os dois tipos:

³³ Comentando as características das cidades utópicas relacionadas por Patrice de Moncan, na obra *As cidades sonhadas*, Barbara Freitag afirma que “ao relembrar utopias como Atlântida, Utopia, o Falanstério e até mesmo Brasília, o autor destaca como primeira característica o *isolamento*. A maior parte das utopias [...] eram situadas em *ilhas distantes*, desconhecidas, não identificáveis. Seus idealizadores fixavam-lhes um *tamanho ideal*: o Falanstério de Charles Fourier poderia ter até 3.000 habitantes, a ‘cidade-jardim’ de Ebenezer Howard estava prevista para 30.000 pessoas, Brasília foi planejada por Lúcio Costa para meio milhão de habitantes e a ‘ville radieuse’ de Le Corbusier teria como tamanho ideal 3 milhões de moradores. De preferência as cidades utópicas deveriam ser construídas em terreno plano, sem relevo, para que a cidade pudesse expandir-se. As ruas e os prédios deveriam privilegiar o *ângulo e a linha reta*. Muitos utopistas urbanos defendiam a *tolerância* religiosa e filosófica em ‘suas’ cidades e condenavam a *propriedade privada* [...]. Como valor supremo busca-se encontrar a *cidade justa, harmoniosa, ordenada*” (FREITAG, 2002, p. 3-4. Grifos da autora).

Em um construímos castelos impossíveis no ar; no outro, consultamos um agrimensor, um arquiteto e um pedreiro, e construímos uma casa que satisfaça às nossas necessidades essenciais; do modo pelo qual casas feitas de pedra e argamassa são capazes de satisfazê-las (MUMFORD, 2008, *apud* MARGUTTI, 2010 p. 72).

Para Lauriola, os dois tipos de utopia partem de uma realidade insatisfatória, porém a *utopia de escape* não intenciona modificar a realidade, sendo por isso mesmo, “sem propósito, uma ‘casa de refúgio’ para a qual se pode fugir quando as coisas ficam muito complicadas para se viver” (LAURIOLA, 2009, p. 95). A de *reconstrução*, por seu turno,

[...] é uma utopia com propósito; ela tenta dar a condição para o escape da realidade no futuro, ao procurar mudar o mundo atual, ou reconstruí-lo. A reconstrução se faria não somente no ambiente material e físico (instituições, sistema sociopolítico, etc.), mas – e principalmente – nas atitudes mentais dos seres que habitam este mundo, o que significa a criação de um novo conjunto de hábitos e valores, diferentes redes de relações, e assim por diante (LAURIOLA, 2009, p. 95).

As cidades idealizadas, evidentemente, seriam utopias de reconstrução, lugares racionalizados precisamente como modelos do viver – o que implica a organização do espaço físico e, sobretudo, o estabelecimento de regras de comportamento para os viventes do lugar planejado. E isso não é um mero detalhe, porque revela a forte relação das idealizações com o poder. Para alcançar a cidade ideal “são *propostas medidas pedagógicas* para educar seus moradores como cidadãos esclarecidos, envolvidos com o trabalho e a paz” (FREITAG, 2002, p.4. Grifos da autora). Ou – por que não? – envolvidos com a preservação do meio ambiente e com a gestão adequada da água.

Margutti, ao se debruçar sobre as relações entre história e literatura, lembra que *utopia* e *distopia* são, por um lado, palavras cujos sentidos se opõem; por outro, são termos que apresentam alguma proximidade, pois ambos “criam um cenário imaginário com o intuito de criticar a ordem das coisas” (2010, p. 78). A autora afirma que, a partir do século XIX, em decorrência dos problemas sociais gerados pelo sistema capitalista, a produção literária de caráter distópico tornou-se significativa. Relembrando obras como *O processo* de Franz Kafka e *A Revolução dos Bichos* de George Orwell, Margutti ressalta:

Enquanto a literatura utópica cria um mundo imaginário e ideal a partir de referências retiradas do próprio contexto histórico no qual se insere, a literatura distópica faz surgir um mundo que traz à tona as questões negativas que decorrem de um determinado sistema político, social e econômico. Ambas as formas de escrita tendem a levantar questionamentos ligados a sistemas sociais. Entretanto, a literatura distópica dá maior ênfase aos pontos que não são positivos e ainda deixa transparecer algumas de suas prováveis consequências no futuro (MARGUTTI, 2010, p. 79).

Ao contrapor essas duas vertentes da literatura, a autora procura demonstrar como a criação de lugares imaginários, pelas mãos dos escritores, pode assumir caminhos distintos e opostos. Na literatura utópica, a crítica à realidade ocorre por meio da projeção de um lugar supostamente perfeito para se viver. Na vertente distópica, o futuro projetado é apavorante, porque decorre do mergulho, sem filtros, nas problemáticas já presentes no real³⁴.

Passando da literatura para a história – e sem perder de vista o impulso utópico que inspira as idealizações urbanas – pretende-se indagar aqui a ambiguidade constitutiva da própria utopia:³⁵ da mesma forma que contém a *eutopia* – *lugar bom, feliz e perfeito* –, não seria a utopia também a enunciação de uma *distopia*, na medida em que pretende abolir o dissenso e suprimir o revolver constante do solo social, que conferem sentidos ao viver em comum? Walmira Sodré Moraes adverte: “o espaço arquitetado simetricamente reflete muito mais que apenas uma forma espacial projetada pela ideia de perfeição. Esta mesma simetria geométrica pode também ser requerida dos habitantes da cidade utópica” (2011, p.47). Sendo assim, a análise das projeções

³⁴ Ao comentar as articulações entre os principais aspectos do discurso utópico e o fenômeno do totalitarismo, Chauí ressalta: “Essa articulação foi feita na segunda metade do século XX em vários romances, como, por exemplo, *1984*, de Orwell, *Admirável mundo novo*, de Huxley, e *Fahrenheit 541*, de Bradbury. E reaparece, no início do século XXI, no primeiro filme da trilogia *Matrix*. Referindo-se à articulação entre os elementos próprios do discurso e da narrativa utópicos e o totalitarismo, alguns autores falam em *distopia*, o *tópos* dilacerado e infeliz. As obras de distopia nos levam do sonho ao pesadelo” (CHAUÍ, 2008, p. 12). Também são pertinentes as observações de Rogério Bianchi de Araújo: “Qual a diferença fundamental entre o utópico e o distópico? O utópico remete à ideia alargada de utopia como representação factível de uma situação futura na qual os valores, regras e instituições estejam acordados com aquilo que se considera ideal; o viés da distopia inverte a perspectiva utópica, uma vez que o futuro é previsto como pior que o presente, decorrência nefasta de um projeto coletivo. [...] As sociedades distópicas são essencialmente aquelas nas quais o Estado absoluto controla a vida e a mente de seus cidadãos. Podemos arriscar a dizer que a distopia hoje é a metáfora do capitalismo financeiro e a nova sociedade de consumo generalizado” (ARAÚJO, 2013, p. 282).

³⁵ “Do ponto de vista que nos ocupa, o das reconfigurações do sensível comum, a palavra utopia carrega duas significações contraditórias. A utopia é o não-lugar, o ponto extremo de uma reconfiguração polêmica do sensível, que rompe com as categorias da evidência. Mas também é a configuração de um bom lugar, de uma partilha não polêmica do universo sensível, onde o que se faz, se vê e se diz se ajustam exatamente. As utopias e os socialismos utópicos funcionaram com base nessa ambiguidade: por um lado, como revogação das evidências sensíveis nas quais se enraíza a normalidade da dominação; por outro, como proposição de um estado de coisas no qual a ideia da comunidade encontraria suas formas adequadas de incorporação, no qual seria portanto suprimida a contestação a respeito das relações das palavras com as coisas, que constitui o núcleo da política” (RANCIERE, 2014, p. 61-62).

utópicas permitiria decodificar os aspectos distópicos que assombram o viver urbano, à maneira de um espelho invertido. Ao afirmar que a sociedade projetada pela utopia parece intolerável, Cioran contribui para a compreensão crítica da questão: “hostil à anomalia, ao disforme, ao irregular, [a utopia] tende para o fortalecimento do homogêneo, do modelo, da repetição e da ortodoxia. Mas a vida é ruptura, heresia, abolição das normas da matéria” (2011, p. 94). Nessa perspectiva, o pesadelo distópico encontra-se inscrito na própria utopia, à medida que esta, em sua obsessão pelo definitivo, pretende encerrar a história no *eterno presente* (CIORAN, 2011). Decorre daí, muito provavelmente, o aspecto claustrofóbico das cidades idealizadas – mais inibidoras que estimulantes do viver em comum, nas distintas versões em que emergem na história³⁶. Utopias e distopias urbanas funcionam, pois, como espelhos que giram sem cessar. Não se trata de polos cartesianamente opostos, mas de territórios imaginários que se atravessam, num jogo ininterrupto – tornando ainda mais complexa e desafiadora a tessitura pulsante das cidades.

A complexidade desse jogo que nunca se interrompe pode ser percebida em dimensão mais profunda, quando se atenta para as *impressões e sentimentos* que, muitas vezes, assaltam os viventes comuns em face dos projetos utópicos/distópicos que ativam os imaginários urbanos. A esse respeito, faz-se relevante recuperar algumas observações feitas pela filósofa Alice Bitencourt Haddad, em análise sobre a pertinência ou não de se “falar em utopia no tempo e lugar dos textos platônicos” (2013, p. 200). Sem ignorar que o substantivo em questão foi cunhado no século XVI, a autora lembra que um adjetivo próximo ao termo moderno – *átomos* – era usado pelos gregos antigos para expressar *aquilo que está deslocado, fora de lugar*, referindo-se “a uma determinada realidade, seja ela atual (presente) ou possível (imaginada, suposta)” (HADDAD, 2013, p. 201).

A autora menciona diferentes situações em que o termo aparece nos diálogos escritos por Platão, destacando especialmente a narrativa de *Crítias* – personagem que conta a história da guerra entre Atenas e Atlântida. No decorrer do relato, o filósofo emprega a expressão *atopia* –

³⁶ Ao abordar a participação dos *homens da lei*, na Era Moderna, na formulação das projeções denominadas utópicas, sejam cidades-países, sejam edificações arquitetônicas, Bresciani registrou: “o princípio racional estruturante da contra-sociedade espelhada na ilha Utopia se aproxima de modo subliminar da racionalidade da idealizada projeção panóptica” (BRESCIANI, 2013, p. 182). Também Freitag frisara a relação: “alguns utopistas quiseram até mesmo controlar o sexo, fixando as idades em que os jovens estariam autorizados a praticá-lo, fixando-se, inclusive, quantas vezes por semana a relação sexual se poderia dar, entre outras regulamentações. Não é por acaso que as construções idealizadas pelos utopistas assemelhavam-se ao panóptico de Jeremy Bentham, que inspirou a arquitetura das fábricas e prisões futuras” (FREITAG, 2002, p. 4).

átopoi – para se referir ao estranhamento e desconforto provocados pela descrição de uma *excelente e desconhecida* Atenas – que não poderia ter existido da forma como o narrador a apresenta. Em contraste com a pólis declinante do tempo de Platão, a remota Atenas – *nunca sabida, nunca vista* – revela-se *desconcertante e absurda*. Todavia, em decorrência de sua suposta “excelência política e física” (HADDAD, 2013, p. 209), a cidade narrada assemelha-se àquela “construída com o logos n’A República” (HADDAD, 2013, p. 205). Assim, para a autora, no diálogo em destaque, Platão aciona um *jogo de oposições* de forma tal que

[...] a atopia serve à utopia – se entendermos por utopia, grosso modo, a cidade imaginária idealizada, construída como alternativa a uma realidade que se quer criticar. No caso do *Crítias*, os quadros a serem contemplados e comparados são dois: de um lado, a Atenas idealizada por Platão, utópica e atópica; e, de outro, a rica, poderosa e imperialista Atlântida, associada muito frequentemente e com justiça a Atenas histórica. Se a Atenas arcaica platônica é estranha, *átopos*, Atlântida, por sua vez, é muito familiar. E é por isso que ela é o contraexemplo, servindo de modelo vivo, porque ‘inscrito na história’, da organização política que não se quer porque fracassa, porque não se sustenta (HADDAD, 2013, p. 210. Grifos da autora).

Intencionalmente, a estranha narrativa é apresentada como uma história verdadeira. Desse modo, recorrendo a associações e deslocamentos; inversões e projeções, para Haddad, o “filósofo pintor de cidades [...] reinventa o lugar do leitor [...] oferecendo [...] o modelo de uma pólis que ‘existiu’, uma cidade viva” (2013, p. 209) – a Atenas arcaica –, mas que fora destruída pela poderosa, porém distópica, Atlântida, cuja familiaridade com a Atenas existente salta aos olhos. Por tais procedimentos, ainda para a estudiosa, Platão “realiza uma intervenção tão radical na história da cidade, que parece pretender mudar a própria memória dos atenienses” (HADDAD, 2013, p. 210), a fim de projetar o futuro da cidade em outra constituição.

Independentemente da (in)verossimilhança entre a cidade descrita, a conhecida e a imaginada, e para além das intenções do filósofo de forjar a história de Atenas com o propósito de moldar uma sociedade ideal, importa aqui reiterar que a qualificação de *atópico*, conforme aponta Haddad, refere-se a “um estado de alma ou de espírito de desconcerto, ou de perplexidade, ou até de constrangimento [...], sendo, então, o adjetivo a expressão de uma impressão que remete mais ao estado do emissor do que à própria coisa” (2013, p. 201). Mergulhados numa confusão entre sonho e realidade, relativamente atordoados, “os personagens que afirmam algo como *átopos* vivem uma situação de não reconhecimento daquilo que está se passando, ou da

impossibilidade de entender, de explicar para si mesmo o que vê e/ou ouve” (HADDAD, 2013, p. 201-202).

Disso decorre a percepção de que a enunciação das utopias urbanas, por suas ambiguidades, extravagâncias e lampejos delirantes, pode tanto seduzir quanto provocar desconforto e perplexidade nos viventes das cidades, seja por “ignorância daquilo que se apresenta” (HADDAD, 2013, p. 202), seja por explícita recusa do que se percebe, no contraste entre a cidade vivida e a sonhada, como *atópico: insólito, absurdo ou descabido*.

Exercício de uma imaginação racionalizante – uma vez que as utopias não são apenas racionais, mas também operam no registro do desejo e dos afetos – o impulso utópico, portanto, diz da capacidade (necessidade?) dos homens de projetar futuros alternativos. Desse modo, toda e qualquer cidade – incluindo Frutal – pode ser tomada na perspectiva da utopia, não apenas no sentido de um espaço modelado, mas também como um “lugar de *promessa*. Promessa e esperança da realização de desejos” (PECHMAN, 2013, p. 141. Grifo do autor). Múltiplos, vibrantes e dissonantes desejos, diga-se de passagem, ao se considerar a diversidade dos sujeitos desejantes.

Tão habituados estamos com o universo urbano, que nem sempre estranhamos ou nos deixamos surpreender por aquilo que a cidade – construção histórica – possui de inusitada. A este respeito, Emile Cioran apresenta indagação desconcertante, talvez por ser absolutamente elementar: “como, em um espaço tão reduzido, podem coexistir tantos homens sem destruir-se, sem odiar-se mortalmente?” (CIORAN, 2011, p. 89). O autor, em resposta provocativa, alega que, na verdade, os cidadãos se odeiam, como confirmam os abalos ocorridos nas cidades, mas, na maior parte do tempo, coabitam sem se despedaçarem uns aos outros de forma intensamente visível. A crítica intencionalmente ácida de Cioran, além de gerar desconforto, incita a perguntar: como a cidade persiste historicamente em meio aos tormentos distópicos do viver urbano? Talvez o olhar sensível de Pechman ofereça pistas para se pensar a questão, justamente por vislumbrar a cidade como um lugar de

Promessa e esperança da realização de desejos [...] lugar histórico da promessa de realização da ‘civilitas’ (civildade, afabilidade) e da ‘urbanitas’ (urbanidade), a base da constituição da vida urbana e de convivialidade, fundadas nas redes de sociabilidade e de convivialidade, cujos começos remetem à *polis* grega (PECHMAN, 2013, p. 141).

Pechman lembra que a cidade possibilitou, historicamente, o desenvolvimento de uma vida coletiva, na qual o indivíduo encontrava abrigo e, ao mesmo tempo, percebia-se pertencendo e participando de uma coletividade. Desse modo, a cidade expressa “um desejo de sociabilidade, que se traduz na esperança de uma convivialidade possível, de proteção, de reconhecimento e de pertencimento” (PECHMAN, 2013, p. 14). Para Mumford, na Atenas clássica, a cidade ideal tornou-se visivelmente real, todavia “o mais elevado produto daquela experiência [histórica] não foi um novo tipo de cidade, mas um novo tipo de homem” (1998, p.178): aquele que assumia para si os destinos da cidade.

Evidentemente que a urbe não pode ser pensada historicamente como uma entidade, tampouco os cidadãos podem ser compreendidos à revelia das cidades que constroem e que, ao mesmo tempo, os constituem. Somente a partir das relações sociais nelas estabelecidas é possível compreender seus sentidos – múltiplos – e sua significação histórica. Quando Pechman, evocando a perspectiva utópica, toma a cidade como lugar de promessa, ele se refere à ampliação do espaço social e à criação de novos vínculos entre os indivíduos, possibilitados por uma vida urbana que conferia sentido à sua existência no mundo. Tratava-se do “desejo de cidade e que dizia respeito ao imaginário da coletividade urbana” (PECHMAN, 2013, p. 142).

A modernidade, ao romper vínculos tradicionais e trazer à tona novas formas de subjetivação, tornou o viver urbano mais complexo, uma vez que abriu “espaço para que cada um [...] interpele [a cidade] não mais no uníssono coletivo, mas na voz individual” (PECHMAN, 2013, p. 142-143). Diante da explosão de vozes individuais, própria da contemporaneidade, seria ainda possível ver, viver e sonhar a cidade como espaço da convivialidade, da coexistência de diferentes atores e de múltiplas experiências sociais? Trazendo a discussão das utopias para a realidade urbana contemporânea, Carlos Bernardo Vainer (2003) afirma que, na esteira da ascensão dos movimentos sociais e do fortalecimento das organizações populares, ao final do regime militar, teria havido, no Brasil, o vislumbre da cidade democrática. Movidos pelo impulso de que *outro urbano é possível*, os cidadãos teriam sido chamados à participação – aliás, a construir a si mesmos como cidadãos, na medida em que participavam dos rumos da cidade.³⁷

³⁷ Decorre diretamente deste processo, a aprovação da Lei Federal 10.257 de 2001, mais comumente chamada de *Estatuto da Cidade*, criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. Na época em que o Estatuto foi aprovado, a estudiosa Bárbara Freitag manifestou-se a respeito do assunto nos seguintes termos: “tudo indica estarmos diante de mais uma lei admiravelmente progressista, arejada, com vocação democrática, autenticamente preocupada com o futuro de nossas cidades e das novas gerações de moradores que as habitarão. Trata-se, em verdade, de uma *Utopia*,”

Entretanto, esta concepção de *direito à cidade*³⁸ deparou-se com a emergência, a partir dos anos 1990, do “modelo da cidade-empresa, da cidade-mercadoria [...]”. Produtividade e competitividade tornaram-se as principais qualidades a serem buscadas pelas cidades” (VAINER, 2003, p. 28). Enquanto na concepção de cidade democrática, “o conflito [...] é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade” (VAINER, 2003, p. 30); na cidade-mercadoria procura-se evitar o conflito e o debate, ao mesmo tempo em que se objetiva a criação de consensos em torno dos projetos idealizados.

Cabe indagar: em face da emergência das cidades-mercadorias, comandadas pelo binômio produtividade-competitividade, tão fecundo na produção e propagação dos *ódios mortais*, a aposta na cidade como espaço do convívio politizado teria se convertido em ruína? A utopia da pólis seria possível apenas como nostalgia?³⁹ Estaria a cidade democrática, na atualidade, presente somente como ausência? De que forma os dilemas da cidade como *lugar de*

no sentido que Thomas Morus quis conferir a este conceito. Uma lei dessas não existe em lugar nenhum e dificilmente será realizável no Brasil” (FREITAG, 2002, p. 15-16). Para uma avaliação mais atualizada da formulação, aprovação e aplicação deste marco regulatório Cf. ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade:** das lutas pela Reforma Urbana às cidades da copa do mundo. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

³⁸ De acordo com Suely Ribeiro Leal (2012), o discurso do direito à cidade – que tem norteador reformas institucionais importantes, como a promulgação do Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003) – refere-se política e teoricamente à obra de Henri Lefebvre. Ressalte-se que, para o renomado pensador francês, “em termos tão ‘positivos’ quanto possível, o mesmo [direito à cidade] significa o direito dos cidadãos-cidadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. [...] Excluir do *urbano* grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão (se se quiser falar assim do ‘homem’) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (LEFEBVRE, 2008, p. 31-32. Grifos do autor). Conforme registrado por Jennifer dos Santos Borges, na perspectiva de Lefebvre, “apreende-se o conceito de direito à cidade como o de uma utopia realizável, um parâmetro do que poderia ser a conformação ‘ideal’ [...] de uma democracia urbana efetiva, definida pela ‘gestão e produção *coletivas* do próprio espaço” (BORGES, 2014, p. 216-217).

³⁹ Emprego aqui as noções de *ruína* e *nostalgia* conforme recuperadas por Andreas Huyssen, em artigo intitulado *A nostalgia das ruínas*. Segundo o autor, o significado de nostalgia, primariamente, relaciona-se à irreversibilidade do tempo, quando o passado é percebido como algo inacessível. Na modernidade, de forma predominante, nostalgia assume uma codificação negativa, justamente por se contrapor ou mesmo solapar as noções lineares de progresso. “Mas o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar. A nostalgia pode ser uma utopia às avessas. No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas. A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. [...] Temos saudade das ruínas da modernidade porque elas ainda parecem encerrar uma promessa que desapareceu de nossa era: a promessa de um futuro alternativo” (HUYSEN, 2014, p. 91-93). A presente discussão será retomada adiante.

promessa/espço de nostalgia fazem pulsar o jogo utópico-distópico nos imaginários urbanos? Enfim, *o espírito de Tecla*, tão vibrante nas experiências urbanas modernas, faz sucumbir o *espírito da pólis* no espaço das cidades?

1.2 Do espírito da pólis ao espetáculo do poder

Em estudo clássico sobre a história das cidades, consideradas tanto na dimensão material quanto simbólica, Lewis Mumford retrata aspectos instigantes presentes na constituição e dinâmica urbanas. Para ele, na Antiguidade grega, sobretudo entre os anos 480 e 430 a.C. “a pólis, pela primeira vez, assumiu uma forma ideal, que a distinguiu das aldeias e cidades mais antigas: uma forma ideal não primariamente em pedra, mas em carne e sangue” (MUMFORD, 1998, p.179). Espaço da política por excelência⁴⁰, a originalidade da pólis não residiria, na opinião do autor, na beleza de seus templos e monumentos, nem tampouco na grandiosidade dos feitos gregos que passaram para a história, seja no teatro, nas artes plásticas, na filosofia, na literatura. Pelo contrário, ao suscitar a emergência do cidadão livre⁴¹, porém comprometido com os rumos da cidade – nos negócios, nos conselhos e tribunais, nas assembleias, na arte e na guerra, no destino, enfim – “a natureza humana subitamente cresceu a uma estatura mais plena” (MUMFORD, 1998, p.185).

Também para Jean-Pierre Vernant, o aparecimento da pólis representa, no mundo grego, um acontecimento decisivo, pois marca o surgimento de um espaço social novo, cujo núcleo vital não mais se estrutura em torno de um palácio real fortificado. “É a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui”

⁴⁰ Para Hannah Arendt, na condição de livres e iguais, os homens nascidos na pólis construíam a teia das relações humanas por meio do diálogo, do debate, pela busca do convencimento, reunindo-se para tratar de interesses comuns, para expor suas opiniões e participar dos destinos da cidade. Nesse cenário plural, emerge a *política*, entendida, pois, não como algo dado, inerente à *natureza* ou *essência* humana, mas como atividade que “surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora* dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação” (ARENDT, 2006, p.23), pressupondo, assim, o coletivo, a pluralidade. Este *entre-os-homens*, o espaço de emergência da política, é nomeado pela pensadora de *mundo comum*: “Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal qual ele é ‘realmente’, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem *sobre* ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. O viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-os-outros são, no fundo, a mesma e única coisa” (ARENDT, 2006, p. 60).

⁴¹ “Ser-livre e viver-numa-pólis eram, num certo sentido, a mesma e única coisa” (ARENDT, 2006, p.47).

(VERNANT, 1986, p. 33). No local em que antes se erguia o palácio, antigo espaço privado e privilegiado, ergue-se a acrópole – plano do sagrado. Na esfera profana, contudo, em torno da ágora⁴² a comunidade se realiza, ao debater publicamente as questões de interesse geral, os assuntos da vida comum. “Esse quadro urbano define efetivamente um espaço mental; descobre um novo horizonte espiritual. Desde que se centraliza na praça pública, a cidade já é, no sentido pleno do termo, uma *polis*” (VERNANT, 1986, p. 33).

No cenário urbano assim delineado, destaca Vernant, a palavra assume posição proeminente frente aos demais instrumentos de poder. Não se trata de um *dito* ritualístico, mas de palavra viva, que debate, argumenta, diz e contradiz, supondo a existência de um público ao qual se dirige – fator que remete imediatamente a outro aspecto da pólis assinalado pelo autor: o caráter público conferido às manifestações da vida social. “Pode-se mesmo dizer que a *polis* existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes, mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas [...] opondo-se a processos secretos” (VERNANT, 1986, p. 35). Abertos e dessacralizados, o conhecimento e o jogo político tornam-se sujeitos a críticas e controvérsias; julgamentos, opiniões e debates apaixonados. O universo espiritual da pólis comporta ainda outro traço: os que tomam parte da cidade, independentemente de suas diferenças, são assemelhados, permutáveis na ação política, na medida em que estabelecem entre si relações de reciprocidade, em lugar de relações de submissão e domínio. “Esta semelhança cria a unidade da *polis*, porque, para os gregos, só os semelhantes podem encontrar-se mutuamente unidos pela *Philia*, associados numa mesma comunidade” (VERNANT, 1986, p. 42).

Na Atenas do século V a. C., engajamento político e expansão do espírito conferiram à pólis cores singulares, consubstanciando o modelo de cidade, a forma ideal apontada por Mumford, que se converteria na *promessa da urbe*, a mobilizar a imaginação ocidental em diferentes momentos da história.

Nunca a vida dos homens das cidades fora tão significativamente animada, tão variada e compensadora [...]. O trabalho e o lazer, a teoria e prática, a vida privada e a vida pública, achavam-se em intercurso rítmico, enquanto que a arte, a ginástica, a música, a conversa, a especulação, a política, o amor, a aventura e

⁴² “E a política toma por sua vez forma de *agón*: uma disputa oratória, um combate de argumentos, cujo teatro é a ágora, praça pública, lugar de reunião antes de ser um mercado” (VERNANT, 1986, p. 32).

mesmo a guerra abriam cada aspecto da existência e o colocavam dentro do âmbito da própria cidade (MUMFORD, 1998, p.189).

Tal conquista histórica foi possível, em parte, porque o cidadão ateniense reservara ao escravo a labuta do esforço físico. Aos olhos contemporâneos, porém, a cidade grega, descrita por Mumford como intensa e vigorosa, pareceria pobre e sem conforto. “Na verdade, a cidade visível, a cidade tangível, era cheia de imperfeições” (MUMFORD, 1998, p. 177). Do alto, a acrópole regular e simétrica, contrastava com o entorno⁴³, cuja irregularidade era claramente evidenciada pelos caminhos estreitos, tortuosos e mal traçados, pela ausência de calçamentos e pelos problemas sanitários: “não existia calçamento para evitar a lama na primavera ou a poeira no verão; na área central, não existiam jardins interiores nem parques arborizados, e apenas os rudimentos de passeios públicos com arcadas” (MUMFORD, 1998, p. 183). O sentido do viver urbano, contudo, transcendia as edificações e a urbanística. A própria cidade formava e transformava os homens, não por intermédio de uma escola especializada, mas pelo conjunto de suas atividades, pela troca de ideias e opiniões, pelo chamado à atuação pública, de maneira que, “por algum tempo, a cidade e o cidadão eram um só” (MUMFORD, 1998, p.187).

Mais de vinte séculos depois dessa experiência histórica de cidadania plena – “por mais duvidosa que a proposição pudesse parecer aos seus escravos ou a suas mulheres” (MUMFORD, 1998, p. 189) – a pólis ainda pulsa fortemente, configurando-se como uma espécie de cânone para a interpretação das cidades na modernidade. Robert Pechman reitera esta visão, ao afirmar que a pólis democrática permanece “a referência para tudo que o mundo ocidental projetou como imaginário e representação da ideia de cidade” (2014, p. 94). Atento às tensões entre o indivíduo e a cidade, o autor traz a reflexão para a contemporaneidade, ao questionar o sentido da vida coletiva no tempo presente.

Ainda é possível construir cidades fundadas no espírito público que gere cidadãos-indivíduos, onde, pela ‘política’, o sujeito possa definir o seu destino, seja individual, seja coletivo? Ou já estaríamos no reino de um *après-ville* onde o espírito da pólis não paira mais e a cidade não faz mais que vomitar seus indigestos sujeitos que ousaram não se sujeitar aos desígnios dos novos donos da

⁴³ “Se a acrópole representa a cidade, em sentido vertical, até as suas fontes primevas mais distantes da superfície, a ágora representa em sentido horizontal, ultrapassando os seus limites espaciais visíveis. Exceto quanto à própria característica de ser aberta, a ágora não expressava unidade alguma: quase qualquer função podia ser ali desempenhada; quase qualquer tipo de edificação podia ali ser encontrado” (MUMFORD, 1998, p. 181).

cidade, que certamente não seriam mais os cidadãos? (PECHMAN, 2014b, p. 94).

As indagações de Pechman são instigantes e de grande relevância, porque tornam inevitável o enfrentamento de questões substanciais para quem se aventura a compreender a cidade: por que o declínio da cidade ideal não esgotou sua influência no Ocidente na longa duração? E mais: o que foi feito do *espírito da pólis* ao longo da história no Ocidente? Mumford assinala que pouco depois de seu auge, ainda no século IV a.C., na cidade helenística, “sanitária, ordenada, bem organizada, esteticamente unificada, porém grosseiramente inferior na sua capacidade de promover a atividade criadora [...] os edifícios começaram a desalojar os homens” (MUMFORD, 1998, p. 190). O museu e a biblioteca se sobrepuseram ao conhecimento, agora estéril, por não expressar a experiência cotidiana, e o Estado se tornou grandioso nas edificações⁴⁴. Na mesma proporção em que a vida interior se debilitava, o aspecto exterior se mostrava mais rico, organizado e elevado, esteticamente monumental. Ao lado disso, a emergência de determinada produção intelectual, cujo objetivo era delinear a cidade ideal, sinalizava para o arrefecimento, ou mesmo para o bloqueio, do vigor do viver urbano.

Em parte, esse esforço assinala confiança em que os processos da razão podiam impor certa medida e ordem a toda atividade humana [...]. Não podia ser a própria cidade tratada como uma obra de arte, sujeita ao planejamento e à reconstrução deliberada? A Utopia não foi nada mais que um novo exercício de geometria sólida, com base na suposição de que todos os homens racionais estavam dispostos a ser tais geômetras sociais. Méton, o agrônomo e planejador que Aristófanes glosa em *As Aves*, é, na realidade, o planejador arquetípico, de Hipódamo a Haussmann: arregimentadores de funções humanas e de espaço urbano (MUMFORD, 1989, p. 191).

E o que revelam as projeções utópicas, em sua perfeição cristalina, senão o desligamento dos valores que vivificavam a pólis? Os pontos de encontro e as rodas de conversa, o mundo aberto, variado e animado, as fortes emoções dos debates e dos enfrentamentos face a face estavam condenados pelo esforço de dar existência real a uma cidade ideal.⁴⁵ Referindo-se à

⁴⁴ “A cidade helenística tornou-se um mostruário onde o poder dos governantes, dinástico ou mercantil, era posto em exibição, tanto para temor de seus súditos quanto para entretê-los. Talvez para curar a profunda ferida causada pela perda de efetiva liberdade política e de criatividade cultural das cidades gregas, os novos governantes proporcionavam beleza como uma espécie de bálsamo ou analgésico” (MUMFORD, 1998, p. 218).

⁴⁵ “A vida urbana começara na Grécia como uma conversa animada, e degenerara numa competição crua ou na luta física. [...]. O que sobrou do antigo drama urbano era um mero espetáculo, um espetáculo representado perante uma

utopia de Platão, Mumford é enfático:

Quando voltou as costas à desordem e confusão de Atenas, para redistribuir as funções sociais da cidade [...] Platão também voltou as costas, infelizmente, à vida essencial da própria cidade, com seu poder de cruzamento, de entremistura, de reconciliação de opostos, de criação de novas sínteses, de elaboração de novos melhoramentos não predeterminados pela própria estrutura petrificada [...]. O que não suspeitou, aparentemente, foi que esse paraíso geométrico poderia, segundo as potencialidades suprimidas do homem, passar a ser um inferno em vida (MUMFORD, 1998, p. 195).

Curiosamente, com o olhar comprometido pelo desejo de controle social, o filósofo não teria reconhecido na pólis, e em suas complexidades, “a fonte de suas próprias grandes qualidades” (MUMFORD, 1998, p. 193), quais sejam: seu espírito profundo e fortemente criativo. Também a Aristóteles, ao excluir os trabalhadores manuais e mercadores da vida ativa da cidade ideal, não ocorreram os limites deste projeto para a sobrevivência do *espírito da pólis*.⁴⁶ A esse propósito, as palavras de Mumford são esclarecedoras: “essa impossibilidade de uma larga parcela dos moradores da cidade alcançar a cidadania explica, em parte, a derrocada da cidade grega” (1998, p. 206). Eximidos de qualquer obrigação moral ou responsabilidade política, os segmentos excluídos da cidadania, como os mercadores, não se comprometiam com os destinos da cidade e podiam se dedicar à conquista de vantagens meramente individuais.

Tanto em Platão quanto em Aristóteles, as cidades idealizadas não incorporaram as forças criadoras e generosas de uma sociedade aberta. A ideia de utopia urbana prolongou-se no tempo, inspirando e, concomitantemente, provocando as cidades existentes. Mas que distância separa as cidades ideais das cidades reais? Em meio a quais ambivalências e relações de poder, os interesses e desejos dos gestores e dos demais grupos – que se confrontam cotidianamente no solo móvel da cidade – se expressam nas idealizações? Ou de que modo a organização espacial, a

audiência passiva, com prestidigitadores, contorcionistas e anões profissionais que usurpavam o lugar outrora ocupado por cidadãos respeitáveis. [...] Na antiga *pólis*, todo cidadão tinha um papel ativo a desempenhar: na nova municipalidade, o cidadão recebia ordens e fazia o que lhe era dito, ao passo que os negócios ativos do governo estavam nas mãos de profissionais, tentados pela sorte ou contratados por uma paga, muitas vezes estendendo a mão em busca de ambas as coisas [...]. A cidade, assim, deixou de ser o palco de um drama significativo, no qual cada um teria um papel, com falas a dizer: tornou-se, pelo contrário, um pomposo mostruário de poder” (MUMFORD, 1998, p. 216-217).

⁴⁶ Aristóteles “desejava transformar a ágora em praça de mercado, separado da ágora como fórum político. Pretendia estabelecer este último, segundo o exemplo da Tessália, como uma ágora de homens livres, de onde o comércio e todos os comerciantes seriam excluídos, a menos que convocados pelos magistrados” (MUMFORD, 1998, p. 207).

arquitetura e o viver urbano dão forma a esse jogo que pulsa entre o definido/inescapável e o desejo do novo? Richard Sennett (2003), em *Carne e Pedra*, ao tentar compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura e urbanismo afirma:

Imagens ideais do corpo humano levam à repressão mútua e à insensibilidade, em especial aos que possuem corpos diferentes e fora do padrão. Em uma sociedade ou ordem política que enaltece genericamente ‘o corpo’, corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma (SENNETT, 2003, p. 22).

Se a cidade habita o corpo tanto quanto o corpo habita a cidade⁴⁷, conforme indica Sennett, impõe-se perguntar: *em uma ordem política que enaltece genericamente a cidade*, o que fazer das *necessidades das cidades que não se adequam ao paradigma*? O império romano, fruto de um único centro urbano de poder, foi considerado, por Lewis Mumford, a maior empresa construtora de cidades. A marca de Roma pode ser encontrada “em todas as partes da Europa, da África do Norte e da Ásia Menor, alterando o modo de vida em cidades antigas e estabelecendo seu tipo especial de ordem, a partir do chão, em centenas de novos alicerces” (MUMFORD, 1998, p. 227). Impelidos a expandir as fronteiras imperiais a dimensões universais, os romanos não economizaram em violentas ações de exploração para impor sua *justiça e paz*. “Roma foi o grande moinho de salsichas que transformou outras culturas, em toda a sua variedade de forma e conteúdo, em seus próprios elos uniformes” (MUMFORD, 1998, p. 230). Entalhadas segundo o padrão romano, as cidades novas, menores e mais bem administradas, eram mais funcionais que a cidade que as semeava⁴⁸ – até para viabilizar que parte de seus excedentes se destinasse ao centro de poder, sem riscos de desvios de qualquer natureza.

Na velha capital, o trabalho de engenharia notabilizava-se no calçamento das ruas e nos esgotos subterrâneos, na construção de aquedutos e reservatórios, mas a administração urbana se mostrava ineficiente no controle de doenças e na destinação dos dejetos e detritos. E se os contrastes sociais não podiam ser negados – pois enquanto casas suntuosas, rodeadas por belos

⁴⁷ “Os atenienses faziam uma analogia direta entre corpo e construção; não que eles erguessem prédios no formato humano, com cabeças ou dedos. Mais do que isso, valiam-se do entendimento fisiológico para criar formas urbanas” (SENNETT, 2003, p. 45).

⁴⁸ “Mais uma vez, foi apenas nas pequenas cidades provinciais e coloniais que predominou a verdadeira ordem romana. Ali, descobrem-se generosas calçadas para os pedestres, melhoramento que, embora conhecido em Roma, jamais se tornou comum em todas as partes da cidade, pois as lojas continuaram pontilhando nas vias públicas das artérias menores” (MUMFORD, 1998, p. 240-241).

jardins, abrigavam os orgulhosos patrícios, a grande massa de trabalhadores se amontoava em moradias precárias e insalubres⁴⁹ –, as autoridades romanas, no exercício do poder, apostavam nas construções colossais, como estratégia para confirmar a grandeza imperial.⁵⁰ Pondo em destaque as íntimas relações entre poder e imaginação, Bronislaw Baczko afirma: “a arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental” (1985, p.313). Sennett reitera: “A ordem visual e o poder imperialista de Roma estavam indissolivelmente ligados. O imperador precisava que seu poder fosse *evidenciado* em monumentos e obras públicas” (2003, p. 81. Grifo do autor). Não apenas evidenciado – diria Georges Balandier a Sennett, ao analisar as encenações próprias do político: “o poderio político [...] se quer inscrito duravelmente, *imortalizado* em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua ‘personalidade’ e seu brilho. Ele dirige uma política de lugares e obras monumentais” (BALANDIER, 1982, p. 10. Grifo meu).⁵¹ Nos tempos de Adriano, imperador de 117 a 138, as grandes construções deveriam ofuscar a visão e calar as vozes do povo – conduzido pela regra do *olhar e obedecer, olhar e acreditar* (SENNETT, 2003, p. 102). Se em meio às ruas enlameadas e empoeiradas, Atenas forjara homens livres e respeitáveis, se a cidade passara a viver no espírito desembaraçado de seus cidadãos; em Roma, a estrutura luxuosa do espaço público convertera cidadãos em espectadores:

[...] para o romano, a rotina total do espetáculo tornou-se compulsiva: *O espetáculo deve continuar!* Não estar presente ao espetáculo era ficar privado da vida, da liberdade e da felicidade. [...] Roma tornara-se a arena das arenas, onde as atividades usuais de uma cidade eram subordinadas à produção em massa de violentas sensações derivadas da luxúria, da tortura e do crime (MUMFORD, 1998, p. 256. Grifos do autor).

⁴⁹ “No tempo do Império, faltavam, em Roma, até mesmo a luz e o ar. Os pavimentos eram empilhados uns sobre os outros, como jamais tinham sido empilhados antes, segundo os registros históricos” (MUMFORD, 1998, p. 243).

⁵⁰ “Foi ali, em suas grandes estruturas públicas, que Roma tentou não apenas controlar a grande quantidade de pessoas que havia reunido, mas dar à cultura de massa, afora isso degradada, um apropriado disfarce urbano que refletisse a magnificência imperial” (MUMFORD, 1998, p. 236-237).

⁵¹ Para Georges Balandier, “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro [...]. O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo de uma iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 6-7).

Monumentais na arquitetura, ávidos nas conquistas, os romanos experimentavam a vida como convivas glutões, que se esvaziavam do excesso de alimento somente para continuar se empanturrando. Ao lotar as arenas em busca de prazeres e diversões violentas e pervertidas, Roma destruía os que *não se adequavam ao paradigma*⁵², mas, ao mesmo tempo, se autodestruía, enquanto mantinha a sensação de estar viva. Os equívocos urbanos e políticos dos romanos, sobretudo o crescimento descontrolado de sua cidade e a cobiça desenfreada, são historicamente lembrados com a mesma força que seus feitos memoráveis. As paixões paradoxais que brotam do solo móvel da cidade talvez expliquem o fato de que “até o fim, os homens a amaram. Quando [Roma] era apenas uma sombra de sua antiga pujança, [...] eles ainda lembravam a imensa vitalidade e encanto de seus tempos maternos, senão a inocência despreocupada de sua juventude” (MUMFORD, 1998, p. 262).

Disso advém, talvez, a última lição de Roma: não parece sensato subestimar as paixões suscitadas pelas cidades, como se verá a seguir.

1.3 Cidade terrena, cidade celestial: laços (in)visíveis

Embora as cidades pulsassem na Antiguidade, elas adquiriram, ao longo da história ocidental, novas configurações – objetivas e subjetivas – em decorrência da diversificação de suas formas e funções, do incremento da divisão do trabalho e, especialmente, da complexificação das relações sociais. Ao reunir mercadores e artífices, os burgos foram, na Europa medieval, embriões das cidades, quebrando o isolamento das propriedades rurais e conferindo novos arranjos espaciais às relações humanas. Sennett afirma que, “ao longo dos acidentados cinco séculos que transcorreram do ano 500 a 1000, as grandes cidades romanas perderam seu esplendor” (2003, p. 135), e as pessoas comuns conviveram com a fome e os ataques de grupos guerreiros. Poucos eram os recursos disponíveis para enfrentar esse quadro de perigo constante, descrito pelo autor como uma paisagem de medo e escassez.

⁵² “Os anfiteatros romanos tinham um formato fechado, circular ou oval. A esses vastos espaços, durante séculos, os romanos acorreram para assistir às lutas mortais entre os gladiadores e deleitar-se com leões, ursos e elefantes, que se estraçalhavam, ou devoravam homens e mulheres lançados indefesos à arena; o espetáculo também incluía criminosos, desertores e hereges, torturados, crucificados ou queimados vivos. Carlin Barton estima em 10% a chance de um lutador treinado sobreviver a cada peleja, já escravos, réus condenados ou cristãos não tinham praticamente chance alguma de saírem vivos do primeiro embate” (SENNETT, 2003, p. 90).

Ao interrogar a urbe na longa duração, Jacques Le Goff ressalta que, entre os séculos X e XI, o processo de urbanização tornou-se notável, ocorrendo a partir de dois núcleos de comando: o *castelo*, dominado por um senhor leigo; o *palácio episcopal*, controlado por um representante da igreja – frequentemente o bispo. “Em torno desses postos de comando constituem-se [...] a cidade propriamente dita [...], e os burgos da periferia. [...] a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo da cidade e de um ou dois burgos importantes” (LE GOFF, 1998, p. 17). Lembrando que Roma não morreu de morte súbita, Mumford (1998) destaca que existiram três modelos básicos de cidade medieval, responsáveis pela produção de uma variedade inexaurível de formas: as que restaram do Império Romano; as que cresciam em fases lentas no entorno de uma ou mais aldeias, sob a proteção de um castelo ou mosteiro, e aquelas destinadas, de antemão, à colonização. O segundo modelo teria originado a cidade medieval considerada típica. No século XII, a luta pela liberdade – sobretudo econômica, mas não apenas – promoveu o impulso necessário, muitas vezes violento, para retirar o comando das cidades das mãos do senhor, leigo ou religioso, e transferi-lo para a burguesia. Corporificava-se, assim, um movimento que, além de marcar o prenúncio das municipalidades⁵³, permitiu que, ao lado da igreja e do rei, “uma terceira força de influência – a economia – [fizesse] sua estreia no palco da civilização” (SENNETT, 2003, p. 136).

Embora as bordas da Europa Ocidental não estejam no alvo das análises aqui recuperadas, não se deve esquecer que, na Península Ibérica, a presença árabe muçulmana se estendeu do século VIII ao XV, quando se deu a queda de Granada (1492), marco da chamada *Reconquista*, pelos cristãos, das terras arabizadas no continente europeu. Segundo Eduardo Bittar, na época em destaque, “Córdoba, a capital de *al-Andalus*, pode ser considerada [...] a cidade mais próspera do Ocidente” (BITTAR, 2009, p. 66), possuindo, no século X, cerca de setenta bibliotecas e mais de trezentas casas de banho públicas, disponíveis para uma população de aproximadamente cem mil habitantes. Outros centros urbanos, porém, como Lisboa, Évora, Sevilha, Toledo e Granada, também desempenharam papel importante nas rotas comerciais do império muçulmano, bem como nas complexas relações estabelecidas entre islâmicos e cristãos durante o período medieval.

⁵³ Sobre esse movimento, Le Goff ressalta: “os medievalistas de hoje não gostam mais de denominá-lo ‘movimento comunal’. ‘Comunal’, como ‘feudal’, são adjetivos ambíguos: uma parte importante dos territórios não eram feudos, e são os juristas da época moderna que criaram a palavra e a ideia de feudalidade. O mesmo ocorre com o movimento comunal: a expressão é devida a historiadores e juristas do século XIX e aos românticos, porque quiseram ver nisso uma evolução quase democrática. Não foram todas as cidades que obtiveram um estatuto jurídico de comuna. Uma ‘carta comunal’” (LE GOFF, 1998, p. 97).

Além do interesse pela medicina, astronomia, cartografia, do destaque na construção de canais de irrigação e do sistema de captação de água da chuva, convém reiterar,

a cultura e as marcas deixadas pelos árabes [...] estão por todas as partes, e podem ser vistas nas formas dos arcos mouriscos, [...] na magnificência dos ladrilhos geométricos e azulejos do *Real Alcázar de Sevilha*, nas pinturas grafadas do Corão no *Mihrab da Mezquita de Córdoba*, e nos diversos templos que registram a passagem dos árabes pela Andaluzia como um todo [...]. No que tange aos destinos da filosofia [...] a partir do século XII, a Espanha terá um papel fundamental para a Europa, servindo de eixo de disseminação do legado grego absorvido pelos árabes e por eles disseminados em seus debates, traduções e comentários das obras de Aristóteles (BITTAR, 2009, p. 88).

Le Goff destaca que a cidade contemporânea e a medieval apresentam mais semelhanças entre si do que a cidade medieval e a antiga. Não somente porque suas funções sofreram alterações, mas também porque os monumentos urbanos foram ressignificados. Muitos edifícios romanos, como a arena e o banho, tornaram-se mesmo inúteis, tanto do ponto de vista funcional quanto espiritual, porque contraditavam o modo de vida cristão (MUMFORD, 1998). Assim, o templo “ou foi reutilizado como igreja ou então a igreja cristã foi construída sobre o local do templo. [...] Quanto ao anfiteatro, ele foi abandonado já que o cristianismo ocidental não admite mais o circo” (LE GOFF, 1998, p. 9). O estádio perdeu sentido, pois o esporte tomou forma de exercício militar reservado à nobreza. Isso não significa que os encontros e prazeres, principalmente os das festas⁵⁴, estivessem ausentes. Eles ocorriam com mais frequência nas igrejas, tabernas e mesmo nos cemitérios⁵⁵. A praça pública, ainda que paradisíaca, “muda de estatuto. Nada mais de fórum! Não temos mais o lugar central em que os cidadãos se encontram [...] apaga-se este hábito de discutir em conjunto os negócios da cidade ou os negócios privados”

⁵⁴ Feriados e festas, apesar dos *perigos* associados aos *vadios* e ao *diabo*, prolongavam-se por dias e noites. Explica Le Goff: “as festas, essencialmente religiosas, têm uma dupla função: de regozijo (e de glorificação de Deus e de seus santos) e de repouso. [...] Novas festas são criadas, especialmente urbanas; a mais importante e que tem grande e rápido sucesso é a festa de *Corpus Christi* [...]. O carnaval, que era na Alta Idade Média uma festa rústica, camponesa, com forte conotação pagã, invade a cidade, urbaniza-se, e aí se introduz uma contestação ideológica. O carnaval se transforma em algo que se opõe à quaresma, combate a mentalidade penitencial e ascética da religião cristã, faz triunfar o riso, que volta a ser, como na Antiguidade, algo próprio do homem, contra o pranto, expressão da contrição e do arrependimento que devem caracterizar o homem pecador” (LE GOFF, 1998, p. 58-59).

⁵⁵ “Os gregos e os romanos impeliam o morto impuro para fora da cidade [...]. O cristianismo urbaniza os mortos, e a cidade torna-se também a cidade dos mortos; o cemitério, um lugar de sociabilidade, alheio a todo respeito religioso” (Le Goff, 1998, p. 11) – pelo menos até o século XIII, quando o estatuto religioso irá prevalecer.

(LE GOFF, 1998, p. 10).⁵⁶

De acordo com Fabiano Coelho, desde o período em que viveu Agostinho (354–430), bispo de Hipona, “a cidade não era constituída unicamente de estruturas materiais, mas em primeiro lugar de indivíduos, de homens, de cidadãos” (COELHO, 2012, p. 121). Para Mumford (1998), independente da diversidade de origens e das múltiplas formas assumidas, a cidade da Europa medieval era uma estrutura coletiva, cujo sentido vinculava-se ao desenvolvimento de uma vida cristã, consubstanciando uma espécie de laço cívico em torno do invisível. Contudo, num cenário em que os cristãos se opunham a pagãos, e fiéis possuíam natureza distinta dos infiéis; à diferença da Atenas descrita por Vernant (1986), os homens não eram assemelhados entre si, nem tampouco eram intercambiáveis os seus papéis políticos. Dessa forma, restara à doutrina cristã transplantar a utopia urbana para o céu (MUMFORD, 2008 *apud* MARGUTTI, 2010). Na projeção de Agostinho, os cristãos estavam a serviço da *cidade terrena*, mas, ao mesmo tempo, eram considerados cidadãos do céu, ou seja, integravam a chamada *cidade celestial*. Polemizando com os opositores do cristianismo, na obra intitulada *Cidade de Deus*⁵⁷, o bispo busca fundamentar biblicamente seus argumentos. Para tanto, reporta ao mito da origem da história humana, quando os irmãos Abel e Caim, movidos por vontades radicalmente distintas – e pela justa determinação de Deus – teriam promovido o aparecimento desses dois tipos diferentes de cidade. Os seguidores de Abel e dos anjos bons comporiam a *cidade de Deus*, enquanto os homens que seguissem Caim, e os demônios, integrariam a *cidade dos homens*. Entrelaçadas na realidade temporal, tais cidades se separariam definitivamente no juízo final. Somente depois da morte, portanto, o cidadão teria acesso a um mundo bom e perfeito, livre da perturbação do pecado, que assola a *cidade dos ímpios e da confusão*. Antes disso, os bons conviveriam com os maus; féis com infiéis; vícios com virtudes; êxitos com fracassos.

Distante do céu e da utopia agostiniana, a cidade real – concentrada num espaço pequeno, e entrecortada por ruas estreitas, frequentemente irregulares – convertera-se em lugar de produção e troca, entrecruzando comércio e artesanato. “Nos espaços criados pela economia

⁵⁶ Ao final da Idade Média, a praça de mercado – muitas vezes apenas uma rua alargada – será não apenas o lugar em que se erguem as tendas com mercadorias, mas também o local de reuniões e cerimônias públicas; de punição de criminosos e hereges; de realização de torneios, etc. (MUMFORD, 1998).

⁵⁷ A obra *Cidade de Deus* é composta por vinte e dois livros, escritos por Agostinho entre os anos de 416 e 427. Na segunda parte (livros XI-XXII), o bispo apresenta a chamada *teoria das duas cidades*, suas origens e seus respectivos fins. Para uma melhor compreensão das representações atribuídas por ele às cidades, Cf. COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho e a dialética das duas sociedades: a cidade de Deus e a cidade terrena. **Revista Ágora**. Vitória, n.15, 2012. p. 120-131.

urbana as pessoas desfrutavam de uma liberdade de ação individual que não poderiam ter em nenhuma outra parte” (SENNETT, 2003, p. 140). Ao mesmo tempo, para viver nas cidades medievais era necessário estar ligado, pertencer a uma associação: um mosteiro, uma paróquia, uma guilda. O grupo era condição de segurança e proteção, ainda que impusesse obrigações e responsabilidades corporativas. Nesse contexto, a livre associação, além de substituir antigos laços de sangue e fidelidade, institui um novo conjunto de relações e deveres (MUMFORD, 1998). Tal cenário tornou-se palco de um processo lento, mas contínuo, de valorização do trabalho. Na Alta Idade Média, o cristianismo, reforçando uma tradição que remonta a Antiguidade, desprezava o trabalho, sobretudo o rural, e depreciava o camponês – rude e pagão, pois ele foi o último a se cristianizar⁵⁸. A partir do século IX, certa valorização do trabalho se inicia nos monastérios – difundida mais tarde pelos monges mendicantes, que o associam à penitência e oração. Le Goff considera que a história das cidades na Idade Média se divide em antes e depois das ordens mendicantes.

Na Igreja, as novas ordens do século XIII, dominicanos e franciscanos, denominam-se a si mesmas ordens mendicantes. O mendicante é quase que desejado na cidade, ele permite ao burguês trabalhar pela sua salvação oferecendo esmolas. [...] A mendicância tinha, com efeito, um duplo mérito: de um lado, coloca em evidência a miséria do homem, e, de outro, para aqueles que se acham do lado bom da roda da Fortuna, ela dá a oportunidade de trabalhar por sua salvação mediante a esmola [...] (LE GOFF, 1998, p. 51).

Os mendicantes se instalam nas portas da cidade ou mesmo fora dela, no subúrbio, em terrenos que lhes são doados por senhores ou pelos novos ricos. Aos poucos, se fazem conhecidos e poderosos. Sua presença evoca os deveres cristãos que devem ser cumpridos pelos cidadãos. Dessa forma, para Le Goff, “as ordens mendicantes são as cidades. Elas é que primeiro desenvolvem uma primeira imagem daquilo que deve ser a cidade, imagem de paz, de justiça, de segurança” (LE GOFF, 1998, p. 90). Quanto ao valor atribuído ao trabalho, o autor é enfático:

[...] a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e

⁵⁸ “O menosprezo ao camponês é grande no mundo medieval e, conseqüentemente, não se exige tanto dele, porque se acredita que seja pouco responsável e pouco capaz. O que dele se quer é que dê ao senhor e à Igreja aquilo que lhes deve, isto é, o dízimo, as rendas, e que não seja um criminoso [...]. Imagina-se que seus costumes são abomináveis e não se o concebe colaborando de verdade para o crescimento de uma sociedade cristã” (LE GOFF, 1998, p. 89-90).

produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo. Inversamente a ociosidade é depreciada: o preguiçoso não tem lugar na cidade (LE GOFF, 1998, p. 49).

Nessa perspectiva, a cidade, “agrupamento de profissionais, de especialistas” valorizava e recebia com honras o estrangeiro que trazia consigo uma nova habilidade, sobretudo quando tal saber individual podia se converter em “produção em série” (LE GOFF, 1998, p. 55). Os marinheiros, contudo, não contavam com a mesma receptividade. “Uma das virtudes das pessoas da cidade é [...] ter um lugar. O cidadão é alguém que talvez parta em peregrinação, mas que, normalmente, tem um lugar. [...] Os marinheiros [...] não têm teto nem moralidade” (LE GOFF, 1998, p. 55). Já a universidade, além de conferir poder e prestígio à urbe, assegurava bons negócios: estudantes são potenciais inquilinos e consumidores – sua presença, portanto, favorecia o ambiente burguês em formação. A cidade medieval tentava encontrar segurança se cercando de muralhas, que exerciam proteção material e simbólica, na medida em que preservavam, idealmente, o espaço urbano – livre e civilizado – do contato com a rusticidade do entorno rural.⁵⁹ Espaço livre, civilizado e caro: os testamentos revelam os preços elevados de terrenos e imóveis construídos sob a proteção das muralhas (LE GOFF, 1998).

A ameaça de ataques de bandos de camponeses ou de *vadios* tirava o sono dos cidadãos. Por isso as casas eram cuidadosamente trancadas à chave. Se, por um lado, essa recorrente preocupação denuncia o medo de roubo, considerado crime muito grave; por outro, permite perceber a cidade como um lugar de cobiça e competição, em que “cada homem é um demônio para si”, conforme evidencia Sennett, ao citar um clérigo medieval, impressionado com o “desnível moral” dos mercados parisienses no século XIII (SENNETT, 2003, p. 169). Outros medos, contudo, perturbavam o morador da urbe medieval, reforçando o sentimento de insegurança. Assim, não apenas os domicílios urbanos necessitavam de trancas. Também os

⁵⁹ “É em Roma, sobretudo, que se cria, do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes, uma oposição muito forte entre a cidade e o campo. E é aí que começa a aparecer um vocabulário que vai ser reforçado precisamente na Idade Média. Os termos relacionados à cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: urbanidade vem do latim *urbs*; polidez, da *polis* grega. A Idade Média herda da Antiguidade latina, e reforça, esse menosprezo pelo campo, sede do bárbaro, do rústico. Os camponeses são rudes. No limite, até mesmo os senhores o são, ao preferirem o campo, como no Norte da França, por exemplo. Além disso, a Idade Média acrescenta a essa oposição cidade-campo um terceiro elemento: a floresta [...] lugar real, mas também simbólico, dos bandidos [...] É também o lugar da solidão” (LE GOFF, 1998, p. 125).

pobres, doentes e leprosos eram levados aos asilos⁶⁰. Em contraste com o campo,

Os asilos, hospitais e conventos urbanos abriam suas portas mais livremente [...] acolhendo viajantes, pessoas sem teto, crianças abandonadas, doentes desconhecidos e insanos. Sem abranger a cidade inteira, obviamente, constituíram-se numa referência moral, estabelecendo parâmetros comportamentais que confrontavam a competição agressiva que imperava nos mercados de rua (SENNETT, 2003, p. 146).

Sem dúvida nenhuma, os asilos acolhiam, mas também aprisionavam. Todavia, o ideal cristão prescreve: os diferentes devem conviver harmoniosamente no espaço urbano, por meio da prática das obras de misericórdia e caridade – trilhas inequívocas para a salvação da alma; ao lado da fé, evidentemente. “Praticamente se ia à procura dos pobres, fazendo-os migrar para a cidade para oferecer ao burguês a possibilidade de fazer a caridade” (LE GOFF, 1998, p. 54). Imitando Cristo, “o cristão purificava sua alma no serviço ao próximo” (SENNETT, 2003, p. 154). Na realidade terrena, contudo, os ideais nem sempre se sustentavam frente ao tilintar das moedas, como atesta a persistente multiplicação dos marginais – alvo de constante denúncia das ordens mendicantes, por um lado; motivação forte para o florescimento das revoltas urbanas, por outro.

Ao corporificar o exemplo de pobreza e humildade, o mendicante buscava difundir uma espécie de *bem comum* adaptado ao cristianismo: uma “comunidade urbana fraternal” (LE GOFF, 1998, p. 91), em contraposição ao mundo hierarquizado da pirâmide feudal (camponeses, senhores, clero e rei), à prática da usura e da especulação. Espaço de compaixão, a comunidade acolhia a todos que necessitassem, desde que *todos* não incluíssem hereges, judeus, cortesãos – de cujo contágio os cidadãos tentavam se purificar, aplicando torturas, erguendo fogueiras, construindo guetos⁶¹. Assim, as mazelas da cidade real expunham os paradoxos próprios do

⁶⁰ “Na Idade Média, o limite entre doença e pobreza é muito fluido: como não existe nenhuma seguridade social e, na cidade, não funcionavam, salvo exceção, as solidariedades familiares que existem no campo, quem fica doente torna-se desempregado, torna-se pobre, e, a partir desse momento, revela-se a caridade. É uma caridade conjunta da Igreja e da cidade: os asilos são frequentemente construídos pelas municipalidades com o dinheiro da cidade, mesmo quando é a Igreja que lhes assegura o funcionamento” (LE GOFF, 1998, p. 81).

⁶¹ Referindo-se ao gueto construído em Veneza, no século XVI, Sennett afirma: “no maior centro do comércio internacional da Renascença, procurou-se reconciliar o dinheiro dos cidadãos e a moral da comunidade pela via da repressão àqueles que não se adequavam à imagem idealizada. Aprisionando os judeus em guetos, a cultura de Veneza usou um instrumento de força para remediar seus próprios conflitos internos” (SENNETT, 2003, p. 141).

mundo burguês, ainda que, nos tempos medievais, tal mundo estivesse apenas a ensaiar seus primeiros passos:

A cidade, ou mais exatamente as pessoas que a encarnam, isto é, os burgueses, aqueles que têm o direito de burguesia, é uma sociedade de iguais e isso é uma revolução [...]. A sociedade ‘burguesa’ é, ela também, vivamente desigual: os grandes contra os pequenos (os miúdos), os ricos contra os pobres, mas o modelo teórico burguês inicial é aquele dos homens iguais no direito. As cidades são, portanto, uma revolução, porque, como já se disse, sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do ideal (LE GOFF, 1998, p. 91).

A temática do *bom governo* esteve presente na Idade Média, sobretudo após a propagação das ideias aristotélicas em meio aos raros letrados. No espaço urbano, apresentou-se associada à *paz* – necessária para garantir a segurança e evitar as discórdias – e à *justiça*, compreendida como “ordenação de uma tributação justa, isto é, que pese de modo proporcional aos recursos dos cidadãos e que não seja demasiado dura para os mais pobres” (LE GOFF, 1998, p. 102). Mesmo laico, o bom governo das cidades deveria propiciar condições para a Igreja propagar a fé, combater as heresias e evitar que um indivíduo, ou uma família, confiscasse os poderes, estabelecendo uma tirania urbana.

Para Le Goff (1998), a cidade medieval foi, dentre outras coisas, um campo fecundo em experiências sociais e políticas. Mumford (1998) a compreende como uma criação original, por ter conferido medida singular à liberdade, participação e autonomia, mesmo que sua estrutura social permanecesse hierárquica; e por ter se delineado como um espaço desde o qual irradiavam criatividade e inovação cultural, expressas não somente no desejo de alcançar o céu – consubstanciado pela imaginação na verticalidade de suas edificações –, mas também na conversão ao urbanismo, ocorrida a partir do século XII. Le Goff, igualmente sensível a este aspecto, traduz com maestria: “A Idade Média não sente a beleza da natureza, ela cria a beleza artística urbana” (1998, p. 115). Nessa perspectiva, frequentemente representada como um canteiro de obras, a urbe da Idade Média, apesar de seus demônios subterrâneos, afirmou-se, altiva e otimista, como um lugar de renovação e em constante mutação. Ao final do medievo, as práticas e os hábitos de mercado, antes restritos à *praça de mercado*, não apenas atingiriam outros cantos da cidade, como se estenderiam, sob riscos calculados, para muito além do entorno de seus muros protetores, das regulamentações corporativas e obrigações cristãs (MUMFORD,

1998). A busca por oportunidades comerciais anulava as distâncias. Na reinvenção de rotas e caminhos, um novo mundo se abria e o horizonte utópico regressava do céu à Terra.

1.4 As cidades modernas e suas dissonâncias

Conforme o mercado se expandia, material e simbolicamente, as fortificações e muralhas feudais eram extrapoladas, impulsionando, cada vez mais, a transferência de grupos populacionais do campo para o espaço urbano. Aos poucos, a cidade abriu-se para o cenário internacional e se tornou, inclusive, cosmopolita.⁶² Por consequência, os fluxos de pessoas, mercadorias e ideias se acentuaram ainda mais, reconfigurando as relações entre espaço e lugar. As populações medievais demonstravam grande apego às suas cidades, porém esse sentimento entraria em conflito com a necessidade de mobilidade imposta pela incansável busca do lucro. “O *homo economicus* vivia no espaço e não para o lugar” (SENNETT, 2003, p. 175). A esse respeito, Sennett esclarece:

A distinção entre espaço e lugar é fundamental na forma urbana. Mais do que apego emocional por onde se vive, a questão envolve uma experiência temporal. Na Paris medieval, o uso flexível do espaço surgiu com as corporações que trocavam de ramo ao sabor do tempo econômico, em busca de melhores oportunidades e diante das oscilações do mercado. Essa permutação de produtos e/ou valores estimulava a conjunção do funcional uso do espaço com o oportuno uso do tempo. Contrariamente, o tempo cristão vinculava-se à história da vida de Jesus, que se conhecia de memória. Associada ao sentido de tempo de uma narrativa feita e acabada, a religião ensinava o apego emocional ao lugar. [...] Enquanto o tempo e o lugar cristãos baseavam-se na força da compaixão, o espaço e o tempo econômicos apoiavam-se na agressividade. Essas contradições entre lugar e espaço, oportunidade e estabilidade, piedade e atitudes hostis atormentavam o espírito de cada burguês que tentava, de maneira simultânea, acreditar e lucrar na cidade (SENNETT, 2003, p. 161).

Em meio a essas complexas ambivalências, as relações sociais próprias das sociedades do capitalismo moderno contribuíram fortemente para a emergência do individualismo. Analisando as transformações históricas dos séculos XVII e XVIII, Sennett ressalta: “o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel” (2003, p. 213). Embora a afirmação seja concisa, seus significados são amplos e profundos, principalmente por remeterem à associação entre o que é

⁶² “A esfera de vida da cidade pequena é, no principal, fechada em si mesma e consigo mesma. Para a cidade grande, é decisivo o fato de que sua vida interior se espalha em ondas sobre um território nacional ou internacional mais amplo [...]. A essência mais significativa da cidade grande repousa nessa grandeza funcional, para além de seus limites físicos” (SIMMEL, 2005, p. 586).

nomeado como *moderno* e a ideia de *mobilidade*. Tal associação pode, inclusive, ser percebida muito antes dos séculos observados por Richard Sennett. Ao se referir à celebração do homem feita por Pico della Mirandola (1463–1494) em *Discurso sobre a dignidade humana*⁶³, Jacy Seixas comenta:

A maravilha aqui celebrada, o homem, configura um *novo homem*, que coloca, de forma ao mesmo tempo determinada e cuidadosa [...] sua saturação dos insondáveis e canônicos mistérios e da imobilidade do mundo medieval. Esse homem ‘admirável’ é aquele que se dá a ver, quer tudo ver e também ser visto, que abandona a contemplação como ética e exterioriza-se no mundo – destino doravante de suas constantes intervenções e experimentos – e, a partir desse movimento de extroversão e atuação *no* e *sobre* o ‘mundo circundante’, elabora, experimenta, imagina e *fabrica* concomitantemente o seu ‘mundo interior’; digamos, valendo-nos de noção a nós contemporânea, a sua subjetividade, o seu Eu. Esse projeto – a modernidade – institui-se a partir de dispositivos múltiplos desde os séculos chamados renascentistas (SEIXAS, 2012, p. 280. Grifos da autora).

Apesar das correlações óbvias e até semelhanças que guardam entre si, os termos *moderno*, *modernidade*, *modernização* e *modernismo* são portadores de especificidades. Todavia, de modo geral, emergem, em diferentes contextos, como uma chancela do novo, do atual, em oposição ao velho, arcaico, tradicional. A expressão *modernidade* aparece mais tarde do que o processo por ela representado, pois foi concebida no campo da arte, pelo poeta francês Charles Baudelaire, somente em 1863, conforme destaca David Harvey (2012), quando intenciona evidenciar a tensão inerente à modernidade. Na visão do poeta, ela traduziria “o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”

⁶³ Apesar da curta existência, o humanista italiano Giovanni Pico produziu uma vasta obra, na qual se pode perceber o entrecruzamento de magia e ciência, fortemente presente nos fervilhantes séculos renascentistas. Sobre a criação do homem, escreveu Pico della Mirandola, em 1480: “Estabeleceu finalmente o ótimo artífice que, àquele ao qual nada podia dar de próprio, fosse comum a tudo aquilo que singularmente tinha atribuído aos outros. Acolheu por isso o homem como obra de natureza indefinida e, colocando-o no coração do mundo, assim lhe falou: ‘Não te dei, Adão, nem um lugar determinado, nem um aspecto teu próprio, nem qualquer prerrogativa tua, porque o lugar, o aspecto, as prerrogativas que desejares, tudo enfim, conforme teu voto e teu parecer, obtenhas e conserves. A natureza determinada dos outros está contida dentro de leis por mim prescritas. Tu determinarás a tua, não constrangido por nenhuma barreira, conforme teu arbítrio, a cujo poder te entregarás. Eu te coloquei no meio do mundo, para que daí melhor avistasses tudo aquilo que existe no mundo. Não te fiz nem celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, para que, por ti mesmo, como livre e soberano artífice, tu te modelasses e te esculpisses na forma que tivesses de antemão escolhido. Poderás degenerar nas coisas inferiores, que são os brutos; poderás regenerar-te, conforme tua vontade, nas coisas superiores que são divinas’. Ó suprema liberalidade de Deus pai! Ó suprema e admirável felicidade do homem, ao qual é concedido obter aquilo que deseja, ser aquilo que quer. [...] No homem que nasce o Pai colocou sementes de toda espécie e germes de toda vida. E, conforme cada um as cultivar, elas crescerão e nele darão seus frutos”. Cf. ROHDEN, Valério. **Pico della Mirandola e a natureza humana**. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38968/24910>. Acesso em: 13 mai. 2017.

(BAUDELAIRE *apud* HARVEY, 2012, p. 21). Retomando ainda as concepções de Marshall Berman⁶⁴ e Carl Schorske⁶⁵, Harvey sintetiza: “a modernidade [...] não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (2012, p. 22).

Disso decorre a fecundidade da afirmação de Sennett: *o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel*. Muito mais do que fazer referência a deslocamentos meramente espaciais impostos ao ser humano pelo capitalismo moderno na busca do lucro, a afirmação, em sintonia refinada com a sensível percepção de Baudelaire, sinaliza as próprias condições de construção da subjetividade na modernidade: a mobilidade e a mutabilidade enunciadas desde o século XV. No turbilhão moderno que se lhe abre, o ser humano é movente; o tempo todo, ele se (re)faz. Na medida em que (re)constrói valores, experimenta deslocamentos – em relação a si e ao outro –, vivencia estranhamentos e desdobramentos vários. Assim, não somente as muralhas das cidades se desfazem ou se tornam inoperantes, mas “qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo” (SENNETT, 2003, p. 214). Por consequência, há um preço a pagar, adverte Sennett: “o movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. [...] Para dispor de si mesmo, você não pode sentir muito [...] deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo” (2003, p. 214).

As cidades modernas, entregues “às exigências do tráfego e ao movimento acelerado das pessoas” (SENNETT, 2003, p. 214), sucumbiram a esse princípio geral. Ao relacionar o planejamento urbano com as descobertas do médico britânico William Harvey (1578–1657) – responsável por uma verdadeira revolução na ciência por seus estudos sobre a circulação sanguínea –, Richard Sennett constatou que “palavras como ‘artéria’ e ‘veia’ entraram para o

⁶⁴ Com base na afirmação de Marx – *tudo que é sólido desmancha no ar* –, Marshall Berman descreve a modernidade como “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. [...] Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 1989, p. 15).

⁶⁵ Em *Viena fin-de-siècle*, o historiador Carl Schorske afirma: “a alta cultura europeia ingressou num turbilhão de infinitas inovações: cada área declarava sua independência do todo; cada parte, por sua vez, se dividia em outras partes. Na centrífuga implacável da transformação, forjaram-se os conceitos que fixariam no pensamento os fenômenos culturais. Os produtores da cultura, e também seus críticos e analistas, caíram vítimas da fragmentação” (SCHORSKE, 1989, p. 15).

vocabulário urbano no século XVIII, aplicadas por projetistas que tomavam o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego” (2003, p. 220-221), concentrando atenção e esforços em elementos urbanísticos que facilitassem a circulação. A tese é referendada por Bárbara Freitag: “a partir da Ilustração, os utopistas reclamavam a separação entre vias de pedestres e vias para carros/carruagens” (2002, p. 3). Para além da mera antecipação da preocupação com a mobilidade urbana, Sennett esclarece: “valorizada tanto pela medicina como pela economia, a circulação criou uma *ética da indiferença*. [...] O corpo secular em infundável locomoção corre o risco de [...] perder suas conexões com outras pessoas e com os lugares através dos quais se move” (2003, p. 215. Grifos meus).

Sem negar o turbilhão da modernidade, o projeto iluminista abraçou a ideia de progresso e postulou, como caminhos inequívocos para a emancipação humana, o domínio da natureza pela ciência; formas racionais de organização social e libertação das irracionalidades do mito, da religião e da superstição.⁶⁶ “A transitoriedade, o fugidio e o fragmentário [foram vistos] como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado” (HARVEY, 2012, p. 23). A cidade, por sua vez, sob as luzes do movimento, passou a representar o palco para esse novo modo de experimentar a vida – território providencial para fomentar a criatividade, descoberta e excelência individual.

Contrariando o otimismo iluminista, porém, a cidade industrial do século XIX emergiu como um campo de batalha, mutilando e matando trabalhadores. Num cenário entrecruzado por ferrovias, a mina e a fábrica multiplicaram os centros urbanos, sob a batuta dos que defendiam

⁶⁶ Sobre as origens da ideia de progresso, é incontornável a análise empreendida pelo historiador Paolo Rossi (2000). Para o autor, “na própria origem da modernidade esteve presente uma tensão entre esperanças de novidades extraordinárias e angústias de catástrofes iminentes” (ROSSI, 2000, p. 14). Mesmo na filosofia de Francis Bacon (1561-1626), considerado por muitos apenas um defensor do progresso tecnológico, estaria presente o tema de um andamento cíclico ou ondulatório da história. Rossi destaca que, entre a metade do século XVI e o fim do século XVIII, a racionalidade científica configurou-se, na Europa, “em alternativa a uma visão mágico-hermética do mundo que era, naqueles séculos, não um fato de folclore, mas um fato de cultura” (2000, p. 48). A ideia de progresso seria constitutiva da imagem moderna de ciência, que se assentava – em oposição à noção de um saber original própria do hermetismo – na convicção de que o saber cresce mediante a contribuição de sucessivas gerações: “o lento acumular-se da experiência é a fonte e a garantia do progresso do gênero humano. Com base numa nova imagem da ciência como construção progressiva – uma realidade nunca finita, mas cada vez mais perfectível – foi formando-se também um novo modo de considerar a história humana. Esta podia agora aparecer como o resultado do esforço de muitas gerações [...] como o lento acumular-se de experiências sucessivamente perfectíveis” (2000, p. 73). Tal noção, contudo, foi se transformando, no final do século XVIII, ao ponto da ideia de progresso terminar “por coincidir – no limite – com a de uma ordem providencial, imanente ao devenir da história” (2000, p. 95). Explica-se, assim, a concepção tardo-iluminista e positivista (Condorcet, Saint-Simon, Comte), que identifica o progresso como um processo necessário, uma lei da história. Rossi insiste ainda que o segundo e terceiro decênios do século XX – por meio da Primeira Guerra e da grande crise dos anos 1930 – teriam destruído esta visão linear, e supostamente segura, da história.

Estados com poderes limitados, desde que os governos fossem zelosos da propriedade privada e da liberdade individual. Enquanto as autoridades políticas asseguravam condições para ganhos irrestritos, o ritmo alucinante do capitalismo se impunha. A imaginação progressista deslumbrava-se com as construções de aço e vidro – ainda que o desaparecimento fosse o seu destino (HUYSEN, 2014). “Vastas estruturas eram erigidas quase da noite para o dia. Os homens construía aceleradamente e mal tinham tempo para se arrependerem de seus erros, antes de derrubarem as estruturas originais e construir de novo, com igual descuido” (MUMFORD, 1998, p. 486). A implantação do mercado de trabalho aberto e competitivo, ao lado da disputa pela venda de mercadorias, produziu aglomerados urbanos gigantescos, que cresciam indiferentes ao ambiente e às necessidades humanas.

Numa era de progresso técnico, a cidade, como unidade social e política, ficou fora do círculo de invenção. Exceto no caso de serviços públicos tais como condutos de gás, encanamentos de água e equipamentos sanitários, muitas vezes tardiamente introduzidos, muitas vezes malfeitos, sempre mal distribuídos, a cidade industrial não podia reclamar quaisquer melhoramentos importantes em relação à pequena cidade do século XVII. Na verdade, as metrópoles mais ricas e ‘progressistas’ muitas vezes negavam-se a necessidades elementares da vida, tais como a luz e o ar, que até mesmo aldeias atrasadas ainda possuíam (MUMFORD, 1998, p. 487).

Incansáveis, os idealizadores tentavam arejar: “foram eles [os utopistas da Ilustração] que lançaram o mito dos espaços verdes (parques, bosques, jardins dentro das ou próximos às cidades) como ‘pulmão’ das cidades” (FREITAG, 2002, p. 3). Entretanto, em meio a destroços e detritos, poluições e insalubridades, os cortiços proliferavam, subordinando a vida cotidiana à lógica corrosiva do capital. O trabalho ocupava cada vez mais as energias do cidadão e o tempo gasto com qualquer forma de alegria passou a ser tratado como desperdício. “A mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias” (MUMFORD, 1998, p. 483). O mais grave é que esse construto social foi considerado inevitável por uma parcela razoável de pessoas, as quais, mergulhadas nas promessas de um progresso mitificado, não conseguiam alcançar os profundos absurdos e horrores a que se condenava a sociedade. Ao lançar todas as apostas na racionalidade

burguesa, a *coketown*⁶⁷ talvez tenha conseguido corporificar, paradoxalmente, a mais crua expressão do colapso da razão. A pergunta de Mumford – “como construir uma cidade coerente, a partir dos esforços de mil competidores individualistas, que não conheciam outra lei que não a sua doce vontade?” (1998, p. 507-508) – permite compreender de que forma o ideário liberal burguês reelabora a noção de política, agora tramada e vivida na cidade moderna, morada do capitalismo e de seus interesses.

Espaço do contraditório, contudo, a urbe industrial provocou reações e protestos. A sujeira acumulada, o ar poluído e a água contaminada disseminavam doenças e elevavam os índices de mortalidade. As extensas jornadas de trabalho, os acidentes constantes nas fábricas insalubres, a exploração até a exaustão física e psíquica dos trabalhadores provocavam indignação, revolta e mobilizações sociais – sem dúvida, um cenário aterrador, na perspectiva de quem temia prejuízos e contabilizava lucros. A universalidade do projeto iluminista não se sustentava frente às contradições sociais, como evidenciavam as barricadas erguidas nas ruas de Paris, mas não apenas, em 1848 e 1871. A cidade torna-se, assim, alvo de propostas de intervenção formuladas pelos estudiosos do planejamento e da gestão das relações humanas. Reformadores e urbanistas, engenheiros e sanitaristas, apoiando suas ideias em argumentos científicos, alargavam as avenidas, abriam parques e praças, ampliavam os serviços públicos urbanos, ao mesmo tempo em que tentavam colocar os trabalhadores em seus *devidos lugares*.

As alterações urbanas na Europa do século XIX foram marcadas por diferentes cadências. Para Renato Ortiz, a Paris de Honoré de Balzac (1799-1850) “é muito distinta da Paris de Baudelaire [1821-1867]. A distância que se interpõe entre elas é preenchida [...] pelo advento da luz elétrica e dos bondes, pela invenção do cinema e dos novos estilos arquitetônicos em ferro e vidro, estações ferroviárias e *grand-magasins*” (2000, p. 13). Ao refletir sobre o teor e profundidade dessas mudanças, ainda se referindo a Paris, o autor lembra que cada parte da cidade era separada da outra, como se integrassem universos distintos e incomunicáveis. Apenas a racionalização do espaço promovida pela intervenção urbana de Haussmann⁶⁸, em meados do

⁶⁷ Expressão usada pelo escritor inglês Charles Dickens, em *Tempos Difíceis* (1854), quando retrata uma cidade industrial, evidenciando o aspecto cinza dos tijolos, as altas chaminés a lançar fumaça contaminada no ar e as terríveis condições de trabalho com que se deparam os personagens.

⁶⁸ Georges Eugène Haussmann (1809–1891) foi responsável pela reforma urbana de Paris, sob a determinação de Napoleão III (Luís Napoleão, sobrinho de Bonaparte, presidente da Segunda República, de 1848 a 1851, e imperador da França, entre 1852 e 1870) – tornando-se, o seu projeto de modernização, um marco na história do urbanismo e do controle político das cidades.

século XIX, permitiria que a cidade fosse concebida como um “todo integrado” (ORTIZ, 2000, p. 18), no qual a noção de circulação se sobrepunha à de fixidez e de segmentação espacial. “O ideal urbano de Haussmann era a larga perspectiva através das avenidas. [...] monumentos do poder da burguesia, temporal e espiritual. Elas eram veladas, depois de prontas, e inauguradas como se fossem estátuas” (ROUANET, 1992, p.55). A modernização em tela pretendeu transformar não apenas o cenário da cidade, mas também as relações entre as pessoas. Na expressão de Sennett: “As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados” (2003, p. 264).

Mas até que ponto é possível desencorajar os sonhos? “De resto, a Paris de Haussmann rompe as antigas conexões, mas cria novas, ligando partes da cidade que até então não se intercomunicavam” (ROUANET, 1992, p.56).

Paralelamente ao empenho em reformar o espaço urbano e em disciplinar os comportamentos, individuais e coletivos, o crescimento de algumas cidades europeias tornava-se notável e mesmo assustador:

Em 1800, nem sequer uma cidade do mundo ocidental tinha um milhão de habitantes: Londres, a maior delas, tinha apenas 959.310, ao passo que Paris tinha pouco mais de meio milhão [...]. Em 1850, Londres tinha mais de dois milhões de habitantes e Paris mais de um milhão [...]. Essa alteração em número, dimensões e áreas urbanizadas resultou em mudanças qualitativas [...] e, além disso, estendeu a área da influência urbana (MUMFORD, 1998, p. 571).

Para os atenienses, a cidade deveria ser alcançada, do alto da acrópole, por um único olhar. Mais que assegurar à sua dimensão uma medida humana, a imagem revela “uma concepção ao mesmo tempo estética e política da unidade urbana. Essa visão sinóptica ou geral, que permitia ao cidadão [...] contemplar toda a sua cidade tão prontamente quanto podia abranger a forma e o caráter de uma única pessoa, era a nota grega essencial” (MUMFORD, 1998, p. 206). No entanto, sob o ritmo alucinante do capital, as cidades do século XIX cresciam, espalhavam e se alastravam desmedidamente. O espaço urbano assumia outras formas – ou se deformava, a depender do ponto de vista.

A ocupação do entorno da urbe não era propriamente a novidade. Historicamente, os subúrbios surgiram como espaços além dos muros da cidade, proporcionando, às camadas sociais mais elevadas, belas e confortáveis casas de campo. Em meados dos Oitocentos, a busca pelos subúrbios demonstrava o esforço dos segmentos abastados em se livrar do ambiente degradado

das cidades, uma fuga da confusão e do caos em que se transformara o viver urbano – sonho estendido aos séculos XX e XXI, talvez, pela projeção dos condomínios fechados. As metrópoles expunham as pessoas a riscos e possibilidades. Os subúrbios, de certa maneira, as resguardavam, repondo a qualidade do convívio – convertida em privilégio, uma vez que, aos trabalhadores e miseráveis, não era dada outra opção, senão enfrentar a crueza dos problemas urbanos. Ao final do século XIX, porém, o crescimento desordenado das cidades, uma espécie de expansão sem alvo, em lugar dos idílicos subúrbios, produz as modernas periferias. A multidão se avolumava e se amontoava nas diversas faces da cena metropolitana.

A percepção da cidade como problema tanto provocou a busca de soluções que proporcionassem o controle social e a livre reprodução do capital, quanto inspirou projeções, como a do inglês Ebenezer Howard⁶⁹, que sugeriu uma configuração espacial alternativa: uma nova utopia? Impactado pela pobreza e insalubridade a infestar as urbes gigantes, imaginou uma cidade mais orgânica, conciliando as vantagens e oportunidades do viver urbano com os prazeres do campo – também idealizado? “Cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 1996, p. 108). A *cidade-jardim*, conforme proposta por Howard, teria uma gestão comunitária e reintroduzia “no urbanismo o antigo conceito grego do limite natural de crescimento de qualquer organismo ou organização, restabelecendo, ao mesmo tempo, a medida humana da nova imagem da cidade” (MUMFORD, 1998, p. 556). Assim, deveria proporcionar todas as funções urbanas essenciais, mas sua dimensão seria limitada por um cinturão verde, evitando o crescimento desorganizado. Além de oferecer habitações de qualidade e ambiente saudável ao operariado, suas ruas sinuosas e arborizadas, integrariam as edificações e os jardins, em contraposição às casas geminadas, e mesmo amontoadas, dos centros urbanos. A intenção era ordenar a descentralização urbana, de maneira a assegurar uma vida comunitária renovada em núcleos menores.⁷⁰ Para Mumford, tratava-se de uma ideia transformadora:

⁶⁹ As ideias de Ebenezer Howard (1850–1928) foram sistematizadas no livro *Garden Cities of Tomorrow*, editado em 1898.

⁷⁰ “A nova formulação de Howard ganhou distinção precisamente porque ele recusava deixar-se prender a uma imagem física particular da cidade, a um método particular de urbanismo ou a um tipo particular de edificação. As formas específicas de tal cidade seriam uma resultante da paisagem e do clima, das indústrias e das facilidades tecnológicas existentes, e acima de tudo, das artes dos construtores e dos habitantes” (MUMFORD, 1998, p. 560-561).

O significativo, com relação à cidade-jardim, não era a simples presença de jardins e espaços abertos: radicalmente novo era o método racional e ordenado de tratar da complexidade, mediante uma organização capaz de estabelecer o equilíbrio e a autonomia e de manter a ordem, a despeito da diferenciação, e a coerência e a unidade, a despeito da necessidade de crescimento (MUMFORD, 1998, p. 560).

Estaria o próprio estudioso sucumbindo à tentação de idealizar? Certamente que sim, mas não apenas o estudioso. A ideia de organização descentralizada, diante da crescente sobrecarga e congestionamento das metrópoles, serviu de modelo para projetistas diversos envolvidos na prática do urbanismo. Entretanto, carros e vias expressas logo sacrificariam significativamente o espaço público, reduzindo ainda mais as possibilidades do convívio aberto e criativo, sem, contudo, inibir a inspiração dos idealizadores.

Ao colocar em cheque a concepção tradicional de cidade, a crise urbana instalada com a Revolução Industrial propicia o surgimento de um novo modelo de cidade – a cidade modernista [...] o modelo modernista parece esquecer ou desconsiderar que a cidade, como o homem, se forma e se transforma, a partir de um fio condutor, mais do que trazer à luz um passado nostálgico, estabelece referências fundamentais e inalienáveis para a vida humana, quer individualmente, quer coletivamente. A natureza desistoricizante da concepção modernista [...] permitiu que as cidades conhecessem a ‘morte da rua’, experimentassem a reconceituação da praça, a criação do edifício isolado, a utilização frequente da linha e do ângulo reto, a construção em blocos repetidos [...] A morte da rua significou, na verdade, [...] a negação do espaço do pedestre, instaurando-se, a partir daí, o espaço do carro, com sua unidade urbanística correspondente, a grande avenida (SANTOS, 1998, p. 65-66).⁷¹

Todavia, as idealizações, em suas distintas versões, não conseguem se livrar do incômodo de subestimar as complexidades sociais e culturais das cidades. Como destaca Freitag, “atrás da concepção da cidade utópica escondia-se a ideia de uma *sociedade perfeita*, harmônica, livre dos defeitos das cidades e sociedades históricas em que viviam seus idealizadores” (2002, p. 3. Grifos da autora). A viabilização de sociedades ideais pressupõe sempre a educação e esclarecimento de seus futuros moradores – o que confirma o caráter autoritário a sustentar as projeções. Dito de outra forma, cidades idealizadas tomam o lugar dos cidadãos pelas mãos dos planejadores. Concebidas como núcleos contidos em si mesmos, não são percebidas na sua dimensão processual. São tratadas mais como objetos, talvez atemporais, passíveis de serem reproduzidos

⁷¹ Lucia Leitão Santos lembra que o modelo modernista de cidade seria colocado plenamente em prática com a construção de Brasília (SANTOS, 1998).

em diferentes lugares. O componente utópico, que acompanha fortemente a relação dos sujeitos históricos com as cidades, talvez importe menos pelo que consegue concretizar, e mais pelo que revela sobre as angústias e desafios ocasionados pelo viver urbano – instância em que os paradoxos mostram-se historicamente persistentes: desejos de emancipação, de liberdade e busca pela cidadania se defrontam com formas múltiplas de controle e disciplina. Lugar de tensões, a cidade revela-se um território de sonhos e projetos, mas também um campo de lutas incessantes. Lócus do político, institui-se no espaço sempre em meio a imbricados jogos de poder.

1.5 Subjetividades e cultura no espaço das cidades: percursos críticos

Na medida em que concentrou ainda mais o comércio, a gestão política, a produção de bens materiais e simbólicos, a oferta de serviços – reunindo e polarizando as mais diversas atividades humanas –, a urbe passou a ser percebida como espaço da movimentação, do ir e vir incessante, da pulsação frenética dos desejos e de muitas esperanças, mas também como o espaço da fragmentação e do aviltamento de indivíduos e grupos, das relações provisórias e superficiais, da ambição e do conflito.

Impactado pelas alterações ocorridas na Berlim da passagem do século XIX para o XX – as quais converteram uma cidade tradicional em metrópole moderna – Georg Simmel manifestou interesse pela movimentação e aceleração do ritmo de vida; pelo crescimento extraordinário das cidades, com concentração de pessoas e produtos; pela modernização tecnológica e lazer de massa.⁷² Em perspectiva crítica às implicações de todo esse processo no viver cotidiano e, ao mesmo tempo, sensível às novas possibilidades abertas ao cidadão, Simmel retratou a grande cidade como o palco a encenar os dramas da modernidade, local em que culmina o conflito indivíduo-sociedade, provocando transformações na vida do espírito, agora submetido à “intensificação da vida nervosa” (SIMMEL, 2005c, p. 577). Atento à sociedade de seu tempo em tudo que lhe era peculiar e se contrapunha aos modelos sociais anteriores, e sem perder de vista o caráter relacional das ações sociais, os conceitos forjados por ele para compreender a metrópole seriam, pois, trilhas para sua substancial análise da modernidade. Esta leitura é confirmada por Joel Birman, para quem, em Simmel, por caminhos teóricos e metodológicos interdisciplinares,

⁷² À época de Georg Simmel (1858-1918), Berlim era a terceira cidade mais populosa do mundo (atrás de Londres e Paris).

“é a modernidade, na sua especificidade histórica e teórica, o que delineia a questão da cidade como um signo maior de civilidade e de sociabilidade, na tradição ocidental” (BIRMAN, 2014, p. 9). Dessa forma, para Simmel, seria impossível dissociar a leitura das metrópoles da análise de sua vida do espírito – agora diferente da que ocorria nas cidades da pré-modernidade. Seu olhar sobre a cidade se colocava, assim, na contracorrente dos cientificismos e mecanicismos predominantes no campo da teoria social.

Ao se deter sobre as características da modernidade, Simmel perscrutou a interferência da economia monetária na dissolução dos vínculos pessoais entre o indivíduo e seu círculo social.⁷³ Na ordem pré-moderna, o indivíduo estaria inserido em grupos de pertencimento, sendo a afetividade um forte componente dos laços sociais: “o homem encontrava-se num estado de pertencimento que o vinculava a uma comunidade ou a uma propriedade da terra [...] sua personalidade estava fundida a círculos de interesse objetivos ou sociais [...]. Esta unidade foi destruída pela época moderna” (SIMMEL, 2013c, p. 51), desde que o dinheiro se colocou entre a posse e o proprietário, na expressão do autor, como uma “camada isolante” (SIMMEL, 2013c, p.53), de forma tal que “o espírito moderno tornou-se mais e mais um espírito contábil” (SIMMEL, 2005b, p. 580).

Deixando a personalidade *por conta própria*, a modernidade conferiu ao indivíduo uma liberdade anteriormente impensável: “o dinheiro produz, por um lado, uma antes desconhecida impessoalidade de todo ato econômico e, por outro lado, uma autonomia e independência da pessoa também maiores” (SIMMEL, 2013c, p.52). Mas o mesmo processo que separa e distancia as pessoas, que as libera dos *vínculos restritivos*, produz ligações sociais de novo tipo: “a economia monetária possibilitou inúmeras associações que demandam de seus membros apenas contribuições em dinheiro, ou orientam-se por um mero interesse monetário” (SIMMEL, 2013c, p. 53).

Sem cor, sem história, sedutor e vulgar, o dinheiro – este deus da modernidade – torna tudo equivalente a qualquer coisa. “O fato de que na circulação do dinheiro uma pessoa tenha exatamente o mesmo valor que outra se baseia simplesmente em que ninguém, a não ser o dinheiro, possui valor” (SIMMEL, 2013e, p.22). Nesse cenário moderno, os indivíduos constroem – e se inserem em – teias sociais instituídas por interesses econômicos, estando

⁷³ “As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez da troca no campo” (SIMMEL, 2005b, p.578).

fortemente interligados e interdependentes: “o dinheiro atrela inevitavelmente as pessoas, pois agora cada um trabalha para o outro, e somente o trabalho de todos cria a unidade econômica abrangente que completa a contribuição parcial do indivíduo” (SIMMEL, 2013c, p. 55). O viver urbano requer, em decorrência da própria economia monetária, maior habilidade contábil, exatidão, acuidade, ou seja, racionalização para operações matemáticas no dia a dia e desenvolvimento de aptidões intelectuais para lidar com as mudanças rápidas. “Decerto isso contribui para a natureza racional, calculadora da modernidade em relação ao caráter mais impulsivo, impetuoso, emotivo das épocas anteriores” (SIMMEL, 2013c, p. 65). Por outro lado, produz o embotamento do espírito, a superficialidade.⁷⁴ A sensibilidade aturdida e fragilizada seria uma decorrência da abundância de estímulos, da monotonia do excesso, “um fenômeno psíquico de *adaptação*, por meio do qual os nervos, esgotados pela dinâmica da vida moderna e numa tentativa de se acomodar às suas exigências, renunciam a qualquer reação às pressões externas” (BUENO, 2013, p. 157. Grifo do autor). De forma paradoxal, com a percepção comprometida, exausto intelectualmente – porque muito solicitado – o sujeito busca novas e velozes excitações, numa relação circular que, a Simmel, parecia não ter fim.

Por isso, o que parece ser momentâneo e repentino, na cidade moderna de Simmel, é, na sua essência, perene e duradouro. [...] é essa permanência e constância temporal do que parece efêmero que confere ao nosso presente urbano a desconcertante qualidade de um ‘presente eterno’, em que o que parece ser o choque originado pelo surgimento do novo é apenas o sinal da permanência do mesmo (FORTUNA, 2014, p. 210).

As dissonâncias da modernidade se manifestariam de múltiplas maneiras, remetendo, em última instância, à disjunção – trágica e insuperável – entre os registros da cultura objetiva e da

⁷⁴ Na relação com o mundo à sua volta, a racionalização e o intelectualismo, exigidos pela cidade grande, teriam gerado a chamada atitude *blasé*, por meio da qual o indivíduo não se impressiona com quase nada e é capaz de se orientar por esquemas abstratos. Na relação com os outros indivíduos, a *reserva* o leva a ignorar pessoas fisicamente próximas, com quem estabelece relações predominantemente formais. Reserva e impessoalidade caracterizam, pois, o modo de vida do metropolitano, em oposição às relações afetivas, mas também mesquinhas e preconceituosas, do habitante das cidades pequenas: “o habitante da cidade grande [...] é ‘livre’ em contraposição às miudezas e prejuízos que limitam o habitante da cidade pequena” (SIMMEL, 2005b, p. 585). Ao analisar as transformações urbanas ocorridas no século XX, a partir de representações traçadas e do imaginário constituído por algumas narrativas cinematográficas, Eliana Kuster afirma: “essa atitude que outrora conhecemos como blasé se modificou, tornando-se mais visível e tomando mais espaço nas relações entre os metropolitanos. Ela se tornou mais e mais presente, revestiu os cidadãos com couraças mais espessas e mais numerosas e se transformou em indiferença” (KUSTER, 2014, p. 181).

cultura subjetiva.⁷⁵ Ao acelerar o tempo e sobrecarregar a vida de coisas supérfluas e de mudanças contínuas, a modernidade proporciona, portanto, variados estímulos. O indivíduo, contudo, sem condições de apreendê-los, em função da quantidade e intensidade com que se apresentam, mergulha num sentimento de incapacidade e impotência (SIMMEL, 2014). Sem saída, o sujeito moderno – ainda que mais livre e autônomo do que nas sociedades tradicionais – encontra-se preso, amarrado, enredado nas teias sociais, mesmo que seus conteúdos não lhe sejam significativos ou, dito de outra forma, não lhe signifiquem a vida – tão fugaz quanto sem sentido. São essas as configurações que fazem o mundo moderno mais complexo e intricado. Pode-se afirmar, contudo, que os processos culturais vivenciados e analisados pelo autor existiam apenas de forma incipiente, se comparados ao que ocorre na atualidade.

Arguto observador da sociedade de seu tempo, Simmel buscou alcançar a modernidade, em suas dissonâncias, e o indivíduo, afetado pela economia monetária, pela aceleração do ritmo da vida, pelo lazer de massa, pela abundância de estímulos, a partir da grande cidade, lócus do moderno, por excelência. Para melhor evidenciar suas proposições, estabeleceu algumas comparações com a vida no campo, nas cidades pequenas ou antigas, onde o ritmo mais lento e a rotina protegeriam o indivíduo da sobrecarga de estímulos. Refletindo sobre essa questão, Silke

⁷⁵ Em Simmel, a cultura é concebida por meio da relação entre sujeito e objeto. A vida é fluxo e a cultura se constrói numa relação de reciprocidade, cujo caminho vai do *sujeito* ao *objeto* (*objetivação do espírito*) e retorna ao *sujeito* (*re-subjetivação*), promovendo o aperfeiçoamento (*cultivo*) do sujeito – agora um ser mais elevado, mais refinado. As configurações culturais são, pois, caminhos de realização do sujeito. Trata-se do “caminho da alma em direção a si mesma” (SIMMEL, 2014, p. 145), passando necessariamente pela produção/apropriação dos conteúdos culturais (*meios*), num movimento que não somente permite o aperfeiçoamento do indivíduo, mas também confere significação à vida. O processo cultural se constrói, portanto, numa relação de mútua determinação entre a *vida* (fluxo) e a *forma* (sua cristalização). “A vida está [...] intrinsecamente condenada a se realizar apenas na forma de seu contraponto, ou seja, numa *forma*” (SIMMEL, 2013b, p. 141). Mas trata-se, a cultura, de uma instância mediadora entre as criações objetivas e a vida interior do indivíduo. O sujeito se modifica, refina-se a si mesmo, ao produzir/apropriar-se de conteúdos/valores/formas culturais que lhes são exteriores (*objetivações do espírito*). Ele retorna a si mesmo enriquecido pela criação. Porém, se os produtos culturais criam sujeitos, produzem, na mesma medida, sujeição – ainda que o primeiro impulso da criação cultural tenha sido a liberdade. Nisso reside o paradoxo da cultura, que apresenta, nela mesma, uma *fenda*, uma *fissura*. Considerando que o aperfeiçoamento dos sujeitos passa pelo aprimoramento dos objetos, e que estes são capazes de uma expansão ilimitada, enquanto a capacidade dos indivíduos é sempre restrita – emerge daí a disjunção que é própria da cultura. Para Simmel, a modernidade é marcada pela preponderância crescente do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, acentuando a chamada *tragédia da cultura*. Sob o triunfo da técnica e da divisão capitalista do trabalho, as criações culturais, em ritmo acelerado, se multiplicam muito além da capacidade de apropriação pelo indivíduo, gerando um abismo entre a *cultura das coisas* e a *cultura dos homens*. “As conquistas da cultura se desenvolvem e se aglutinam num reino que [...] subsiste por si mesmo [...] sem que o cultivo definitivo, o dos sujeitos, ascenda em igual medida ou mesmo possa ascender, tendo em vista a enorme extensão daquele domínio objetivo das coisas” (SIMMEL, 2013a, p. 86). Na economia monetária, de produção altamente especializada, em que predominam o quantitativo sobre o qualitativo, a pressa, a velocidade e o descarte, verifica-se a transformação dos meios em fins. Sujeitos, dominados pelos objetos, tornam-se meios, ao passo que os objetos convertem-se em fins. “O objeto pode abandonar, de modo mais fundamental do que se supunha até agora, seu significado de mediador e dessa maneira derrubar as pontes sobre as quais passava seu caminho de cultivo” (SIMMEL, 2014, p. 157).

Kapp afirma que o contraste por ele sublinhado não se baseia em fatores numéricos, mas na *lógica da coesão*:

[...] o contraste entre a metrópole e a cidade pequena ou o campo, tal como comparece no ensaio de Simmel, é um contraste entre relações socioespaciais capitalistas e pré-capitalistas. É a socialização mediada pelo capital que, por volta de 1900, caracteriza as metrópoles, mas ainda não domina o campo ou as cidades pequenas da mesma maneira (KAPP, 2014, p.144).

Entretanto, não se pode perder de vista que, sem desconsiderar a materialidade da cidade, Simmel, ao sublinhar as relações monetárias e o *fetice da mercadoria* apontado anteriormente por Marx, empreende uma análise da cultura e da sensibilidade, por isso sua ênfase aos sentidos que os cidadãos conferem à cidade, o destaque para as formas de convivialidade no espaço urbano. O legado de Simmel para os estudos urbanos talvez resulte, portanto, na percepção de que não é possível pensar historicamente as cidades sem que se compreendam as subjetividades de sua época. A esse respeito, Julieta Leite esclarece:

Seus estudos terminam por elaborar uma teoria sensível da modernidade marcada pela tomada de consciência de uma espacialidade própria, a da metrópole, e das relações que esta espacialidade estabelece com as formas de existência modernas. Desse modo, acredita-se que essa teoria possa constituir uma via para os estudos sobre as transformações urbanas contemporâneas; mais que isso, que o pensamento ‘simmeliano’ merece ser revisitado e atualizado como fundamento teórico e metodológico para a compreensão do estado atual das cidades e de seus cidadãos. Afinal, o espaço urbano continua sendo um campo de experiências sensoriais, que se redefine segundo os valores culturais que lhe são próprios (LEITE, 2014, p. 158).

Tomando o espaço da cidade como matriz relacional da vida coletiva, além de abordar a Berlim do início do século XX, Simmel produziu ensaios sobre as cidades históricas de Roma, Florença e Veneza⁷⁶, nos quais analisa a estética, a arte, a arquitetura, a espacialidade e os aspectos psicológicos a partir da *forma* urbana – resultante de uma organização, uma interação, um entrosamento, sempre móvel, de elementos diversos, ao longo do tempo, em um lugar

⁷⁶ Cf. SIMMEL. Georg. Roma. Uma análise estética (1898); Florença (1906) e Veneza (1907). **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 67, dezembro 2003. p. 101-127. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/simmel_a_estetica_cidade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

específico.⁷⁷ Epistemologicamente, em Simmel,

A cidade, como objecto artístico, só pode ser compreendida enquanto totalidade. Mas sempre que aspira a enunciar a natureza estética da cidade enquanto totalidade, o modelo de Simmel engloba, além da obra de arte, também a própria sociedade, enquanto experiência estética [...]. Deste ponto de vista, a cidade de Simmel, tanto a cidade histórica como a metrópole, na sua plenitude, constitui-se em categoria alegórica da sociedade mais ampla (FORTUNA, 2003, p. 102).

Ao analisar a cidade como unidade resultante da relação de elementos díspares, Simmel não emprega categorias globalizantes ou totalizantes, mas busca captar a força que provém do conjunto, da forma assumida por componentes distintos reunidos e entrelaçados na cidade; da beleza que brota da configuração resultante do modo como se agrupam e se relacionam os diferentes elementos que compõem a cidade⁷⁸. Tal noção reitera, em última instância, a visão simmeliana da realidade urbana como produto de relações sociais complexas e transitórias; como

⁷⁷ Segundo Joel Birman, a importância desses ensaios produzidos por Simmel reside em analisar “a ‘passagem’ e a ‘transformação’ das cidades da Antiguidade para a modernidade, tendo na Renascença o ponto de inflexão decisivo entre o mundo antigo e o mundo moderno” (BIRMAN, 2014, p. 16). Roma é tomada como configuração representativa da Antiguidade, quando os registros da cultura objetiva e subjetiva estão harmonicamente articulados. Na configuração estética de Florença, alguns elementos já começam anunciar as fissuras entre o ser e o parecer. “Michelangelo deu à unidade florentina entre a natureza e o espírito um toque não menos trágico. É verdade que o interior e o exterior, a alma e a manifestação da alma, estão unidos harmoniosamente na forma artística que ele lhes deu. Mas a tensão entre ambos é tão poderosa, mais, é tão violenta, que eles ameaçam continuamente cindir-se e só preservam a sua unidade como que por uma convocação permanente das últimas reservas de energia. [...] Não há um traço em Michelangelo que não ensine que a unidade em que a arte exprime a vida contém em si duas partes inconciliáveis; a imagem de Florença – da sua paisagem, da sua cultura, da sua arte – quer persuadir-nos de que as partes da realidade se fundem num sentimento do ser. Assim, ambos exprimem o mesmo, mas, conforme o acento recai sobre a duplicidade em toda a unidade ou sobre a unidade em toda a duplicidade, assim dois mundos se separam, entre os quais a vida mais íntima tem de optar, renunciando a uma se quer possuir a outra” (SIMMEL, 2003a, p. 120). As fissuras somente anunciadas em Florença finalmente, viriam a caracterizar a cidade de Veneza, dominada por jogos e artificialismos. “Por isso mesmo, Veneza seria a cidade caracterizada pelo espírito do ‘aventureirismo’ [...], no que isso evidenciaria a emergência histórica das experiências da ‘imprevisibilidade’ e da ‘conflitualidade’, como marcas efetivas do espírito da modernidade” (BIRMAN, 2014, p. 16). Nas palavras de Simmel, “Em Veneza, todas as pessoas andam como se estivessem a atravessar um palco: nos seus zelosos afazeres, com que nada fazem, ou nos seus devaneios vazios, surgem constantemente a dobrar uma esquina para desaparecerem de imediato numa outra e têm nisso sempre alguma coisa de actores, que à direita e à esquerda da cena não são nada, a representação só acontece ali e não tem qualquer motivação na realidade do antes, nem qualquer consequência na realidade do depois” (SIMMEL, 2003c, p. 125).

⁷⁸ “Em contraponto ao seu ‘A metrópole...’, Simmel imprime aos textos sobre as cidades italianas uma lógica analítica diferenciada, de feição puramente estética e simbólica. Não significa isto que se opere uma separação radical, digamos, epistemológica, entre os textos sobre as cidades italianas e ‘A metrópole...’. Podemos admitir, aliás de acordo com alguns especialistas [...], ser mais adequada à compreensão do pensamento simmeliano sobre a cidade e a cultura a junção das lógicas interpretativas diversas que presidem a uns e a outros destes escritos. Para ser fiel à sua própria estratégia metodológica, dir-se-ia que todos eles, à sua maneira, são fragmentos *sub specie* da análise do espírito da cidade e da dimensão urbana” (FORTUNA, 2003, p.103).

lócus de uma sociabilidade própria, porém em constante movimento e transformação – espaço *vivo* capaz de produzir e transmitir significados. As formas urbanas, historicamente (re)construídas a partir de relações entre os indivíduos, não se constituem, portanto, somente num modo de apreensão do mundo. Elas também constroem o mundo e se modificam em conformidade com a dinâmica, sempre tensa, do mundo.

Alguns anos depois de Georg Simmel, Walter Benjamin (1892-1940) também se mostra sensível às mudanças radicais transcorridas na cidade moderna – especialmente na Paris dos séculos XIX e XX. Sua obra fragmentada e inacabada, muitas vezes enigmática, consiste, segundo Michael Löwy, “em uma crítica moderna da modernidade” (2005, p.15).⁷⁹ O arguto olhar de Benjamin – entre nostálgico e melancólico – busca recapturar no passado a força da experiência social esfacelada pela modernidade. Sua produção intelectual toma a forma “do ensaio ou do fragmento – quando não da citação pura e simples, em que as passagens tiradas de seu contexto são colocadas a serviço de seu próprio itinerário” (LÖWY, 2005, p. 17). A respeito do *método benjaminiano*⁸⁰, Renato Ortiz afirma que, ao analisar Paris como *capital do século XIX* – palco da modernidade e, exatamente por isso, local de onde emanam as complexidades e

⁷⁹ Acerca das inúmeras tentativas de interpretação da obra de Walter Benjamin, Michel Löwy afirma ser impossível classificá-la em uma ou outra vertente que disputa o palco das ideias. “Sua deslegitimação do Grande Relato da modernidade Ocidental, sua desconstrução do discurso do progresso, sua defesa apaixonada da descontinuidade histórica situam-se a uma distância incomensurável do olhar desenvolvido dos pós-modernos sobre a sociedade atual, apresentada como um mundo em que os grandes relatos finalmente acabaram e foram substituídos por ‘jogos de linguagem’ ‘flexíveis’ e ‘agonísticos’. [...] Seu pensamento não é, então, nem ‘moderno’ (no sentido habermasiano) nem ‘pós-moderno’ (no sentido de Lyotard), mas consiste sobretudo em uma *crítica moderna à modernidade*” (LÖWY, 2005, p. 15). A esse respeito, Beatriz Sarlo, crítica literária argentina, faz a seguinte observação: “Benjamin deixa inconcluso seu livro *Passagens* e talvez fosse um projeto inacabável desde o início, mas ele quis encontrar a chave da Paris do século XIX na mercadoria e quis encontrar a chave da mercadoria em sua exibição urbanística e estética (as passagens, o dândi, o flâneur). Nada mais distante de Benjamin que a celebração extasiada da explosão. A impossibilidade de uma totalidade perceptível e pensável é um destino da modernidade, não uma escolha superficial. E, como destino, tem uma dimensão trágica, vivida por subjetividades em conflito, não por atores adaptados às ruínas que restam na paisagem”. Cf. SARLO, Beatriz. Benjamin é nosso contemporâneo. Entrevista concedida a Guilherme Freitas. 11. jun. 2013. Disponível em: <https://cadernoensaios.wordpress.com/2013/06/11/beatriz-sarlo-benjamin-e-nosso-contemporaneo/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

⁸⁰ “A existência de um método, de um parâmetro claro de análise capaz de ser utilizado por outros investigadores, é uma questão em aberto para os que analisam Walter Benjamin. De acordo com alguns estudiosos, as concepções de Benjamin devem ser tratadas menos como método, no sentido rígido, e mais como concepções filosóficas. Afinal, Benjamin não era um ‘cientista social’, no sentido próprio, isto é, formulador e experimentador de um método de análise. O ensaísta definiria melhor sua escrita [...]. Mas, ainda que seja esse o caso, Benjamin ilumina a possibilidade de um método inovador de análise da cidade moderna? Para autores como Joël Lefebvre (1994), as análises de Benjamin apresentam graves distorções e não podem servir de caminho. Já Willie Bolle (2000) identifica particularidades significativas em suas análises. Sérgio Rouanet, Olgária Matos, Jeanne Marie Gagnebin e outros, tendem a afirmar um método” (GAETA, 2005, p. 2).

dissonâncias modernas –, o autor se aproxima de elementos concretos e traz à tona a iluminação a gás, a eletricidade, as passagens, a fotografia, o folhetim, dentre outros temas.

Sua escolha de assuntos aparentemente díspares não é casual, eles constituem objetos heurísticos que alegoricamente exprimem uma ‘realidade’. Paris torna-se assim um ‘mundo em miniatura’. A estratégia benjaminiana privilegia portanto os ‘pequenos’ objetos. O que lhe prende a atenção são o traçado e os nomes das ruas, as catacumbas, as edificações, como as pessoas se vestem, comem e vivem. Há algo de Simmel neste olhar posicionado ao lado dos indivíduos e da paisagem. As relações sociais são captadas no fluir do dia a dia. Pode-se entender o estilo de Benjamin como uma proposta de contraponto a uma forma mais abstrata de trabalhar os laços sociais, ponto de vista que privilegiaria o que muitos historiadores denominam atualmente de ‘vida cotidiana’ (ORTIZ, 2000, p. 14).

Antonio Carlos Gaeta (2005) também problematiza o método empregado por Benjamin. No inacabado *Trabalho das Passagens*, em que elege Paris como suporte para suas reflexões sobre a cultura da modernidade – dando destaque aos intérpretes da cidade moderna, como Charles Baudelaire e Georg Simmel –, Benjamin seleciona partes, pedaços, que são tratados, afirma Gaeta, como mônadas⁸¹. Os fragmentos são, portanto, na abordagem de Benjamin, “*indivíduos exemplares*, na perspectiva em que esses revelam uma época” (GAETA, 2005, p. 8. Grifos do autor). Para Sergio Paulo Rouanet, a cidade, em Benjamin, está sob a atribuição do *flâneur* (1992, p. 50), cuja emergência é possibilitada pela circulação – “princípio estruturante da modernidade” (ORTIZ, 2000, p. 21). Na sociedade firmada no ideário da Revolução Francesa, esse personagem urbano, desenraizado e livre de qualquer estamento, passeia pela cidade, seguindo sua própria consciência. Ao caminhar pelas ruas de Paris, “seus passos lentos contrastam visivelmente com o cidadão comum”⁸², cujos passos rápidos e mecânicos obedecem ao ritmo febril do progresso e da modernização. A rua é, para o cidadão, o caminho que conduz ao trabalho, num tempo infernal de dias sempre-iguais. Os movimentos apressados e repetitivos demonstram que os indivíduos da civilização urbana e industrial

⁸¹ “O conceito de mônada é, sem dúvida, a melhor expressão do sentido que Benjamin atribui ao fragmento. Luís Martins foi bastante feliz na caracterização da mônada leibniziana: ‘constituindo-se ontologicamente como unidades indivisíveis sem partes intrínsecas ou extrínsecas, postulam-se não como partes de um todo, mas como partes-todo’” (LISSOVSKY, 2014, p. 24).

⁸² Cf. CHAVES, Ernani. Walter Benjamin e a fotografia de cidades. [Palestra em vídeo]. Belém. 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHSqrvyvgwb8>. Acesso: 10 mai. 2016.

[...] não conhecem mais a experiência autêntica (*Erfahrung*), baseada na memória de uma tradição cultural e histórica, mas somente a vivência imediata (*Erlebnis*) e, particularmente o *Chockerlebnis* [experiência do choque] que neles provoca um comportamento reativo de autômatos ‘que liquidaram completamente sua memória’ (LÖWY, 2005, p. 28).⁸³

Para o *flâneur*, ao contrário, a rua se converte em sua própria casa (CHAVES, 2013) e, transitando por ela, ele sorve e experimenta a cidade, convidativa e fascinante em suas passagens e esquinas – fecundas encruzilhadas espaçotemporais. A cidade labiríntica reserva surpresas, emergindo até mesmo de seus subterrâneos e dos recônditos de sua história. Diante do olhar perspicaz do *flâneur*, ela se abre e o envolve. Ele a percorre e se deixa percorrer por ela, por suas edificações: galerias, museus, estação ferroviária, pontes, bolsa de valores. Sua sensibilidade se nutre do que se apresenta a seus olhos e, ao mesmo tempo, se embriaga do passado, absorvendo a pulsação da cidade – repleta de objetos esvaziados de significação pela modernidade, mas também habitada por escritores e poetas; trapeiros, jogadores e prostitutas. Ocioso, o *flâneur*, a passos despreocupados e desocupados, interpela a acepção capitalista de trabalho. A seus olhos vivos, contudo, a cidade se torna rica de significados. Sua quase invisibilidade junto aos passantes lhe possibilita atenção aos detalhes (CHAVES, 2013).

Por meio da sua coreografia cadenciada, não somente a cidade se revela, mas também se expressa a crítica de Benjamin – angustiado diante da perda da experiência autêntica, ocorrida na modernidade e, sobretudo, diante do avanço da história rumo à catástrofe. O culto ao progresso é por ele radicalmente desmistificado, tanto na versão civilizacional burguesa, quanto nas visões hegemônicas de esquerda – presas a ideias positivistas ou evolucionistas, que remetem a uma suposta inexorabilidade da história (LÖWY, 2005). Benjamin intensifica a crítica à decadência do *flâneur* (CHAVES, 2013) e a relaciona às mudanças promovidas na cidade pelas mãos da burguesia. “As reformas urbanísticas e a generalização dos meios de transporte fazem com que a cidade possa ser concebida como um sistema integrado [...] Mas para isso a velha Paris teve de

⁸³ A incapacidade do homem moderno de transformar a vivência em experiência é fundamental para a compreensão da crítica à modernidade feita por Benjamin. Paola Berenstein Jacques esclarece a diferença entre as duas noções, conforme os sentidos empregados pelo autor: “*Erlebnis*, a vivência, o acontecimento, uma experiência sensível, momentânea, efêmera, um tipo de experiência vivida, isolada, individual; e *Erfahrung*, a experiência maturada, sedimentada, assimilada, que seria um tipo de experiência transmitida, partilhada, coletiva” (JACQUES, 2013, p. 55). Para Jacques, há ainda um aspecto importante a ser ressaltado no que se refere ao conceito de experiência em Benjamin: “outra pista interessante, que foi lembrada por Jeanne Marie Gagnebin [...], estudiosa de Benjamin, é a etimologia da palavra *Erfahrung*, experiência coletiva, que vem do radical *fahr*, usado no antigo alemão em seu sentido literal de percorrer, atravessar uma região durante uma viagem, ou seja, este tipo de experiência está diretamente ligado à ideia do percurso, da experiência de percorrê-lo e, assim, da errância” (JACQUES, 2013, p. 55).

ser destruída” (ORTIZ, 2000, p. 18). As ruas se expandem e a mobilidade urbana se aprimora. “O ritmo da história dilata e acelera os passos do transeunte. Entretanto, o que se ganha em locomoção necessariamente não se traduz em liberdade ou emancipação” (ORTIZ, 2000, p. 18).

Nesse cenário urbano tecido por ambivalências, o indivíduo desaparece na multidão. Ou transfigura-se no *homem da multidão*, conforme narrado por Edgar Allan Poe (1809–1849), no decênio de 1840. No conto, o autor retrata a paisagem urbana de uma Londres já industrializada. O narrador, sentado no salão de um café, observa e descreve os passantes apressados mergulhados na atmosfera metropolitana, até se deparar com a figura enigmática de um velho. Atraído por sua aparência um tanto assustadora, um tanto misteriosa, o narrador se coloca a segui-lo em meio à multidão, em busca de desvendar, compreender a figura que o instiga. De forma surpreendente, o velho traça percursos – ora ansiosos, ora lentos – que simplesmente o conduzem de aglomeração a aglomeração. Ao final do conto, o narrador, absolutamente só, retorna ao ponto de partida e o mistério se mantém, pois o velho parece não se dar a conhecer. Ao leitor, contudo, Poe oferece uma visão crítica da vida urbano-industrial, revelada em variadas faces, incluindo as decrépitas e horripilantes. Por meio destas, o sentido do viver, na metrópole londrina, parece circunscrito a estar mergulhado na multidão. Na interminável andança pelas ruas da cidade, o indivíduo moderno parece buscar por relações, mas, nessa busca, se defronta com a solidão.⁸⁴ Também na Paris do *flâneur*, as transformações se intensificam:

No final do [século] XIX, o *flâneur* [...], acostumado ao ritmo lento das passagens, encontra dificuldade em se deslocar. A circulação pela cidade tornou-se certamente mais fácil e mais rápida, as ruas e o sistema viário lhe permitem locomover-se sem maiores problemas, mas as imposições externas são também mais coercitivas, cada vez mais ameaçam sua liberdade individual (ORTIZ, 2000, p. 20).

A cidade moderna do século XX, ao propiciar a seu habitante cada vez mais o contato diário com novos signos e situações, reconhecidamente inviabilizou a transformação da vivência em experiência. Condenado às repetições, o viver urbano mostrou-se limitado a uma sucessão de

⁸⁴ Cf. MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe. **Terra Roxa e outras terras**. Revista de Estudos Literários. vol. 12. Jun. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf. Acesso em: 27 dez. 2015.

fantasmagorias⁸⁵. Mas se, ao vagar pelas ruas da cidade sorvendo vida, o *flâneur* pulsara como uma figura do contrafluxo, a *flânerie* permanece inspiradora como atividade intelectual. Entendidos como mecanismos de estranhamentos, o passeio e deslocamento pela cidade – ora “moradia”, ora “paisagem” –, a aproximação e o distanciamento emergem como recursos metodológicos importantes para a apreensão da vida urbana para além da “percepção imediata das coisas” (ORTIZ, 2000, p. 22). A observação de Ortiz torna inevitável a indagação: afinal, qual seria a face da cidade revelada para além de sua percepção imediata? “Nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade”, responde Benjamin, sinalizando para as “encruzilhadas”, as “inconcebíveis analogias e acontecimentos entrecruzados” (BENJAMIN, 1993, p. 27), que fazem cintilar os diversos rostos – *colagens surreais* (CHAVES, 2013)? – da cidade verdadeira, em desafio diário às representações hegemônicas tão bem arquitetadas. Nas palavras de Gaeta,

Benjamin se interessa pelas discontinuidades do passado presentes no atual. São fragmentos urbanos, ‘mortos’, no agora. São discontinuidades, fraturas reveladoras. Benjamin encontra nessas discontinuidades – assim como nas particularidades – um objeto de atenção. Há nelas uma importância reservada para o presente, ainda que o presente homogêneo não as veja (GAETA, 2005, p. 8).

Além disso, o olhar do *flâneur*, tal qual a modernidade, é movente. Mais do que meramente descobrir a cidade, seu olhar a (re)encontra e (re)conhece. Rouanet, ao refletir sobre o sentido do (des)compasso dessa figura urbana, em seu itinerário pelas ruas da cidade moderna,

⁸⁵ “O termo fantasmagoria (*fantasmagorie* em francês) foi originalmente criado por Etienne-Gaspard Robertsom – um físico belga estudioso de fenômenos óticos – e dava nome ao espetáculo de fantasmas que ele apresentou pela primeira vez em Paris em 1797. Esses espetáculos eram exibições de ilusionismo, um tipo de entretenimento público no qual fantasmas eram criados com o uso de lanternas mágicas. [...] Terry Castle notou que o termo ‘fantasmagoria’ foi muito utilizado por escritores românticos tardios e simbolistas, como Edgar Allan Poe, Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire. Em contos envolvendo eventos sobrenaturais, por exemplo, Poe empregou a figura fantasmagórica ‘como forma de desestabilizar as fronteiras ordinárias entre o interior e o exterior, entre mente e mundo, ilusão e realidade’. [...] Para Benjamin, o termo parece indicar os traços principais do espetáculo, isto é, um declínio na comunicabilidade da experiência: a transformação da comunicação envolvendo co-presença em comunicação com um outro ausente. Nessa linha, a noção de fantasmagoria também indica uma transição de formas de comunicação, por exemplo o abandono da comunicação narrativa na forma de contar histórias na predominância crescente da indústria da informação. [...] Benjamin chega à conclusão de que a experiência da fantasmagoria coincide com um atributo muito central da experiência moderna, que retrata especificamente o choque que penetra na vida cotidiana e o colapso consequente da comunicação. A fantasmagoria não indica um modo nem parcial nem transitório, mas geral, de experiência, decorrente da expansão da transformação de todas as relações sociais segundo a lógica da mercadoria. Ao colocar a noção de fantasmagoria no centro de sua análise da modernidade, Benjamin estabelece uma nova base teórica a partir da qual desenvolve uma análise mais sistemática da cultura pós-aurática, isto é, a cultura do espetáculo” (KANG, 2009, p. 27-228).

afirma que, para Benjamin, “o homem habita um cidade real e é habitado por uma cidade de sonho” (1992, p. 67). Assim, o olhar do *flâneur*, assemelhado ao do artista – porque criativo e criador – transita em meio a dois níveis de realidade: a objetiva e a onírica. Ele se movimenta para desvendar, alcançar a cidade, que está sempre a caminho de se tornar outra coisa (CHAVES, 2013). Seus olhos solitários e profundos se movem por entre resíduos e latências; passeiam por entre achados e chamados. Sem dúvida, são olhos que atraem e convidam o historiador a percorrer e repensar as cidades, como nos versos de Baudelaire: “Ao longo dos subúrbios, onde nos pardieiros/ Persianas acobertam beijos sorrateiros [...] Exercerei a sós a minha estranha esgrima,/ Buscando em cada canto os acasos da rima,/ Tropeçando em palavras como nas calçadas,/Topando imagens desde há muito já sonhadas” (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 1991a, p. 68). Na poética deste olhar, fascinado pelas ambivalências que entretecem o viver urbano, reside, muito provavelmente, a vitalidade da perspectiva benjaminiana.⁸⁶

⁸⁶ “Benjamin é nosso contemporâneo no mesmo sentido que é ainda um autor aberto a ‘usos’ diferentes. [...] É claro que muitos de seus temas ainda são atuais, sobretudo o da estetização do político e o da mercadoria como forma universal. Os ‘exemplos’ citados por ele pertencem ao passado, mas suas perspectivas não. Sua atualidade como crítico é assombrosa” (SARLO, 2013).

CAPÍTULO 2 – ENCANTOS E DESENCANTOS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

2.1 A fragilidade dos pactos urbanos

A realidade não se cansa de instigar a teoria. A cidade moderna, reformada e saneada, científica e racionalizada – expressão máxima da (in)sensibilidade burguesa, e de sua aposta no saber dos engenheiros, arquitetos, médicos, agentes de saúde como garantia de progresso, civilização e disciplinarização dos conflitos – foi historicamente confrontada pelas inquietas, ruidosas e insistentes multidões nas ruas. O ritmo alucinante das metrópoles e de suas territorialidades indefinidas mostrou-se indiferente às coordenadas dos projetistas urbanos e das políticas públicas, em seu esforço para esquadrihar a cidade, controlar a desordem social e sufocar as revoltas das massas replicantes. No início do século XX, Simmel vislumbrou que a compreensão da realidade urbana – palco da produção e consumo desenfreado de coisas supérfluas, do surgimento de novas redes de sociabilidade, das mudanças de comportamentos, incluindo alterações na vida do espírito – desafiava paradigmas interpretativos convencionais. Ao seguir o (des)compasso do *flâneur*, Benjamin divisou que elementos objetivos e oníricos dão forma às cidades, mas seu rosto verdadeiro resulta da composição de seus diferentes retratos, muitos deles surreais (CHAVES, 2013).

As cidades contemporâneas, em suas múltiplas imagens e representações – metrópole, cidade média, pequena; cidade global, local; cidade ecológica ou sustentável; cidade tecnológica; cidade dormitório; cidade trabalho, turística, evento, monumento; cidade polo; cidade modelo – continuam desafiando o pensamento crítico. Na medida em que se movem, se alteram e geram sonhos, não se conformam a modelos explicativos prontos e acabados. Também os novos modos de subjetivação – decorrentes, na terminologia simmeliana, da *intensificação da vida nervosa* – impõem que as indagações acerca das relações entre as cidades e os cidadãos sejam reformuladas.

Nessa perspectiva, atento ao significado do cenário urbano na constituição do sujeito contemporâneo, Robert Pechman interroga: “a cidade seria ainda, como o era para Simmel, a condição primeira para o desenvolvimento da existência psíquica do sujeito, ou o processo de subjetivação contemporâneo é possível à revelia da cidade?” (2014b, p.94). Indo além: quais os sentidos do viver urbano “num mundo, agora, tomado pelas grandes metrópoles, onde as

distâncias se anulam, onde a tecnologia tende a mediar todas as interações, onde o espaço fechado dos condomínios e dos *shoppings* mede forças com o espaço público da cidade?” (PECHMAN, 2014b, p. 94). Stella Bresciani, também tendo em vista o pensamento de Simmel, reitera as problematizações aventadas por Pechman, questionando: até que ponto os argumentos do estudioso alemão podem “nos orientar em deslocamentos por áreas urbanizadas tecidas por fragmentos na maioria das vezes díspares? Até onde os atuais modos de vida, o estar no mundo em fluxo ininterrupto, encontram ainda guarida nas cidades em suas dimensões físicas e expressões simbólicas?” (BRESCIANI, 2014, p. 57). Tais questionamentos são aqui considerados fundamentais, não somente porque refinam o olhar sobre as cidades contemporâneas, mas principalmente porque, em última instância, repõem o início desse percurso teórico: o que foi feito do *espírito da pólis* na contemporaneidade? No momento histórico em que a maior parte dos habitantes do planeta vive no espaço urbano, teria a alma das cidades – em Atenas, “a cidade e o cidadão eram um só” (MUMFORD, 1998, p.187) – se perdido para sempre? A Idade Média transplantara a utopia para o céu. De volta à Terra, as utopias urbanas, na modernidade, revelaram-se distópicas em seu esforço em suprimir o conflito, o dissenso e o debate, que constituem o núcleo do convívio politizado. E na atualidade? Seria ainda possível sonhar, a partir das cidades reais, com a construção de um espaço urbano efetivamente aberto a diferentes vozes, ou, em tempos de cidades globais, as utopias se inseriram definitivamente em dispositivos do mercado capitalista? As revoltas explodem atualmente em diferentes cidades do planeta. Nada de novo, a julgar pelas barricadas nas ruas europeias desde o século XIX. Mas as revoltas atuais, em meio à *favelização do mundo*⁸⁷, indicam de forma nítida a insatisfação dos cidadãos com a

⁸⁷ Em *Planeta Favela*, Mike Davis discute a dinâmica mais recente da urbanização, enfatizando a tendência mundial de crescimento das favelas e empobrecimento das cidades do chamado Terceiro Mundo. Para ele, este quadro resulta diretamente da aplicação de medidas, indicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, para a suposta superação da crise capitalista, a partir dos anos 1970. “Como resultado, o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas” (DAVIS, 2006, p. 27). Em relação a esse assunto, o autor destaca ainda três tendências mundiais importantes: a) a urbanização ocorre hoje mesmo em cenários de *desindustrialização*, diferentemente da história pregressa das cidades; b) em várias partes do mundo, o campo vem se urbanizando. Trata-se, na expressão do autor, de um “contínuo urbano-rural”, na medida em que as relações sociais urbanas invadem o campo; c) “Embora as megacidades sejam as estrelas mais brilhantes do firmamento urbano, três quartos do fardo do crescimento populacional futuro serão suportados por cidades de segundo escalão pouco visíveis e por áreas urbanas menores; lugares onde [...] ‘há pouco ou nenhum planejamento para acomodar essas pessoas e prestar-lhe serviços’” (DAVIS, 2006, p. 18). Alarmado com o cenário descrito e com o que se anuncia, o autor adverte: “as cidades do futuro, em vez de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem

qualidade de vida urbana e com o ambiente hostil das cidades⁸⁸. Seria possível exercer hoje, verdadeiramente, conforme sugere David Harvey (2015), o “direito à cidade [...], usar a cidade para seus próprios propósitos”, de forma radicalmente diferente do que é imposto pelas relações sociais de produção capitalistas? Ou o *exílio na não-cidade*⁸⁹ seria inescapável, seja no conforto do intramuros, seja nas periferias abandonadas? Ainda há sinais de vida nas cidades ou estariam os cidadãos contemporâneos condenados aos assombros distópicos de um viver infernal, arruinado e desencantado? As indagações em tela confirmam a urgência em se colocar as cidades e o viver urbano no centro da roda.

Ao mapear análises sobre os descompassos entre as propostas de intervenções urbanas e suas concretizações, bem como a distância entre o saber dos urbanistas e as expectativas dos moradores das cidades, Bresciani assinala que se tornou lugar-comum “considerar as cidades contemporâneas inóspitas” (2009, p. 21), em decorrência dos transtornos diversos enfrentados pelos cidadãos, sobretudo aqueles relacionados à violência, às dificuldades de deslocamentos, à degradação do espaço urbano de modo geral. Embora esses problemas afetem o viver urbano em escala mundial, Ermínia Maricato, analisando as especificidades da urbanização brasileira, observa que o aumento do desemprego e da pobreza urbana contribuiu para mudar a imagem das cidades no Brasil: “de centros de modernização que se destinavam a superar o atraso e a violência

mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos ” (2006, p. 29). Ermínia Maricato, no Posfácio da obra de Mike Davis, faz interessantes observações a respeito da urbanização brasileira: “Quem acompanha a vida de qualquer grande cidade no Brasil é testemunha do crescimento explosivo das periferias abandonadas ou da favelização a partir do início dos anos 1980. Não que o ovo da serpente não estivesse lá antes disso. As favelas do Rio de Janeiro e de Recife surgiram no final do século XIX e começo do século XX, quando uma parte da mão de obra escrava libertada ficou sem alternativa de moradia [...]. Não se pode responsabilizar [somente] a globalização e as políticas neoliberais pela segregação e pela pobreza que são estruturais em um país cuja esfera social é profundamente desigual [...]. Portanto, não foram apenas a taxa de urbanização e o crescimento demográfico que alimentaram a tragédia urbana brasileira” (MARICATO, 2006, p. 215).

⁸⁸ “O mundo está cada vez mais urbanizado e vemos cada vez mais o descontentamento emergente com a qualidade da vida urbana. Esse descontentamento produz revoltas ou protestos de massa, em alguns casos, como Gezi e o que aconteceu no Brasil em 2013. Existe uma longa tradição de revoltas urbanas – a Comuna de Paris em 1871 e outras eclosões muito anteriores – mas penso que a questão urbana está realmente tornando-se central hoje, e a qualidade de vida urbana tomando a dianteira do que são os protestos contemporâneos”. Cf. HARVEY, D. **David Harvey vê a revolta curda e o pós-capitalismo**. Entrevista concedida a Sardar Saadi. 17 ago. 2015. Disponível em: <http://outraspalavras.net/destaques/david-harvey-ve-a-revolta-curda-e-o-pos-capitalismo/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

⁸⁹ A expressão *não-cidade* é usada por Maricato, quando discute as dificuldades enfrentadas pelos moradores das periferias para ter acesso à *cidade*, por conta da situação dos transportes públicos, sobretudo nas metrópoles: “Não é necessário ser especialista para concluir que a população da periferia, e isso atinge especialmente os jovens desempregados, vive um exílio forçado na ‘não-cidade’ (MARICATO, 2006, p. 216). Emprego a expressão aqui em sentido mais amplo, com vistas a problematizar a fragilidade do pacto urbano.

localizados no campo, passaram a representar crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoronamentos, tráfego infernal, poluição do ar, poluição dos rios, favelas e... violência” (MARICATO, 2006, p. 216).

Zygmunt Bauman (2009), refletindo sobre as atuais angústias alimentadas pela sensação de insegurança e medo, lembra que as cidades foram construídas, historicamente, para dar segurança a todos os seus habitantes. Le Goff, ao analisar as cidades medievais, afirmara: “a segurança é, sobretudo, uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva” (1998, p.72). Paradoxalmente, hoje as cidades “estão cada vez mais associadas ao perigo” (BAUMAN, 2009, p. 40). Por conta dessa associação, “um pouco no mundo todo [...] começam a se evidenciar nas cidades certas zonas, certos espaços [...] nos quais se percebe uma tangível sensação de afastamento em relação [...] às pessoas fisicamente vizinhas, mas social e economicamente distantes” (BAUMAN, 2009, p. 25). Nessa lógica fundada no controle, casas são construídas prioritariamente para proteger os moradores, e não para integrá-los à comunidade⁹⁰. Quanto mais os cidadãos se afastam dos vizinhos, mais confiam e se entregam às redes de vigilância e proteção. “Todos que têm condições adquirem seu apartamento num condomínio: trata-se de um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas, social e idealmente, está fora dela” (BAUMAN, 2009, p. 39). Construtoras e imobiliárias recorrem à publicidade para vender esses *oásis de tranquilidade e segurança* – silenciando, contudo, sobre a condição óbvia de que toda *cerca* tem dois lados: dentro e fora.

Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora [...] vida urbana, para se colocarem ‘dentro’ de um oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares decentes e seguros, e estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão; tratam de manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o ‘gueto voluntário’ dos arrogantes dos muitos condenados a nada ter. [...] Para aqueles que estão nos guetos ‘involuntários’, a área a que estão confinados [...] é um espaço ‘do qual não lhes é permitido sair’ (BAUMAN, 2009, p. 39-40).

⁹⁰ “A forma mais comum de baluarte defensivo é representada pelas *gated communities*, com os indefectíveis guardas armados e câmeras de controle [...]. Nos Estados Unidos, as *gated communities* são mais de vinte mil, e sua população supera os oito milhões de pessoas. O significado de *gate* complica-se a cada ano; há, por exemplo, um condomínio californiano chamado Desert Island, circundado por um fosso de dez hectares. Brian Murphy construiu [...] uma casa com uma espécie de *bunker*, cuja fachada de metal ondulado não tem janelas. O mesmo arquiteto projetou outra casa de luxo [...] entre os muros de uma velha estrutura em ruínas, recobrimdo-a de grafites semelhantes aos dos arredores, de forma a camuflá-la” (BAUMAN, 2009, p. 62-63).

Muros, fossos e paliçadas não são novidades nas construções urbanas. Todavia muralhas eram erguidas para proteger todos os moradores dos ataques de inimigos externos. A lucrativa arquitetura do medo, da intimidação e da gestão da exclusão social se presta a manter separados os *cidadãos* de uma mesma cidade. A suposta intenção de *uns* se defenderem dos *outros* – ou *contra* os outros – embaralha os referenciais, pois *todos os outros* se convertem em potenciais inimigos ou adversários. Sem negar o quanto essa problemática afeta o viver urbano na atualidade, Lucia Leitão, sob o foco do urbanismo, procura mostrar “*como e em que medida a cidade no Brasil tem produzido, desde sempre, um espaço edificado claramente hostil*” (LEITÃO, 2010, p. 1. Grifos da autora). Buscando construir seus argumentos a partir da escrita gilberteana de *Sobrados e Mucambos*⁹¹, a arquiteta afirma:

[...] à sombra da herança cultural da casa-grande, a cidade brasileira produziu, e continua a fazê-lo, um espaço de exclusão, centrado no espaço privado, com todas as consequências sociourbanísticas decorrentes desse fato, mesmo que disso não pareça se dar conta, ainda, a sociedade brasileira. Em sua expressão atual, a primazia do espaço privado, exclusivo e excludente, materializa-se, por exemplo, na construção, cada vez mais intensa, de condomínios fechados nas principais cidades brasileiras, cuja característica marcante é o fato de se constituírem em *espaços que se fecham em si mesmos* (LEITÃO, 2010, p. 5. Grifos da autora).

A expansão do modo de habitação condominial seria, então, ilustrativa da difusão de um modo de viver, de um estilo de vida, que reforça o espaço da casa em detrimento do espaço da rua. Nesses condomínios fechados, salões de festa, *playgrounds*, escolas, centros de compra e lazer asseguram a convivência intramuros entre *iguais*. Na compreensão da autora, a violência urbana, embora concretamente alarmante, é ideologicamente acionada para justificar a permanência de um modo de vida excludente e, mais importante, para reforçar “*o desejo de se fazer distinto, quer social, quer espacialmente*” (LEITÃO, 2010, p. 5. Grifos da autora). No Brasil, não apenas a expansão dos condomínios fechados expressaria a *negação da rua* – e, por conseguinte, a negação do convívio com as diferenças que confere sentido à urbanidade –, mas

⁹¹ “Da extensa narrativa produzida por Freyre destacam-se, em especial, dois aspectos fundamentais para as ideias aqui expressas. O primeiro é que a *paisagem social brasileira* [...] se constituiu em torno da casa, do *espaço privado*, portanto. O segundo aspecto, consequência direta dessa escolha socioambiental, é que nessa mesma paisagem não havia lugar para o não familiar, donde possivelmente deriva o processo de profunda negação da rua, o espaço público por excelência, na cidade brasileira – da colônia aos nossos dias. É a partir desses aspectos que se trabalha [...] com a hipótese de que o modo como se organizou a vida urbana no Brasil produziu, espacial e psiquicamente, um ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil, portanto” (LEITÃO, 2010, p. 1).

também a proliferação dos *shopping centers*, sobretudo pela uso singular que estes assumem por aqui.

Assim, entre nós, esses espaços não desempenham apenas a função de centros de compra que os caracteriza em outros contextos sociais. [...] São espaços em que [...] toda uma gama enorme de serviços e atividades é oferecida e neles desenvolvida: escolas de línguas, cinemas, espaços para festa, consultórios médicos, unidades laboratoriais e mesmo hospitalares, mercearias, agências bancárias, cabeleireiros, livrarias, cafês, etc. Eminentemente privados, posto que de uso coletivo, esses ambientes deixam extremamente claro o papel que pretendem desempenhar na vida social brasileira. Assim, são espaços que acolhem apenas os iguais – rejeitando claramente aqueles que não pertencem ao mesmo grupo social (LEITÃO, 2010, p. 7-8).

Ao buscar espaços mais íntimos nos quais possam se sentir resguardados, os cidadãos cada vez mais se refugiam do *outro* e só convivem com o *mesmo*. “O impulso para uma ‘comunidade de semelhantes’ é um sinal de retirada, não somente da alteridade que existe lá fora, mas também do empenho na interação interna, que é viva, embora turbulenta, fortalecedora, embora incômoda”, registra Bauman (2009, p. 45). Sobre as fragilidades do pacto urbano na contemporaneidade, Eliana Kuster e Robert Pechman (2014) reiteram as preocupações de Leitão, ao ressaltarem que hoje, cada vez mais, uma parcela da população é apenas *tolerada* na cidade, devido à utilidade para mover as engrenagens urbanas em suas múltiplas funções.

A diferença agora é que existe um conjunto de pessoas que, em nome da segurança e, por isso mesmo, cansadas da convivência entre as diferenças, e pouco dispostas a se submeter ao convívio com a alteridade e ao enfrentamento do dissenso, apostam na ação individual, desprezando o convívio com o diferente [...]. Com isso, a cidade vai se diluindo em ‘tribos’ onde vige uma espécie de lei interna, que leva a que seus membros desenvolvam uma certa subjetividade, que se impõe a partir de uma percepção de se estar além ou aquém do social, ou seja, infensos a toda responsabilidade cidadã (KUSTER; PECHMAN, 2014, p. 13).

Reduz-se a urbanidade na mesma proporção em que são reduzidos os espaços de convivência. Cidades esmaecidas do vigor público não se mostram capazes de acolher conflitos e de politizar negociações. “A cidade serviu como foco para a vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida” (SENNETT, 2014, p.487). Metamorfoseada em *ciudadela*, a cidade se reduz à área de serviço,

espaço de atração de capitais que percorrem o mundo, território de oportunidades particulares, sejam materiais, sejam simbólicas (KUSTER; PECHMAN, 2014). Decorre desta racionalidade o crescimento dos riscos do viver urbano. “Todos os afetos estão na cidade. Ódios, paixões, vergonhas, compaixões, ressentimentos, desejos” (PECHMAN, 2009, p. 352). Quanto mais a cidade é capaz de absorver amplamente todas as necessidades, desejos e afetos, mais densamente humana ela pode se tornar. Contudo, adverte Pechman, quando seus poros se fecham,

[...] é a violência e o silêncio que se impõem, pois se o sujeito não pode exprimir seu direito à vida urbana, se o indivíduo não pode colocar em cena seu desejo e é obrigado a cancelar suas paixões, ele vai extrair seu direito à cidade sem o efeito narcotizante de qualquer anestesia. E isso, com certeza, vai doer muito na cidade (PECHMAN, 2009, p. 352).

A face negativa do viver urbano leva, muitas vezes, ao desejo de volta a um *tempo anterior* (BRESCIANI, 2009): um passado idealizado, em que tudo transcorria num *antigamente* protegido das agruras e ruínas do presente. A sensação de perda – desenraizamento e desamparo – experimentada nas grandes cidades, as hostilidades de um ambiente urbano ameaçador, do ponto de vista material e simbólico, fomentam também a busca por um *lugar* mais tranquilo e seguro para se viver – remetendo, na leitura de Leitão, a uma “idealização de um espaço-tempo-circunstância para sempre perdido representado pela vida na aldeia, uma ideia ilusória que encanta ainda, como o canto da sereia, o habitante da era das megalópoles” (LEITÃO, 2014, p. 169). Assim, cidades pequenas podem ser vislumbradas como estas aldeias, lugares tranquilos, capazes de livrar o morador das metrópoles do lado perverso da vida urbana. Talvez surjam como lugar daquele *desejo nostálgico* que carrega o olhar, quando este se depara com um cenário em ruínas (HUYSEN, 2014).

No entanto, conforme observam Ângela Maria Endlich e Pedro Carnevali Fernandes, “a vida pacata e tranquila em pequenas cidades é cada vez mais um mito. As histórias de várias décadas sem um único homicídio vão se tornando raras” (2014, p. 1). Segundo os pesquisadores, se os dados são analisados de forma absoluta, não se revelam significativos. “Contudo, quando considerados proporcionalmente em relação a sua população, observa-se que os índices obtidos posicionam algumas pequenas localidades entre as mais violentas do Brasil” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 2). Raquel Rolnik, também atenta ao aumento expressivo da violência

nas cidades pequenas, afirma que não é mais possível associá-las às imagens de tranquilidade e segurança. Nos últimos dez anos,

[...] o crescimento econômico nestas cidades foi acompanhado pela emergência de um fenômeno antes marginal ou desconhecido: uma cultura da violência muito semelhante àquela repetida obsessivamente na última década nos filmes, noticiários e debates públicos. A disseminação do crack, a homogeneização dos padrões de consumo e o dismantelamento das redes tradicionais de contenção social como famílias extensas, sem dúvida, contribuíram para intensificar o fenômeno (ROLNIK, 2012).⁹²

Obviamente, nem todas as cidades pequenas são iguais. Sendo assim, “em algumas estão preservados a tranquilidade e o sentimento de segurança. Contudo, em outras aparecem significativos processos de mudança” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 4). Além disso, fazer referência à difusão e interiorização da violência urbana não implica afirmar que as pequenas cidades, de modo geral, tivessem sido, até recentemente, ilhas de paz e harmonia.

Outras situações sempre estiveram associadas a elas e que igualmente denotam violência, como as perseguições políticas, o coronelismo e/ou as lutas por terra/solo urbano [...]. Entretanto, atualmente, somam-se a esses citados anteriormente, a propagação dos roubos, dos furtos e dos homicídios (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p.7).⁹³

Na tentativa de compreender mais profundamente os fatores responsáveis por essas alterações, Endlich e Fernandes, da mesma forma que Rolnik, indicam o crescimento do tráfico e consumo de drogas como elementos importantes, mas chamam a atenção também para outros dados relacionados à ausência do Estado, como a insuficiência da presença policial e de equipamentos públicos de segurança. “Em muitos casos, as quadrilhas aproveitam a ausência de serviços públicos de segurança, a facilidade de acesso e deslocamento por rodovias pouco fiscalizadas [...] para amedrontar e aterrorizar as pequenas localidades” (ENDLICH;

⁹² ROLNIK, Raquel. Violência para todos: o novo mapa dos homicídios no Brasil. 2012. Disponível em: <http://ecos-periferia.blogspot.com.br/2012/03/aumenta-violencia-em-cidades>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁹³ “Devido ao alto grau de pessoalização, é comum nas pequenas cidades, ainda que não exclusivamente nelas, a ausência de denúncias de ocorrências, como violência doméstica, estupros, etc., especialmente em ambientes familiares, as chamadas subnotificações. Geralmente, isso ocorre devido tanto à ausência de equipamentos e serviços que garantam a proteção da vítima quanto ao julgamento praticado pela sociedade local” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p.7).

FERNANDES, 2014, p. 7). A adoção do *toque de recolher* como medida de segurança em alguns municípios do interior do Brasil, proibindo a presença de pessoas no espaço público a partir de determinados horários, não apenas comprova a gravidade da situação, como fragiliza ainda mais o potencial de encontro da vida urbana.⁹⁴

Na cidade de Frutal, passar os olhos rapidamente pelos jornais ou acompanhar as notícias diárias veiculadas pelas rádios e redes sociais permite ao pesquisador confirmar os estudos mencionados acima. A constante apreensão de drogas, o aumento das taxas de homicídio, furtos e roubos, ao lado das queixas da população em relação a problemas variados, diretamente relacionados à *nova dinâmica urbana*, conforme expressão de Vera Telles (2010)⁹⁵, comprovam não somente a disseminação destacada, quanto a dificuldade encontrada por alguns setores para se tornarem sujeitos visíveis, interlocutores válidos, num jogo urbano extremamente segregatório e despolitizador. No imaginário urbano contemporâneo, a aposta na cidade – em suas diferentes estruturas, formas e escalas – como espaço do convívio politizado seria possível apenas como nostalgia?

2.2 Cidades mercadorias, cidades consumíveis: é possível profanar?

Procurando compreender esse processo em profundidade, Eliana Kuster e Robert Pechman afirmam que, de modo geral, a contaminação do chamado *DNA urbano* decorre da “transformação da cidade em mercadoria. Entre as relações de produção e a produção de relações, a primeira tem se mostrado arrebatadora, fazendo do cidadão um consumidor de cidade e das imagens da cidade” (2014, p. 15). Em outras palavras, relações sociais cada vez mais

⁹⁴ “O primeiro município brasileiro a implementar o toque de recolher, em 2005, foi Fernandópolis, no Estado de São Paulo, com população total de pouco mais de 60 mil habitantes. Em 2009, 21 localidades já haviam aderido a essa estratégia como forma de tentar diminuir a violência entre os jovens” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 17).

⁹⁵ A partir da constatação de que, na última década, as cidades passaram por modificações substanciais, Vera da Silva Telles debruçou-se sobre São Paulo, com vistas a captar cenas que pudessem revelar nuances desta *nova dinâmica urbana*. Considerando que os dramas sociais hoje transbordam os temas da *exclusão e pobreza*, investigou “configurações societárias que fizeram embaralhar as clivagens sociais e espaciais próprias da ‘cidade fordista’ com suas polaridades bem demarcadas” (TELLES, 2010, p. 15). A construção de novas teias de sociabilidade, em meios sociais heterogêneos, tem possibilitado a circulação de novos repertórios culturais, principalmente entre a juventude que não hesita em transpor as *fronteiras porosas* do legal. Embora a pesquisa se volte para a periferia de São Paulo, a autora traz para o primeiro plano atores sociais em experiências de vida que explodem as imagens idealizadas das cidades, despertando o olhar para novas configurações societárias que se apresentam nas cidades em diferentes escalas.

reificadas tornam possível a transfiguração da cidade em mercadoria. Pode soar redundante, mas é necessário reiterar: na condição de mercadoria, as cidades são levadas a operar na lógica de mercado. Não se trata meramente de vender o espaço *nas* ou *das* cidades. Trata-se de um processo complexo que visa tornar as cidades, *elas mesmas*, vendáveis, consumíveis – tanto material quanto simbolicamente. Para alcançar este objetivo, são empregadas estratégias e adotados procedimentos típicos de mercado, levando ao paroxismo a lógica da sociedade de consumo, que transforma tudo em ruína antes mesmo de ficar pronto. Esta prática inerente ao capitalismo já havia sido denunciada por Mumford, como também suas implicações para os sujeitos que se (des)fazem nas cidades:

[...] a própria cidade torna-se consumível, ou mesmo passível de ser gasta: o recipiente deve transformar-se tão rapidamente quanto o seu conteúdo. Este último imperativo abala a função precípua da cidade como agente da continuidade humana. A memória viva da cidade, que outrora ligava gerações e séculos, desaparece: vivem seus habitantes num contínuo auto-aniquilador, de momento a momento (MUMFORD, 1998, p. 588).

A avassaladora destrutividade, intrínseca ao capitalismo, desencadeia, pois, um verdadeiro processo de fabricação de ruínas urbanas, com vistas a legitimar a invenção/consumo do novo – apenas supostamente novo. Carlos Fortuna lembra que a ruína é “uma condição imanente da grande cidade e da urbanidade que Simmel enunciou como expressão da modernidade” (2014, p. 223). Todavia, o estudioso alemão, ao desenvolver sua reflexão acerca dos significados da ruína, partira da perspectiva da tensa relação entre cultura (espírito) e natureza⁹⁶. Para ele, a arquitetura “é a mais sublime vitória do espírito sobre a natureza” (SIMMEL, 1998, p. 137). A ruína do edificado, por sua vez, é o momento em que as forças da natureza passam a predominar sobre a obra humana.

A equação entre natureza e espírito desloca-se em favor da natureza. Este deslocamento torna-se uma tragicidade cósmica que na nossa percepção leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora

⁹⁶ Segundo Carlos Fortuna (2014), o texto de Georg Simmel sobre a ruína, surgido em 1911, permanece tão marginalizado quanto instigante. Uma tradução do escrito pode ser encontrada em: SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; ÔELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. p. 137-144. Disponível em: https://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna_Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs. Acesso em: 30 dez. 2015.

como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu (SIMMEL, 1998, p. 137).

A ruína genuína – testemunha da passagem do tempo e não fruto da ação intencional do mercado ou do descuido humano – resulta numa nova totalidade: uma forma artística nova decorrente da arte que ainda resta e da natureza que já vive no edificado. Trata-se, esta ruína, da projeção da obra material para um plano que transita entre um *não mais* e um *ainda não* (SIMMEL, 1998, p. 140). Disso advém sua sedução, beleza e encantamento – capazes de fazer de Roma, por exemplo, a cidade eterna, na qual o passado se faz presente por meio das ruínas. Quando a cidade assume a forma *mercadoria* – a ser consumida pelos cidadãos: cidadãos transfigurados em *consumidores* de cidade –, a ruína não decorre da ação do tempo. A descartabilidade imperativa faz com que do solo das cidades germinem ruínas – ou seriam escombros? Tal movimento é fecundo em revelar os paradoxos do chamado capitalismo avançado. Andreas Huyssen esclarece:

As ‘ruínas autênticas’, tais como ainda existiam nos séculos XVIII e XIX, parecem já não ter lugar na cultura de mercadorias e memória do capitalismo avançado. Na condição de *commodities*, as coisas em geral não lidam bem com o envelhecimento. Tornam-se obsoletas e são descartadas ou recicladas. Construções são demolidas ou restauradas. A probabilidade de as coisas envelhecerem e se transformarem em ruínas [autênticas] diminuiu na era do capitalismo acelerado [...]. As ruínas do século XXI são detritos ou são velhice restaurada. Neste último caso, a idade real é eliminada por uma plástica facial às avessas. O novo é levado a ter uma aparência envelhecida, em vez de se fazer o velho parecer novo (HUYSEN, 2014, p. 96).

Enquanto a ruína autêntica é um testemunho da história, o escombro remete ao descarte e prescinde da temporalidade. Fortuna, tomando como base os argumentos estético-filosóficos de Simmel, mas tentando compreender os sentidos da ruína nas cidades e metrópoles contemporâneas, aprofunda a análise. Na sua compreensão, em plena era de mercadorização do espaço urbano, de intensa especulação fundiária, a ruína inscreve, na história, as marcas da devastação humana.

A tensão entre espírito e natureza, vale dizer, entre homem e natureza, a que Simmel alude em suas reflexões filosóficas sobre o ambiente urbano, é hoje fundamentalmente uma tensão conflitual entre humanos. A decadência, destruição e ruína a que a metrópole está hoje sujeita resultam não da ‘revolta’ simmeliana da natureza contra o domínio que o espírito exerceu sobre ela, mas é

antes fruto das novas convulsões e guerras que passaram a pontuar o ambiente urbano, ou simplesmente das que ali se renovaram. Ao contrário do que o texto de Simmel sugere, a ruína que vislumbramos hoje nas cidades e metrópoles, não sendo fruto da ação subversiva da matéria, não irradia beleza, nem suscita sentimentos de equilíbrio e temperança. A ação humana contida nas guerras e nos atentados urbanos de hoje, ao reduzir, total ou parcialmente, as cidades a escombros, só causam repulsa e desolação. Renovam assim, podemos dizer, o mau presságio que o *Angelus Novus* recolhia do espetáculo de destruição em que se fundava o seu trajeto em direção ao futuro [...]. Toda a civilização que não souber cuidar das suas ruínas, mais que uma civilização incauta e *blasé*, transforma-se, ela própria, numa civilização arruinada (FORTUNA, 2014, p. 217-223).

Redimensionado e atualizando a problemática, Fernanda Sánchez (2001) – ao considerar as mudanças urbanas impulsionadas, na passagem século XX para o XXI, pelo fenômeno chamado de globalização – analisa procedimentos recentes empregados por segmentos políticos e econômicos no processo de *reinvenção das cidades*. No estudo, a autora se detém, com mais cuidado, em casos emblemáticos, como Barcelona, a partir de 1986, quando a cidade foi escolhida para sediar as Olimpíadas de 1992; e Curitiba, por conta dos projetos de modernização iniciados nos anos 1970. Contudo suas observações são pertinentes para a compreensão dos procedimentos de reestruturação urbana em diferentes cenários e escalas. A ação combinada de atores diversos – governos locais, mídias, agências multilaterais ou entidades supranacionais – produz e coloca em circulação imagens sempre renovadas das cidades com vistas a torná-las vendáveis. Tais imagens se tornam dominantes por meio da difusão de determinados discursos em escalas distintas. Ao olhar menos atento, as cidades – convertidas em *modelo* ou *exemplo* pelo *marketing* urbano – parecem resultar apenas de boas práticas urbanísticas, da gestão competente dos governos locais ou mesmo da eficiente atuação ambiental. Entretanto,

Além dos atores locais, um conjunto de agentes e estratégias territoriais interescares comparece para erigir a imagem da ‘cidade-modelo’, numa rede que, ao ser descoberta, evidencia um complexo mercado no qual as imagens são construídas e postas em circulação em variadas escalas (local, nacional e internacional), com mútuas influências de diversa ordem (SÁNCHEZ, 2001, p. 32).

Nessa perspectiva, políticas urbanas – forjadas em consonância com os paradigmas do receituário neoliberal, e sem considerar a multiplicidade de projetos que disputam espaço e configuram a urbe – são empreendidas para viabilizar a transformação da cidade numa

mercadoria atrativa. Isso inclui a renovação de sua base material, de acordo com interesses originados no mercado, e a busca por visibilidade, muitas vezes internacional, com o objetivo último de conquistar futuros investimentos. Uma vez que o “espaço toma forma também através de representações”, são desenvolvidas ações que visam, mais do que promover, legitimar determinados projetos de cidade – os quais são “difundidos como emblemas da época presente” (SÁNCHEZ, 2001, p. 32).

Percebe-se, assim, que as estratégias de modernização urbana não são pensadas pela autora somente do ponto de vista material, mas também como lugar de luta simbólica – sendo, inclusive, fundamental desvelá-la para se compreender os conflitos envolvidos nas propostas de reconstrução dos lugares. No campo simbólico, verifica-se uma permanente disputa pela imposição de uma representação frente a outras. Na medida em que tais disputas – tentativas de construção de hegemonia – reelaboram as práticas, elas não se limitam a meros reflexos das relações de poder, sendo, antes, elementos constitutivos da realidade social. Para Sánchez, a compreensão das disputas simbólicas requer, portanto, interpelar os “padrões argumentativos” (2001, p. 34) mobilizados com a intenção de legitimar os diferentes projetos de cidade. Sánchez adverte:

A representação da cidade é um objeto cobiçado e disputado [...] imagens-síntese da cidade, aquelas às quais se atribui o poder de falar por ela, constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras. Ao operar com imagens-síntese retira-se da cidade o que lhe é politicamente essencial: a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política. [...] Ações para potencializar o consenso e esvaziar o dissenso são desenvolvidas para assegurar a viabilidade do projeto modernizador (SÁNCHEZ, 2001, p. 35-37).

Assim, não somente o espaço é disputado *nas* cidades, como também as próprias cidades disputam lugar, competem entre si para ganhar destaque – leia-se: atrair capitais no mercado mundial de cidades. A autora considera os anos 1990 como decisivos para a emergência desse processo de mercantilização e, embora parta da análise de grandes centros, seus argumentos deixam claro tratar-se de uma tendência que se manifesta mundialmente, atingindo as mais diferentes escalas.

Com maior ou menor impacto, com pretensões mais ou menos monumentais, os exemplos das cidades mercadorias se multiplicam, podendo ser reconhecidos tanto nas *cidades olímpicas*

quanto em Juruaia, pequena cidade do interior de Minas Gerais, convertida em *capital da moda íntima*. Como uma cidade de dez mil habitantes, localizada numa região tradicionalmente voltada para a produção cafeeira, *transformou-se* em *capital da lingerie*? Relatos de moradores e informações disponíveis na *Internet* dão conta de que o marco inaugural da *capital* teria ocorrido em 1991, a partir do anúncio do prefeito de que empresários interessados em investir na cidade receberiam incentivos do poder público municipal.⁹⁷ A notícia teria atraído um pioneiro, vindo do estado de Goiás, para montar a primeira confecção de calcinhas. Embora a iniciativa do empresário não seja lembrada como exitosa, ela demarca, nos depoimentos dos moradores, o momento em que Juruaia teria encontrado um suposto diferencial, capaz de dotá-la de uma identidade, que a faria superar a condição de um município comum, pouco mais que um vilarejo, situado, como tantos outros, no mar de morros do sudoeste de Minas Gerais. Mais de vinte anos depois, é possível constatar uma significativa adesão da população ao *destino* de Juruaia, que se manifesta não somente na abertura de empresas do setor, como também na mobilização de diferentes segmentos para manter a imagem da localidade como *capital da moda íntima*, uma *cidade-trabalho* – pelo menos enquanto a imagem ofereça retorno, material e simbólico, para a pequena localidade. No esforço para sair da obscuridade, a cidade foi convertida numa espécie de *shopping* a céu aberto. Seria interessante perguntar, à moda de Richard Sennett (2003): o que teria sido feito dos juruaienses *que não se adequam ao paradigma*?

Ainda que o contexto seja radicalmente outro, não deixa de ser sugestiva a observação de Lewis Mumford, ao analisar a urbanidade helenística: “a grandeza impressionante era o que o governante e o planejador igualmente procuravam. Uma vez estabelecida na grande cidade, essa ordem seria imitada nos centros menores” (1998, p. 222). Para exemplificar a generalização da *ordem*, Mumford menciona a pequena *Priene* – localizada nas proximidades das cidades jônicas. Escavações arqueológicas realizadas em suas ruínas revelaram todos os elementos comuns ao modelo estabelecido, exceto a magnitude e o tamanho. O autor finaliza a passagem, quase a lamentar o esforço de *Priene* em corresponder ao modelo: “sua própria pequenez, sua falta de

⁹⁷ As informações aqui apresentadas resultam de observação realizada na cidade, de 21 a 23 de abril de 2015, quando ocorreu a 18ª Felinju – Feira de Lingerie de Juruaia. Sobre o assunto, ver: A CIDADE que enriqueceu com calcinhas. *Revista Época*. 2009. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI107267-15259,00A+CIDADE+QUE+ENRIQUECEU+COM+CALCINHAS.html>. Acesso em: 20 jan. 2016. E Ainda: LINGERIE tira mulheres do campo e faz polo virar realidade em Juruaia. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/09/de-aposta-realidade-mulheres-comandam-crescimento-em-juruaia.html>. Acesso em: 17 mai. 2016.

importância histórica a torna [ou talvez a tornasse] um espécime muito mais completo” (MUMFORD, 1998, p. 222).

De volta às cidades contemporâneas, Maricato considera que as apostas na competitividade entre as cidades fazem parte “das pirotecnias utilizadas para reverter um processo de deterioração urbana” (MARICATO, 2006, p. 216), mas se mostram inócuas, na medida em que o crescimento previsto na receita não se efetiva. A estudiosa também estende sua crítica aos discursos entusiasmados das agências internacionais na defesa da autonomia dos municípios, que aparentemente significa *maior poder para as cidades* frente ao suposto enfraquecimento dos Estados. “A descentralização da gestão urbana é de fato uma necessidade diante das especificidades [...] de cada cidade, mas desconsiderar a macroeconomia e a esfera nacional é uma armadilha [...]. A comunidade tem o poder no fragmento” (MARICATO, 2006, p. 217).

De qualquer modo, no caso do Brasil, a espetacularização urbana⁹⁸ ganhou um reforço de proporções monumentais com o ingresso do país na agenda internacional dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Acerca do assunto, Carlos Vainer questiona: “A cidade dos megaeventos é a cidade das decisões *ad hoc*, das isenções, das autorizações especiais... e também das autoridades especiais. O Comitê Olímpico, a Autoridade Olímpica... quem os elegeram?” (2011, p.11). Paola Berenstein Jacques registra que, por meio desses projetos urbanos hegemônicos, as cidades são reduzidas a peças publicitárias, criando “espaços-slogans que transformam os espaços públicos em cenários desencarnados e fachadas sem corpo [...] cidades cenográficas, cada dia mais uniformizadas” (JACQUES, 2013, p. 52). O debate e a opinião pública restringem-se às pesquisas de mercado. A *assepsia* (gentrificação) e *pacificação do espaço*, empreendidas com o argumento de que são medidas necessárias para assegurar a realização dos eventos, buscam, na verdade, escamotear as

⁹⁸ “É possível se falar em processos urbanos distintos, como culturalização, patrimonialização, museificação, musealização, estetização, turistificação, gentrificação, mas estes fazem parte de um mesmo processo contemporâneo e mais vasto chamado de espetacularização urbana. Este processo, por sua vez, está diretamente relacionado com as novas estratégias de marketing, ou mesmo o que podemos chamar hoje de *branding* urbano (construção de marcas) dos projetos ditos de revitalização urbana que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas de modo a lhes garantir um lugar na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. Na lógica contemporânea de consumo cultural massificado, a cultura é concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente. Com relação às cidades, ocorre algo semelhante: a competição, principalmente por turistas e investimentos estrangeiros, é acirrada e os políticos, com apoio dos empreendedores do setor privado, se empenham para melhor construir e vender a imagem de marca, ou o logotipo, de suas cidades cenográficas, cada dia mais padronizadas e uniformizadas” (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 347).

tensões, impor vigilâncias e controles, principalmente sobre os que “desafiam os pseudosconsensos” (JACQUES, 2013, p. 52).⁹⁹

Dessa forma, ao erigirem a tecnologia, o espetáculo, o capital e o mercado como a razão de sua existência, as cidades contemporâneas, na contramão da pólis, até ganham em visibilidade, monumentalidade e exuberância, todavia perdem em benefícios humanos, reduzindo os cidadãos a espectadores/consumidores dos dramas urbanos. É fundamental perceber também que o processo não se restringe às metrópoles ou grandes cidades, mas atravessa o espaço urbano em suas diferentes escalas. Embora o jogo político seja extremamente perverso, Sánchez não nega a possibilidade de resistências e apropriações seletivas:

Ainda que o jogo político, democrático e plural pareça bastante constrangido [...] podem ser identificados comportamentos, manifestações e movimentos que indicam e afirmam que o campo de possíveis ações que é o espaço urbano nunca estará totalmente capturado pelas estratégias de poder de seus governos midiáticos. Como qualquer cultura tornada hegemônica em certas condições históricas, políticas, técnicas e econômicas, a cultura urbana que hoje parece dominante por certo não é nem será internalizada passivamente. A possibilidade de ela ser negociada, resistida e seletivamente apropriada pelas pessoas no cotidiano está sempre presente, a desafiar a aparente inexorabilidade dos cenários que aponta (SÁNCHEZ, 2001, p. 47).

Considerando que “materialidade, representação e imaginação não são mundos separados” (SÁNCHEZ, 2001, p. 35), torna-se claro que a forma urbana é, ela mesma, uma narrativa visual da sociedade que a edificou. Todavia, se as palavras de Mumford ainda ecoam desafiadoras – “para compreender a plenitude da *pólis* helênica, devemos desviar os olhos das edificações e encarar mais nitidamente o cidadão” (1998, p. 184) –, cabe interrogar: ao desviar os

⁹⁹ “Após o anúncio da vitória do Rio de Janeiro na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos de 2016, observamos uma série de mudanças que objetivaram promover transformações não apenas na dimensão urbanística, mas também imaterial da cidade, para tomar o posto ‘virtuoso’ de cidade-sede. Esse processo, no entanto, não constitui uma peculiaridade carioca. Os megaeventos esportivos têm se tornado globais, sendo acompanhados de projeções midiáticas extraordinárias, de modo que as ‘coalizões de atores vinculados ao projeto olímpico percebem o megaevento como um espetáculo em escala mundial com vistas à promoção da cidade’ [...], entendendo-o como grande janela de oportunidades. [...] Portanto, os megaeventos estão no centro da disputa de poder no mercado internacional de cidades, utilizados como mola propulsora do desenvolvimento e da recuperação econômica” (WANIS, 2014, p. 124). A autora ressalta ainda que os eventos citados extrapolam a área esportiva, impactando nos mercados imobiliários, de entretenimento e turismo. Nessa perspectiva, sobre a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro – efetivada por parcerias público-privadas e por instrumentos do mercado de capitais – e o acirramento das desigualdades socioespaciais no contexto da produção do *Rio Olímpico*, é esclarecedor o seguinte estudo: WERNECK, Mariana da Gama e Silva. **Porto Maravilha: agentes, coalizações de poder e neoliberalização**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

olhos da forma urbana contemporânea, a cidade-mercadoria na versão *cidade-modelo* ou *cidade-espetáculo*; e enfocar mais detidamente o cidadão, o que é possível vislumbrar? Afinal, conforme ensina Leitão, na esteira do pensamento simmeliano,

[...] a cidade, inclusive em sua materialidade, não é algo apartado do sujeito. Não é apenas um invólucro, não é um mero palco para as muitas atividades, tampouco a sua arquitetura é redutível à simples construção de equipamentos. Compreender a cidade como coisa humana implica reconhecê-la ‘também’ como um fenômeno marcado pela subjetividade que caracteriza tudo que é humano (LEITÃO, 2014, p. 172).

Claudine Haroche, ao produzir uma genealogia do indivíduo moderno na tradição ocidental, desde o século XVI, contribui para lançar luz a esta questão, promovendo uma interlocução crítica com diferentes concepções sociopolíticas. A autora toma como pressuposto a fluidez da sociedade atual e, para além do registro psicológico, problematiza as transformações na maneira de sentir.

Sob o impacto da globalização, as sociedades contemporâneas tendem a se tornar sociedades que se transformam de maneira contínua; sociedades flexíveis, sem fronteiras e sem limites; sociedades fluidas, líquidas. Tais condições têm consequências sobre os traços de personalidade, dos mais contingentes e superficiais aos mais profundos, sobre os tipos de personalidade que tendem a desenvolver, e mesmo encorajar, e também sobre a natureza das relações entre os indivíduos (HAROCHE, 2008, p. 123).

Para Haroche, a mencionada fluidez coloca em questão a própria estruturação/existência do *eu*. Diante disso, ela indaga se é possível pensar quando se está imerso na pressão dos fluxos contínuos e se, “privado do tempo, da duração exigida pelos sentimentos, o indivíduo hipermoderno pode experimentar algo diferente das sensações” (HAROCHE, 2008, p. 123). Reiterando Simmel, argumenta que historicamente a modernidade propiciou ao indivíduo a emancipação do peso dos vínculos tradicionais. No entanto, diante das formas extremas do individualismo nas sociedades narcisistas, da intensificação do fluxo pelas novas mídias e também da imposição do imediatismo pelos sistemas econômicos sob a égide do modelo de mercado, emergiram traços de caráter marcados pelo isolamento, desinteresse, “comportamentos fugidios e o desvencilhar-se” (HAROCHE, 2008, p. 127). O movimento contínuo, portanto, inibe a capacidade de reflexão e enfraquece os laços sociais. O impacto cultural desse processo já havia

sido denunciado por Benjamin com veemência: “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1993, p. 198). Carlos Fortuna, interrogando as continuidades entre a realidade urbana do tempo de Simmel e a atualidade, observara:

O princípio da eternização do presente [...] desde a sua enunciação em Simmel, constitui-se em instrumento da decifração subjetiva da vida urbana, implicando a atitude de reserva individual dos sujeitos que, por essa via, modelam e adaptam constantemente as suas capacidades sensoriais ao ritmo da novidade urbana. Fazem-no de forma tão intensa que deixam de estranhar, ou por outras palavras, podem chegar ao ponto de não reconhecer a presença daquilo que é novo na cidade para, paradoxalmente, se deixarem surpreender pelas reminiscências e as continuidades do passado (FORTUNA, 2014, p. 210).

Na história mais recente, o quadro se agrava, sem dúvida nenhuma, em decorrência da propagação do universo virtual. Se o ir e vir constante do solitário *homem da multidão*, de Allan Poe, expressava seu desejo (necessidade?) por relações, a busca pelo outro; na sociedade contemporânea, o intenso “deslocamento, a mobilidade incessante, adotando tanto as vias materiais e imateriais quanto as virtuais, abalam não só o papel estruturante do espaço como o do tempo. [...] Essas condições conduzem a um desenraizamento subjetivo”, declara Haroche (2014, p. 128). Ou reforçam o *desenraizamento subjetivo* já identificado por Sennett em relação aos primórdios da modernidade: “o movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. [...] Para dispor de si mesmo, você não pode sentir muito [...] deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo” (2003, p. 214). Consequentemente, “a personalidade hipermoderna se caracterizaria pela ausência de engajamento, com a qual o indivíduo está ‘ligado, porém distante’” (HAROCHE, 2008, p. 128). A superficialidade das relações efêmeras e desengajadas, num cenário dominado pelo *frenesi*, urgência e descontínuo, contribui para a dissolução das divergências e, mais grave, estimula a indiferença em relação ao outro.

Ao focar o viver urbano, Haroche assinala que, em decorrência da aceleração, estamos mergulhados na *era da ilimitação*: “As condições de existência na metrópole contemporânea determinam efeitos psíquicos que subvertem o esquema que foi pensado por Freud, e que dividia a psique humana entre ‘ego’, ‘superego’ e ‘id’. Atualmente, podemos afirmar que não há mais superego, há apenas ego e id” (HAROCHE, 2011, p. 47). Essas observações apontam para alguns

dos complexos aspectos das sociedades contemporâneas. No mundo dos vínculos frágeis e efêmeros, a *Internet* possibilita a rápida aglutinação das pessoas. Por meio das redes sociais e de inumeráveis aplicativos, o jogo da troca de informações se dinamiza e facilita contatos. Na aparência, a solidão é superada. Mas na medida em que o contato prescinde da presença, o encontro não se efetiva e o isolamento se instaura. O medo do encontro com o outro, com o diferente, provoca a “perda do sentido de estar na cidade, de constituir a vida da cidade” (HAROCHE, 2011, p. 48). Verifica-se, assim, o fracasso da cidade como lócus do engajamento, do acolhimento da alteridade e do pertencimento ao coletivo. Não se pode perder de vista que, em última instância, o *sujeito* somente se forja por meio do *outro*. Toda hostilidade do viver urbano – expressa por múltiplas linguagens – sinaliza, fundamentalmente, para a falência da *mediação do outro*. As palavras de Eduardo Galeano traduzem e sintetizam, belamente, a complexidade desse angustiante cenário:

Enquanto nascia o século XIV, frei Giordano da Rivalto pronunciou em Florença um elogio das cidades. Disse que as cidades cresciam ‘porque as pessoas têm o gosto de juntar-se’. Juntar-se, encontrar-se. Agora, quem se encontra com quem? Encontra-se a esperança com a realidade? O desejo encontra-se com o mundo? E as pessoas encontram-se com as pessoas? Se as relações humanas foram reduzidas a relações entre coisas, quanta gente se encontra com as coisas? (GALEANO, 2010).¹⁰⁰

Tais reflexões sentenciariam o fim das cidades como espaço vivo, no qual os sujeitos, em relação uns com os outros, tecem seus destinos? Teriam as cidades se convertido apenas e tão somente em espaços fragmentados para homens fragmentados/isolados? Os dilemas do viver urbano, intensificados por relações sociais reificadas, teriam arruinado a utopia da cidade como um *lugar de promessa* de realização da civilidade e urbanidade? Mesmo que não existam respostas prontas ou soluções mágicas para a crise que acomete o modo de vida urbano, interpelar as cidades na companhia de autores que não inibem o pensar diante da complexidade do real objetiva mostrar que, em um mundo acelerado, fortemente marcado pela impaciência da mídia, pela produção *ad infinitum* de *selfies*, por *egos* se esbarrando “dentro de uma acumulação de instantes” (HAROCHE, 2011, p. 47), somente por meio do exercício da crítica, do *pôr em*

¹⁰⁰ GALEANO, Eduardo. O Império do consumo. **Carta Capital**. Dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-imperio-do-consumo>. Acesso em: 04 jul. 2015.

causa, pode-se encontrar condição para a necessária (re)criação e imprescindível (re)invenção da vida urbana.

Fernanda Sánchez (2001), mesmo enfatizando o constrangimento do jogo político democrático e plural num cenário urbano mercadológico, não descartara a possibilidade de negociações, resistências e apropriações seletivas. Paola Jacques (2012; 2013), ao considerar caminhos para possíveis resistências diante do processo de espetacularização urbana, ressalta presenças outras que escapam das iniciativas homogeneizantes e fazem insinuar uma cidade, intensa e viva, para além dos *slogans*, *outdoors* e cartões postais.

A radicalidade deste *outro urbano* se torna explícita, sobretudo, naqueles que habitam ou constroem essas zonas opacas das cidades: favelados, moradores de rua, ambulantes, camelôs, catadores, prostitutas, entre outros, que inventam várias táticas e astúcias urbanas em seu cotidiano. Aqueles que a maioria prefere manter na invisibilidade, na opacidade e, que, não por acaso, são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maioria dos atuais projetos urbanos pacificadores, ditos revitalizadores. Entretanto, é exatamente a sua presença dissensual na cidade que ainda garante a vitalidade resistente nos espaços públicos a partir de uma forma de apropriação que contraria, desvia ou subverte as imposições autoritárias dos projetos urbanísticos mais luminosos e espetaculares (JACQUES, 2012, p. 195-196).

Michel de Certeau (2013) também sugere a possibilidade de apropriações criativas e criadoras dos espaços urbanos. Rompendo com visões dualistas da realidade, reconhece nos *praticantes ordinários* os habitantes que (re)inventam o cotidiano urbano. Em lugar da representação aérea da cidade, própria dos planejadores, em vez do olhar “totalizador [...] que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (CERTEAU, 2013, p. 158-159), os praticantes ordinários, experimentam e vivenciam a cidade de dentro. Em suas palavras:

‘Embaixo’ [...] a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminantes [...] cujo corpo obedece os cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. [...] Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços [...]. Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do

cotidiano que não vem à superfície [...] uma mobilidade *opaca* e *cega* habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 2013, p. 159. Grifos do autor).

Referindo-se à transfiguração da cidade em mercadoria, Eliana Kuster e Robert Pechman (2014) mencionaram que tal processo reduzia os cidadãos a meros *consumidores* de cidade ou de imagens de cidades. A propósito desta afirmação, faz-se pertinente atentar para a distinção estabelecida pelo filósofo Giorgio Agamben (2007) entre *uso* e *consumo*, ao problematizar o sentido da noção de *profanação*. Retomando reflexões benjaminianas sobre o capitalismo como religião, o filósofo italiano ressalta que os juristas romanos bem sabiam que “sagradas ou religiosas eram as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses. Como tais, elas eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens” (AGAMBEN, 2007, 65). A ideia de *profanação* remete, portanto, à ação de restituir ao uso comum das pessoas aquilo que fora consagrado, transferido para uma esfera separada. Para o filósofo “profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular” (AGAMBEN, 2007, p. 66). Na sociedade contemporânea, fase extrema do capitalismo,

na qual todas as coisas são exibidas na sua separação de si mesmas [...] espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar. O que não pode ser usado acaba, como tal, entregue ao consumo ou à exibição espetacular (AGAMBEN, 2007, p. 71).

Desse modo, *uso* e *consumo*, na interpretação de Agamben, não se confundem. Museus, supermercados, programas televisivos e, pode-se acrescentar, *cidades*, nas versões *espetaculares*, exibem a própria *impossibilidade de usar*. Passar do mero *consumo* para o *uso* autêntico exige, portanto, a capacidade de *profanar* e, ressalta Agamben, “profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas” (2007, p. 75). O processo de esterilização e uniformização efetivado por meio da redução das cidades a *mercadoria/modelo/espetáculo* – e, portanto, sob a égide do dinheiro, o *deus da modernidade*, para evocar a terminologia simmeliana – visa eliminar o uso autêntico/significativo/político da cidade, transformando os cidadãos em meros *consumidores* dos dramas urbanos.

Em nome da urgente revitalização do espírito da pólis, *profanar* é preciso! E quantos já

não o fazem? Quantos “não se adequam ao paradigma” (SENNETT, 2003), e seguem tecendo existências – invisíveis ou cegas; ruidosas ou silenciosas; entre insistentes e (in)diferentes – a atestarem diariamente a vacuidade dos *projetos luminosos* das cidades? E o que fizeram os estudantes do ensino médio de São Paulo, em 2015, no movimento de ocupação das escolas – que inclusive se estendeu a outros estados do país –, senão restituí-las a seu uso legítimo?

A cidade de São Paulo acaba de ser reinventada. Estudantes dos quatro cantos da cidade ocupando escolas com política, arte, cultura e capacidade de autogestão mostraram a todo o país – e não somente a esse governador subitamente letárgico – que existem outras formas de se pensar o urbano, não apenas como uma sucessão de prédios isolados. Mas em rede, de forma que prédios escolares das zonas sul, leste, norte, oeste se tornem, todos eles, centrais. A cidade tem um novo Centro. Ele está em todas as partes e tem nos estudantes secundaristas a assinatura de sua alforria (CASTILHO, 2015).¹⁰¹

Os estudantes parecem ter saído do confinamento virtual para confirmar Hannah Arendt: “os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estarão sempre fazendo” (2006, p. 44). A ação dos secundaristas teria sido uma iniciativa isolada ou outros cidadãos estariam manifestando um *desejo de cidade*? Raquel Rolnik (2016), ao analisar as mobilizações urbanas ocorridas na cidade de São Paulo em 2015, sem negar a real dimensão dos desafios, ressaltou que, naquele momento, a apropriação de parques, praças e calçadas, por indivíduos e coletivos diversos; a implementação das ciclovias e abertura da Avenida Paulista para o uso das pessoas aos domingos – e seu fechamento para carros – expressaram a busca pela revigoração do espaço público na cidade¹⁰².

¹⁰¹ CASTILHO, Alceu Luís. Estudantes de SP refundam a cidade; Alckmin não é o único derrotado. 06 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/12/06/estudantes-de-sp-refundam-a-cidade-alckmin-nao-e-o-unico-derrotado/>. Acesso em: 05 jan. 2016.

¹⁰² “É importante lembrar que, em São Paulo, principalmente a partir dos anos 1990, quando graças a um ajuste fiscal mais ou menos como o que estamos vivendo agora, a cidade viveu uma verdadeira epidemia de abandono dos espaços públicos e disseminação de novos produtos imobiliários que podemos chamar de verdadeiros ‘enclaves fortificados’. No lugar do bairro, das casas e do prédio residencial, os condomínios fechados, no lugar das ruas comerciais, os shopping centers. Sob a justificativa da insegurança e do medo, até as pequenas vilas existentes na cidade se fecharam. Esse modelo corresponde perfeitamente à lógica de cidade que prioriza o automóvel particular como meio de transporte: você sai de uma garagem para chegar a um estacionamento, sem contato direto algum com o meio externo, ou seja, a rua. Na prática, porém, isso só aumentou a segregação territorial e, claro, a insegurança. [...] O que estamos vivendo hoje é uma tentativa de reverter essa história. [...] mostrando que há um desejo de estar na rua e não apenas de passar por ela. [...] E não se trata de um movimento exclusivo de São Paulo. Em várias outras cidades do país, encontramos discussões e mobilizações semelhantes”. Cf. ROLNIK, Raquel. **2015. O começo do fim**. 06 jan. 2016. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/2015-o-comeco-o-do-fim-1340823393206326.html>. Acesso em: 21 jan. 2016.

Portanto, embora a distopia da *não-cidade* exile alguns nos intramuros e tantos outros nas periferias; mesmo que as cidades se apresentem hoje mais na versão mercadológica e espetacular, sendo predominantemente compostas por “fragmentos díspares” (BRESCIANI, 2014); ainda que a sociedade hipermoderna imponha modelos de subjetividade circunscritas ao *eu narcísico*; a utopia da urbe pulsa nesta vitalidade resistente, que, por um lado, denuncia e subverte a (ir)racionalidade dos projetos urbanísticos pretensamente totalizadores ou supostamente visionários e, por outro, faz cintilar a possibilidade de *encontro da esperança com a realidade*.

PARTE II – O PULSAR DE UMA CIDADE NO INTERIOR DO BRASIL: MUNDOS VIVIDOS E SONHADOS

Irene é a cidade que se vê na extremidade do planalto na hora em que suas luzes se acendem e permitem distinguir no horizonte [...] o núcleo do povoado [...]. Os viajantes do planalto [...] todos olham para baixo e falam de Irene. Às vezes, o vento traz uma música de bumbos e trompas, o crepitar de morteiros na iluminação de uma festa; às vezes, [...] a explosão de um paiol de pólvora [...]. Os que olham de cima fazem conjecturas sobre o que está acontecendo na cidade [...]. Irene magnetiza olhares e pensamentos de quem está no alto. A esta altura, Kublai Khan espera que Marco diga como é Irene vista de dentro. [...] não importa: vista de dentro, seria uma outra cidade; Irene é o nome de uma cidade distante que muda à medida que se aproxima dela. [...] talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes; talvez eu só tenha falado de Irene.
(Ítalo Calvino)

Ainda que pareçam sólidas as teorias e refinados os conceitos, eles pouco esclarecem se não se deixam revisitar pela realidade, em suas dissonâncias e particularidades. Por mais que o olhar seja inquiridor, ele pouco alcança, além de conjecturas, se o pesquisador não se dispõe a enfrentar o desafio de abrir as portas da cidade e transitar por suas ruas e travessas, praças e becos; a soprar a poeira dos guardados; a ler linhas, de escritos novos e antigos, auscultar entrelinhas, indagar as pessoas, em seus modos diversos de ver, viver e sonhar o lugar. Nessa perspectiva, esta segunda parte da tese busca responder às inquietações suscitadas por uma cidade específica do interior do Brasil quando, em sua história recente, suas elites econômicas e políticas enunciaram um novo tempo. Assim, com o propósito de interpelar a tensão utópica-distópica constitutiva dos imaginários urbanos, é chegada a hora de aportar em Frutal (MG) – mesmo que a cidade se modifique, tal qual *Irene*, conforme se aproxime o olhar.

Na narrativa de Ítalo Calvino, *Irene* integra o grupo *As Cidades e o nome*, juntamente com *Pirra*, *Clarisse*, *Leandra* e *Aglaúra*. Para Evandro Ziggiatti Monteiro, esse grupo de cidades remete à ideia “de que o sentido do lugar emana do acontecimento e do signo que o fixaram” (2009, s/p). Revisitadas, todas elas, em suas tênues ligações, desvelam dimensões ou imagens que permitem transitar por diferentes urbes. Quando Marco Polo chega a *Pirra*, por exemplo, “tudo que imaginava foi esquecido; *Pirra* tornara-se aquilo que é *Pirra* [...], mas não posso mais chamá-la com um nome, nem recordar como pude dar-lhe um nome que significa algo totalmente

diferente” (CALVINO, 2011, p. 87-88). *Leandra* é protegida por duas espécies de deuses, “mas não se pode dizer que vivem apenas de recordações: fantasiam projetos sobre a carreira das crianças quando crescerem (os Penates), sobre como poderia se transformar aquela casa ou aquela zona (os Lares) se estivesse em boas mãos” (CALVINO, 2011, p. 75). Na história atribulada de *Clarisse*, em que tempos de *indigência* são sucedidos por *épocas mais alegres*, “quanto mais se estabelecia triunfantemente no lugar [...], mais a nova cidade percebia afastar-se desta [a primeira Clarisse], destruí-la com a velocidade dos ratos e dos mofos: apesar do orgulho do novo fausto, no fundo do coração sentia-se estranha, incongruente, usurpadora” (CALVINO, 2011, p. 99). Sobre *Aglaura*, o viajante conclui: “a cidade que dizem possui grande parte do que é necessário para existir, enquanto a cidade que existe em seu lugar existe menos” (CALVINO, 2011, p. 65). Para Monteiro, em *Aglaura*,

a identidade é definida pelo ‘estilo de vida’ ou ‘estado de espírito’ dos habitantes. *Leandra* opta pelo intimismo e pelo provincianismo da vida privada, pela negação à grande cidade [...]; já *Clarisse* procura compreender e incorporar a multiplicidade de lugares como o verdadeiro sentido de lugar (MONTEIRO, 2009, s/p).

As cidades revisitadas nesse grupo – entre o que se *imagina* e o que realmente *são*; entre o que dizem e o que existe mais ou existe menos; em meio a *recordações* e *projetos*; ao *fausto* e às *incongruências* – sussurram aspectos nitidamente visíveis nos imaginários sociais de Frutal. Porém, como em *Irene*, ao se forjar uma imagem e usá-la “para convencer os cidadãos e o resto do mundo do seu papel” (MONTEIRO, 2009, s/p), em Frutal se expressaram ainda mais profundamente os meandros da idealização monumental presente no projeto Cidade das Águas. Diante disso, a curiosidade investigativa impulsiona o olhar a ir além, como enfatiza Calvino: *a esta altura, Kublai Khan espera que Marco diga como é Irene vista de dentro*. Afinal, “*embaixo [...] a partir dos limiares onde cessa a visibilidade [...], existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície [...]. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível*” (CERTEAU, 2013, p. 159. Grifo do autor). Nesse sentido, cabe interrogar: como Frutal se revela e se oculta a quem se dispõe a revisitar sua história, interpelando sonhos, anseios e desejos, vários e dissonantes, enunciados por seus múltiplos sujeitos?

Para enveredar por uma senda de investigação que possibilite ver a cidade *de dentro*, o estudo tomará como ponto de partida momentos em que personagens e fatos magnetizaram olhares e pensamentos, intencionando criar/recriar os imaginários sociais de Frutal. O objetivo último será, contudo, transpor os projetos luminosos e os olhares dos viajantes do planalto, em busca dos sujeitos que, ao jogar com espaços que não se veem, escapam às representações aéreas próprias dos planejadores (CERTEAU, 2013).

CAPÍTULO 3 – (EN)CANTOS DA CIDADE DE FRUTAL–MG

3.1 Abrindo as portas da cidade: por (entre)linhas memorialistas

Pesquisa feita no Arquivo Público Municipal e na Biblioteca Municipal de Frutal, bem como o levantamento junto a moradores antigos revelaram a existência de uma quantidade razoável de escritos e obras sobre a cidade, produzidos por memorialistas locais. O contato prévio com tais fontes permitiu perceber que esses escritos, ao *olhar e falar de Irene*, mostram-se fecundos na (re)produção de imagens, possibilitando pulsar sonhos, anseios e frustrações – atravessados por disputas e adesões; enfrentamentos e seduções – que mobilizaram os viventes locais, em diferentes temporalidades. Disso decorreu a decisão de analisar com cuidado os cronistas do lugar, tomados não como indivíduos isolados, mas como sujeitos que, inseridos em complexas teias sociais, tecem laços e vínculos, mais ou menos estáveis, mais ou menos conflitivos, efêmeros ou duradouros. No papel de cronistas da cidade expressam, pois, tanto suas habilidades particulares quanto modos de pensar e sentir a realidade, que são próprios dos grupos sociais nos quais se inserem (ELIAS, 1990; 2001).

Pode-se afirmar que houve um esforço em recontar, em prosa e verso, a história da cidade, desde a sua fundação até os anos mais recentes. Entretanto, a maior parte desses escritos, mesmo redigidos em época anterior, somente veio a público de forma socialmente ampliada no decênio de 2000 – período em que Frutal começou a vivenciar o projeto modernizador, cujo ponto culminante seria a construção da Cidade das Águas. Tais publicações, produzidas e viabilizadas no imaginário local por intelectuais e políticos do grupo à frente do projeto, não podem ser consideradas iniciativas isoladas ou desprezíveis. Pelo contrário, devem ser compreendidas como uma das estratégias que visavam legitimar a projeção em andamento¹⁰³, por intermédio da mobilização de sentimentos de identidade e pertencimento. Desse modo, tornou-se

¹⁰³ Dos nove volumes pesquisados, cinco têm os direitos reservados pelas Oficinas de Artes Yara Lins e constam como uma realização da ADEBRAC – Agência de Desenvolvimento do Brasil Central. Na contracapa da obra *Respingos de História*, de Terezinha Lamounier Ferreira, publicada em 2003, pode-se ler: “A Adebrac [...] nasceu e atua como uma organização não governamental, numa iniciativa do deputado Narcio Rodrigues, com a finalidade de ajudar a região na elaboração de um grande projeto estratégico de desenvolvimento, no qual prevalece a noção de sustentabilidade. Entre seus inúmeros objetivos, está o esforço no sentido de interiorizar a cultura, tornando-a um bem acessível a todos”. Cf. FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003. 183p.

ainda mais instigante conhecer os sujeitos que, nestas obras, narram a cidade, bem como as representações que despontam de suas narrativas e em que medida suas projeções dialogam com as intenções visionárias que atravessaram a localidade. Trata-se de perceber os escritos como manifestação de modos de configurar a cidade e de expressar as relações sociais nela estabelecidas – sem esquecer que as tonalidades do instante em que se constrói o registro matizam o passado, e as promessas de futuro nele contidas. Concomitantemente, projetam o tempo vindouro, enfatizam expectativas, traçam rumos e enunciam destinos.

Para que tal leitura fosse possível, tornou-se imperativo não somente examinar e entrecruzar as narrativas, mas também ir além delas. Outras pistas e rastros do passado (GINZBURG, 1989), pormenores muitas vezes negligenciados, permitiram a percepção de perspectivas surpreendentes em diferentes formas de representar a cidade, ao descortinar momentos, fatos e pessoas, ora privilegiados ora silenciados. Por conta disso, a reflexão foi enriquecida pela análise de jornais, de relatos de moradores antigos¹⁰⁴, de fotografias e mapas, como também pelo exame de documentos oficiais, incluindo relatórios do Executivo, regimentos, leis e atas da Câmara Municipal. Antes, porém, de iniciar o estudo das representações que despontam das fontes consultadas, faz-se necessário identificar as obras e os cronistas pesquisados.

Até o final do século XX, eram conhecidos apenas dois escritos sobre Frutal, produzidos por memorialistas da cidade ou que nela residiram por algum tempo¹⁰⁵: *Frutal, sua fundação e seu povo* e *Apontamentos Históricos de Fructal*. O primeiro, publicado em 1982, é uma espécie de apostila destinada à *pesquisa escolar*, conforme registrado na própria capa do livro, que resulta de uma coautoria¹⁰⁶. Halley Antônio de Oliveira atuou como jornalista na cidade e Maria José Lacerda da Mata esteve em evidência no campo educacional e cultural, com participação

¹⁰⁴ Conforme mencionado na Introdução, na execução do projeto *História e Cultura da Água em Frutal*, realizado pelo Hidroex, entre 2012 e 2013, foram entrevistados vinte e seis moradores antigos da cidade, gerando um total de 40h e 18 min de depoimentos. As entrevistas foram transcritas e o material – incluindo vídeos e áudios – passou a integrar um *Inventário de Fontes*, que foi disponibilizado ao público. Os relatos constituem-se em fecundas fontes documentais, pois, instigados a rememorar a Frutal de sua infância, os moradores revisitam fatos históricos, narram experiências vividas, construindo representações diversas sobre a cidade, enquanto tecem suas lembranças.

¹⁰⁵ Deve-se registrar também que, em 1916, houve a publicação de *Município do Fructal*, do memorialista Roberto Capri: “autor especializado em produção de obras desse gênero, conforme encomenda de inúmeras cidades brasileiras. Em Minas Gerais, por exemplo, ele produziu mais de uma dezena de obra sobre pequenas cidades” (DANTAS, 2009, p. 23-24).

¹⁰⁶ MATA, Maria José Lacerda da; OLIVEIRA, Halley Antonio de. **Frutal, sua fundação e seu povo**. Para pesquisa escolar. Frutal: Editora Diário do Povo Ltda., 1982. 60p.

significativa nas discussões políticas que mobilizaram Frutal nas últimas quatro décadas. Conhecida por integrar o *Grupo dos Frutalenses*¹⁰⁷, que lutou pelo estabelecimento da educação superior na cidade, a coautora ocupa, desde 2008, o cargo de coordenadora do polo Frutal de Educação a Distância/UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Além de bastante compacto, o livro realmente guarda semelhanças com material didático, inclusive por trazer, ao final de cada capítulo, uma seção intitulada *Leitura* – em que se apresenta um texto complementar¹⁰⁸. Em nota explicativa, cada um dos autores lamenta, à sua maneira, a falta de preservação da memória de Frutal, justificando, assim, o trabalho realizado. Mata e Oliveira narram a fundação da cidade, dão destaque a personalidades políticas e atualizam dados do município relativos à economia, geografia, cultura, segurança, saúde e infraestrutura. A abertura – um prefácio de apenas dois parágrafos – foi escrita pelo prefeito interino, Pedro Macedo da Silveira, sendo o seu próprio retrato a única imagem que existe no livro.¹⁰⁹ Em seguida, faz-se uma apresentação de seu curto mandato, destacando-se as obras em andamento e sua suposta habilidade política. Na parte final, há uma espécie de posfácio em que se narra a história da família Queiroz.

Produzido durante disputa política de grupos locais dominantes, o material revela-se muito atrelado ao momento em que foi concebido, assumindo, em algumas passagens, tons claramente eleitoreiros. Em entrevista concedida em 2012, a autora comentou: “Eu era supervisora, as pessoas precisavam dar aula e não tinham nada de Frutal. Então, eu pesquisei isso aqui e fiz uma apostila, uma apostila de escola. Halley de Oliveira, junto com esses políticos, [...] resolveu imprimir o livro”¹¹⁰. Embora tenha sido o primeiro livro sobre Frutal, a publicação não contou com reedição no período em que os demais escritos vieram à cena: “Eu vivo falando que

¹⁰⁷ A *Comissão Pró-Criação do Ensino Superior em Frutal* era constituída, dentre outros, por representantes da Fundação Maçônica de Educação, Cultura e Assistência Social – FUNDAMEC; do Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo – CENEP; da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central – ADEBRAC; do Lions, Rotary Clube e Associação Comercial e Industrial; da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal – COFRUL – e do Sindicato dos Produtores Rurais.

¹⁰⁸ Em cinco destas seções, os autores registram dados biográficos de figuras que, supostamente, tiveram algum destaque na história local, possuindo em comum o fato de não serem naturais de Frutal: Frei Gabriel de Frozzano; Dr. Sandoval Henrique de Sá; José Maluf; Cel. Delfino Nunes e Pier Giorgio Senesi.

¹⁰⁹ Pedro Marreta, como era conhecido, fora eleito vice-prefeito de Alceu Queiroz (1977–1982) pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Esteve à frente do executivo municipal, portanto, somente após o afastamento de Queiroz para disputar vaga na Assembleia Legislativa (de maio a dezembro de 1982).

¹¹⁰ MATA, Maria José Lacerda da. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 21 mar. 2012. [Acervo pessoal da autora].

vou reformular [...] é preciso que se escreva uma nova história de Frutal”¹¹¹. Trata-se, portanto, de uma fonte que, à primeira vista, não dialoga diretamente com o projeto modernizador aqui em estudo. A decisão de incluí-la na pesquisa decorreu da percepção de que seu conteúdo permite pensar distintas visões acerca da cidade, conforme se verá adiante.

A obra *Apontamentos*, por sua vez, teve um destino diferente: o memorialista Ernesto Plastino (1899–1996) concluiu a redação de seu escrito em 1976, e tomou a iniciativa de encadernar os originais, cinco anos depois (1981).¹¹² A reprodução de cópias do exemplar encadernado por Plastino, providenciada por pessoas interessadas em informações sobre a história da cidade, permitiu que o conteúdo da obra se tornasse relativamente conhecido, antes mesmo de sua edição propriamente dita, ocorrida somente em 2003.

Ao terminar a redação do texto, Plastino contava 77 anos de idade. Os escritos de *Apontamentos* resultam da própria vivência do autor em Frutal e de sua participação direta, por décadas, nos debates e embates políticos e culturais ocorridos no cotidiano da localidade. Apesar de ser autor de um único livro, o memorialista possuía vasta experiência no universo da palavra escrita. Sua primeira incursão neste campo ocorreu em 1913, ao lançar um jornal – apresentado como *humorístico* – de nome sugestivo, *O facão*¹¹³, sendo responsável também pela edição do jornal *Tribuna de Frutal*, cuja circulação ocorreu entre 1944 e 1963. Além de exercer o ofício de jornalista, trabalhou como coletor estadual, de 1935 a 1964.¹¹⁴

¹¹¹ MATA, Maria José Lacerda da. Op. cit.

¹¹² “Ligeiros ‘Apontamentos Históricos de Frutal’ – Rascunho sem revisão. Duas cópias apenas, datilografadas: uma para mim, outra para o amigo Dilermando. Só nós dois é que sabemos o *quanto dói uma saudade*, relembando o Frutal do passado e sentindo, agora, a ‘marcha luminosa’ do Frutal presente”, escreveu o memorialista no *Introito* dos originais. Cf. PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Frutal**. Frutal, 1976. 2 v. 262p. [mimeo].

¹¹³ Com tiragem irregular, entre 22 de setembro de 1913 e 14 de janeiro de 1914, foram publicados seis números de *O Facão* – cada um com quatro páginas, em formato pequeno. Justamente o primeiro deles não foi preservado – pelo menos não consta do acervo do Arquivo Público Municipal. No ano de 1925, *O facão* voltou a circular em Frutal, porém sob a direção de Miguel Morelli. Neste segundo lançamento, foram editados oito números, entre 31 de maio e 19 de julho de 1925, totalizando, nos dois períodos em que o jornal circulou, quatorze números. As edições 9 e 13 também não integram o acervo consultado.

¹¹⁴ De tiragem quinzenal, o *Tribuna de Frutal* foi fundado em 16 de julho de 1944, por Ernesto Plastino e Márcio Campêlo, funcionário do Banco Mineiro da Produção e redator da *Folha de Minas*, em Belo Horizonte, de 1934 a 1938. Em 16 de novembro de 1947, a direção do *Tribuna* foi oficialmente assumida pelo filho de Ernesto, Vinício Plastino, que registrou em seu primeiro editorial: “Não julgava que tão cedo pudesse vir a ter sobre meus ombros o peso de tamanha responsabilidade. [...] Na qualidade de diretor de ‘Tribuna de Frutal’, daqui para frente, cumpre-me fazer esta afirmativa: – cumprirei, à risca, o programa que esta folha se propoz realizar. [...] Não darei á mesma o brilho da pena magistral de Marcio Campêlo e a não menos invulgar capacidade de ação e de inteligência de Ernesto Plastino. Entretanto, consola-me e alenta-me o fato de minha grande vantagem sobre ambos: é que, pobre embora

Plastino teve uma vida muito ativa na cidade e seus interesses se revelavam diversificados, pois incluíam esporte, música, e alcançavam a política. No início dos anos 1930, ocupou cargo de secretário municipal e foi presidente local do Partido Progressista (PP).¹¹⁵ Posteriormente, filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático).¹¹⁶ Desde cedo, também demonstrou interesse pela história, utilizando-se da escrita jornalística para emitir opiniões e defender enfaticamente suas posturas políticas. Talvez o desejo da escrita memorialística tenha lhe acompanhado por toda a vida, pois tinha o hábito de guardar papéis, fotografias, colecionar registros, anotações, pouco mais que rabiscos – inúteis, aos olhos da maior parte das pessoas.¹¹⁷ Tais características parecem ter conferido autoridade a Ernesto Plastino, de forma que seus escritos, antes mesmo da publicação, já se encontravam envoltos na aura da *verdade histórica*, servindo como fonte de consulta para outros cronistas, que o sucederam na aventura de narrar a cidade.

Até o final do século XX, então, a narrativa memorialista sobre Frutal concentrou-se nestas duas obras, que circularam no mesmo período. *Frutal, sua fundação e seu povo*, na condição de um escrito oficial; *Apontamentos*, por intermédio de cópias que passavam das mãos de um diletante a outro. É importante ressaltar que o interesse pela memória, observado na cidade, não ocorreu isoladamente, uma vez que, desde os anos 1980, verifica-se o *boom* das

como eles, poderei agir com independência muitas vezes maior, em razão de não estar subordinado, graças a Deus, a Estatutos Fascistas de Funcionários Públicos ou a Regimentos Penais Internos de Institutos Bancários, que se esquecem que contrataram com seus servidores apenas o seu trabalho, fruto de esforço individual, e não a sua liberdade de pensamento e de ação”. Cf. PLASTINO, Vinício. Apresentando-me. **Tribuna de Frutal**. Ano IV, N. 75, 16 nov. 1947, p. 01. Como se pode constatar pelo editorial, a transferência da direção do jornal ao jovem Vinício foi uma forma de driblar algum tipo de perseguição sofrida pelos fundadores, que continuaram, efetivamente, conduzindo a *Tribuna*. Márcio Campêlo foi transferido pelo Banco Mineiro para Pouso Alegre (MG), em fins do decênio de 1940, passando a colaborar com o jornal, a partir daí, apenas esporadicamente. Ernesto, porém, manteve-se atuante até a última edição do *Tribuna*, publicada em 27 de janeiro de 1963.

¹¹⁵ O Partido Progressista de Minas Gerais, fundado em 18 de janeiro de 1933, por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi extinto durante o ano de 1937, quando seus membros se dividiram entre o Partido Progressista Democrático, fundado por Antônio Carlos, e o Partido Nacionalista de Minas Gerais, fundado por Benedito Valadares. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-de-minas-gerais-pp>. Acesso em: 28 jul. 2016.

¹¹⁶ “Partido político fundado em 17 de julho de 1945, na convenção nacional que homologou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Foram seus fundadores os interventores estaduais nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Teve como aliado mais constante o PTB e, como adversária, a UDN. [...] Como os demais partidos existentes no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional n. 2”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_social_democratico. Acesso em: 28 jul. 2016.

¹¹⁷ Em 2012, o acervo de Ernesto Plastino foi doado por familiares ao Arquivo Público Municipal.

práticas e usos da memória, em escala nacional e internacional, havendo, pois, um movimento mais amplo em processo, atravessado por disputas sobre o que e como as sociedades devem lembrar e esquecer.

Todavia, na esteira da idealização do projeto modernizador, a partir do decênio de 2000 – justamente quando *Irene* parecia magnetizar olhares e pensamentos de quem estava no alto –, a temática da trajetória histórica da cidade veio à tona com força inaudita, permitindo aventar a hipótese de que certa visão da história de Frutal tenha sido convocada a entrar em cena, de forma a contribuir para alavancar o projeto de modernização da cidade. Conforme assinala Sánchez, não se pode perder de vista que “há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação dos lugares e a construção de identidades” (2001, p. 35). Assim, por meio de um projeto implementado pela FUNDAMEC (Fundação Maçônica de Educação, Cultura e Assistência Social), denominado *Oficinas de Artes Yara Lins*¹¹⁸, entre os anos 2001 e 2009, foram publicadas cinco obras abordando diretamente a história local, incluindo uma versão de *Apontamentos*, de Ernesto Plastino (2003).¹¹⁹

Poética Um foi o primeiro livro a ser lançado, em edição comemorativa quando da inauguração do Centro de Eventos Culturais – espaço em que funcionariam as Oficinas de Artes. Trata-se de uma obra póstuma, que edita mais de setenta poemas de Elísio Martins (1897–1978), reunidos por familiares do poeta, pouco tempo depois de seu falecimento.¹²⁰ Martins poetizou a cidade, fatos e vultos ao longo de toda a vida. As páginas iniciais do livro apresentam uma

¹¹⁸ Às vésperas da inauguração das Oficinas, o empresário de Frutal e membro da Loja Maçônica Comendador Gomes da Silva, José Pedroso, escreveu: “Na primeira semana de agosto de 2000, será inaugurado o Centro de Eventos Culturais. Na oportunidade contaremos com a presença do deputado federal Narcio Rodrigues da Silveira, representantes do Ministério da Cultura, autoridades municipais frutalenses e da região, Ilr/convidados, a atriz frutalense Yara Lins (nome artístico) há muitos anos radicada em São Paulo [...]. Sabiamente, foi dado o nome de Yara Lins às oficinas de artes que tem a direção do deputado Narcio Rodrigues. Funcionará na parte inferior do Centro de Eventos Culturais com amplas salas e laboratórios apropriados para tal. A parte superior [...] será usada para eventos comunitários e regionais, no sentido de incentivo à cultura”. Cf. PEDROSO, José. A conclusão do Centro de Eventos Culturais. Jul. 2000. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2671742>. Acesso em: 20 mai. 2017. Em 2013, as Oficinas de Artes Yara Lins passaram a se chamar Espaço Ecocidadania da Cidade das Águas UNESCO–Hidroex. Cf. GOVERNO de Minas inaugura o Espaço Ecocidadania em Frutal. 11 dez. 2013. Disponível em: <http://www.senarminas.org.br/Noticia.aspx?Code=4989&ParentCode=&ParentPath=&ContentVersion=C&show=all>. Acesso em: 20 mai. 2017.

¹¹⁹ PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003. 144p. Serão consideradas, na análise, as obras que retratam a história da cidade de Frutal, porém outros livros foram editados pelas Oficinas de Artes, como *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*, de Edeweiss Teixeira (2001); *Conversa de compadre* (2002), de Sérgio Portari, dentre outros.

¹²⁰ MARTINS, Elísio. **Poética Um**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2001. 208p.

pequena autobiografia, na qual o autor descreve as atividades em que trabalhou: serviço braçal, comércio, magistério. Na prefeitura municipal, atuou como contínuo, encarregado do serviço de água, fiscal, dentre outros. Sua ligação com a música, literatura e esporte foi por ele destacada. Membro do PRM (Partido Republicano Mineiro)¹²¹, do PP (Partido Progressista) e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)¹²², também exerceu a função de juiz de paz e de delegado de polícia, em períodos curtos (MARTINS, 2001, p. 08-11).

A publicação de *Original História de Frutal*, de Jeová Ferreira (1930–2015), ocorreu em 2002.¹²³ Além de narrar a fundação da cidade, como fazem os demais cronistas, o livro confere ênfase ao desenvolvimento da localidade, em diferentes aspectos, abordando com riqueza de detalhes a implantação dos meios de comunicação de massa. Autodidata, o autor foi figura muito popular devido a sua destacada habilidade em eletrônica, sendo responsável por montar o primeiro aparelho receptor de televisão de Frutal, bem como o primeiro computador visto na cidade. Como funcionário da prefeitura, trabalhou na montagem e manutenção das torres retransmissoras dos sinais de TV. Reconhecido por sua suposta genialidade, o memorialista também chamou atenção dos moradores pelas convicções políticas, que o levaram à prisão na ditadura de 1964.

Dos três volumes de *Respingos de História*, escritos por Terezinha Lamounier Ferreira, dois foram publicados pelas Oficinas de Artes: o primeiro, em 2003, e o terceiro volume, em 2009¹²⁴. Os três livros se organizam por meio da apresentação de indivíduos e famílias da cidade

¹²¹ O Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado em 1888 e reorganizado em 1897, teve como líder mais expressivo Artur Bernardes, que permaneceu à sua frente de 1919 até sua extinção, ocorrida em 2 de dezembro de 1937, por força do Decreto nº 37, que aboliu todos os partidos do país. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf). Acesso em: 28 jul. 2016.

¹²² “O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) organiza-se em maio de 1945. Ele nasce sob chancela governamental, tendo como palco de articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e como grande figura o presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930. [...] Após março de 1964 o PTB é, sem dúvida, o partido sobre o qual recai a mais dura repressão, o que se expandiu também para seu braço sindical. Essa situação perdurou até a cassação da legenda, em 1965, momento no qual a maior parte de seus integrantes migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1280.pdf. Acesso em: 28 jul. 2016.

¹²³ FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2002. 160p.

¹²⁴ FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003. 183p.; FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História II**. Frutal: Sansil Editora, 2006. 184p. e FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História III**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2009. 170p.

que, segundo o olhar da autora, contribuíram para abrir “as primeiras ‘picadas’ para acessar o progresso” (FERREIRA, T. 2003, p.11). O terceiro volume difere relativamente dos anteriores: sem deixar de destacar pessoas, Terezinha Ferreira seleciona temas, como culto religioso, iluminação, saúde, futebol, cinemas e outros, retratados, sobretudo, entre os anos 1940 e 1970. Natural de Dolores do Indaiá (MG), a autora mudou-se para Frutal em 1949, aos 19 anos de idade. Atuou na educação por 44 anos, passando por várias escolas da cidade, da rede pública e particular.

Para além dessas obras publicadas pelas Oficinas, o memorialismo sobre Frutal seria incrementado ainda, na mesma década, pelo lançamento de mais dois livros: *Desbravadores do Carmo do Fructal*, de Álvaro Ferreira de Paula¹²⁵, e *O sertanista das barrancas do rio Grande (1835-2004)*, de José Ferreira de Freitas¹²⁶. Apesar de se tratar de edições independentes, é significativo o fato de terem vindo à tona justamente no momento em que o impulso utópico fazia pulsar o imaginário social da cidade de forma muito evidente. Sem dúvida, também aqui escritos e escritores mobilizam identidades, reforçam e legitimam projeções matizadas pelos valores em movimento.

Descendente de Antonio de Paula e Silva – considerado fundador da cidade –, Álvaro de Paula afirma que sua intenção foi produzir uma narrativa sobre seus antepassados, “principalmente pelo fato de eles serem ancestrais de significativo número de frutalenses” (PAULA, 2004, p. 20). Assim, a parte inicial de *Desbravadores* consiste em um relato autobiográfico – acompanhado de exaustiva pesquisa genealógica –, no qual o autor descreve a infância, vivida na zona rural, e sua trajetória em Frutal e cidades vizinhas, passando pelas profissões de engraxate, mecânico de bicicletas, comerciante, contabilista; pelo curso de Direito e pelo serviço público do Estado de Minas Gerais, no cargo de Fiscal de Tributos. Como Frutal é o cenário principal desta trajetória, a cidade vai sendo rememorada pelo autor ao longo da obra.

José Ferreira de Freitas não nasceu em Frutal, mas mudou-se para a cidade em 1930, quando contava dois anos de idade. Sua passagem pela localidade, no entanto, foi relativamente breve. Ao concluir o chamado ensino primário, transferiu-se para Uberaba (MG) para dar prosseguimento aos estudos. Freitas seguiu carreira jurídica e também ingressou na política. Foi

¹²⁵ PAULA, Álvaro Ferreira de. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Uberaba: Editora Vitória, 2004. 592p.

¹²⁶ FREITAS, José Ferreira de. **O sertanista das barrancas do rio Grande**. 1835–2004. Cuiabá, [s.n.]: 2004. 315p.

deputado estadual, de 1962 a 1970, pelo estado do Mato Grosso, e professor de direito constitucional da Universidade Federal do Mato Grosso. Tornou-se escritor, membro da Academia Mato-grossense de Letras, tendo vários livros publicados. Por laços de parentesco e amizade, manteve ligações com Frutal, considerando-se um cidadão adotivo. Em 2004, tais laços foram oficialmente reconhecidos, sendo-lhe concedido o título de cidadão honorário pela Câmara Municipal. Na abertura do livro, o autor afirma que, ao “escrever sobre o fundador de Frutal, o nascedouro da povoação, a cidade nas décadas de 1930 a 1950 e acerca do contraste com a cidade moderna, no início do século XXI” (FREITAS, 2004, p. 9), moveu-se pela intenção de mostrar, aos mais jovens, o quanto já foi feito em Frutal e o que ainda necessita ser realizado.

O quadro abaixo apresenta as obras consultadas, na ordem cronológica de sua publicação, sendo possível confirmar a intensificação da produção memorialista no decênio de 2000:

Quadro 1: Obras Memorialistas sobre Frutal – MG

Título	Autor	Ano	Edição
1- Apontamentos históricos de Frutal (Volumes I e II – versão original)	Ernesto Plastino	1976/1981	Mimeo/Encadernação
2- Frutal, sua fundação e seu povo	Maria José da Mata e Halley de Oliveira	1982	Editora Diário do Povo Ltda./Frutal
3- Poética Um	Elísio Martins	2001	Oficina de Artes Yara Lins/Frutal
4- Original História de Frutal	Jeová Ferreira	2002	Oficina de Artes Yara Lins/Frutal
5- Apontamentos históricos de Frutal (versão editada)	Ernesto Plastino	2003	Oficina de Artes Yara Lins/Frutal
6- Respingos de História (volume I)	Terezinha Lamounier Ferreira	2003	Oficina de Artes Yara Lins/Frutal
7- Desbravadores do Carmo do Fructal	Álvaro Ferreira de Paula	2004	Editora Vitória Ltda./Uberaba
8- O sertanista das barrancas do rio Grande	José Ferreira de Freitas	2004	Cuiabá [s.n.]
9- Respingos de História (volume II)	Terezinha Lamounier Ferreira	2006	Editora Gráfica Sansil/Frutal
10- Respingos de História (volume III)	Terezinha Lamounier Ferreira	2009	Oficina de Artes Yara Lins/Frutal

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise pormenorizada de todos os textos aqui mencionados deixa muito claro que, ao recuperar o percurso de Frutal, os cronistas, predominantemente, tecem a *verdade* da história da cidade, em tons mais ou menos ufanistas, apoiando-se nos escritos uns dos outros – muitas vezes de forma literal, ainda que as fontes nem sempre sejam citadas. Por meio da transcrição de documentos ou da elaboração de biografias de personagens considerados ilustres, colaboram para sedimentar a versão oficial da história. Nesse sentido, a produção de Ernesto Plastino assume papel de destaque, conforme registrado antes. Isso não decorre apenas do fato de seus escritos serem os mais antigos e detalhados, mas também porque o cronista teve acesso a fontes primárias que se perderam no decorrer do tempo¹²⁷. Ademais, o exercício prolongado do jornalismo permitiu-lhe acompanhar, de muito perto e por algumas décadas, o dia a dia da cidade. Vários trechos de sua obra memorialista reproduzem textos por ele publicados, em diferentes períodos históricos, no *Tribuna de Frutal* e em outros jornais, nos quais também teve participação. Disso decorreu a decisão de estender a análise também à sua produção jornalística.

Convém registrar ainda que a versão editada de *Apontamentos* é bastante concisa, quando comparada aos originais. Além dos dois volumes encadernados, Plastino organizara, em 1985, outro volume, intitulado *Álbum de fotografias históricas do Fructal antigo*¹²⁸, no qual reproduz imagens e descrições, que constam das encadernações anteriores, sendo acrescentadas algumas fotografias e comentários. A obra editada apresenta parte desses acréscimos. Resulta, portanto, de três volumes encadernados, porém introduz uma série de cortes. Evidentemente que os escritos originais eram muito extensos. A edição em um único volume, como se efetivou, exigiria a seleção de algumas partes em detrimento de outras. Mas chama a atenção, na escolha editorial feita pelas Oficinas, a ênfase nos aspectos políticos da história local – com destaque para *figuras*

¹²⁷ Alguns documentos que estão hoje disponíveis no Arquivo Público foram cópias produzidas e preservadas por sua própria iniciativa. “Tudo que está narrado, foi extraído de documentos inúmeros, como sejam: jornais aqui editados, livros, revistas, panfletos, consultas no arquivo da Prefeitura, boletins, fotografias perguntas aos mais antigos e informações verbais que nos foram prestadas, amavelmente, pelos velhos e tradicionais companheiros [...]. Além de outros informes positivos que nos foram fornecidos, prazerosamente, pelos bons amigos da ‘velha guarda’, Horácio de Paula Gomes e Elísio Martins, orientou-nos muito, também, um trabalho elaborado pelo venerando comendador Gomes da Silva, quando agente executivo municipal, no término de seu mandato (1899). O nosso arquivo particular está enriquecido de vários documentos consultados e de outros mais, bastante preciosos” (PLASTINO, 1976, p. 7). O *arquivo da Prefeitura* a que se refere Plastino não é o Arquivo Público Municipal, pois este seria criado apenas no decênio de 2000. O autor se refere aos documentos produzidos no cotidiano da administração municipal, guardados nas dependências da própria Prefeitura. Muitos deles, inclusive, perderam-se ou se deterioraram com o tempo justamente pela ausência de procedimentos adequados de preservação.

¹²⁸ PLASTINO, Ernesto. *Álbum de fotografias históricas do Fructal antigo*. Frutal, 1985. [mimeo].

ilustres, vultos do passado ou *homens de respeito do lugar* – e, especialmente, a supressão de determinadas passagens como, por exemplo, a apresentação dos originais, escrita pelo próprio cronista. Trata-se de um texto em que reverbera um tom muito nostálgico – em evidente descompasso com a promessa de futuro que o projeto modernizador buscava imprimir no imaginário urbano de Frutal, na década de 2000.

É oportuno lembrar, na esteira de Andreas Huyssen, que o sentimento nostálgico assume, na modernidade, “uma codificação predominantemente negativa” (2014, p. 91) por se contrapor às noções lineares de progresso. Ao mesmo tempo, destaca o autor, as sociedades contemporâneas demonstram uma verdadeira obsessão pela ruína: “um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia. [...] O culto das ruínas [...] esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros” (HUYSEN, 2014, p. 91). Portanto, muitas vezes preterida, sobretudo pelos projetos de modernização que têm a presunção de controlar o futuro, a nostalgia, teima em se manifestar, como busca de algo que se perdeu com o tempo – um lamento, potencialmente crítico, mais ou menos melancólico, diante de um presente apreendido como decadência.

Nessa perspectiva, além de reiterar seu compromisso com a *verdade histórica*, ao esclarecer os procedimentos utilizados em sua pesquisa, de certa forma Plastino parece insinuar, no texto suprimido, descontentamento ou pesar em relação à passagem do tempo e aos rumos da história da cidade:

Os lamentos de um velho padre, com justeza cabem aqui: – ‘já são outras as cidades, outras as ruas, outros os trajes, outras as leis, outros os homens, outros os costumes’! Daí... Escrevemos estes ligeiros *Apontamentos* [...] para satisfazer o desejo de deixar alguma coisa escrita e que relembre a Frutal dos velhos tempos, do *antigamente*, do *já era...* (PLASTINO, 1976, p. 6. Grifos do autor).¹²⁹

Os *velhos tempos* sensibilizavam Plastino de maneira muito forte, pois seu olhar espreitava, saudosa e afetivamente, o passado. Por um lado a percepção da irreversibilidade do tempo por parte do escritor quase octogenário; por outro, o anseio nostálgico como “uma saudade de outro lugar” (HUYSEN, 2014, p. 91) – que não se faz presente apenas na apresentação. Em

¹²⁹ Deve-se reiterar que as passagens referentes à versão original de *Apontamentos* datam de 1976, ao passo que excertos da versão editada da obra são de 2003.

O canto dos galos, passagem também eliminada, Plastino exprime, e até justifica, o tom saudosista:

Antigamente (tudo é ‘antigamente’), mas é porque antigamente é que a vida parecia ter mais encanto, mais amor, e poucas eram as noites enluaradas em que não se ouvia uma serenata e o cantar apaixonado dos jovens enamorados [...]. Antigamente, como dizíamos, a cidade era pequena e todas as casas possuíam o seu quintal, plantado de árvores frutíferas das mais variadas espécies. Os frutos eram dados de graça, frutos saborosos, sadios e cheirosos. [...] Hoje, nada mais disso acontece. [...] Frutal tornou-se uma grande cidade. [...] Também, não há mais quintais. Depois, as feiras suprem o mercado (PLASTINO, 1976, p. 246-247).

Quando são *outras as ruas e outros os costumes*, a lembrança da Frutal do *já era* é acionada pelo presente de uma cidade – decadente? – sem *serenata*, sem *quintais*, e cujos *frutos saborosos*, antes *de graça*, foram convertidos em mercadorias vendidas em *feiras*. A visão da Frutal *de hoje*, uma *grande cidade* – sem encanto, sem alma – desperta no cronista um sentimento fortemente melancólico, e inegavelmente crítico, capaz de estilhaçar percepções triunfalistas do progresso.

Na abertura do livro propriamente dito, em lugar da apresentação nostálgica, encontra-se um prefácio intitulado *A obra-prima de Chico Félix*¹³⁰, em referência ao codinome utilizado por Plastino quando jornalista. Diferente do espírito com que o autor apresentara sua própria obra, o prefácio é vibrante; atravessado por intenso e indisfarçado entusiasmo. Diante disso, tornou-se fundamental o aprofundamento do exame das narrativas das fontes, tendo em mente essas duas constatações, que são, na verdade, indissociáveis: a escrita de um prefácio que inverte o sentimento da apresentação original da obra e uma seleção editorial que suprime, se não todos, pelo menos a maior parte dos sinais de nostalgia presentes no texto concluído por Plastino em 1976.

Conforme retratado no quadro abaixo, dos cinco livros sobre Frutal lançados pelas Oficinas, quatro foram prefaciados por Narcio Rodrigues da Silveira¹³¹, representante do grupo social e político à frente do projeto de modernização então em andamento:

¹³⁰ SILVEIRA, Narcio Rodrigues. A obra-prima de Chico Felix. In: PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003b. p. 3-5.

¹³¹ Terezinha Ferreira teve duas obras editadas pelas Oficinas de Artes, sendo que apenas a primeira contou com prefácio de Narcio Rodrigues. O volume II de *Os respingos* não incluiu um prefácio e o volume III foi prefaciado por Álvaro de Paula – autor de *Desbravadores*, cujo prefácio foi escrito por Terezinha Ferreira.

Quadro 2: Obras memorialistas sobre Frutal e títulos dos prefácios redigidos por Silveira

Título da Obra	Autor	Ano	Título do Prefácio
1- Poética Um	Elísio Martins	2001	<i>Elísio Martins, poeta e personagem</i>
2- Original História de Frutal	Jeová Ferreira	2002	<i>Jeová, o mágico da TV agora faz história</i>
3- Apontamentos históricos de Frutal (versão editada)	Ernesto Plastino	2003	<i>A 'obra-prima' de Chico Félix</i>
4- Respingos de História (volume I)	Terezinha Lamounier Ferreira	2003	<i>A biógrafa do bem</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Antes de ingressar na política, Silveira trabalhara como jornalista e publicitário, dedicando-se também à poesia. Nas linhas prefaciadas, o planejador urbano, idealizador da Cidade das Águas, converte-se em narrador, e torna-se, ele mesmo, um cronista da cidade, ao fazer as apresentações de escritos e escritores. Transitando pela história pregressa da localidade, suas palavras também rememoram, “‘tecendo’ fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que recuperando-os ou descrevendo-os como ‘realmente’ aconteceram” (SEIXAS, 2002, p. 59-60), como fica evidenciado no trecho abaixo:

A primeira vez que eu vi uma imagem de TV foi na casa de Jeová Ferreira. Ele havia construído – peça por peça, por sua própria iniciativa – o primeiro receptor de sinais de TV de Frutal. [...] O ano, se não me falha a memória, era 1968 ou 69. [...] Este mágico – Jeová Ferreira – povoou a minha infância com sua genialidade de inventor, técnico e comunista assumido. Pertencente a uma família com nomes diferentes, porém devotados – Deusdante, Deusmanda, Jeová etc. – ele se destacava, sempre, nas conversas com meu pai e a minha mãe, pela defesa do comunismo (tão condenável à época) e por uma visão de mundo diferente de toda sua origem e da sua conservadora Frutal (SILVEIRA, 2002, p. 3).

Todos os prefácios redigidos por Silveira são permeados por ambivalências. Ao comentar acontecimentos e destacar personagens de sua infância e juventude, ele parece falar como um cidadão comum, um vivente qualquer que rememora sua cidade. Ao mesmo tempo, porém, Silveira, explícita ou sutilmente, sublinha lições, enfatiza advertências, sinaliza caminhos, num presente proclamado como fecundo de possibilidades e rico em perspectivas para o futuro da

cidade. Nesse jogo ambivalente, o idealizador transpõe o papel de mero cidadão para assumir a condição de figura autorizada, pelo poder político e pela habilidade com a palavra escrita, não somente a falar *sobre* a cidade, mas, principalmente, a falar *pela* cidade. Assim, Silveira credencia os memorialistas, legitimando suas narrativas. Parodiando *Crítias*, na abertura do *Timeu*, suas palavras parecem sussurrar, ainda que de forma subliminar: “Escuta, então, Sócrates, uma estória deveras ímpar, e contudo absolutamente verdadeira, como uma vez a contou Sólon, o mais sábio de entre os Sete Sábios”(PLATÃO, 2011, p. 79). Mais do que viabilizar a edição de escritos, ele autoriza os autores a narrarem a história da cidade, confirmando a hipótese de que as publicações apresentam-se carregadas de intencionalidades relacionadas ao projeto de renovação urbana.

No prefácio de *Apontamentos*, o planejador ressalta as habilidades do memorialista e seu “exemplo de tenacidade e rigor moral na condução da brava – *bravíssima* – Tribuna de Frutal” (SILVEIRA, 2003b, p. 4. Grifo do autor), atribuindo ao jornal um papel de destaque na história da cidade:

A Tribuna de Frutal foi sua trincheira. Através dela, acompanhou e escreveu – a cada edição – a saga dos frutalenses, submetendo as autoridades ao crivo e à cobrança da comunidade e mantendo uma postura de independência que era a marca de sua personalidade. [...] A altivez com que viveu se reflete claramente na densidade e na grandeza de sua obra literária e no desempenho magnífico que a Tribuna teve como força norteadora da História da cidade de um determinado momento até sua extinção. Enquanto existiu, podia-se dizer que Frutal tinha uma trincheira na sua defesa e o principal condutor disso era exatamente Plastino (SILVEIRA, 2003, p. 4).

Apesar do brilhantismo de outras incursões pela história da cidade, *Apontamentos* seria mais importante por formar “um conjunto extraordinário – e mais extraordinário ainda porque ainda inédito – de fatos, personagens, datas, detalhes e fotos (muitas fotos) que marcaram os primeiros momentos e os lances mais decisivos da história de Frutal” (SILVEIRA, 2003b, p. 3). Para enfatizar a preciosidade da obra, Silveira argumenta:

Chico Felix não deixa de [...] revelar [...] informações precisas sobre *quem foi quem* na história de Frutal [...] com capacidade de mostrar que a cidade foi feita também por seres humanos, com defeitos e qualidades. [...] Nesta viagem [...] vamos conhecer personagens da vida frutalense, importantes política e socialmente ou não [...] Nomes que marcaram a história da cidade e que convivem, nestas páginas, em condições de igualdade e importância, com tipos

folclóricos como Ceceu, Batuque, Cassiano, Justino, na compreensão exata do jornalista e historiador de que uma cidade é feita também pelos seus tipos humanos (SILVEIRA, 2003b, p. 3-4. Grifos do autor).

Ao precisar *quem foi quem* na história de Frutal, à primeira vista, a importância da obra estaria em mostrar que a trajetória da cidade decorre da ação de uma diversidade de sujeitos: *seres humanos, com defeitos e qualidades; personagens importantes ou não; tipos folclóricos; tipos humanos*. Sem entrar no mérito dos critérios usados para classificar as pessoas como *importantes ou não* ou como *tipos*, interessa destacar uma passagem escrita ao final do prefácio. Comentando a explícita decepção de Chico Felix com os rumos da política da época, Silveira afirma:

Talvez sua advertência e os exemplos [...] nos ofereçam [...] a bússola que sirva para nortear, aqueles que têm a tarefa e a responsabilidade de escrever a história de Frutal, de Minas Gerais e do Brasil. Mais que antes e principalmente agora é preciso restabelecer a esperança do povo e a confiança nos políticos. Foi através disso, no início dos anos noventa, que Frutal decolou para uma grande aventura: a de ser a cidade dos nossos sonhos. [...] Seus *Apontamentos* devem ser vistos muito menos com um olhar para o passado e muito mais como uma bússola a nos guiar no futuro (SILVEIRA, 2003b, p. 5).

Aqui o destino da cidade não advém mais da atuação de sujeitos diversos, mas daqueles *que têm a tarefa e a responsabilidade de escrever a história: os políticos*. Além disso, faz-se relevante reiterar que, nos *Apontamentos*, Plastino olhara de forma nostálgica para o passado. O prefaciador convida o leitor a transitar pela narrativa do memorialista, porém seus olhos estão ávidos de futuro. Desse modo, o tom eufórico do prefácio apenas aparentemente decorre do reconhecimento da capacidade e do talento do *tenaz e rigoroso* escritor, cuja obra é finalmente publicada. Percebe-se claramente que os escritos são exaltados pelo que descortinam do passado, na medida em que exatamente no passado, ou melhor, na forma como este é retratado, residem elementos capazes de inspirar a construção do futuro da cidade. Assim, são os sentimentos mobilizados num presente iluminado pelo futuro, quando se projeta – mais uma vez? – a cidade sonhada, que conferem sentido ao entusiasmo diante da obra-prima de Chico Félix.

Isso se revela também na apresentação das demais publicações. Ao recomendar *Poética Um*, de Elísio Martins, Silveira afirma literalmente: “Ler seu livro, portanto, não é apenas conhecer seu estilo poético. É, sobretudo, fazer uma viagem ao passado, onde se pode buscar

muita inspiração para construir o futuro”¹³². No prefácio de *Original História de Frutal*, de Jeová Ferreira¹³³, pode-se ler:

Este documento tem a mesma importância da fabricação do primeiro receptor de TV da cidade. Abre a janela para pesquisas importantes sobre a nossa História, revela fatos que mereciam ser registrados para as gerações futuras e se constitui num memorável resgate do nosso passado, num detalhamento de nossa realidade e numa reflexão importante sobre o que somos em Frutal e para onde caminhamos em busca do futuro (SILVEIRA, 2002, p. 5).

Na abertura do primeiro volume de *Respingos*, livro em que a professora Terezinha Ferreira¹³⁴ apresenta *personalidades* que se destacaram na história da cidade, Silveira registrou:

D. Terezinha entrega para Frutal uma obra maiúscula, oportuna (já que estamos nos primeiros anos de um novo Século e de um novo Milênio) e necessária para nos ajudar na reflexão que devemos fazer sobre o passado na preparação e construção do nosso futuro. É mais uma aula [...] de uma professora cuja lição tem sido amar Frutal, ajudando a melhorar seu povo através da educação (SILVEIRA, 2003a, p. 6).

Portanto, no instante em que estava em curso o projeto de modernização de Frutal, quando pretensamente se configurava uma imagem-síntese (SÁNCHEZ, 2001) ou se tentava construir uma identidade singularizadora – Cidade das Águas –, a história de Frutal circulava por meio de publicações viabilizadas por iniciativa do mesmo grupo proponente da reestruturação urbana. Por que a história foi chamada a entrar em cena? Pelo que se depreende dos prefácios das obras publicadas pelas Oficinas de Artes, evocava-se o passado por vários motivos: para (re)afirmar as identificações (*o que somos em Frutal*); para mostrar *caminhos*; para buscar *inspiração*; extrair *lição*, que ajude *a melhorar seu povo*, e para servir como *bússola*. O tempo já não era o mesmo das narrativas – *um novo século; um novo milênio*. Mas os cronistas pareciam ter algo a ensinar no momento em que eram definidos sonhos novos para a cidade. Conforme

¹³² Estas palavras, assinadas por Silveira, constam da orelha do livro. Cf. MARTINS, Elísio. **Poética Um**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2001. 208p.

¹³³ SILVEIRA, Narcio Rodrigues. Jeová, o mágico da TV agora faz História. In: FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2002. p. 3-5.

¹³⁴ SILVEIRA, Narcio Rodrigues. A biógrafa do bem. In: FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003a. p. 3-6.

Bárbara Freitag sublinha, para alcançar a cidade ideal, “*são propostas medidas pedagógicas para educar seus moradores como cidadãos esclarecidos*” (2002, p.4. Grifos da autora). O passado poderia ser pedagógico, esclarecedor: *Foi através disso [a esperança do povo e a confiança nos políticos], no início dos anos noventa, que Frutal decolou para uma grande aventura: a de ser a cidade dos nossos sonhos.*

No final dos anos 2000, a cidade decolava para a aventura da projeção internacional: *Em Frutal, Minas Gerais, Brasil, às margens do Rio Grande, está nascendo uma nova Cidade; Temos de forma completa neste trabalho a Frutal do futuro, aquela que sempre sonhamos; A Cidade das Águas, mostra a equipe Lerner, é toda Frutal.* Na enunciação, o sonho é de todos. Georges Balandier esclarece: “O recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos” (1982, p. 8). Tornava-se, então, fundamental potencializar os consensos em torno do projeto que se enunciava (SÁNCHEZ, 2001). No jogo das temporalidades, os textos dos memorialistas se revelam, pois, um recurso providencial para preparar os cidadãos para a inevitável e vantajosa construção do futuro de Frutal.

Desse modo, os prefácios dos livros publicados foram produzidos como representações memoriais capazes de atar passado e futuro da cidade. As observações de Seixas são elucidativas: “atualizando os passados – reencontrando o vivido ‘ao mesmo tempo no passado e no presente’ – a memória, valendo-se das faculdades da imaginação, recria o real. Nesse sentido, é a própria realidade que se (trans)forma na (e pela) memória” (2002, p. 60).

Em *Apontamentos*, as primeiras palavras de Silveira, enfáticas e abrangentes, pareciam se referir mais à cidade que à obra propriamente dita: “Realmente não se pode dizer que a vida tem sido justa com Frutal” (SILVEIRA, 2003b, p. 3). Em seguida, o autor explica que a injustiça se confirmaria pela demora em editar obra tão preciosa. Mas o prolongado ineditismo, por si só, justificaria afirmação tão contundente? Se assim o fosse, o injustiçado não teria sido o memorialista – autor do escrito de edição tardia? O dito parece mais pretensioso: *realmente não se pode dizer que a vida tem sido justa com Frutal.* Estaria o argumento de uma vida injusta com Frutal presente somente no prefácio, limitando-se a uma opinião de seu autor? Ou seria ideia extraída dos escritos dos memorialistas? Por intermédio da expressão *realmente*, o prefaciador sugere concordar com uma ideia de circulação mais ampla. Também a locução verbal – *tem sido* – parece indicar uma constância. Na medida em que as linhas prefaciadas pretendem atar o

passado e o futuro da cidade, questiona-se: como a história pregressa, narrada pelo conjunto de publicações, e a enunciação de um novo tempo dialogariam com a representação de cidade injustiçada? Considerando a observação de Sánchez, “a representação da cidade é um objeto cobiçado e disputado” (2001, p. 35), a imagem em questão teria algo a revelar sobre as tensões utópicas-distópicas presentes nos imaginários sociais de Frutal, no momento em que a cidade parecia magnetizar olhares e pensamentos? Deixemos tais questões em suspenso, para voltarmos a elas em momento mais oportuno. Por ora, para ir além das conjecturas, e aprofundar na compreensão dos sentidos e implicações da retomada da memória e história locais, convém aproximar-se ainda mais de *Irene*, percorrer a cidade *de dentro*.

3.2 No acender das luzes: um sopro de modernidade no sertão baldio

A despeito das especificidades, das ênfases distintas e das variações de estilo, os escritos analisados apresentam importantes pontos de convergência, por exemplo: todos se dedicam a recontar e, ao fazê-lo, instituir, as origens de Frutal com preciosismo de detalhes. Além disso, transparece a semelhança das abordagens, pois se trata de um período da história da localidade narrado, em uníssono, como brilhante, luminoso. Interessante observar também que, quase sempre, os autores tomam 1835 como marco da chegada dos supostos pioneiros à região em que se formaria a cidade e apontam 1930 como o ano em que teria terminado a primeira fase da história local – seus fascinantes dias de esplendor¹³⁵. Embora os limites temporais estabelecidos pelos memorialistas sejam relativamente extensos, considerou-se relevante investigar por quais representações o leitor contemporâneo foi convidado a transitar, ao ser conduzido aos primórdios da grande aventura da cidade. Como as obras foram publicadas quando *Irene* estava tomada pelo *espírito de Tecla*, procurou-se não perder de vista as promessas de futuro mobilizadas pelos cronistas. Deve-se ressaltar ainda que, ao se debruçar sobre tais representações, a intenção da pesquisa não foi recuperar a trajetória do município, mas, antes, problematizar e desnaturalizar as visões de cidade – todas elas ambicionando a verdade – que emanam das linhas memorialistas.

De modo geral, pode-se afirmar que as narrativas transformam o povoamento do território e a formação de *Carmo do Frutal* em atos a compor uma saga empreendida pelo *patriarca* da família *Paula e Silva*, nas margens mineiras do rio Grande. Ainda que certa versão comum e

¹³⁵ MORAIS, Pedro de. Frutal esperançosa. *Tribuna de Frutal*. Ano 1, N. 10, 28 jan. 1945, p. 4.

convergente da história seja insistentemente reiterada, não deixa de ser instigante uma observação feita por Ernesto Plastino, nos originais de *Apontamentos*, em passagem suprimida da obra editada em 2003: “Sobre vários assuntos, datas e personagens da nossa história, constatamos existirem *algumas divergências* no registro dos fatos, das narrações e das notícias publicadas em fontes diversas. São *senões* que em nada alteram ou modificam a *verdadeira história* da fundação de Frutal” (1976, p. 9. Grifos meus).

Deixando as *divergências* e os *senões* de lado – após ter aguçado, intencionalmente ou não, a curiosidade do leitor –, Plastino apresenta a *verdadeira história*: o local em que surgiu a cidade de Frutal foi ocupado inicialmente por criadores de gado, destacando-se o *bravo* fazendeiro Antônio de Paula e Silva (1806–1886), que obteve a doação de terras de duas irmãs, residentes em Campo Florido, então chamado de Dores do Campo Formoso, para fundar um patrimônio:

Conseguida a doação, foi iniciada a construção de uma capela, ao lado dos ranchos de capim, dedicada a Nossa Senhora do Carmo. Erguida a capela, e inaugurada em 1835, iniciou-se em seu redor a formação do povoado, que ficou conhecido como Carmo do Fructal, tornando-se um ponto de passagem obrigatório para os que transitavam de São Paulo para Goiás e Mato Grosso (PLASTINO, 2003, p. 44).

Natural de Oliveira (MG), Paula e Silva transferira-se com a família para o município paulista de Franca.¹³⁶ Por volta de 1835, após vender terras e gado, mudou-se, com a esposa, filhos e escravos, para a porção menos concorrida do Triângulo Mineiro, onde fundaria Carmo do Fructal.¹³⁷ O estudo de Luís Augusto Bustamante Lourenço (2010a) sobre a produção do espaço no extremo oeste de Minas Gerais, entre 1750 e 1861, à época conhecido como *Sertão da Farinha Podre*, mostra que a diáspora dos geralistas levou o Estado colonial a estimular o povoamento da região, que antes se limitava a uma área de passagem, contando com a presença

¹³⁶ Máisa Faleiros da Cunha, ao analisar o movimento dos chamados *entrantes mineiros* em direção ao Sertão do Rio Pardo, registra: “o fluxo migratório de Minas Gerais garantiu o efetivo povoamento da região norte paulista na última década do século XVIII, acentuando-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX. Os migrantes mineiros que se dirigiram a Franca e áreas circunvizinhas (que deram origem a Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista, Ituverava, entre outras) vinham tanto de regiões do sul de Minas, especializadas no abastecimento interno, assim como de regiões de mineração decadente” (CUNHA, 2010, p. 4).

¹³⁷ “O topônimo Frutal está ligado à abundância, no local, nas margens dos ribeirões, de uma fruta semelhante à jabuticaba e que era conhecida simplesmente por *fruta*, daí a região ser conhecida, inicialmente, como Patrimônio das Frutas, posteriormente Carmo do Fructal, e hoje Município de Frutal” (PLASTINO, 2003, 45-46).

de poucos aldeamentos indígenas e de alguns ranchos destinados ao pousio de tropas, ao longo da Estrada do Anhanguera – caminho aberto por sertanistas para ligar a vila de São Paulo aos arraiais goianos. Dantas (2010), em análise esclarecedora sobre o processo de constituição de uma rede de cidades no Triângulo Mineiro, lembra que a região, ainda no século XIX, era *boca de sertão*, uma zona de fronteira, cuja ocupação pode ser dividida em fases:

A primeira delas é aquela que antecede a fixação do homem branco, quando os habitantes eram os indígenas e os quilombolas, fase que se encerrou por volta de 1746. A destruição dos quilombos e a expulsão dos caiapós marcariam as segunda e terceira fases com envio de homens para ‘domar’ os oponentes e instituir um povoamento fixo (DANTAS, 2010, p.7).

Lourenço denomina esse processo de *povoamento das regiões vazias*, e considera *tardia* a ocupação do vale do rio Grande, em relação a outras regiões do próprio Triângulo Mineiro – o que o levou, inclusive, a empregar a expressão *sertão baldio* em referência às terras nas quais se originou o *Patrimônio das Frutas*, mais tarde *Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo do Fructal*. A apropriação do território pelos sertanistas dependia da ocorrência de solos mais férteis e de outros fatores, como proximidade de estradas e de núcleos de povoamento, havendo também a tendência das parentelas se afazendarem em áreas vizinhas. O autor não descarta uma possível explicação epidemiológica para esta ocupação tardia, dada a endemicidade da malária, ainda no século XIX, nas matas do vale do rio Grande (LOURENÇO, 2010a, p. 128-130). A imagem abaixo (Figura 05) retrata as datas em que houve a concessão de sesmarias no Sertão da Farinha Podre e destaca o local em que se formou Frutal, numa porção de terras do chamado sertão baldio:



Figura 6 – Primeira Igreja Matriz de Carmo do Fructal.

Fonte: PLASTINO, 2003, p. 53.¹³⁹

Nas linhas memorialistas, no entanto, Mata e Oliveira, ao abordarem o surgimento de Frutal, reiteram Plastino, exaltando o fundador: “a história de Frutal começa com a chegada de um bravo homem chamado Antônio de Paula e Silva [...] de vida íntegra, patriótico, político e possuidor de bons sentimentos cristãos e morais” (1982, p. 2). No poema *Fio da meada*, Elísio Martins também registrara: “peão, escravo, negociante de mercadoria/certamente muita gente por aqui passou/mas só um deles, em 1835, fama deixaria/Antônio de Paula e Silva, nosso fundador” (2001, p. 17). Terezinha Ferreira descreve o episódio nos seguintes termos: “Já habituado à vida em Franca, mas impulsionado por um incontrolável sonho, de realizações, partiu para uma aventura” (2003, p. 27). Nas palavras de Jeová Ferreira, seu “espírito empreendedor [...] exigia a realização dessa odisséia que somente os idealistas ousam enfrentar” (2002, p. 41).

Para além da monotonia das narrativas, interessa perceber que são atribuídas ao fundador da cidade mais do que as providências legais para a demarcação das terras do Patrimônio de Carmo do Fructal. Aos olhos dos cronistas, o *esmerado cidadão*, “consciente de seu dever

¹³⁹ Substituindo a capela original, a construção desta igreja teve início por volta de 1854, sendo concluída em 1872. Entre 1911 e 1912, a obra, quase toda de adobe, passou por reformas. Sua demolição ocorreu em 1939, quando o prédio estava novamente em péssimo estado de conservação. Acredita-se que a imagem em destaque tenha sido feita na década de 1920.

histórico” (FERREIRA, J. 2002, p.41), partira de Franca imbuído de um sonho, de um desejo de realização, que se consubstanciaria por intermédio da criação de uma *cidade*.

Em *O sertanista*, Freitas se dedica a narrar, especificamente, a *odisseia e saudável ousadia* deste *bandeirante mineiro*. Para isso, convida o leitor a dar voltas inversas no planeta Terra, rodando o ponteiro do relógio para trás. Por meio de um retorno ao passado, o memorialista constrói a narrativa, como se estivesse em pleno século XVIII, no calor dos acontecimentos, ou mesmo se antecipando a eles, mergulhado nas expectativas de um futuro que, a seus olhos, se enunciava como promissor. Possivelmente tocado pelo impulso utópico presente, enuncia um destino grandioso em formação, que parecia se revelar antes mesmo da cidade existir. Em um primeiro momento, Freitas conduz o leitor à região em que Frutal viria a se formar:

Convido-o a acompanhar-me, leitor. O objetivo é o de retornar ao passado – ver nosso país, há 212 anos atrás (sic), e, nele, a região do Sertão da Farinha Podre. Mais precisamente, divisaremos o local em que, anos depois, foi lançada a semente de Frutal. Veremos que é uma densa e verde mata virgem, à beira do rio Grande, conhecida, apenas, por poucos passageiros que demandavam, por um picadão, às longínquas paragens de Goiás e Mato Grosso (FREITAS, 2004, p. 15).

Na *mesopotâmia triangulina*¹⁴⁰, a natureza se mostrava pródiga não somente pela *densa e verde mata virgem*, mas também pela abundância em águas, frutas e terras férteis. O componente ufanista da narrativa é evidente, pois além de enaltecer a exuberância da natureza, o cronista destaca a localização estratégica do cenário paradisíaco, que se constituía numa importante rota de passagem para terras mais distantes: “o caminho certo de quem vinha de São Paulo e demandava as terras de Goiás” (FREITAS, 2004, p.32). Por isso mesmo o local fora alvo de intensa disputa política: “ora como Triângulo Goiano, ora como Triângulo Mineiro!” (FREITAS, 2004, p. 185).¹⁴¹

Para referendar seus argumentos, Freitas recorre aos relatos de viajantes, como Auguste de Saint Hilaire, porém não se limita a reproduzir suas descrições. Ele mesmo viaja no tempo e

¹⁴⁰ A expressão *mesopotâmia*, recorrentemente usada por Freitas, se deve à localização das terras do Triângulo Mineiro *entre os rios* Grande e Paranaíba.

¹⁴¹ “O Triângulo nasceu paulista, em 1725, quando então era, para aquela província, apenas uma área de passagem rumo às minas goianas. Tornou-se parte da então recém-criada capitania de Goiás, em 1736, permanecendo como corredor para o tráfego de tropas para São Paulo por quase um século, quando finalmente se integrou a Minas Gerais, em 1816” (LOURENÇO, 2010a, p. 21).

no espaço, com o propósito de delinear um mito de origem para a cidade: “aquela região – viu ele [Paula e Silva] – lembrava o Éden que abrigou Adão e Eva” (FREITAS, 2004, p. 60). Mas de nada valeriam as riquezas naturais e a localização privilegiada, sem a *coragem* e a *determinação* de Paula e Silva: “O que vemos, agora, de próspero, importante e de bonito, de criativo e de incentivo teve um começo em 1835. Foi aí que o fundador partiu do nada, tendo que dar começo em tudo, com coragem, com determinação, em plena mata que abeira o caudaloso rio Grande” (FREITAS, 2004, p. 10-11). A decisão de recuperar a aventura de Paula e Silva decorreria, conforme mencionado anteriormente, da intenção do memorialista de

[...] evidenciar, tanto aos mais moços e aos que aqui chegam, vindos de outras plagas, *o quanto já foi feito e o que ainda resta realizar* [...] um convite para que todos compartilhem seus esforços, na tarefa de manter as tradições da cidade, alavancando, cada vez mais, dia após dia, os meios financeiros, e, mais que isso, os intelectuais, sociais, políticos e econômicos, de sorte a que Frutal aporte, cada vez mais intensamente, ao seu *histórico destino* (FREITAS, 2004, p. 11. Grifos meus).

Não se pode perder de vista que Freitas escreve desde a primeira década do século XXI. Ou seja, no período em que o impulso utópico mobilizava grupos políticos e econômicos dominantes, o cronista revisita o passado com a intenção de estabelecer um *continuum* e de reafirmar o destino grandioso da cidade, que necessita ser completado: *o quanto já foi feito e o que ainda resta realizar*. Para que *Frutal aporte ao seu histórico destino*, todos devem se empenhar: este é o chamado do tempo presente.

Apesar da expressão contundente empregada pelo cronista, ao exaltar os feitos do fundador – *partiu do nada* –, José de Freitas não ignora presenças anteriores à de Paula e Silva nas terras em que surgiria a cidade de Frutal. O quinto capítulo de sua obra, inclusive, é dedicado ao estudo dos indígenas no Sertão da Farinha Podre.¹⁴² Mas outras pessoas também teriam se estabelecido anteriormente no território:

¹⁴² Sobre a presença indígena na região, Lourenço esclarece: “Os caiapós meridionais, nome que designava grupos do Tronco Macro-Jê, linguisticamente aparentados, habitavam o Triângulo Mineiro e mais uma vasta área correspondente aos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, à época da chegada dos primeiros colonizadores luso-brasileiros [...]. No Triângulo Mineiro, houve tanto o extermínio das populações caiapós, quanto sua caboclicização [aculturação]. A região [...] passou, todavia, por uma experiência histórica pouco comum. Aqui, foram assentadas populações indígenas vindas de outras regiões, como de Goiás [...] e do Mato Grosso [...] em *aldeamentos* criados pelo colonizador. Estes consistiram, na verdade, na primeira forma de ocupação colonial da região, que começou em 1730” (LOURENÇO, 2010a, p. 43-48).

O sertanista não foi, certamente, o primeiro homem branco a conhecer as terras virgens que ladeiam o rio Grande. [...] antes de Paula e Silva chegar às margens do rio Grande, lado mineiro, já havia moradores na região: seu conhecido Antônio Vieira Velho, filhos, noras e genros e seu concunhado, José Machado da Silveira e família, já se achavam arranchados ali, desde 1825 (FREITAS, 2004, p. 55).

Em *Desbravadores*, Álvaro de Paula também assinalara: “Com toda a certeza, posso afirmar que, pelo menos, as famílias de Antônio Vieira Velho e José Machado fazem parte dos primeiros povoadores do município de Frutal, as quais se estabeleceram nas fazendas conhecidas por São Bento e Ressaca, por volta de 1825” (2004, p. 50). Na perspectiva de Freitas, contudo, a *intencionalidade* seria o diferencial de Paula e Silva, a quem o memorialista – como o faz Jeová Ferreira: “tão consciente de seu dever [...], que fundou uma cidade neste sertão triangulino” (2002, p. 40) – atribui consciência de uma *missão* histórica:

Com toda certeza, contudo, foi o primeiro que ali chegou com a intenção de construir seu rancho de pau-a-pique, coberto de indaiá, fincar raízes, começando as lides agrícolas, fazendo a capela, atraindo outros moradores, alavancando o soerguimento do povoado, arraial, distrito, vila e que, depois, chegaria à cidade: Frutal. [...] Consciente de sua missão [...] Antônio de Paula e Silva arregaçou as mangas e começou seu trabalho, dia a dia [...]. Era preciso [...] dar começo ao povoado que, há algum tempo, vem intencionando instalar (FREITAS, 2004, p.55-61).

Como se pode verificar, mesmo que a presença de outras pessoas seja reconhecida, predomina no memorialismo a concepção de que a cidade de Frutal é decorrência do ideal de um sujeito dominante, resulta da ação de uma personalidade política ou mesmo se confunde com ela: “Antônio de Paula e Silva, que era homem de certa cultura, pois sabia ler e escrever [...] desenvolveu em Frutal o papel [...] de grande líder” (PAULA, 2004, p.52), contando com o “apoio de Dona Jacinta, de seus [...] filhos e muitos escravos” (FREITAS, 2004, p. 56). *Liderança e cultura* são os atributos que o fazem reconhecido como aquele que concebe e delinea a cidade. Carmo do Fructal emerge, então, como uma espécie de utopia de Paula e Silva, aclamado como indivíduo empreendedor, “idealista e cheio de anseios políticos [...]. Arrebatado pela inspiração, acreditou que o lugar seria próprio para se fundar um povoado” (FERREIRA, T. 2003, p. 27). Os demais personagens compõem a cena histórica na condição de auxiliares ou são reduzidos a meros espectadores.

Trata-se de uma leitura que atravessa diferentes temporalidades, de tal maneira que surge

um ou outro nome novo em contextos distintos, mas a representação permanece a mesma: a rigor, a cidade somente existe como expressão de uma ou algumas figuras dominantes. Esta imagem é percebida e reiterada pelo idealizador da Cidade das Águas. Em *A biógrafa do bem*, prefácio do primeiro volume de *Respingos de História*, de Terezinha Ferreira, ele escreve:

Ao final do livro [...] chega-se à conclusão absolutamente essencial: *quem faz a história não são fatos, mas pessoas*. E essa constatação quase óbvia faz ampliar ainda mais o sentimento de amor e até o orgulho que temos pela nossa terra, ao percebermos que quem a fez e quem a construiu foram pessoas de bem, comprometidas, no passado, com o nosso futuro [...]. Não é apenas um livro de registros históricos, mas uma obra essencial para entender as especificidades que formam o *caráter frutalense* (e até como forma de provar que este caráter próprio existe). [...] O resgate de cada um para o primeiro plano da história serve para mostrar que as raízes e o passado de Frutal são sólidos, forjados em personalidades fortes, construídos em biografias invejáveis (SILVEIRA, 2003, p. 3-6. Grifos do autor).

O reconhecimento de que pessoas – no plural – fazem a história da cidade pode soar, para além da obviedade, como algo louvável. Mas é preciso lembrar que a afirmação não intenciona incluir *todas* as pessoas, mas as *de bem*, reforçando a ideia de que a cidade resulta de *biografias invejáveis*. Tal compreensão da realidade naturaliza a visão de que os sujeitos não participam da história ou não tomam parte da cidade de forma assemelhada, não lhes cabendo, por conseguinte, papéis políticos iguais e intercambiáveis. Na medida em que se afirmam relações de domínio e submissão, o jogo político delineado se instaura na contramão da pólis, cujo diferencial, segundo Vernant (1986), residia na corporificação de um espaço social vivo, no qual os assuntos de interesse comum eram debatidos abertamente por sujeitos assemelhados que estabeleciam entre si relações de reciprocidade.

Em sentido oposto, a cidade, conforme representação dos cronistas, não resulta da totalidade dos grupos humanos que a constituem, mas emerge de um gesto utópico, como ato de um criador, um personagem iluminado – Paula e Silva –, e se inscreve na história, a partir de 1886, graças à transferência de um *benemérito cidadão* de Uberaba para Frutal, mais uma biografia invejável, uma personalidade forte que irá contribuir para *formar o caráter do frutalense*: Joaquim Antônio Gomes da Silva.

Natural de Pitangui (MG), Gomes da Silva (1838–1915), depois de uma temporada no Rio de Janeiro, residiu, por muitos anos, em Uberaba, atuando como jornalista, advogado

provisionado, escritor e como professor de latim, francês e música, no *Collégio Piedade*, do qual fora proprietário.¹⁴³ Ainda em Pitangui, envolvera-se em certames políticos, fundando a Sociedade Amor da Pátria (1863), com o objetivo de apoiar o governo brasileiro na polêmica Questão Christie¹⁴⁴. Durante a Guerra do Paraguai (1865–1870), arregimentou soldados por meio da mesma sociedade. As iniciativas foram reconhecidas pelo imperador, que lhe concedeu a Comenda da Ordem da Rosa. Como membro do Partido Liberal, elegeu-se deputado provincial (1884–1885), tornando-se conhecido, na região, pela postura abolicionista. Mais tarde, integrando o Partido Republicano Mineiro (PRM), foi eleito deputado estadual (1892–1895) e senador mineiro (1895–1902).¹⁴⁵ Sua única filha casou-se com Horácio de Paula e Silva (neto de Antônio de Paula e Silva), provocando sua mudança, juntamente com a esposa, Maria Fulgência de Santa Cruz, para Frutal, onde ocupou o cargo de agente executivo por três vezes: 1894–1897; 1897–1899 e 1912–1915. Ernesto Plastino relata sua passagem pela cidade em termos grandiosos:

Sem se deter [...] diante das surpresas e imprevistos que pudessem surgir frente à longa caminhada que teria de percorrer, como homem público, *condutor dos destinos da terra sobre a qual emergia uma cidade desabrochando em flor em pleno Sertão da Farinha Podre*, Gomes da Silva iniciou a luta que se apresentava árdua e prosseguiu tomando as providências necessárias *ao desenvolvimento de Frutal em todos os setores*. No exercício do mandato de deputado provincial, desfrutando de *invulgar prestígio* entre seus pares, [...] conseguiu o soerguimento da vila de Frutal, elevando à categoria de cidade, o que se verificou pela lei n. 3.464, de 4 de outubro de 1887, sendo o município

¹⁴³ Autor de várias composições musicais, Gomes da Silva escreveu também as seguintes obras: *Apontamentos históricos de Pitangui*; *A Homeopathia* (comédia); *Iva, a cabocla* e *A Flor do Martírio* (romances), e uma autobiografia inconclusa: *Minha Vida*. Para maiores detalhes, ver: BERNARDES, Claudia Lopes. **Uma rua, um nome, uma história: Senador Gomes da Silva**. Texto decifrado: Autobiografia Inconclusa de Gomes da Silva – Minha Vida. Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, set. 2013.

¹⁴⁴ Sobre a escalada de incidentes que culminou no atrito entre o embaixador britânico, William Dougal Christie, e o imperador D. Pedro II, Cf. SINÉSIO, Daniel Jucá. **A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)**. 146 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

¹⁴⁵ A Constituição Mineira de 1891 estabeleceu o bicameralismo, à semelhança do poder legislativo federal. O Senadinho Mineiro, como ficou conhecido, atuou de 1891 a 1930. Compunha-se de cidadãos “eleitos pelo voto direto, maiores de 35 anos, com domicílio e residência no Estado. O Senado teria um senador para 140 mil habitantes, com um máximo de 24 senadores, sendo o mandato de oito anos, renovando-se a metade quatrienalmente”. Cf. O Senado Mineiro (1891-1930). **Revista de Informação Legislativa**. v. 13, n. 51, jul./set. 1976, p. 207. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180955>. Acesso em: 20 mai. 2017. Dados sobre a atuação política de Gomes da Silva, ver: SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. vol. 43. jan./jun. 2007, p. 74-91. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_artifice_da_memoria.PDF. Acesso em: 20 mai. 2017.

instalado em 25 de outubro de 1888, um ano após a sua criação como município autônomo (PLASTINO, 1976, p. 14. Grifos meus).

Para o cronista, o desenvolvimento da localidade vinculava-se, então, a esta figura de *invulgar prestígio*. O poder do qual se revestia o alçava à condição de condutor dos destinos de Carmo do Fructal. Mas de onde provinha tamanho poder? Sem deixar de mencionar os mandatos exercidos, Mata e Oliveira ressaltam que o comendador tornou-se figura reconhecida nos “meios políticos, literários e culturais de todo o Brasil. [...] foi o homem de maior cultura que Frutal já possuiu em sua história. [...] todas as homenagens que este homem tem recebido [...] representam nossa eterna gratidão àquele que é nosso *padrinho cultural*” (1982, p. 5. Grifos meus). Terezinha Ferreira o descreve como “*político clarividente* [...] Sem poupar esforços, o *incansável lutador* defendeu, ardorosamente, o projeto de criação da Vila de Fructal” (2003, p. 32. Grifos meus).

Novamente as narrativas se mostram monótonas, ao insistirem na exaltação dos títulos, predados e feitos de Gomes da Silva, *na e para* a cidade de Frutal, em fins do século XIX e início do XX. Mas, a despeito da invariabilidade do tom, o que se pode depreender da cantilena dos cronistas? “Mais que antes e principalmente agora é preciso restabelecer a esperança do povo e a confiança nos políticos. Foi através disso, no início dos anos noventa, que Frutal decolou para uma grande aventura: a de ser a cidade dos nossos sonhos” (SILVEIRA, 2003b, p. 5). Evidentemente que, ao fundo, entrelaçando o antes e o agora, continua a reverberar a lição – medidas pedagógicas – de que se deve confiar em quem, por poder político e atributos culturais, *vê com clareza e conduz os destinos da cidade*.

Ao historiador, contudo, compete auscultar o que os memorialistas sussurram nas entrelinhas, intencionalmente ou não, sem se deixar inebriar pelo imediatamente visível e insistentemente repetido, ainda que sejam sedutoras as enunciações e luminosas as projeções. Cabe entrecruzar as narrativas e também perquirir fontes diversas, que possam trazer à baila as divergências e os senões, algumas vezes ignorados; outras, negligenciados. Como ensina Carlo Ginzburg: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (1989, p. 177). Nesse sentido, torna-se pertinente indagar: de que falam os memorialistas, quando se referem a sonhos e ideais a envolver a construção da cidade que, em última instância, é tratada como expressão de personalidades fortes e biografias invejáveis? Os escritos de Terezinha Ferreira fornecem pistas importantes:

[...] o valente lutador [Antônio de Paula e Silva] ficou doente e afastou-se da administração. Afeitos ao trabalho e seguindo as pegadas do velho, seus sucessores continuaram a obra por ele iniciada, sem esmorecer. Acostumados a perseguir o ideal, José de Paula e Silva e o filho Horácio sabiam as trilhas por onde deviam passar, buscando o progresso, e estavam cercados de amigos e parentes também pioneiros. 1885 também foi outro ano histórico. O grupo foi enriquecido com a presença de Comendador Gomes da Silva [...] o mais hábil político da época (FERREIRA, T. 2009, p. 16).

A julgar pelo registro de Ferreira, o casamento da única filha de Gomes da Silva com um membro da família Paula e Silva representou a consolidação de um grupo político, com vistas a fortalecer o poder das figuras que dominavam a localidade desde seus primórdios, em 1835. Não por acaso, Horácio de Paula e Silva, genro do comendador e neto do fundador, tornou-se o primeiro agente executivo de Frutal, entre 1888 e 1889, sendo pertinente lembrar que integrantes deste grupo estiveram diretamente à frente do poder público municipal até o ano de 1930. Acerca disso, Plastino se expressou da seguinte forma: “A partir de 1930, na ditadura Vargas, [...] cessou a atuação dos elementos ligados à história da vida de Frutal até aquela época” (PLASTINO, 2003, p. 47).

Por meio da aliança política delineada, a cidade, *desabrochando em flor em pleno sertão*, finalmente decolava. Ou seja, as chamadas *trilhas do progresso* assumiam a condição de ideal a inspirar os amigos e parentes que integravam o grupo, agora com o fôlego renovado. O explícito empenho de Gomes da Silva na aceleração das providências para elevar a freguesia – que estava sob a jurisdição de Uberaba – à condição de vila, e finalmente à categoria de cidade, corrobora a percepção de que havia um *projeto político* a embalar os sonhos das famílias, cujos laços foram fortalecidos por intermédio do matrimônio de seus filhos. Em *Dados sobre a fundação de Frutal*, documento cuja organização é atribuída ao deputado, pode-se ler:

Na sessão da Assembleia Mineira do ano de 1885, o comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva, com a maior dedicação e inesquecível empenho [...] apresentou e sustentou [...] o projeto de elevação desta freguesia à categoria de vila. Circunstâncias políticas, que, naquela ocasião, advieram, serviram para salientar a dedicação e empenho do deputado mineiro em prol do progresso e engrandecimento desta localidade. O comendador Gomes da Silva é liberal [...]. A 20 de agosto de 1885, foi chamado ao poder o gabinete – Cotegipe. O partido liberal da assembleia tomou alvitre de, como medida política, degolar vários projetos apresentados para criação de vilas [...]. Conquanto todos os seus colegas de bancada houvessem desistido dos seus projetos, o comendador [...] persistiu em sustentar o de Frutal, declarando: que se empenhara pela sua passagem, não só para ser útil a este recanto sertanejo, como o venerando Cap. José de Paula e

Silva [primogênito de Antônio de Paula e Silva e pai de Horácio] lhe havia dito que não desejava cerrar olhos sem fazer este benefício aos frutalenses. E afinal o projeto único que vingou nessa sessão passou unanimemente [...].¹⁴⁶

Visivelmente, as fases legais do processo de emancipação haviam sido aceleradas. Ou teriam sido atropeladas? “A este tempo o comendador Gomes da Silva empenhava-se insistentemente com os seus amigos que tinham assento na Assembleia Mineira, no biênio de 1886-1887, a fim de que a vila, *mesmo antes de empossada nesta categoria*, fosse elevada a cidade” (PLASTINO, 2003, p. 21. Grifos meus). Ao que tudo indica, havia pressa em formalizar o município, mesmo que a aglomeração populacional ainda não fosse significativa.¹⁴⁷ Para isso, os idealizadores de *Fructal* procuravam apoio entre seus pares:

No dia 7 de setembro de 1886, vindo de Uberaba, entrou nesta cidade com sua Exma. família o comendador Gomes da Silva, que vinha firmar sua residência entre os frutalenses. A população recebeu-o com inequívocos testemunhos de júbilo e reconhecimento. E como as obras da cadeia e casa da Câmara se achassem paralisadas por falta de dinheiro, o mesmo comendador e seu genro Horácio de Paula Silva trataram de alcançar que vários cidadãos fizessem um empréstimo à Câmara a fim de que se prosseguisse nas construções começadas. [...] Aceito o projeto com toda acordura pela assembleia, foi ele consentido na lei nº 3.464 de 4 de outubro de 1887, que no seu artigo 1º dispõe o seguinte: São declaradas a categoria de cidades as vilas de Carmo do Paranaíba e do Carmo do Fructal, da Comarca de Uberaba.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Cf. **Dados sobre a fundação de Frutal**. Trabalho do Agente Executivo Comendador Gomes da Silva, no findar de seu mandato, em 1899. p. 3. [mimeo]. Frutal. De acordo com o que está registrado, em primeira pessoa, no parágrafo que apresenta o documento citado, o escrito consiste num *histórico da localidade*, organizado por Gomes da Silva, por dever que lhe foi imposto pelo artigo 135 do Código de Posturas da Câmara, quando encerrava seu primeiro mandato como agente executivo de Frutal. O documento traz uma breve narrativa da versão oficial da história local, apresenta as leis referentes à institucionalização da cidade e transcreve Atas da Câmara e de outras reuniões promovidas pelos frutalenses entre os anos de 1886 e 1899. Somente no caso das Atas é possível identificar, com segurança, a autoria dos textos. Alguns trechos, certamente, foram redigidos pelo senador, mas há fragmentos em que um *narrador* apresenta os *fatos*, como na passagem citada. Diante disso, são consideradas duas hipóteses: ou se trata da compilação de escritos de diferentes autores ou o próprio Gomes da Silva, contando com suas habilidades de escritor, usou do recurso de narrar os fatos, omitindo a primeira pessoa, e se referindo a si mesmo como um personagem histórico. Uma questão de estilo ou o desejo de conferir objetividade/credibilidade à narrativa? Deve-se observar, ainda, que a versão deste escrito, que se encontra no Arquivo, constava do acervo particular de Ernesto Plastino, que foi doado por seus familiares, em 2012. Percebe-se que a grafia dos textos transcritos sofreu modificações, podendo-se aventar também uma terceira hipótese: a de que o memorialista tenha feito uma cópia do documento, organizado pelo senador, fazendo *adaptações* ao texto.

¹⁴⁷ A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros aponta que em 1891, portanto três anos após a instalação do município, existiam 6.952 habitantes na região sob a jurisdição de Frutal. Cf. FERREIRA, Jurandy Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. IBGE. vol. XXV. Rio de Janeiro, 1959. p. 146.

¹⁴⁸ **Dados sobre a fundação de Frutal**. Op. cit., p. 6-8.

Lourenço elucida os procedimentos necessários para que proprietários de terra e comerciantes obtivessem seu quinhão de poder político, fornecendo detalhes sobre a atuação do deputado no processo que envolveu a cidade de Frutal:

A criação de um novo município dependia de lei provincial, aprovada pela assembleia legislativa e sancionada pelo presidente da província. Resultava de pressões políticas dos eleitores – que, por causa do sistema censitário, eram, geralmente, fazendeiros ou comerciantes – e do apoio de deputados provinciais com base na região. Dessa forma, somente quando as elites locais dispunham de algum poder econômico e, portanto, importância eleitoral, é que podiam pleitear a emancipação. [...] Em 1885, foi criada a vila do Frutal, com sede num arraial próximo a um porto no rio Grande [...] seu território correspondia, aproximadamente, à vertente norte do baixo rio Grande, o que mostra que o critério usado na divisão foi a influência do porto do Frutal sobre o trânsito na estrada que demandava ao Mato Grosso. A criação do município deveu-se à mobilização, na assembleia legislativa, do deputado provincial, Joaquim Antônio Gomes da Silva, morador e fazendeiro na paróquia, aparentado do potentado José de Paula e Silva, filho do fundador do arraial (LOURENÇO, 2010b, p. 55-58).

Desmembrando-se de Uberaba, Frutal passava a ocupar uma considerável extensão de terras na mesopotâmia triangulina, pois, no mesmo ato em que se emancipava, recebia a área então pertencente a São Francisco de Sales, que fora destacada do município de Prata¹⁴⁹: “O nosso município era, então, grande demais [...] Dividia com São Paulo, Mato Grosso e Goiás/Área de água abundante, caça e bom pasto” (MARTINS, 2001, p. 19).

O mapa abaixo (Figura 07), que integra o *Album Chorographico* editado pelo Serviço de Estatística da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, em 1927, retrata a área alcançada por Frutal em sua máxima extensão. É importante registrar que a obra corográfica apresenta dados sobre os 178 municípios mineiros, produzidos em várias temporalidades. Os números demográficos, por exemplo, são do censo de 1920, as informações sobre a rede de comunicação, de 1923, mas a configuração dos municípios é de 1911:¹⁵⁰

¹⁴⁹ “Lei n. 3.325 de 5 de outubro de 1885, cujo teor é o seguinte: Art. 1º: Fica elevada à categoria de vila a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Fructal, do termo de Uberaba. § 1º) o município compreenderá a freguesia do Carmo de Fructal, desmembrando de Uberaba, e a de São Francisco de Sales, desmembrando do município do Prata”. **Dados sobre a fundação de Frutal.** Op. cit., p. 3. São Francisco de Sales passaria a ser Distrito de Frutal, de forma oficial, em 1889.

¹⁵⁰ A produção deste álbum corográfico fez parte de um amplo e ambicioso projeto estatístico e cartográfico, organizado pelo governo de Minas Gerais em comemoração ao primeiro centenário de independência do Brasil

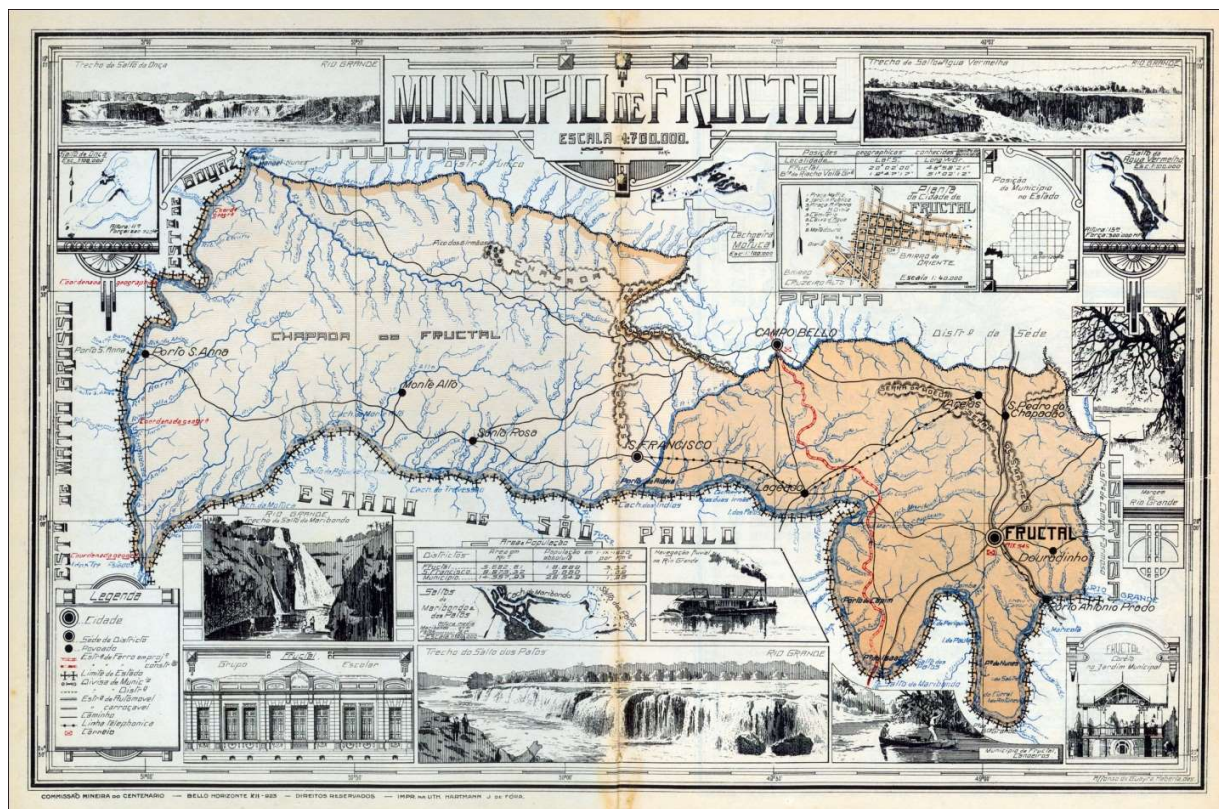


Figura 7 – Configuração territorial de Frutal na década de 1920s.

Fonte: MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Official. 1927.¹⁵¹

De acordo com os dados apresentados, o município de Frutal, no início do século XX, possuía uma área de 14.557,93 km², dos quais 8.875,32 pertenciam diretamente ao Distrito de São Francisco, cabendo à sede, *Frutal*, 5.682,51 km². Sua população absoluta, em 1920, seria de 28.549 habitantes, com a presença média de 1,95 habitantes por km². Para efeito de comparação, deve-se atentar para os dados referentes a outros municípios do Triângulo Mineiro, apresentados pelo mesmo *Album Chorographico*:

(1822-1922). Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/frutal>. Acesso em: 20 mai. 2017.

¹⁵¹ Nas primeiras décadas do século XX, o território de Frutal atingiu sua maior dimensão, chegando a compreender os atuais municípios de Planura, Fronteira, Comendador Gomes, Itapagipe, São Francisco de Sales, Iturama, União de Minas, Limeira do Oeste e Carneirinho. O desmembramento teve início em 1938, com a emancipação do Distrito de São Francisco de Sales e Iturama (antes denominada Santa Rosa); seguida pela de Comendador Gomes (Areia) e Itapagipe (Lajeado), ambos em 1948. Planura (Nova Esplanada) e Fronteira se emanciparam em 1962. Para maiores detalhes, ver: PEREIRA, Debora Gabriele dos Santos Pinto. **Mapeando a história de Frutal**. Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 2013.

Tabela 01: Área e população (absoluta e relativa) dos municípios de Frutal, Prata, Uberaba e Uberlândia em 1920.

	Área em Km ²	População Absoluta	Habitantes/Km ²
Frutal	14.557,93	28.549	1,95
Prata	5.180,34	14.800	2,86
Uberaba	9.664,45	59.807	6,19
Uberabinha (Uberlândia)	5.059,02	22.956	4,54

Fonte: MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1927.¹⁵²

É possível pensar que o estabelecimento de um município proporcionalmente extenso e estrategicamente localizado – em região fronteira às províncias, posteriormente estados, de São Paulo, Goiás e Mato Grosso –, tenha realmente conferido algum prestígio regional ao grupo recém-formado, ampliando seus espaços de atuação política e econômica. A própria nomeação de pessoas para ocupar os cargos públicos, no decorrer do processo de institucionalização da cidade, revela a margem de manobra alcançada pelos detentores do poder.¹⁵³ Esses fatores, provavelmente, justificaram a consolidação da aliança e, certamente, alimentaram as expectativas em relação ao futuro da localidade e dos *homens de respeito do lugar*:

O Dr. Oliveira Teixeira [presidente da Câmara de Uberaba] iniciou os trabalhos proferindo um eloquente discurso no sentido de felicitar os frutalenses pela auspiciosa instalação de seu município. [...] E depois de emitir criteriosa comunicação no tocante aos elementos de que dispõe o novo município para, desenvolvidos, constituírem o brilhante futuro de seus filhos, concluiu levantando vivas à esperançosa cidade de Frutal.¹⁵⁴

Em maio de 1886, o comendador organizara uma reunião, na igreja de Carmo do Fructal, para tratar da construção da cadeia e da Câmara, necessárias para que a vila fosse empossada. José Pereira Braga, cidadão que presidiu a reunião por indicação de Gomes da Silva, agradeceu seu empenho na emancipação da localidade, ressaltando que a freguesia fora “recentemente

¹⁵² Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-contexto-historico>. Acesso em: 20 mai. 2017.

¹⁵³ Após registrar a criação do *foro civil* (1889), da Comarca de Frutal (1891) e a nomeação do *juiz e suplentes*, bem como do *escrivão de órfãos*, do *tabelião de notas*, do *coletor de rendas gerais*, dentre outros, Plastino escreveu: “Todas essas nomeações foram feitas por indicação e esforços do comendador Joaquim Antonio Gomes da Silva” (2003, p. 35).

¹⁵⁴ **Dados sobre a fundação de Frutal.** Op. cit., p. 12.

nobilitada com o título de Silva”¹⁵⁵. Entre terras e honrarias, material e simbolicamente, o jogo do poder era encenado na porção baldia do Sertão da Farinha Podre. “O poderio político [...] se quer inscrito duravelmente, imortalizado em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua ‘personalidade’ e seu brilho. Ele dirige uma política de lugares e obras monumentais” (BALANDIER, 1982, p. 10).

A esta altura da análise, torna-se imperioso frisar que a autoridade atribuída ao senador – *condutor dos destinos das terras frutalenses* – não provinha somente de sua posição e habilidade política, mas decorria, talvez principalmente, dos valores que sua figura, notadamente ilustrada, parecia ser capaz de incorporar à cidade que se criava. Pelo que se depreende de várias passagens registradas em Ata, a fala do professor – e também advogado, escritor, músico, venerável mestre, coronel, comendador, deputado, mais tarde senador – soava, no mínimo, imponente aos ouvidos da plateia formada por *fructalenses* e potentados regionais. Tantos papéis encarnados em uma só voz conferiam credibilidade à palavra proferida e legitimidade às ideias habilmente enunciadas. Nesse sentido, é pertinente lembrar aqui uma observação de Richard Sennett: “Os cidadãos de Atenas conheciam e temiam os perigosos poderes de uma única e exposta voz que possuísse habilidade retórica” (2003, p. 56).

Atentar para o poder de que se revestiam as enunciações de Gomes da Silva não implica reiterar, contudo, a visão dos memorialistas, segundo a qual o senador era um personagem à frente de seu tempo. Ao contrário, tratava-se de indivíduo mergulhado em seu tempo histórico e, por isso mesmo, sua voz estava em sintonia com os anseios e ideais próprios do grupo social e político do qual era representante. Deve-se acrescentar ainda que, para este grupo – composto principalmente por proprietários rurais, negociantes de gado e comerciantes – não bastava formalizar a cidade. Era preciso que Frutal, cujo cotidiano se arrastava na lentidão da vida sertaneja, assumisse configurações de cidade, não apenas do ponto de vista da estrutura do espaço urbano, mas também das relações, das práticas, dos hábitos. A cidade deveria ser percebida como *locus* de manifestação de *civilidade*.

O horizonte utópico se insinuava, pois, na busca por *progresso* e *civilização*, em consonância com os valores que atravessavam a sociedade brasileira do período e que,

¹⁵⁵ **Dados sobre a fundação de Frutal.** Op. cit., p. 4.

evidentemente, não eram desconhecidos dos dirigentes regionais e locais.¹⁵⁶ Exemplo disso foi a iniciativa, por parte do comendador e de outros *sublimes cidadãos*, de fundar o *Club Atlético Tiradentes*, em 21 de abril de 1887, com o propósito declarado de denunciar e combater “cativeiros endébitos e sevícias empregadas em infelizes escravizados”, conferindo diplomas de sócios beneméritos aos que defendiam a “liberdade e fraternidade [...] condenando a nefanda instituição da escravidão”.¹⁵⁷ Nos intervalos das conferências abolicionistas realizadas na *florescente vila*, a banda Euterpe Frutalense executava a *Marselhesa* e outras *lindas peças musicais*. Com a promulgação da *humanitária e civilizadora Lei Áurea*, o clube foi dissolvido.

Nessa perspectiva, em outubro de 1888, *Irene* tinha “sobeja razão para ataviar-se com a mais rica de suas roupagens domingueiras”¹⁵⁸. Afinal, “as manifestações do poder não se acomodam bem com a simplicidade. A grandeza ou a ostentação, a decoração ou o fausto, o cerimonial ou o protocolo geralmente as caracterizam” (BALANDIER, 1982, p.10).

Assim, na solenidade de instalação do município, diante das autoridades uberabenses, Gomes da Silva, depois de pedir que a banda executasse, dentre outras músicas, o hino *A emancipação de Frutal* – por ele escrito e ensaiado –, proferiu seu discurso, ressaltando que “a humilde e despreziosa freguesia de Fructal mariposava, por longo tempo, em torno do foco da civilização que irrompe no seio da florescente e importantíssima cidade de Uberaba¹⁵⁹, tão justamente denominada Princesa do Sertão”.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Processo similar, e provavelmente ainda mais incisivo, ocorria, à época, em outros núcleos da própria região do Triângulo Mineiro, como se pode constatar, por exemplo, pelo empenho das elites sociais e políticas de *Uberabinha* em emancipar a localidade e *fabricar* uma cidade moderna e progressista. Para maiores detalhes, ver: DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888 – 1929)**. 2009. 217f. Tese de Doutorado. História. UNESP: Franca, 2009.

¹⁵⁷ **Dados sobre a fundação de Frutal**. Op. cit., p. 9-10.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 11.

¹⁵⁹ “Por situar-se no entroncamento das estradas que ligavam São Paulo a Goiás e a capital do Império ao Mato Grosso, muitos mercadores de víveres e negociantes de gado estabeleceram-se em Uberaba na segunda metade do século XIX, gerando um ambiente propício ao investimento em atividades de perfil tipicamente urbano. [...] Simultaneamente às mudanças na economia, ocorriam transformações no espaço urbano. Até a década de 1870, todos os núcleos urbanos ou proto-urbanos exibiam a paisagem característica das aglomerações sertanejas do Brasil colonial: um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela com um cemitério à frente [...] Esses arraiais sertanejos [...] foram substituídos por cidades republicanas típicas da *Belle Époque*, processo simultâneo à modernização que acontecia nas grandes cidades do Brasil. Uberaba, Uberlândia e Araguari tiveram suas plantas urbanas ampliadas e modificadas com a chegada da ferrovia, entre 1888 e o final do século” (LOURENÇO, 2010b, p. 15-16).

¹⁶⁰ **Dados sobre a fundação de Frutal**. Op. cit., p. 12

Se até aquele momento a localidade *mariposava* no entorno do mundo civilizado – cujo paradigma aqui é representado por Uberaba – de agora em diante, projetava a elite local, a cidade de Frutal, não mais tão *humilde e despreziosa*, ganharia visibilidade, ao seguir, por si só, as trilhas do progresso. O passado deste povo *honesto e ordeiro* fora exemplar, “pode servir de ensinamentos aqueles que quiserem se familiarizar com o código dos deveres cívicos”¹⁶¹, mas era chegada a hora de *evoluir*, seguir o destino inexorável da história. *Ao ribombar de foguetes*, Irene se movia pela promessa de alcançar o futuro:

No dia 1º de junho de 1886, levantou-se o primeiro esteio da cadeia e da câmara no meio de grande concurso do povo [...] ao ribombar de inúmeros foguetes. [...]. A música e o povo percorreram as ruas de nossa vila, levantando-se, nessa ocasião, muitos brindes a todos que propugnaram e propugnarão pelo progresso de Frutal.¹⁶²

Confirma-se assim que, embora a urgência em emancipar a localidade demonstrasse interesse no controle do aparato administrativo, as aspirações eram muito mais amplas e profundas. Tal qual em *Uberabinha*, além da alteração de ordem institucional, projetava-se uma mudança cultural, não formalizada em documentos oficiais, mas perceptível no conjunto de ações e intenções (DANTAS, 2009). Em outra passagem do discurso proferido por Gomes da Silva, durante a cerimônia de posse do município, pode-se vislumbrar a cidade que se idealizava:

No final da sessão, tomou de novo a palavra o comendador Gomes da Silva, que, em longo e luminoso discurso, fez o histórico da municipalidade, desenvolvendo sensatas considerações atinentes à demonstração de que a prosperidade das nações decorre de três fatores: do progresso, do desenvolvimento material ou político e do desenvolvimento moral e religioso [...]. A fé, pelo afanoso empenho em desenvolver o progresso material, prepara o futuro dos nossos filhos. A esperança de uma vida eterna, delícias no paraíso prometido pela religião do Gólgota. A caridade, pela profusa partilha do pão do espírito àqueles que carecem do influxo da instrução e que, tateando nas trevas da ignorância, exclamarão como Goethe: *Luz! Luz! Queremos luz!*¹⁶³

O *discurso longo e luminoso* sugere que a cidade, em sintonia com a *prosperidade das nações*, estaria começando a deixar o passado para trás (*trevas da ignorância*) para buscar o

¹⁶¹ **Dados sobre a fundação de Frutal.** Op. cit., p. 12.

¹⁶² Ibidem, p. 5.

¹⁶³ Ibidem, p. 13.

caminho da *luz*, que incluiria, entre outras coisas, o *progresso material* e o *influxo da instrução*. Um mundo novo e próspero – moderno e civilizado, portanto – se abria ao *laborioso e moralizado* povo frutalense, que acompanhou as festividades de instalação do município, de forma *entusiástica e ordeira*, sem a menor *alteração de palavras* – ficando “assim demonstrado a índole e dedicação deste povo”.¹⁶⁴ Ou ficando assim reforçada a imagem de que os moradores – espectadores? – se mostravam aptos a incorporar comportamentos condizentes com a cidade sonhada. Em tempo: seriam estas *as especificidades do caráter do frutalense* evocadas por Silveira (2003, p. 4), em prefácio escrito no início do século XXI?

Voltemos à passagem do século XIX para o XX. Logo após o cumprimento dos trâmites legais que emanciparam Frutal, podem ser verificadas, portanto, ações e estratégias expressivas do empenho do grupo dirigente em fazer surgir uma *cidade no sertão baldio*. Não somente a paisagem e o espaço urbano precisavam ser racionalizados e civilizados, como também as subjetividades, as sensibilidades dos viventes do lugar deveriam ser conformadas para corresponder ao projeto de uma urbe racional, bela e moderna. Assim, equipamentos foram construídos e serviços executados com vistas a legitimar as representações mobilizadas.

Com a evidente intenção de convencer o leitor da importância das modificações engendradas pelos *homens que ativavam o progresso*, os memorialistas foram pródigos em ressaltar, por meio de palavras e imagens, as iniciativas que visaram modernizar a localidade e refinar os comportamentos.¹⁶⁵ Plastino registrou: “Nessa ocasião, providenciaram-se a construção definitiva da Cadeia e da Casa da Câmara, a eleição dos vereadores, a instalação do Legislativo, a criação dos Códigos Tributários e de Posturas, a nomenclatura das ruas e outros serviços urbanos” (2003, p. 46). Terezinha Ferreira, por sua vez, conferiu destaque ao incremento do abastecimento de água e da iluminação:

Abastecimento de água para a população foi preocupação da primeira edilidade desde 1888. [...] As bicas foram colocadas e trouxeram água, descendo pela *Rua de Cima*. A inauguração do primeiro serviço de água canalizada [...] aconteceu em 24-10-1909. [...] [...] Antes do lampião a gás, Frutal foi iluminada a querosene. Pequenos e poucos lampiõeszinhos. Isso em 1905. A iluminação a gás-carbureto foi instalada por volta de 1910-1911. A iluminação elétrica só foi possível em 1920, quando Dr. José Vilella, executando um projeto de Dr.

¹⁶⁴ **Dados sobre a fundação de Frutal.** Op. cit., p. 12-14.

¹⁶⁵ Convém registrar que *Apontamentos e Respingos de História*, volume 3, são as obras com maior quantidade de imagens.

Alcides de Paula Gomes, construiu a Usininha do Marimbondo. [...] O povo [...] recebeu o benefício como um presente raro (FERREIRA, T. 2009, p. 67-71).

Além de reforçar a ideia de reconhecimento dos moradores quanto aos *benefícios* do progresso, os cronistas são unânimes em apresentar as ações empreendidas como *presentes raros* advindos da presença de Gomes da Silva e seus congêneres: “Frutal é beneficiada pelos pendores artísticos do então Deputado Provincial [...] ganhando sua primeira banda de música, com o nome de Euterpe Frutalense, em 1887” (FREITAS, 2004, p. 105). A menção ao primeiro jornal, *O Santelmo*, órgão oficial da Câmara Municipal entre 1888 e 1895, foi feita por Plastino nos seguintes termos: “fundado pelo senador [...] foi um jornal político de alta expressão em todo território de Minas Gerais [...]. Enriquecia o patrimônio cultural de Minas Gerais” (PLASTINO, 1976, p. 57).

Em leitura mais atenta, percebe-se, contudo, que as linhas d’*O Santelmo* foram utilizadas pelo grupo dirigente para renovar suas expectativas e reforçar os elos em torno do seu projeto de cidade. Sendo as representações um objeto de disputa, a utopia da cidade moderna e próspera, que se almejava erigir em *pleno sertão*, necessitava de mecanismos de convencimento:

A extensa região compreendida entre os caudalosos rios Parahyba e Grande e que constitue o município do Fructal é, talvez, a porção do Estado de Minas que mais tem despertado a atenção do observador inteligente que se extasia ante as suas riquezas prodigalisadas pela prodigiosa natureza. [...] E, de sua perseverança e atividade, correspondentes às riquezas naturais que possuímos, depende o engrandecimento desta zona, que veremos, em curto prazo, entrar em uma nova era de prosperidade, alargando-se consideravelmente seu commercio interno e externo.¹⁶⁶

Estavam em curso, evidentemente, as medidas pedagógicas para formar cidadãos esclarecidos (FREITAG, 2002). Nesse sentido, a escolarização dos cidadãos não poderia ficar de fora: “Em 1891 foi fundado [...] o Instituto Municipal ou Casa de Instrução. As aulas de Português, Latim e Francês eram ministradas por professores de gabarito, ao lado do Senador [...]. Já em 1924 se instala o primeiro Grupo Escolar de Frutal” (MATA; OLIVEIRA, 1982, p. 11). Terezinha Ferreira lembra que, entre 1914 e 1917, estivera em funcionamento o *Collégio*

¹⁶⁶ NOTAS e anotações. *O Santelmo*. Órgão Oficial da Câmara do Fructal. Anno II, n. 93. Brazil. Cidade do Fructal. Domingo, 4 de julho de 1897, p. 1. Arquivo Público Municipal.

Pedro Salazar, cuja importância, apesar de sua curta existência, residiu no fato de que “vários líderes da fase de ativação do progresso de nosso município passaram por essa escola” (2009, p. 51) – *Luz! Luz! Queremos luz!*



Figura 8 – Inauguração do Grupo Escolar Gomes da Silva (1924).

Fonte: PLASTINO, 2003, p. 92.

O sentimento de euforia – *alegria e contentamento* – diante dos símbolos dos tempos modernos parece ter tomado conta do povo *fructalense*, como revelam os cronistas na narrativa do episódio que envolveu a chegada do primeiro caminhão à cidade, ocorrido em 1913. Em versos, o memorialista Elísio Martins registra que o *espanto* e a *surpresa* iniciais, provocados pelo *estranho urro* do veículo, foram substituídos por admiração e mesmo reverência. Sacralizados, *os rastros* do progresso deveriam ficar gravados nas ruas de terra da cidade, ensinava a autoridade ao *povo obediente*:

A chegada do primeiro caminhão a Frutal/Foi na tarde do distante mês de setembro/Do ano de mil novecentos e treze imortal/Acontecimento que prazerosamente lembro/Inesperado engenho por aqui nunca visto [...] Abalou com a sua chegada toda a povoação [...] Um estranho urro era ouvido tão distante [...] Inicialmente surpreso o povo se inquietou [...] O estranho objeto tripulado foi chegando/Tudo era espanto, curiosidade e apreensão [...] Agora na praça da matriz estava exposto/O povo como nunca queria comemorar tanto [...] Todas preparadas para cumprir o programa/Iniciado por missa cantada por Pe. Osório/Às duas horas passeata com toda caravana/Quando o seu Juca começou o foguetório/Todos prontos, o momento era de beleza/Vestidos de fraque e de chapéus cartolas/Desciam as escadarias os donos da empresa [...] Entraram no

caminhão somente coronéis [...] João Afonso fotografou a grande multidão [...] Antes, porém, ouviu-se a voz do delegado/Cap. Antônio de Paula e Silva que proibiu/Que no rastro do veículo não fosse pisando/E em obediência às ordens o povo aplaudiu/E quando o caminhão se pôs em movimento/Ergueram-se calorosas vivas a Frutal/O povo fremiu de alegria e contentamento/A banda do Crisógono tocou o hino nacional [...] Foi realizado então grande baile oficial [...] cujo dia foi decretado feriado municipal (MARTINS, 2001, p. 69-74).

Como se vê, não apenas as escolas serviam para formar os cidadãos esclarecidos e para reiterar os valores que inspiravam os idealizadores da Frutal moderna e progressista. Aliás, os versos de Martins ilustram com propriedade as palavras de Georges Balandier: “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro [...]. O poder [...] só se realiza e se conserva [...] pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos [...] em um quadro cerimonial” (1982, p. 6-7). Fascinados pela chegada de um autêntico símbolo do progresso, os *coronéis* intencionaram immortalizar o episódio, e a si mesmos, posando para as lentes do fotógrafo João Afonso:



Figura 9 – Chegada do primeiro caminhão em Frutal (1913).

Ao fundo, primeiro sobrado construído na cidade, na segunda metade do século XIX, de propriedade do Cel. Alonso de Moraes. Fonte: PLASTINO, 2003, p. 119.

Em 1915, faleceu Gomes da Silva. Fiéis à leitura personalista da história, os memorialistas seguem relatando as *conquistas* da cidade, mas agora enaltecendo as *transformações* empreendidas pelos sucessores do senador – *filhos ilustres de Fructal*:

Nessa década e nas seguintes, seus netos Alcides de Paula Gomes [engenheiro] e Antenor de Paula e Silva [advogado], este eleito o primeiro deputado frutalense, e Raul de Paula e Silva prosseguiram um trabalho conjunto no sentido de desenvolver o município de Frutal (PLASTINO, 2003, p. 43).

O embelezamento da paisagem urbana mereceu linhas elogiosas: “A parte de urbanização [...] se desenvolveu a partir de 1908. [...] jardim público ladeado de árvores bem cuidadas, centrado um coreto de dois pavimentos artisticamente trabalhado” (FERREIRA, J. 2002, p. 49). O mesmo jardim apresentava, conforme descrição de Plastino, “canteiros artísticos, ornados de lindas alegorias, trabalhadas com pedras coloridas, [que] chamavam atenção dos forasteiros” (2003, p. 59).



Figura 10 – Jardim Público, construído entre 1916 e 1918.
Fonte: FERREIRA, J. 2002, p. 55.¹⁶⁷

¹⁶⁷ A imagem retrata a comemoração do lançamento do projeto de construção do coreto.



Figura 11 – Coreto da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes (Antigo Jardim Público).
Inaugurado em 1923; demolido em 1968. Fonte: Reviver Frutal.

Ao se referir aos melhoramentos executados por Alcides de Paula Gomes (1886-1921), agente executivo entre os anos de 1916 e 1921, Terezinha Ferreira parece querer conferir um lugar de destaque a Frutal, comparando o ritmo de suas conquistas ao de outras cidades do Triângulo Mineiro. Assim, na gestão de Paula Gomes, talvez *Irene*, no afã de “convencer os cidadãos e o resto do mundo do seu papel” (MONTEIRO, 2009, s/p), tenha incorporado o *espírito de Tecla*, pelas mãos do engenheiro e planejador:

[...] a cidade vestiu roupa nova, com a construção do jardim, com um magnífico coreto, as ruas foram aplainadas e foi instalada a providencial luz elétrica. [...] Frutal foi uma das primeiras cidades do Triângulo a ser iluminada; antes dela, apenas Uberaba, Uberlândia, Araguari e Araxá. [...] Assim como o coreto, os suntuosos edifícios do Fórum e do Grupo Escolar Gomes da Silva foram projetos seus (FERREIRA, T. 2003, p. 40).

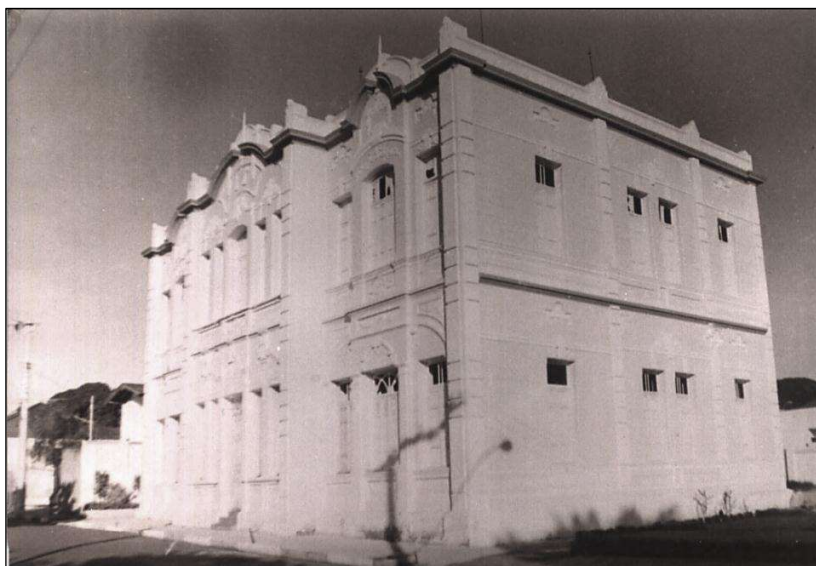


Figura 12 – Fórum de Frutal, inaugurado em 1º de dezembro de 1924.
Fonte: Arquivo Municipal de Frutal.

O tom de maravilhamento, persistente nos escritos, faz lembrar a Roma de Adriano, em que as grandes construções deveriam ofuscar a visão e calar as vozes do povo – conduzido pela regra do “olhar e obedecer”, “olhar e acreditar” (SENNETT, 2003, p. 102). Também Baczko, atento às íntimas relações entre poder e imaginação, alertara: “A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental” (1985, p.313). Como se estivesse percorrendo as ruas da cidade, Ferreira chama a atenção até mesmo para o reservatório de água, construído *com estilo, esmero e bom gosto*, destacando também as “construções de legítima arte arquitetônica, que extasiavam o apreciador: o palacete do Sr. Antônio Longo, o Coreto, o prédio do G. E. Gomes da Silva [...]” (FERREIRA, T. 2009, p. 13) – *olhar e obedecer; olhar e acreditar?*

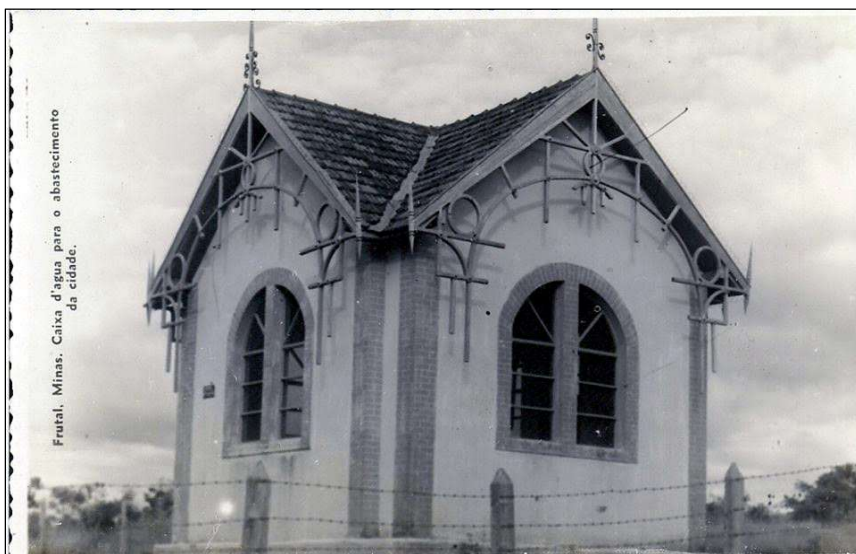


Figura 13 – Reservatório de água, construído em 1909 e reformado em 1921.
Fonte: Reviver Frutal.



Figura 14 – Palacete do Longo – situado na esquina da Pr. Dr. Alcides de Paula Gomes.
Fonte: FERREIRA, T. 2009, p. 13.

Em linhas deslumbradas, os cronistas também rememoram as modernas opções de entretenimento que começavam a fazer parte do cotidiano dos frutalenses. *Bebidas finas, nacionais e estrangeiras*, e ótimas *mesas de Snooker* podiam ser encontradas no *lendário Ponto Chic*, conforme expressão de Mata e Oliveira (1982, p. 30).¹⁶⁸ Terezinha Ferreira, dando

¹⁶⁸ Nas edições do Jornal Tribuna de Frutal, repetem-se anúncios do Bar Ponto Chic, como o destacado a seguir: “Confeitaria e Sorveteria. Bebidas finas nacionais e estrangeiras, conservas, doces e sorvetes de diversas qualidades. Ótimas mesas de Snooker”. Cf. **Tribuna de Frutal**. Ano 1, n. 10, 28 jan. 1945, p.1.

prosseguimento ao percurso pelas ruas da cidade, ressalta que, após algumas tentativas efêmeras, em 1913, Major Morelli teria instalado o primeiro cinema em Frutal, ainda com certo amadorismo:

As sessões tinham início depois das 21 horas, aguardando a chegada de Antônio Longo e do Sr. Marinho Cecílio, operador de máquinas. A Orquestra Pingo Roxo, composta por excelentes músicos, abrilhantava a apresentação. [...] O cinema frutalense, realmente cinema, chegou com José Maluf. [...] Frutal já contava com luz elétrica, que, embora fosse da Usininha, permitia instalações de aparelhos melhores. O Cine São José foi a alma do Ponto Chic, aquele footing frequentado pelos jovens que passeavam pela Rua Senador Gomes da Silva, entre as ruas Cel. José de Paula e Treze de Maio, enquanto aguardavam a sirene, avisando que a exibição já iria começar” (FERREIRA, T., 2009, p. 127).



Figura 15 – Bar *Ponto Chic*.

Situado na esquina da Rua Senador Gomes com a Cel. José da Paula e ao lado do Cine São José. Fonte: FERREIRA, T., 2009, p. 14.

Freitas faz questão de registrar, como também fizera Jeová Ferreira (2002, p. 166), que o cinema da cidade era frequentado não apenas por rapazes e moças, mas também por “circunspectos vereadores, prefeito, juiz de direito e coronéis políticos do lugar” (2004, p. 140).

Conforme se procurou discutir até aqui, no momento em que grupos dominantes buscavam alcançar a *Frutal do futuro, aquela que sempre sonhamos*, o empenho em dar relevo à produção memorialista operou como uma forma de trazer à tona imagens produtoras de subjetividades identitárias. Pelas mãos do prefaciador e planejador da Cidade das Águas, o leitor do século XXI foi estimulado a ler as obras pedagogicamente, tomando, em meio a outras, lições de *amor a Frutal* (SILVEIRA, 2003b, p. 3). Pelas enfáticas linhas memorialistas, foi convidado a

compartilhar os esforços dos pioneiros para que a cidade chegasse, enfim, *ao seu histórico destino* (FREITAS, 2004, p. 11). Pode-se constatar também que, de modo geral, um forte impulso utópico foi atribuído aos *desbravadores de Carmo do Frutal* – personificados por Antônio de Paula e Silva – e aos idealizadores da cidade *moderna, civilizada e próspera*, iluminada pelo *progresso* e ornada por *canteiros coloridos e magníficos edifícios* – representados por Gomes da Silva, Alcides de Paula Gomes e outras figuras *clarividentes*. Pintores de cidades, idealizadores e memorialistas, por intermédio de associações e projeções, parecem reinventar “o lugar do leitor [...] oferecendo [-lhe] [...] o modelo de uma pólis que ‘existiu’, uma cidade viva” (HADDAD, 2013, p. 209): a Frutal primordial.

Entretanto, a análise minuciosa das fontes documentais permite perceber que, embora as narrativas memorialistas façam a cidade ser vista, em suas origens, como uma suntuosa decorrência da ação das *peças de bem*, existia um *projeto de cidade* em curso, expressivo dos interesses políticos e econômicos específicos de um grupo social. As *biografias invejáveis*, nem um pouco neutras, nada mais eram que representantes de uma aliança política construída em torno dos valores que permeavam a sociedade brasileira, de modo mais amplo, no final do século XIX e início do século XX.¹⁶⁹ As mudanças propugnadas pelos integrantes do grupo revelavam uma vontade política, um anseio de concretização de uma ideia de cidade, carregada de promessas futuras. De acordo com as imagens destacadas, ao seguir as *trilhas do progresso*, os olhos dos idealizadores, tomados pelo *espírito de Tecla*, pareciam efetivamente buscar o infinito.

Todavia, torna-se importante destacar, antes de passar adiante, o jogo das temporalidades ativado pelo imaginário político na atualidade: é do tempo presente que os cronistas evocam o passado como testemunha do destino grandioso, do futuro promissor, apontado como pulsante desde as origens da cidade. Num movimento visivelmente ambíguo, e ainda não completamente claro, também é no tempo presente que Silveira, uma voz de inegável *habilidade retórica*, escreve a contundente afirmação, proferida como se constatasse uma permanência na história da cidade:

¹⁶⁹ Em *Dados sobre a fundação de Frutal*, demonstrando que o grupo dominante local não estava alheio ao que transcorria no país, Gomes da Silva dedicou algumas páginas a comentar a proclamação da República do Brasil. Antes de iniciar, justificou o registro da seguinte forma: “Conquanto o livro de apontamentos históricos criado por esta comarca seja particularmente destinado ao registro dos fatos mais notáveis que se deram no município, há acontecimentos momentosos e de tal gravidade que convulsionam os recantos do país em que se realizam e que por isso merecem especialmente menção. Neste caso se acha a Proclamação da República do Brasil, e assim entendi não ser fora de propósito consagrar algumas páginas destes apontamentos para o registro desta memorável evolução que extinguindo a dinastia bragantina criou nova arte de cousa para a direção da vida social dos interesses do progresso desta terra sul-americana rica de esperanças e rica de futuro”. Cf. **Dados sobre a fundação de Frutal**. Op. cit. p. 21.

realmente não se pode dizer que a vida tem sido justa com Frutal (SILVEIRA, 2003b). Ao insinuar uma espécie de condição de *cidade injustiçada*, a expressão parece destoar das configurações abordadas até aqui, mobilizadas para fixar imagens positivas da cidade. Seria um mero recurso de linguagem ou a ideia, aparentemente fora do contexto das figurações eufóricas, estaria operando, de outra forma, em meio aos dispositivos acionados para justificar o projeto modernizador então em andamento? Sem perder de vista estas questões, voltemos aos escritos sobre *Irene*.

3.3 Senões, divergências e arranhões: a gente humilde das beiradas

No imaginário que se erigia nos primeiros decênios do século XX, povoado por intenções visionárias, Frutal era projetada para ser moderna, racional, progressista e refinada. Nos excertos analisados até aqui, a idealização urbana impulsionada pelo segmento político dominante, representado pela união das famílias *Paula e Silva* e *Gomes da Silva*, apresenta-se como uma unanimidade. Como as cidades são “multifacetadas, e desconhecem homogeneidade” (DANTAS, 2009, p.8), compete inquirir: até que ponto essas representações paradigmáticas eram significativas para os demais moradores de Frutal? O grupo que se organizou em torno da aliança política para emancipar – modernizar e civilizar – Carmo do Fructal era constituído, sobretudo, por fazendeiros, criadores de gado e comerciantes, sendo dinamizado pela presença de figuras supostamente ilustradas, como *o advogado*, *o engenheiro* – legítimos herdeiros dos potentados locais. Mas a cidade por eles idealizada se coadunava com as expectativas e necessidades dos setores populares? Aliás, *fructalenses* comuns – o *povo laborioso, moralizado e ordeiro* – teriam sido incluídos no projeto de cidade em curso? A fim de aguçar ainda mais o espírito inquiridor, talvez seja oportuno retomar a indagação construída a partir da análise de Richard Sennett (2003): *em uma ordem política que enaltece genericamente a cidade*, o que se faz das *necessidades das cidades que não se adequam ao paradigma*? De outra forma: qual seria a distância existente entre a Frutal *iluminada*, concebida e *nobilitada* pelos Silva, aclamada pelos memorialistas, e a cidade *estranha, incongruente*, formada por múltiplos sujeitos, que transitam por espaços *onde cessa a visibilidade* (CERTEAU, 2013) e cujas biografias se revelam, talvez, pouco ou nada invejáveis? As fontes examinadas teriam algo a revelar para além de suas linhas deslumbradas?

Como destacado anteriormente, Ernesto Plastino mencionara, nos originais de *Apontamentos*, a existência de *senões* e *divergências* nos documentos por ele consultados, durante o desenvolvimento de sua pesquisa memorialista. Em outra passagem, também suprimida da versão editada, suas palavras foram ainda mais enfáticas: “Frutal, a ‘cidade simpatia’, um dia teria de sofrer arranhões que lhe seriam desferidos por mãos impiedosas, grosseiras mãos que jamais souberam acariciar o belo, as coisas divinas formadas pela Natureza” (PLASTINO, 1976, p. 24). Os senões e divergências não foram explicitados pelo cronista, mas, no caso dos *arranhões*, a curiosidade do leitor pode ser saciada na sequência do texto, escrito em tom de lamento e protesto:

E é por isto que desejamos registrar aqui, pesarosamente, a imperdoável destruição da secular Capoeira dos Bugres¹⁷⁰, uma das relíquias de Frutal, tão carinhosamente preservada, situada bem perto do centro da cidade, no Alto Setentrional, nas proximidades da margem esquerda do ribeirão Frutal. Ali fizeram morada inúmeras famílias de silvícolas, vindas de longínquas paragens. Mansos e pacíficos, integraram-se na comunidade e viviam em perfeita harmonia com os habitantes do lugarejo que surgia: Jacintho, Carola e Joaquim Bugre eram os patriarcas da tribo. O prefeito que cedeu e permitiu a destruição daquela Capoeira parece que não amava a natureza, nem respeitava a tradição [...]. Outra relíquia destruída pela fúria dos elementos, no ano de 1950, foi o majestoso Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo, fincado como marco inicial da fundação de Frutal. Fora localizado no Alto Setentrional da cidade (PLASTINO, 1976, p. 24-25).

Inegavelmente, as palavras do memorialista possibilitam inúmeras leituras críticas. Para o objetivo desta investigação, porém, importa destacar que as duas *reliíquias* destruídas situavam-se no *Alto Setentrional*, próximo ao *centro da cidade*, em local que fora *morada de famílias* vindas de *longínquas paragens*. A passagem não é clara quanto ao período de chegada desses moradores, mas pode-se concluir que eles testemunharam a formação da localidade: *viviam em perfeita harmonia com os habitantes do lugarejo que surgia*. Apesar de Plastino indicar a data da destruição, e não a da construção do cruzeiro, torna-se no mínimo intrigante que este *marco inicial da fundação de Frutal* tenha sido erguido em lugar ocupado por *famílias de silvícolas*, na

¹⁷⁰ A respeito das imagens construídas em torno das pessoas designadas pela palavra *bugre*, desde os movimentos heréticos da Idade Média, passando pela visão dos jesuítas sobre os indígenas, durante a colonização portuguesa do Brasil, até realidades regionais escondidas nos grotões do país, na contemporaneidade, ver o instigante artigo: GUIARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 13, n. 4, São Paulo, out./dez. 1999. p. 92-99. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400010. Acesso em: 20 mai. 2017.

secular Capoeira dos Bugres – nas proximidades, mas não exatamente no local em que terminou por ser erguida a igreja matriz e que se converteu, este sim, no *centro* da nucleação urbana, como se pode visualizar na figura abaixo:

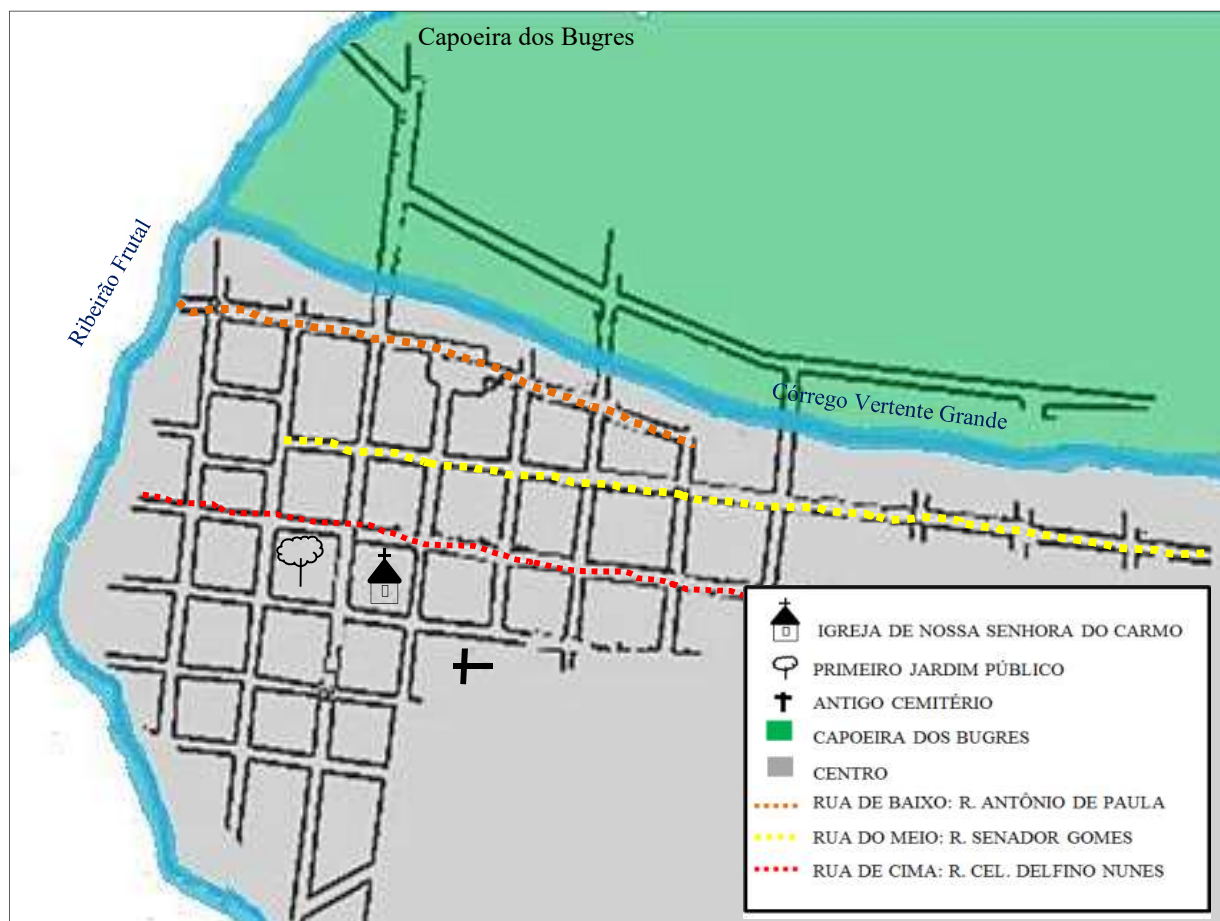


Figura 16 – Configuração territorial de Frutal na década de 1920.

Destaque: centro da cidade e Capoeira dos Bugres.

Elaboração: Ananda Veduvoto.¹⁷¹

Mata e Oliveira, convém lembrar, lançaram seu livro em 1982, portanto em período em que o recente projeto modernizador ainda não estava delineado. Como assinalado no tópico anterior, os autores reiteram a *verdadeira história* da cidade, porém, acrescente-se agora, admitem alguma imprecisão nos dados acerca do pioneirismo da ocupação das terras em que surgira Frutal, sugerindo a possibilidade do território ter sido utilizado, primeiramente, como esconderijo por escravos em fuga: “Não há memória dos primeiros desbravadores desta região do

¹⁷¹ Imagem elaborada a partir da *Planta da Cidade do Fructal* – detalhe que consta no *Mapa do Município* do *Album Chorographico do Estado de Minas Geraes*, apresentado na Figura 07.

Triângulo Mineiro. Tudo faz crer, no entanto, tenham sido os bravos bandeirantes paulistas em suas viagens [...] ou ainda *escravos fugitivos que se escondiam de seus donos nestas bandas do rio Grande*” (MATA; OLIVEIRA, 1982, p. 2. Grifos meus). A informação, inclusive, pode ser referendada pelos estudos de Dantas (2009; 2010) e Lourenço (2010a; 2010b), que apontam não somente a presença – anterior à dos colonizadores luso-brasileiros – dos caiapós meridionais na região, como também a existência de aldeamentos indígenas¹⁷² e de uma verdadeira *rede de quilombos* formados por escravos que fugiam dos arraiais e vilas da zona mineradora.

Além da menção a outros agrupamentos na região, há ainda duas passagens nesta obra que merecem ser sublinhadas. Na dedicatória do livro, pode-se ler:

Dedicamos este livro aos Frutalenses natos e por adoção e ainda *a todo pioneiro da fundação de Frutal, que por qualquer motivo contrário, seu nome nunca foi falado ou lembrado, por ninguém*, no passado ou no presente da vida frutalense. A todos o nosso respeito e profunda admiração (MATA; OLIVEIRA, 1982, s/p. Grifos meus).

Embora aqui os cronistas não cheguem ao ponto de identificar pessoas, como fizera Plastino, os termos empregados são suficientemente claros para assinalar a existência de nomes nunca *falados* ou *lembrados*: sujeitos esquecidos pela história oficial ou destinados à invisibilidade pelo projeto de cidade das camadas dominantes? Indo além, ao final do primeiro capítulo, na seção denominada *Leitura*, Mata e Oliveira inserem uma narrativa sugestivamente intitulada *Uma lenda de nossa terra*:

Quando foi escolhido o terreno, onde deveria ser construída a primeira Igreja de Frutal [...] Houve uma movimentação por todas as partes do município. Seria uma festa. [...] A notícia correu e a população ansiosa aguardava a hora do início

¹⁷² Lourenço observa que, muitas vezes, os aldeamentos eram utilizados como locais para *pousio de tropas*, e destaca também o uso da população aldeada em ações de extermínio dos *caiapós*, nas várias incursões empreendidas pelos colonizadores no Triângulo Mineiro, sobretudo em meados do século XVIII. Em decorrência da constatação da significativa presença de índios aldeados no Sertão da Farinha Podre, o autor dedica especial atenção à análise da chamada *caboclicização*: processo de aculturação por meio do qual a identidade indígena desaparece, diluída na sociedade sertaneja circundante. Suas palavras são elucidativas: “[O] Triângulo Mineiro [...] passou [...] por uma experiência histórica pouco comum. Aqui, foram assentadas populações indígenas vindas de outras regiões, como de Goiás (acroás, xacriabás e tapirapés) e do Mato Grosso (bororos e parecis), em *aldeamentos* criados pelo colonizador. Estes consistiram, na verdade, na primeira forma de ocupação colonial da região, que começou em 1730 [...]. Nos aldeamentos, as autoridades coloniais impunham a *aculturação* aos índios. [No Sertão da Farinha Podre] os cronistas encontraram um processo de aculturação bem mais avançado. [...] As famílias viviam juntas no núcleo, e diariamente os homens se deslocavam para os campos de cultivo, enquanto as mulheres permaneciam em suas casas, envolvidas no trabalho do artesanato e no beneficiamento dos produtos agrícolas, numa divisão sexual do trabalho já tipicamente luso-brasileira” (LOURENÇO, 2010a, p. 48-76. Grifos do autor).

da festança. Como primeira parte da cerimônia, seria erguida uma grande cruz de aroeira e, no local, a população já colocara grande quantidade de pedras de todos os tamanhos que ficariam no pé da santa cruz, marco do lugar onde seria erguida a igreja. Alguns políticos influentes, posteriormente, intervieram na localização da nova igreja. Mesmo assim o cruzeiro foi fincado. E em seu pé foi enterrado um caldeirão cheios de joias e ouro. Este cruzeiro foi erguido na Capoeira. O tempo passou e os políticos escolheram outro local para a construção da igreja. O local escolhido é onde se ergue hoje a Matriz Nossa Senhora do Carmo. E o Cruzeiro da Capoeira foi esquecido, ele e seus enfeites de zinco que eram um galo e uma turquês. Uma noite um raio caiu sobre o cruzeiro esquecido e o estraçalhou juntamente com seus enfeites e derreteu as joias e o ouro. No dia seguinte a população soube do acidente e chegou à conclusão que Deus havia escolhido o segundo lugar para sua igreja. Há quem acredite, porém, que o raio era um aviso de que o lugar certo era mesmo a Capoeira (MATA; OLIVEIRA, 1982, p. 9).

Como se sabe, no Brasil, o relacionamento entre Estado e igreja foi marcante no decorrer do processo de formação das cidades, que se consubstanciavam por meio da construção e benção da capela, paróquia e matriz, pelas autoridades eclesiástico-estatais (DANTAS, 2010; LOURENÇO, 2010a). Os autores da narrativa parecem ter clareza desse relacionamento. Nesse sentido, ao escreverem uma *lenda*, fica evidenciado que fazem uso de um recurso criativo para questionar o *local/marco oficial da fundação de Frutal*. Sutilmente lançam uma espécie de *raio* de dúvida sobre a versão histórica por eles mesmos recontada nas páginas iniciais do livro, deixando entrever a existência de sujeitos divergentes no contexto que demarca as origens da cidade: de um lado, genericamente, a *população*; de outro, *políticos influentes*. E as divergências, fazem ver os autores, se estendem: *um raio caiu sobre o cruzeiro esquecido [...] a população soube do acidente e chegou à conclusão que Deus havia escolhido o segundo lugar para sua igreja. Há quem acredite, porém, que o raio era um aviso de que o lugar certo era mesmo a Capoeira*. Qual teria sido o critério utilizado por parte de alguns moradores – *há quem acredite* – para elegerem a *Capoeira* como o *lugar certo* para ostentar o marco fundador de Frutal? É imperativo aprofundar a investigação em busca de *zonas privilegiadas* (GINZBURG, 1989) que permitam recontar o mito fundador ou, ao menos, desvelar as *estranhezas e incongruências* da cidade em formação (CALVINO, 2011).

Não se pode dizer que os demais cronistas analisados no decorrer da pesquisa tenham ignorado os *sujeitos* a que reportam Plastino, Mata e Oliveira nas passagens transcritas. O que salta aos olhos é a ênfase menor conferida, por todos eles, à “gente humilde das beiradas da

cidade” (PLASTINO, 2003, p. 122).¹⁷³ José Ferreira de Freitas, por exemplo, ocupado em recuperar a saga do fundador e em descrever a uberdade da terra, devota apenas um parágrafo de sua obra aos escravos foragidos:

Com o passar dos anos é que mais moradores pouco a pouco foram chegando, inclusive centenas de escravos foragidos da região de São Domingos de Araxá, do Desemboque e, alguns, do sertão de Goiás. Arranchados no então chamado Quilombo, chegaram a atingir, anos depois, mais de 600 almas (FREITAS, 2004, p. 63).

Do mesmo modo, embora tenha dedicado um capítulo a comentar a presença de indígenas no Sertão da Farinha Podre, Freitas somente faz referência aos bugres da *Capoeira* em uma única passagem: “Agora, [Antônio de Paula e Silva] com a ajuda de esparsos e arredios moradores da *Capoeira dos Bugres*, serrara árvores apropriadas e [...] já ultimara a mesa do carro de boi, as pranchadas para as duas rodeiras, cambão, canzis e canga” (FREITAS, 2004, p. 70. Grifos meus). Ainda que, neste momento, não esteja em discussão a visão do autor e a relação estabelecida entre os sertanistas e os *bugres*, deve-se observar que o cronista deixa escapar, ao leitor atento, a presença de outros sujeitos em atividade, ou seja, trabalhando junto às famílias vindas de Franca, em meados do século XIX – portanto, desde os primórdios da formação do *Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo do Frutal*.

Na abertura de *Original História de Frutal*, antes de começar a repetir a narrativa oficial, Jeová Ferreira faz um registro rápido, porém significativo, sobre os supostos primeiros habitantes do *baixo vale do rio Grande*, chegando a nomear possíveis quilombos: “tudo leva a crer que fossem os índios [...] os antigos moradores desta região [...] Depois vieram os negros, escravos foragidos que se escondiam de seus donos, e formaram as *comunidades do Douradinho, da Samambaia e do Córrego dos Pretos*” (FERREIRA, J. 2002, p. 29. Grifos meus). Após listar algumas famílias descendentes desses pioneiros, o memorialista acrescenta:

E também vieram sobrenomes pelos sagrados laços do matrimônio das filhas nativas com jovens desbravadores de sertões, como a graciosa índia Francisca casada com o professor José Félix Bandeira; a bela índia Joana casada com o

¹⁷³ De todas as obras consultadas, apenas *Desbravadores* não menciona, em nenhuma passagem, a presença dos *bugres* e da população negra na formação de Frutal. A maior parte do escrito, conforme apresentado anteriormente, é dedicada ao estudo da genealogia de famílias pioneiras originárias da cidade de Franca.

jovem Francisco Diniz, vendedor de fumo da cidade de Franca (FERREIRA, J. 2002, p. 29).

Em *Poética Um*, dos setenta e nove poemas publicados de Elísio Martins, muitos dos quais dedicados a recontar *acontecimentos históricos* da cidade, tão somente *um* faz menção à Capoeira dos Bugres. Os versos redigidos, todavia, são bastante reveladores:

[...] Uma linda capoeira aqui existia/Frutas sequer ainda era povoado/E num rancho Siá Rosa já residia/Era gente de Miranda, Mato Grosso/Da muito conhecida Tribo Bororo/ [...] Nesse antigo bairro da capoeira/Bugre morava em rancho e casinha/Perto do jatobá, da velha palmeira/E da antiga ponte da Porteirinha/ [...] O lindo pomar que era uma beleza/Para história não foi conservado/Cortou pé de jatobá, que tristeza/Um adeus Capoeira, tudo terminado (MARTINS, 2001, p.32).

À primeira vista, Martins, da mesma forma que Plastino, se mostra mais comovido com o destino da *linda capoeira – cortou pé de jatobá, que tristeza* – do que com o de seus moradores. De qualquer modo, o poeta atribui uma origem aos chamados bugres: *era gente de Miranda, Mato Grosso/Da muito conhecida Tribo Bororo*. Para a análise aqui empreendida, importa menos confirmar a procedência exata dos bugres, e mais perceber que Martins afirma a chegada do grupo como anterior ao povoamento oficial do território em que surgiu a cidade: *Frutas sequer ainda era povoado/E num rancho Siá Rosa já residia*.

No poema *O velho mangueirão*, o cronista refere-se à presença de outros personagens, além de assinalar uma – mais uma? – *impiedosa destruição*:

Ainda não me esqueci do velho mangueirão/Bem de frente a casa do Cel. João Pinto/Onde morava gente do tempo da escravidão/Em pequenos ranchos que foram extintos/Rua Silviano Brandão à beira do Brejinho/o local era visitado pelo povo da cidade/O mangueirão ao centro, perto o corguinho/ Plantado dia 13 de maio dia da liberdade/À sua volta tudo era também um esplendor/Existiam barracas de ciganos o ano inteiro/Abundantes árvores frutíferas que primor/Trabalhavam ali os nossos madeireiros/Não tiveram consideração e nem piedade/Preservassem como histórico ou recordação/Como símbolo da data magna da liberdade /O nosso frondoso e legendário mangueirão (MARTINS, 2001, p.37).

Na memória poética de Martins, volta à cena uma velha e frondosa mangueira. Em suas imediações eram vistos *pequenos ranchos*, habitados por *gente do tempo da escravidão*. Mas estes moradores, possivelmente ex-escravos, não estavam sozinhos: dividiam o lugar com os

ciganos, ali presentes o *ano inteiro*. Ernesto Plastino, que classifica a destruição do cruzeiro e da Capoeira como *arranhões* na história de Frutal, também dedica um parágrafo de sua obra a rememorar as festas promovidas pelos moradores do chamado *Mangueirão*, revelando a existência de biografias comuns nas bordas da cidade (Figura 17):

O Mangueirão [...] distante do lado direito do córrego do Brejinho uns oitenta ou cem metros [...] parece que ali existira, outrora, uma tapera abandonada há tempos [...]. Nas imediações do Mangueirão havia casebres de famílias de negros. As mulheres conservavam limpa a área ao redor do pé do Mangueirão, porque ali se realizavam, sempre, bailecos de ponta de rua, para a gente humilde das beiradas da cidade. As danças eram movimentadas pela sanfoninha do preto Tiburcino e pela viola do Antônio Honorato, folheiro de profissão. Antõe Norato levava aos bailes sua mulher e suas filhas, morenas cor de cuia, sustançosas, bonitas, chegadeiras e boas para dançar [...]. Quanta saudade dos pagodes do Mangueirão (PLASTINO, 2003, p. 122).¹⁷⁴

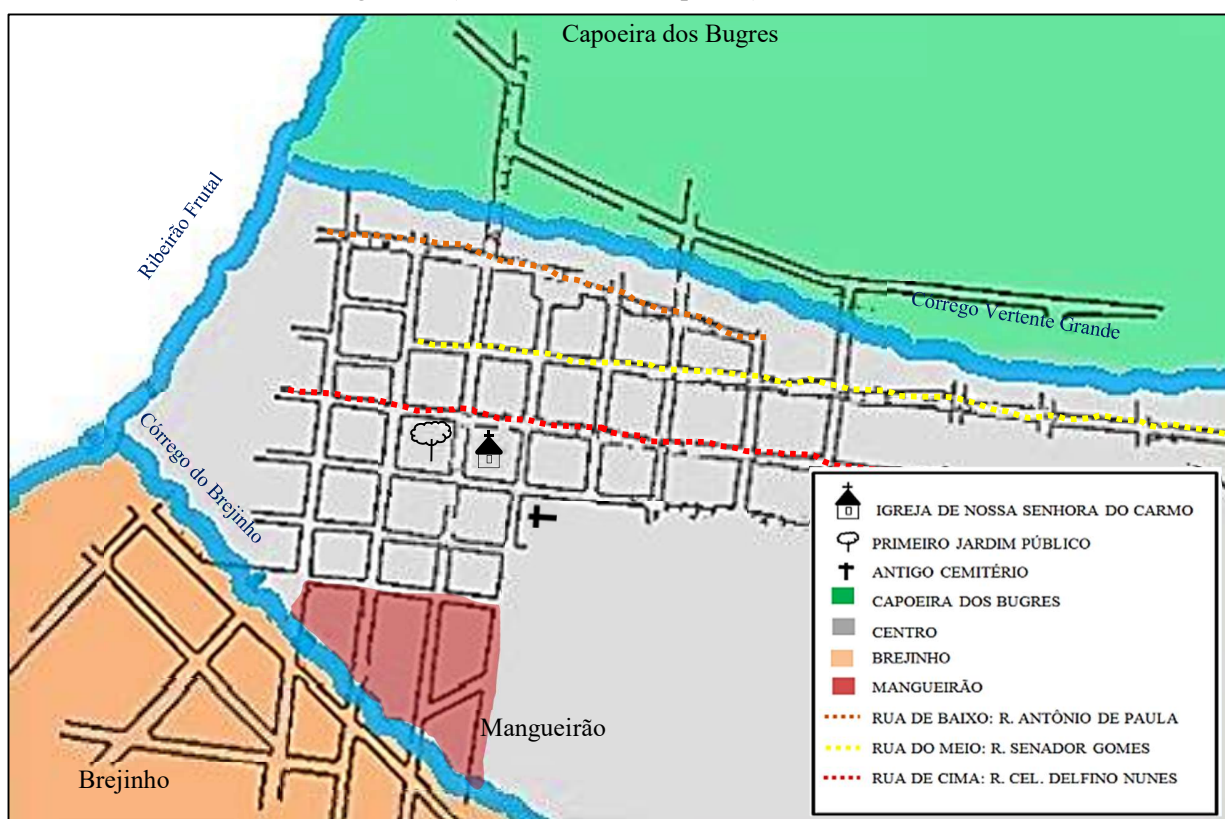


Figura 17 – Nucleação Urbana de Frutal – Década de 1920.

Elaboração: Ananda Veduvoto.

¹⁷⁴ Este texto de Ernesto Plastino foi transcrito integralmente por Terezinha Lamounier Ferreira, no primeiro volume de *Respingos*, sem que tenha tecido nenhum comentário acerca da espacialidade e seus moradores. No volume II, há referência ao desaparecimento da Capoeira dos Bugres, quando, também rapidamente, a autora recupera a biografia de José Felizardo Diniz, conhecido como José Bugre.

Conforme registrado antes, o reconhecimento de tais presenças no extremo oeste de Minas Gerais, tanto de escravos fugitivos e seus descendentes, quanto de indígenas, aculturados (caboclistizados, na expressão de Lourenço) ou não, é confirmado por estudiosos que se dedicaram a pesquisar o povoamento da região. Não se trata, então, de registrar um achado surpreendente nas entrelinhas memorialistas, mas antes de frisar que, da forma como é predominantemente narrada, a cidade parece se erguer indiferente a esses personagens – presentes no território, ao que tudo indica, antes mesmo do início da formação de Frutal, porém raramente *falados ou lembrados*, como bem apontaram Mata e Oliveira na dedicatória do livro lançado em 1982, e nunca reeditado.

Quando ganham alguma visibilidade nos escritos, os segmentos excluídos são caracterizados de forma estereotipada: *mansos e pacíficos; esparsos e arredios*. Também são lembrados pelo ofício exercido: *nossos madeireiros; folheiro de profissão*, sendo destacados como pessoas *integradas ao lugarejo*, com o qual conviviam *em perfeita harmonia*. Após rememorar o *Mangueirão*, Plastino, por exemplo, abre uma seção intitulada “Relíquias do passado, tipos populares excêntricos já desaparecidos”, na qual apresenta a biografia de Bernardino Flauzino de Souza (1889–1957), “preto salafrário, mas estimado”; Joaquim Cassiano da Costa (1889–1961), que “não era valente, e, quando são, era agradável a aproximação desse tipo popular”; e Justino Bento da Silva (1906–?), “um negro da alma pura, humilde e caridoso” (PLASTINO, 2003, p. 125-127). Em nota redigida adiante, o autor justifica que os referidos moradores foram lembrados porque “suas vivências, entre nós, foram alegres e folclóricas. Pretos e pobres, na verdade, mas imensamente felizes! Felizes e estimados” (PLASTINO, 2003, p.129).

Desse modo, percebe-se que a presença de *negros, ciganos e bugres* é reconhecida pelos cronistas, porém isso ocorre de tal modo que eles constam, mas *não contam* propriamente como sujeitos históricos. Reduzidos à insignificância, permanecem exteriores à cidade oficial, mesmo quando lembrados, na medida em que o papel que lhes cabe socialmente se limita, por exemplo, à organização de animados *bailecos de ponta de rua* ou de *ternos de marujo*, sendo, nesses casos, visitados e aplaudidos pelos legítimos cidadãos da localidade.

Portanto, os frutalenses *das beiradas* – *a gente humilde*, objetiva e subjetivamente à margem – são dissolvidos na grande representação da cidade, moderna e progressista, que os sujeita a todos, sendo evocados nos documentos oficiais e nas representações dos cronistas, de modo preponderante, como uma generalidade, *o povo*, a quem compete a *honrosa* atuação de

ajudantes, coadjuvantes, espectadores – chamados a promover *pagodes*, *serrar árvores* e a *levantar vivas* aos protagonistas que sabiam conduzir, estes sim, os destinos de Frutal. Em última instância, reverbera a lição providencial de que a cidade e sua cultura não resultam da totalidade dos grupos humanos que a constituem.

Na versão original de *Apontamentos*, Ernesto Plastino não apenas lamentou a destruição do referido cruzeiro, como teceu outros comentários, mais importantes e sugestivos, também excluídos da edição de 2003, muito provavelmente pela força da visada utópica, progressista e modernizadora, em marcha.

Foi um dia de festa, aquele em que se levantou o imponente Cruzeiro, mandado construir por fazendeiros de Frutal. [...] E a vila continuou a crescer. Passaram-se os tempos. O velho Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo começara a ficar esquecido, solitário no Alto Setentrional da cidade [...]. Marcos comemorativos de fundação de cidades e outros acontecimentos que devem permanecer na história, quando danificados ou destruídos, são sempre restaurados ou substituídos pelas municipalidades evoluídas. A história de um município começa com a implantação de uma cruz, em seguida uma capela e, depois, a Igreja Matriz. Nenhum administrador de Frutal, porém, se preocupou em mandar erguer, no mesmo local histórico, outra cruz de madeira de lei que ali ficasse a assinalar a fundação de Frutal e perpetuar a memória dos doadores do Patrimônio que, de simples povoado que era se transformou em pouco tempo, na linda cidade que mais cresce no pontal do Triângulo Mineiro (PLASTINO, 1976, p. 25-26).

O autor também não ignora o entrelaçamento entre Estado e igreja na origem das cidades brasileiras. Além disso, da mesma forma que Mata e Oliveira, menciona a queda de um raio sobre a cruz de madeira: “o céu despejou sobre aquela grande cruz estraçalhante carga elétrica” (PLASTINO, 1976 p. 26). Mas em ambos os escritos, a destruição do cruzeiro não aparece meramente como uma ação da natureza, uma vez que ele caíra no esquecimento antes mesmo de ser, supostamente, atingido por um raio. Nos originais de Plastino, a expressão: *o velho Cruzeiro [...] começara a ficar esquecido, solitário no Alto Setentrional da cidade* parece indicar intencionalidade no esquecimento. Mais adiante, o cronista, inclusive, atribui responsabilidades aos *administradores* locais, denunciando uma suposta negligência com a preservação da memória local: *nenhum administrador [...] se preocupou em mandar erguer [...] outra cruz [...] que ali*

*ficasse a assinalar a fundação de Frutal e perpetuar a memória dos doadores do Patrimônio.*¹⁷⁵

No que concerne ao Mangueirão, é importante reiterar que os cronistas não fornecem detalhes sobre seu desaparecimento, mas em uma edição de 1958 do jornal *Tribuna de Frutal*, comandado por Plastino, pode-se ler uma crônica atribuída a um *forasteiro*, visivelmente letrado, de nome Paulo Selva. Sugestivamente o escrito, publicado no espaço comumente reservado ao editorial, se intitula *Os templos da velha cidade*:

Cheguei um dia a esta terra, há muitos anos. Lembro-me como se fosse hoje. [...] parado na esquina estava um menino. Parei também. Começamos a conversar. Ninguém pela rua. Tudo parado. Tinha-se a impressão de estar numa velha cidade adormecida. [...] ‘Se o senhor quiser, venha comigo, que vou lhe mostrar a minha terra’. [...] Aceitei o convite. Subimos um quarteirão e logo demos com uma praça arenosa, com moitas de capim aqui e ali. No centro erguia-se uma velha igreja, de aspecto colonial. Parei para observar. [...] tudo completava um templo venerável, uma relíquia que surpreendia o visitante menos avisado. Depois, seguimos sem dizer palavra. [...] Eis, porém, que a pouca distância do fim da rua, deparei com alguns arvoredos frondosos e, mais adiante, com um excepcionalmente majestoso. [...] Fiquei maravilhado. O tronco da mangueira mal podia ser abraçado por três homens; o porte da árvore subia a uma altura espantosa; os galhos se estendiam por um diâmetro de dezenas de metros, lançando uma sombra fechada e acolhedora. [...] Ali estava uma árvore secular, símbolo da força e da coragem dos primeiros que vieram desbravar este sertão e erguer uma cidade. Não, não era uma simples árvore. Era uma catedral da natureza. ‘Meu rapaz, sua cidade tem dois templos veneráveis, que a ela dão tradição e história, e que não a deixam confundir com as cidades *coca-cola* que existem por aí...’. Mas esqueci de dizer: ‘Conserve-a sempre assim’.¹⁷⁶

Todos os registros sobre o Mangueirão e a Capoeira dos Bugres se tornam relevantes por trazerem à tona, mesmo que de modo discreto e com um olhar muitas vezes apenas insinuante, a presença de sujeitos múltiplos e culturas diversas na formação de Frutal – reconhecidos ou não – para além do seletivo grupo que assumiu a formalização da cidade. O episódio envolvendo a Capoeira, inclusive, tem algo mais a assinalar: as divergências apontadas quanto ao local adequado para a construção da igreja revelam o teor político da escolha, muito mais abrangente e profunda do que aparenta à primeira vista. A construção do cruzeiro no *Alto Setentrional* pode ter sido uma forma de reconhecimento do pioneirismo de outros moradores, que terminaram por ser

¹⁷⁵ Para uma análise instigante a respeito do *esquecimento e a história*, é incontornável a leitura de SEIXAS, Jacy Alves de. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**. Revista de Ciências Sociais e Humanas. v. 25, n. 64, Piracicaba, SP: UNIMEP, set./dez. 2015. p. 161-178.

¹⁷⁶ SELVA, Paulo. Os templos da velha cidade. **Tribuna de Frutal**. Ano 14, n. 264. Frutal, 16 fev. 1958, p. 1.

genérica e pejorativamente rotulados como *bugres*. Plastino lamenta que nenhuma autoridade tenha se preocupado em *perpetuar a memória dos doadores do Patrimônio*. Não é difícil concluir que isso não interessava ao grupo que assumiu a institucionalização da cidade, pois, como mostra Lourenço,

À medida que o arraial crescia, o terreiro da capela transformava-se na praça da matriz, centro geométrico, econômico e político do povoado. Nos primeiros tempos dos arraiais e vilas oitocentistas, as casas de morada das famílias de maior distinção eram, quase sempre, erguidas no largo da matriz, voltadas para a igreja. Nessa sociedade de ordens, rigidamente hierarquizada, morar em frente ao templo conferia prestígio ao morador. Não só nesse caso, o lugar ocupado pelos grupos, em relação ao *sagrado*, era uma forma de reiterar as hierarquias sociais (LOURENÇO, 2010a, p. 303. Grifos do autor).

Disso decorreu, muito provavelmente, o fato do cruzeiro/marco fundador cair no esquecimento, sendo a igreja erguida em ponto que, literalmente, situava os *bugres* às margens da cidade. Desse modo, a espacialidade era hierarquizada da forma usual, conferindo visibilidade às biografias invejáveis e condenando à opacidade as pessoas comuns do lugar. Deixar o cruzeiro esquecido até ser estraçalhado por um raio ou cortar a mangueira *secular*, símbolo da *força e coragem* de outros grupos pioneiros, é também uma maneira de selecionar os acontecimentos que devem permanecer como testemunho da história – o que, de resto, também fazem os cronistas e editores, com suas ênfases e omissões, por estarem empenhados, em meio a jogos de memórias e de esquecimentos, na rememoração de determinadas subjetividades identitárias, e no silenciamento de outras, na Frutal do tempo presente.

Confirmando as observações de Lourenço (2010a), na Frutal dos Silva, a cidade paradigmática foi edificada no entorno das iluminadas ruas *do meio*, *de baixo* e *de cima*, onde se ergueram as casas das famílias prósperas, a praça e a igreja, o jardim e o coreto, o fórum e a primeira escola, o cinema e o *Ponto Chic*, dentre outros símbolos de progresso e modernidade, devidamente enaltecidos nas fontes consultadas e louvados pelos memorialistas, em suas linhas deslumbradas.



Figura 18 – Vista Parcial da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes – Década de 1950.
Fonte: Arquivo Municipal de Frutal.



Figura 19 – Entorno da Praça Dr. Alcides de Paula Gomes – 1956.
Fonte: Arquivo Municipal de Frutal.

Todavia, no jogo das temporalidades, as divergências pulsantes na cidade incipiente, que emergem apenas em lampejos no memorialismo, encontram eco no tempo presente, nos relatos feitos pelos antigos moradores a respeito da Frutal de sua infância. Bolivar de Paula e Silva (1922–2014), em entrevista concedida em 2012, afirmou:

A cidade aqui mesmo, nossa, naquela época era composta [...] de três ruas: rua de baixo, rua do meio e a rua de cima. [...] Senador Gomes, é a do meio. A rua de baixo, Antônio de Paula e Silva, o fundador da cidade. A rua de cima, Coronel Delfino Nunes, que foi um dos políticos fortes, que ajudou os Paula e Silva na construção da Igreja. [...] A família toda morava tudo num quarteirão só. Meu pai [Horácio de Paula e Silva] morava em frente, onde eu nasci. Meu tio Raul, no outro lugar. Tia Juju, uma quadra ali. O tio, uma quadra pra cá, e toda tarde a gente reunia na casa da vó Eugênia [...] que é aqui onde estou falando (Grifos meus).¹⁷⁷

A descrição de Bolivar vem carregada de um olhar que organiza e hierarquiza os lugares, pois, além de situar *a nossa cidade* – a dos *políticos fortes* –, sua memória posiciona os demais moradores espacial e socialmente:

A Capoeira do Bugre é o Boa Vista, o bairro da Boa Vista. [...] famílias de bugres que viveram lá. [...] A cidade em si era mais aqui, no centro e tinha uma divisão de casta: os bugres do lado de lá do córrego e, do lado do outro córrego, do Brejinho, ficava a parte mais... hoje, eles falam favela, né? A parte mais pobre da cidade com a maioria de negros (Grifos meus).¹⁷⁸

Bolivar reconhece a existência de moradores do *lado de lá dos córregos*, mas não atribui a eles pertencimento à *cidade em si*, oportunamente apartada dos mais pobres – *bugres e negros* – pelos cursos d'água: a cidade que emerge de sua fala delinea-se como um espaço segregado. Tal representação, contudo, não se restringe à espacialidade. Mais profundamente, expressa uma concepção política. Se na Atenas clássica, a cidade deveria ser alcançada do alto da acrópole por um único olhar, numa imagem expressiva da ideia de unidade urbana (MUMFORD, 1998), na *Irene* de Bolivar, a cidade é naturalmente compartimentada: dividida *em castas*. Sua visão também naturaliza a exclusão dos segmentos do *lado de lá* da participação nos rumos da *cidade em si*, mantidos sob a responsabilidade dos *políticos fortes*.

Esta espacialização da cidade foi lembrada por Delfino Conceição Teixeira, que residiu por toda a vida nas imediações do Mangueirão e do *Brejinho*, hoje denominado bairro Princesa Isabel. Inicialmente, ele rememora a origem de seus antepassados para, em seguida, comentar a segregação socioespacial configurada nos primórdios da localidade:

¹⁷⁷ SILVA, Bolivar Abadio de Paula e. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 27 jan. 2012. [Acervo pessoal da autora].

¹⁷⁸ Ibidem.

A fazenda Douradinho está ali perto do [ribeirão] São Bento da Ressaca. É uma região que tinha um quilombo e tinha [...] vários negros ali. Ao longo do tempo, [...] acabou, não existe mais. Existe a fazenda, mas os negros de lá vieram tudo para a cidade. [...] Nós somos descendentes do Quilombo lá de Douradinho. Nós morávamos ali no bairro do Manguirão, agora é centro [...]. Manguirão é por causa das mangueiras, porque tinham duas mangueiras enormes nativas ali, ficava dentro da nossa chácara e ali tinha o bairro Manguirão. Aí era falada a Comunidade do Manguirão, era o nosso pessoal. O Brejinho estava na divisa [...] do outro lado do córrego era o bairro Brejinho. O Brejinho é um dos mais antigússimos da cidade, hoje é denominado Princesa Isabel. [...] Eu me lembro da cidade quando tinha apenas três bairros: tinha o bairro Brejinho, o Centro e a Capoeira [...]. Até uns parentes nossos [...] moravam no Brejinho, as pessoas de poder aquisitivo menor. As pessoas de mais posse moravam no centro da cidade. [...] Tinha divisão. Porque tinha um córrego que separava.¹⁷⁹

Ao relembrar, Teixeira delineia uma origem, traça uma trajetória e demarca o território da sua *comunidade*: o bairro Manguirão, vizinho do Brejinho. *Ali viviam as pessoas de poder aquisitivo menor*. No centro da cidade, moravam as *pessoas de mais posse*. Percebe-se que o morador não nega a divisão espacial e social afirmada por Bolívar, reiterada pelos cronistas, mas, diferentemente, apresenta o Manguirão como um espaço de vida – do *nosso pessoal* – e não como uma *beirada da cidade*. Reunidos, tocando e dançando, os donos do lugar reafirmavam seus laços culturais e os elos que os vinculavam entre si:

Os negros faziam as festas [...] Nossa Senhora do Rosário [...] São Benedito [...]. Congadas, Marujos, Moçambiques [...]. A minha bisavó falava que era tradição dos negros [...]. Aos domingos, eles reuniam a família e os vizinhos pra fazer as matinês. Os músicos tocavam e todos dançavam.¹⁸⁰

Como mostra a imagem (Figura 20), à sombra das árvores, nos quintais das chácaras, a comunidade do Manguirão conferia sentido à vida:

¹⁷⁹ TEIXEIRA, Delfino Conceição. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 19 set. 2012. [Acervo pessoal da autora].

¹⁸⁰ Ibidem.



Figura 20 – Festa no Brejinho: Década de 1940.
Fonte: Acervo particular de Julião Gabriel.

Os irmãos Antônio e Jesus Diniz moraram na Capoeira dos Bugres. Ao recordar a infância, Antônio (1929–2015), então com 82 anos, afirmou:

Ah, naquela época, não se sabe por que eles veio. Todos eles diziam que, quando veio para cá, não existia gente. [...] Cada um tinha sua casa, tinha seus ranchos. Depois foi casando, foi cruzando o branco com os índios. Minha mãe, por exemplo, era branca e o pai era índio. [...] Capoeira dos Bugres [...] da [Avenida] José de Alencar para baixo... tudo aqui. Tinha um marco, tinha uma pedra grande, tapiocanga, entendeu? E embaixo, lá no corgo, tinha um arco de madeira de aroeira. Aí, foi entrando os prefeitos, foi tomando um pedaço. Isso aqui, vou te contar o seguinte... Acabou com a nossa chácara [...]. Derrubou o mato aqui [...] fez uma limpeza aqui, deu o mato para o Alfredinho, tinha uma serralheria deu o mato pra cortar... cortou. [...] tomou uma terra que a minha mãe tinha ali na beira do mato, nós tinha tudo plantação, nós tinha ali e acabou. [...] Falava que não tinha mais.¹⁸¹

Além de reiterar o pioneirismo de seus familiares, estabelecidos na localidade desde uma época *em que não existia gente*, o descendente dos bugres evoca *marcos*, como *uma pedra*

¹⁸¹ DINIZ, Antônio. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 16 mar. 2012. [Acervo pessoal da autora].

grande e um arco de madeira, que delineavam os limites de onde *era nosso*: território em que cada um *tinha sua casa, tinha seus ranchos*. Todavia, conforme a *cidade em si* se consolidava, o que ocorria com os que viviam *do lado de lá dos córregos* e que, obviamente, não se ajustavam ao paradigma da urbe idealizada pelos *Silva*, ou seja, não possuíam os atributos requeridos pela cidade moderna e progressista?

O próprio Antônio Diniz responde: *Foi entrando os prefeitos, foi tomando um pedaço [...] Falava que não tinha mais*. O destino da Comunidade do Manguirão e dos moradores do Brejinho parece ter sido similar, segundo Teixeira: “o então prefeito da época, Necime Lopes da Silva¹⁸² [...] foi lá e loteou [...]. Tirou um pouco de terreno pra cada um dos herdeiros e abriu as ruas lá”¹⁸³. Um determinado projeto de cidade parece ter se imposto, ao longo do século XX, atropelando direitos e vínculos identitários de personagens pioneiros, residentes nos cantos da cidade: “Para nós foi ruim, porque ali era um lugar que a gente gostava muito [...]. Só que o progresso chegou [...] loteou lá e abriu as ruas”.¹⁸⁴ De resto, a percepção indignada de Antônio Diniz de que a *cidade de outras pessoas* se sobrepôs ao *patrimônio* de seus antepassados, território de pertencimento dos bugres, tornando inúteis os marcos estabelecidos e ainda evocados no tempo presente:

Nós tem direito da terra aqui, a terra é nossa. Eles destruiu o que nós fez, tinha feito aqui, meus pais tinham feito, meus tios. Destruiu. [...] Nós tinha um marco, eu falei pro'cê? Nós tinha um marco numa pedra tapiocanga lavradinho. No corgo tinha um marco de madeira de aroeira. Então, pra cá era nosso, dos meus pais, dos avós e pra lá já era o patrimônio de outras pessoas.¹⁸⁵

Tais divisões socioespaciais remontam ao Carmo do Fructal, todavia desvelam permanências e continuidades na história da localidade. *Estranhezas e incongruências* atravessaram o tempo e ainda pulsam na memória dos antigos moradores, confirmando observação feita na primeira parte do estudo, a partir da análise de Jacques Rancière (2014): em todo tempo e lugar, cada cidade representa um mundo comum, um espaço partilhado, mas nem

¹⁸² Eleito pela Aliança Republicana Trabalhista de Fructal (Partido Republicano e Partido Trabalhista Brasileiro), Necime exerceu o mandato de prefeito entre 1959 e 1963.

¹⁸³ TEIXEIRA, Delfino Conceição. Op. cit.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ DINIZ, Antônio. Op. cit.

todos os cidadãos tomam parte do mesmo modo no espaço da cidade. Suas diferentes posições e visões de realidade implicam formas distintas de ver, viver e sonhar a cidade.

Pelas linhas memorialistas, o leitor foi levado a conhecer os anos de esplendor de Carmo do Frutal, revigorando, assim, a confiança no porvir: *uma reflexão importante sobre o que somos em Frutal e para onde caminhamos em busca do futuro* (SILVEIRA, 2002, p. 5). Para além da cidade idealizada pelos Silva e de suas eufóricas figurações, as entrelinhas memorialistas, contudo, cedendo à força das ambivalências – e apesar dos cortes e omissões – deixaram entrever a *gente humilde das beiradas*: a Capoeira dos Bugres com ranchos e casinhas, morada de Siá Rosa, Jacintho, Carola e Joaquim Bugre; o cruzeiro e também marco fundador da cidade, esquecido e estraçalhado; o Mangueirão – *catedral da natureza* – com casebres de famílias de negros, barracas de ciganos armadas o ano inteiro; moças sustançosas e chegadeiras a dançar em bailecos de ponta de rua; o sanfoneiro Tiburcino e o violeiro Antõe Norato. De fato, longe da *música de bumbos e trompas e do crepitar dos morteiros na iluminação de uma festa*, outra cidade desponta e torna visíveis personagens comuns, cujas biografias e culturas – alheias ou indignadas, meramente insinuanes ou claramente desafiadoras – insistem em pulsar, escapando às representações aéreas dos utopistas urbanos, tecidas em temporalidades diversas.

3.4 Onde cessa a visibilidade: uma cidade fora dos trilhos

Na cidade incipiente, ou na Frutal arcaica, à primeira vista, tudo era orgulho, fausto e triunfo (CALVINO, 2011). Vista de dentro, *Irene* se transmutava, porque *onde cessa a visibilidade*, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície (CERTEAU, 2013). Com tais observações em mente, é oportuno ampliar e aprofundar a consulta às narrativas das fontes, interpelando outras representações e imagens da cidade, elaboradas por seus sujeitos múltiplos, muitos deles invisíveis, no cotidiano tecido por ambivalências e incongruências.

Quase todos os memorialistas exaltam a beleza do jardim público e seus canteiros coloridos, mostrando-se maravilhados com o *aformoseamento* do espaço urbano. Plastino vai além e, nos originais de *Apontamentos*, ressalta a preocupação das autoridades locais em normatizar o uso do logradouro. Ao revelar alguns dos mecanismos de controle do espaço público utilizados, o excerto traz à cena uma imagem interessante:

Era um belíssimo e encantador logradouro público [...]. Não se conheciam jardins e corêtos mais bonitos que os de nossa terra! O jardim era cercado, todo êle, com cinco fios de arame liso, para evitar a entrada de animais que circulavam, livremente, pelas ruas da cidade, o que ainda era permitido pelas posturas municipais obsoletas. Tinha quatro portões de madeira, um de cada lado do quadrilátero. De segunda a sexta-feira, os portões eram abertos às seis horas da manhã e fechados às dez da noite. Aos sábados, domingos e feriados, abertos no mesmo horário, fechavam-se à meia-noite ou então às duas ou três horas da madrugada, sob a claridade do mais lindo luar do sertão! O jardim era ponto de encontro dos namorados, nos dois últimos dias da semana (PLASTINO, 1976, p. 51).

A aprovação do projeto de construção do primeiro jardim público remonta ao ano de 1915. O coreto erguido no centro da praça ajardinada foi inaugurado em 1923. Transcorridas mais de três décadas da instalação do município de Carmo do Fructal – que se fizera acompanhar de discursos entusiasmados com o futuro próspero e moderno da urbe que se instituía –, o que pensar diante da imagem de um jardim cercado por fios de arame? Possivelmente, na pequena cidade, o universo urbano ainda era mais um vislumbre do que uma realidade. Seguramente, em seu cotidiano, a cidade, tecida por incongruências, destoava fortemente da idealização.

Deve-se acrescentar ainda que o acesso ao *belíssimo e encantador logradouro público* não era vedado somente aos *animais que circulavam livremente pelas ruas da cidade*. Depois de insinuar divergências e lamentar arranhões, Plastino abre *um parêntese* para comentar outra interdição, expressamente regulamentada. A passagem também foi excluída da obra editada:

Para que não se misturassem com as distintas e mui dignas senhoras e senhoritas de nossa sociedade, as quais frequentavam aquele logradouro público em suas horas de lazer, mulheres da ‘zona’, prostitutas ou ‘raparigas’ (como eram chamadas), não podiam frequentar o jardim público, em qualquer hora do dia ou da noite! Expressamente proibido... (PLASTINO, 1976, p. 52).

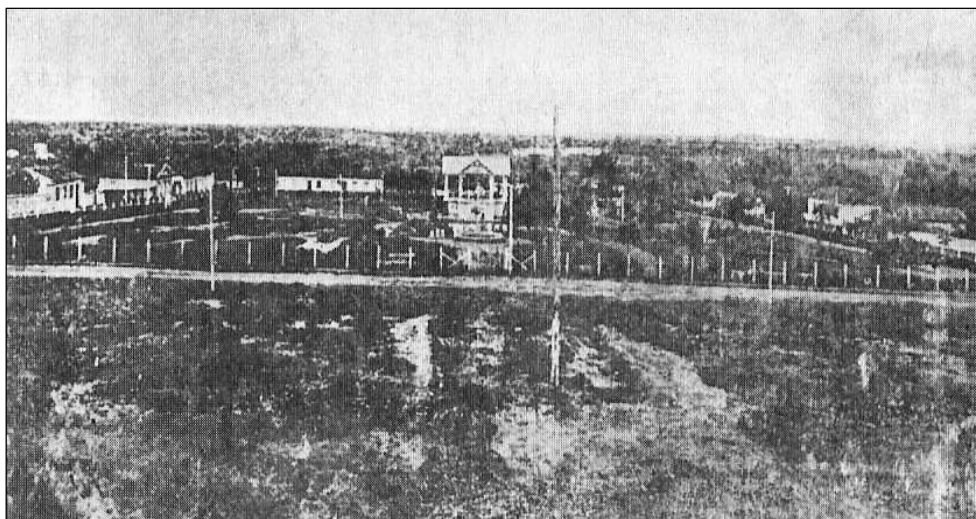


Figura 21 – Primeiro Jardim Público de Frutal, cercado com fios de arame.

Fonte: PLASTINO, 1976, p. 49-a.¹⁸⁶

Um jardim cercado por cinco fios de arame liso e com um portão de madeira de cada um dos lados do quadrilátero; animais circulando livremente pelas ruas; prostitutas expressamente proibidas de circular... Espaço do contraditório, do solo da monótona Frutal – como, de resto, de todas as cidades – brotavam sonhos e projeções utópicas, mas também proliferavam senões, divergências e arranhões.

Além disso, ao contrário do que fazem crer as linhas memorialistas, o projeto propugnado pelos Silva não representava uma unanimidade entre os membros da elite local. Embora o referido grupo tenha permanecido à frente do poder até 1930, havia projetos em disputa, conforme pode ser constatado em um discreto registro feito por Plastino – de novo nos originais de *Apontamentos* –, ao comentar os partidos políticos que se organizaram na *pequena comuna* nos primeiros anos do século XX:

O ‘Partido Lavoura e Comércio’, em 1901, passara a ser chefiado, neste município, pelo Revmo. Padre Anastácio Affonso Dalla Riva, que aqui chegara em 26 de abril de 1898 para ser o vigário da paróquia. Padre Anastácio [...] em pouco tempo, se tornara um dos mais vibrantes e prestigiosos chefes políticos do território frutalense. Era êle sacerdote-político... Sêrio adversário do senador Gomes da Silva, filiou-se muito cedo ao ‘Partido Lavoura e Comércio’. Esta

¹⁸⁶ Na descrição da imagem, Plastino registra: “A foto acima foi tirada tão logo concluídas as obras de construção do lindo coreto que se vê bem no centro do jardim. Vê-se na frente do coreto o tanque de água para criação de peixes de ornamentação. Destaca-se bem, na foto, o alto cruzeiro plantado defronte à velha Matriz” (1976, p. 49-a).

agremiação passou, então, a ser dirigida e orientada pelo benquista sacerdote, contando êle com o apoio de cidadãos de indiscutível prestígio e grande influência no seio das camadas sociais (PLASTINO, 1976, p. 196).

Plastino comenta ainda que alguns dos integrantes da mencionada agremiação partidária haviam sido “correligionários [...] do senador Gomes da Silva, nos primórdios da fundação do Partido Republicano” (1976, p. 196), sinalizando um cenário de dissidência política.

E mais: *usurpações, estranhezas e incongruências* confirmam que o projeto vencedor, além de não ser unânime, também não era extensivo a outros segmentos sociais: seus *encantos* não alcançavam os moradores dos cantos da localidade e, de certa forma, os condenava à obscuridade. Acerca disso, escrito atribuído a Marcio Campêlo, redator do *Tribuna de Frutal*, permite um raro percurso pelos cantos de *Irene* – por espaços onde cessa a visibilidade. A imagem configurada confere sentido às palavras de Calvino: “a cidade que dizem possui grande parte do que é necessário para existir, enquanto a cidade que existe em seu lugar existe menos” (2011, p. 65).

Na parte Sul da cidade, esparramado na encosta, está o Brejinho. [...] Vamos subindo lentamente, por entre as vielas solapadas de enxurros, irregulares, e a pequena elevação se desdobra aos nossos olhos coberta de casas toscas onde a miséria habita. Não são, em verdade, casas. O vocabulo é aqui empregado como ousado eufemismo. Porque não passam de tristes água-furtadas, de autenticos tejupares, estas poucas dezenas de choupanas que salpintam o declive e se debruçam sobre a cidade. Nenhum traço de civilização, ainda a mais rudimentar, ali se nota. Pauperismo absoluto, miséria, analfabetismo, desolação. Falta de cartilhas e de sabonete, de alimentação sadia e vermífugos. Não chega até ao Brejinho a rede de abastecimento dagua. O precioso liquido mana ali, do fundo da terra, do fundo de cacimbas a que se chama enfaticamente de cisternas. [...] Mulheres de sáia trançada nas pernas enfrentam, sol a pino, o ‘batedor’, alvejando a roupa alheia. E, para que se torne mais amena a tarefa de sempre, a lavadeira estropia quartetos da ‘Cruz de teu rosario’, derrancando a mais não poder a expressão romantica do genio boêmio. Ali estava Castro Alves, o poeta da raça e do Continente, com os versos de sua modinha truncados. Mas, estava. Do fundo de uma choça, um cavaquinho nos azucrina os ouvidos, de mistura tambem às lamurias de uma criança que ‘está com fome’. À frente de uma palhoça, dois moleques de ‘camisa aberta ao peito, pés descalços e braços nus’, disputam ‘snooker’ em toska mesa improvisada, com bolinhas de vidro. Estão se iniciando, por certo, no jogo. [...] Há outros meninos, muitos outros, Meninos tristes, meninos anemicos, meninos analfabetos, meninos com fome, meninos com verminose, meninos sem pais, meninos sem amparo, meninos sem crença, meninos sem Deus. [...] Uma impressão penosa se apodera da gente. No fundo do peito, estruge a revolta. Acaso, serão essas crianças culpadas? Por estranha associação de idéias, ocorre-nos a advertencia do genio ainda incompreendido: ‘Ou progredimos, ou desaparecemos; a afirmativa é segura’. Mas será que, em

relação a este vasto Brejinho, Euclydes vai ser escutado? Por aqui, ficamos. Não há censura, mas nem tudo pode ser dito.¹⁸⁷



Figura 22– Trecho da Rua Silviano Brandão – acesso ao Bairro Brejinho.
Fonte: Reviver Frutal.

De fato, “nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade” (BENJAMIN, 1993, p. 27). Em desafio às representações e imagens hegemônicas tão bem arquitetadas, outras pistas da cidade existente (*colagens surreais?*) podem ser encontradas nas páginas do jornal *O facão* – que veio a público em 1913, sendo encerrado em 1914 e relançado onze anos depois, em 1925.

Embora tenha sido apresentado como um humorístico, cujo único objetivo fosse romper com a *monotonia* do lugar, a análise dos exemplares que restam preservados no Arquivo Municipal permite perceber que a publicação não era tão inocente e desprestigiada como se alardeava. A própria denominação do jornal, sugestivamente, se refere a um instrumento cortante, insinuando uma disposição crítica por parte do *director*, Ernesto Plastino, então com catorze anos de idade, e de seus *colaboradores diversos* – nem sempre identificados. Além disso, polêmicas criadas em torno do lançamento, fechamento precoce e relançamento cauteloso do pequeno jornal

¹⁸⁷ CAMPÊLO, Márcio. História triste de um bairro pobre. **Tribuna de Frutal**. Ano II, n. 21, Frutal, 26 ago. 1945, p.1.

sugerem que os constrangimentos provocados pelos escritos podem não ter decorrido apenas de brincadeiras de caráter estritamente pessoal. A esse respeito, em seu segundo número, pode-se ler:

Quando, pela primeira vez, o desembainhamos, não foi intenção nossa magôar os costados de pessoa alguma e, sim, amaciar-os com leves pranchadas. [...] Procuramos por meio de inofensivas brincadeiras, quebrar a monotonia que reina entre nós, gracejando com uns e corrigindo, ao mesmo tempo, outros. Aos que nos trouxeram palavras de animação e aplausos, o nosso sincero agradecimento e, aos que se zangaram connosco, por termos a ousadia de julgar-os capazes de, ao lado dos civilizados, serem atingidos pelos nossos gracejos, os aconselhamos a irem se queixar ao senhor cura da freguezia – que é o único obrigado a ouvir os pobres de espírito.¹⁸⁸

Inofensivas brincadeiras fariam com que a publicação fosse tão rapidamente interrompida? Provavelmente, os *atingidos* pelos *gracejos* não se contentaram apenas em se *queixar ao senhor cura da freguezia*, conforme se pode depreender da leitura da edição de número seis, na qual ficou registrada uma despedida apressada e relativamente indignada:

Caros leitores, com o coração despedaçado e a alma cheia de tristeza e de dor, chegamos aos seus ouvidos a triste notícia do desaparecimento do Facão. Não foi intuito nosso concluir com a publicação deste pequeno paladino [...]. Quantas pessoas cometem crimes dentro desta cidade e nunca quiseram processal-os, e por motivo de uma inofensiva brincadeira com o Antonio Pescoço quiseram processar o nosso redactor. Por este motivo, pedimos desculpas a todas as pessoas que se agravaram com as nossas inofensivas brincadeiras. *Adieu!*¹⁸⁹

Dado o desaparecimento de alguns exemplares e o caráter lacunar dos comentários, não é possível identificar exatamente os pontos de discórdia que teriam precipitado o fechamento d'*O facão*.¹⁹⁰ Apesar disso, importa registrar a constatação de que em todos os números há escritos

¹⁸⁸ DESEMBAINHANDO o facão. **O Facão**. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 2. Fructal, 29 de setembro de 1913, p. 1.

¹⁸⁹ EMBAINHANDO o facão. **O Facão**. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 6. Fructal, 14 de janeiro de 1914, p. 2.

¹⁹⁰ Em sua segunda aparição, no ano de 1925, o jornal foi apresentado por seu novo diretor, Miguel Morelli, como órgão humorístico, literário e noticioso. Dando sequência à publicação, no editorial do número 07, fez-se menção ao seu precoce fechamento, ocorrido em 1914, mas, como se pode ler na sequência, o episódio permaneceu envolto em mistério: “Corria o anno de 1914, da éra Christã. Por um daquelles incidentes que, ás vezes, obrigam-nos a calar para evitar mal maior, vimo-nos na dura contingencia de suspender, rapidamente, a publicação de nosso modesto

que tematizam a cidade, os hábitos e as condições de vida dos moradores. Nestes casos, a maior parte dos textos é redigida em forma de poemas, com versos rimados e cadenciados, numa linguagem pretensamente popular, visando, provavelmente, atribuir matizes de simplicidade e rusticidade a personagens e cenários retratados. Algumas vezes, a intenção parece ser apenas de provocar o riso; outras vezes, porém, é possível perceber um tom de ironia nos escritos, que trazem para o primeiro plano a imagem de um cotidiano modesto e sertanejo, bastante distinto das expectativas eufóricas dos idealizadores da cidade e do cenário vistoso cuidadosamente delineado pelos cronistas. Em outras palavras, nas linhas d' *O facão*, fecundas em olhares divergentes sobre a cidade, *Irene* se parece muito pouco com a urbe enunciada pelos *Silva* e celebrada por seus exaltadores.

Em passagem publicada no número dois, por exemplo, ganha destaque o sobressalto da população diante da circulação do primeiro caminhão pelas ruas de Frutal, episódio – talvez seja melhor dizer *cerimônia* – rememorado, com fascínio, pelos cronistas, como mostrado anteriormente. Curiosa e ironicamente, o poema se intitula *Os roceiros na cidade* e a ênfase recai no sentimento de estranheza frente ao veículo – *um trem muito feio* – e na inadequação das ruas para o trânsito do automóvel, em função das perfurações provocadas pelo movimento, este sim habitual, de cavalos e carros de boi:

Cumpade, já não posso,/Com tanta tentação;/Apareceu nesta cidade,/O temove
caminhão./Elle é um trem muito feio,/E parece também sê quente;/Quando ele
sae na rua/Espanta os cavallo da gente.[...] O home que toca ele,/Amóde que
chama chuvero;/Pra móde esse home doido/Tá padeceno os carrero./Porque dis
que os nosso carro,/Pra andá fais buraqueira,/E furano muito as ruas/O temove
não dá carrera.¹⁹¹

Na edição de número três, na *Carta de um roceiro ao sinhô arredatô*, outras ambivalências da cidade ganham relevo:

jornalzinho que, sem receios de confissão, beneficiou algo entre nós, naqueles bons tempos em que viviam o saudoso mestre Comendador Gomes da Silva, o dilecto companheiro Dr. Alcides Gomes [...] e aquelle homem – gigante, nosso orgulho, ha pouco roubado de nosso convívio, que foi e será sempre o inesquecível Dr. Antenor Silva”. Cf. DESEMBAINHANDO, de novo, o facão. **O Facão**. Órgão humorístico, literario, noticioso. Director: Miguel Morelli. Redactor: Alexandre Mello dos Santos. Anno I, num. 7. Fructal, 31 de maio de 1925, p. 1.

¹⁹¹ OS ROCEIROS na cidade. **O Facão**. Órgão critico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 2. Fructal, 29 de setembro de 1913, p. 4.

Que o sinhô esteja bão/É o que vos posso desejá;/Que nois aqui do sertão/É só drumi e trabaia./Arrecibi cá um chamado/Do meu cumpade Wirão:/Pra mim i ahi empumadado,/Que ahi tá damnado de bão./Elle falô que tinha festa/E que havia de tê bem gente;/Peguei, arriei minha besta/E vesti um fato mais decente./Chegando ahi não vi nada;/A cidade era tudo pó,/Um baruião da negrada./E nada mais, era só.¹⁹²

Antes de tudo, o *roceiro* ressalta a tediosa rotina do *sertão*: *drumi e trabaia*. Seguindo a sugestão de um *cumpade*, o narrador se apronta elegantemente, *vesti um fato mais decente*, e parte para a cidade, atraído pela notícia de uma festa, porém suas expectativas são frustradas. Em lugar do movimento esperado – *elle falô que tinha festa e que havia de tê bem gente* – a cidade era tudo pó, remetendo à ideia de um cenário vazio, de uma paisagem deserta ou desolada. Dessa forma, na imagem delineada, o espaço urbano não se revela em nada distinto do monótono mundo rural circundante. A monotonia, inclusive, só não se mostra completa em função de um *baruião da negrada* – talvez um pagode numa das beiradas da cidade, animado pela *sanfoninha do preto Tiburcino* e pela *viola do Antõe Norato*.

Pelo que se depreende da *carta do roceiro*, é possível pensar que, na primeira metade do século XX, o modo de vida de Carmo do Fructal – a cidade – permanecia um tanto semelhante ao dos *arraiais* do oeste mineiro, do final do século XIX, os quais, de acordo com Lourenço (2010a), ficavam relativamente vazios durante a semana, sendo mais frequentados aos domingos e durante as festividades religiosas¹⁹³. Tudo leva a crer que as sociabilidades, a despeito do horizonte utópico dos Silva, seguiam sendo predominantemente tecidas em torno do *vender, casar, batizar, rezar e morrer*.¹⁹⁴

Das páginas do jornal, em meio às piadas, *correções* e *gracejos*, despontam alguns hábitos e ações que marcam o convívio dos frutalenses: encontro em casamentos e enterros; concurso para escolha do bigode mais bonito; realização de festa dançante em benefício da caixa escolar; conversas na porta da barbearia sobre possíveis namoros, pedidos de noivado e assuntos

¹⁹² CARTA de um roceiro. **O Facão**. Orgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 3. Fructal, 13 de outubro de 1913, p.4.

¹⁹³ Nos escritos originais de *Apontamentos*, Plastino dedicou algumas páginas a comentar as festas religiosas realizadas na cidade no início do século XX: “As festas religiosas do Frutal antigo eram realizadas com muita pompa e devoção [...]. Tôdas as solenidades eram programadas para dez dias: a novena e mais o dia da festa consagrado ao Santo festejado. [...] O movimento da cidade, nessas ocasiões era inusitado. [...] No penúltimo dia da novena, começavam chegar à cidade, transportados em inúmeros carros de boi, fazendeiros e sitiante de todas as regiões do município [...]. A cidade virava um formigueiro de gente!” (PLASTINO, 1976, p. 167-169).

¹⁹⁴ Acerca dos primeiros tempos do viver urbano no Triângulo Mineiro, ver Lourenço (2010a, p. 281-340).

comezinhos; eleição da moça mais bonita da cidade. No transcorrer dos dias lentos, a imagem de um modo de vida simples, retratado numa fala caipira, em nada se aproxima do grau de refinamento projetado pelos idealizadores. As iniciativas e esforços para instruir os espíritos e refinar os comportamentos, expressos na abertura de escola, na formação de orquestras, na organização de cerimônias ao som da *Marselhesa* e de outras *lindas peças musicais*, possivelmente alcançavam apenas um grupo muito seletivo de moradores, permanecendo estranhos ou atópicos aos *fructalenses* comuns.

Voltemos o olhar para o ano de 1913. Gomes da Silva era agente executivo de Carmo do Fructal, pela terceira e última vez, quando *O facão* começou a circular, propagando imagens muito distintas das figurações vistosas presentes nos documentos oficiais que trataram da formalização da cidade. Além de ser possível perceber que a paisagem urbana não se diferenciava do universo rural, sobram referências à falta de infraestrutura e de serviços básicos na pequena localidade. Em *Correspondência* enviada do *Brejinho*, bairro formado nas imediações do Mangueirão, os versos clamam por melhoramentos urbanos: “A nossa agua seu directô,/Tá damnada pra fartá,/Precisa seus veriadô/Os incanamento concertá”.¹⁹⁵ Estendendo o olhar à edição de 1925, pode-se verificar que, em algumas circunstâncias, mesmo sem perder a ironia, a cobrança podia se revelar mais incisiva:

Pede-se aos srs. edís fructalenses o bemfasejo esforço no sentido de ser resolvido para sempre o encarnecido problema de extinção das formigas (saúvas) nesta cidade. [...] para que as ‘revoltosas’ contra nossas roseiras, laranjeiras e mangueiras encontre nos nossos legaes edís victoriosos combatentes; e como desta vez é ‘O Facão’ que faz o apelo ele já tem a certeza que será atendido com brevidade. Senão... Senão... as revoltosas, victoriosas, será uma vergonha para os legaes do Fructal.¹⁹⁶

O tom ambíguo e irônico característico dos escritos parece ser uma forma de cobrar as promessas modernizadoras feitas por todos que propugnaram pelo progresso de Frutal, colocando em questão a possibilidade de suas realizações. Em alguns versos, o *condutor dos destinos da cidade* é mencionado de forma direta:

¹⁹⁵ CORRESPONDÊNCIA. **O Facão**. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 3. Fructal, 13 de outubro de 1913, p.4.

¹⁹⁶ APPELO á Municipalidade. **O Facão**. Órgão humorístico, literário, noticioso. Director: Miguel Morelli. Redactor. Alexandre Mello dos Santos. Anno I, num. 8. Fructal, 07 de junho de 1925, p.4.

Amigo sinhô directô/Do jornalzinho Facão,/vou enviá pro sinhô/notícias desta puvuação;/Isto aqui vai fica bão,/Assim diz seu commendadô;/Que é nosso chefão/E o nosso veio guiadô./Vamo tê delegado formado/Pra os processo acumpanhá;/E pra nossos fio sê inducado,/vamo tê um grupo escolá./Um dos nosso douto/Qué a cidade inluminá,/ Espera só seu commendadô/Fazê na cambra a lei passá./Vamo tê novo hotéle,/Pra quem vié nos visitá;/Dissero que o dono dele/Já veio prá instalá./Outro mioramento novo,/ Dele agora falá quero;/É qui pra interrá o povo/Vamo tê outro cimitero./Vão fazê nova rua,/Ligando o breginho á cidade;/E aqui fica a disposição sua O A. V. P. J. da Verdade.¹⁹⁷

Assinado por certo porta-voz da *verdade*, o poema coloca em revista várias iniciativas modernizadoras postuladas pelos *políticos clarividentes* de Carmo do Fructal, desde a emancipação do *auspiciozo município*. Não se trata de verificar quantos desses melhoramentos foram ou não de fato conquistados. Mais importante é perceber que o escrito permite, se não questionar declaradamente, ao menos brincar – *gracejos, inofensivas brincadeiras* – com as projeções dos idealizadores e as (im)possibilidades de sua efetivação. A figura do *commendadô*, *nosso chefão e o nosso veio guiadô*, evocada diretamente, parece representar todos os *incansáveis lutadores, coronéis e doutores*, que se mobilizaram para configurar a utopia da cidade moderna e civilizada em pleno sertão baldio: *um dos nosso douto/Qué a cidade inluminá*.

Ao fundo, ecoa uma ironia fina frente às promessas de futuro insistentemente enunciadas. Num tempo vindouro, *isto aqui vai fica bão, assim diz seu commendadô*... Possivelmente o traço provocativo dos escritos, embora sutil, *leves pranchadas*, não tenha passado despercebido, haja vista a rapidez com que *o pequeno paladino* teve que ser *embainhado*.

A identidade do suposto correspondente do Brejinho – que se coloca à disposição do diretor do jornal para continuar informando a *verdade* – é revelada em outras passagens. Trata-se de Antônio Vicente de Paula Junior, morador do bairro, a quem também coube o papel de comunicar uma importante promessa feita pelo comendador. Neste caso, quem escreve ao diretor d’*O facão é o roceiro Bastião*, contando a revelação que lhe fora feita pelo *A. V. P. J da Verdade*: “Depois fui no brejinho./Em casa de Antonho Vicente,/Que por um bocadinho/Não me mata de contente./Contô que o nosso Fructá/Vai ficá na ponta do berro;/Qui o cel. vae na capitá,/Arranjá

¹⁹⁷ CORRESPONDÊNCIA. **O Facão**. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 3. Fructal, 13 de outubro de 1913, p.4.

estrada de ferro”¹⁹⁸.

A despeito da ambiguidade, a suposta emoção sentida por *Bastião* ao saber da novidade – *por um bocadinho, não me mata de contente* – pode ser facilmente compreendida, quando se considera o lugar ocupado pela ferrovia, material e simbolicamente, na constituição do mundo moderno. Por onde passavam os trilhos, as distâncias diminuía, os deslocamentos eram facilitados e a paisagem se transformava. No entanto, a mudança era muito mais intensa e profunda, porque alcançava a própria percepção do tempo e o sentimento do mundo, conforme esclarece Sandra Dantas, com propriedade:

[...] a ferrovia transformou sonhos, hábitos, diminuiu as distâncias, tornou-se símbolo do mundo capitalista, deu concretude ao mercado mundial, tornou-se parâmetro para conferir o desenvolvimento de uma região, facilitou os processos de urbanização e modernização. No Brasil do final do século XIX, a ferrovia representou importante meio de interiorização e contribuiu para que muitas cidades surgissem nas pontas dos trilhos, acreditava-se que o país receberia maior impulso com a instalação de trilhos nos diversos pontos e regiões como ‘espectros de civilização e progresso’. Por onde o trem aportou, uma nova paisagem surgiu, novos hábitos sociais foram moldados, redefinindo o sentido de tempo; a chegada do trem marcava as horas, trazia as novidades, agregava um número de pessoas seja para a sociabilidade e lazer, seja para os negócios (DANTAS, 2009, p.45).

Sendo assim, não é difícil concluir que o sonho de trazer os trilhos ferroviários à cidade de Frutal pulsava no imaginário urbano dos Silva, tão fortemente marcado pelos valores que atravessavam a sociedade brasileira daquele período. De fato, o próprio Gomes da Silva, quando deputado provincial, ainda residente em Uberaba, empreendera esforços para a construção de ferrovias no Triângulo Mineiro. Ao escrever a biografia do senador, com a inflexão ufanista de sempre, Terezinha Ferreira registrou:

Político clarividente, percebeu logo que o Triângulo Mineiro era um verdadeiro celeiro e, como tal, seria necessária a ampliação das ferrovias para o escoamento da produção. Bate-se, então, pelo projeto da Estrada de Ferro Mogiana até Uberaba, converteu em Lei o projeto da Estrada de Ferro Rio Grande ao Rio Paranaíba, passando por Uberaba, e prolongou a Ferrovia Oeste de Minas até Pitangui (FERREIRA, T. 2003, p. 32).

¹⁹⁸ CARTA de um roceiro. **O Facão**. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. Anno I, num. 3. Fructal, 13 de outubro de 1913, p.4.

Em estudo sobre o desenvolvimento urbano no oeste mineiro, na transição do Império à República, Lourenço (2010b) trata da importância da extensão dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ao município de Uberaba (1889) e às cidades de Uberlândia e Araguari, alcançadas pela ferrovia em 1895 e 1896, respectivamente.¹⁹⁹ Além do incremento das atividades econômicas proporcionado pela ligação mais rápida e eficiente do Triângulo com o estado de São Paulo, o autor aborda a decorrente ampliação e modificação da paisagem urbana, o aparecimento de avenidas largas e ajardinadas, cujos traçados passavam a se estender às estações ferroviárias.²⁰⁰

Dantas (2009), ao refletir sobre a constituição do urbano em Uberlândia, de 1888 a 1929, lembra que a elite uberabinhense tinha consciência de que apenas a emancipação política de *São Pedro do Uberabinha* não seria suficiente para conquistar os benefícios almejados. Assim, a inauguração da ferrovia foi uma das ações para conferir visibilidade à cidadezinha, configurando um potencial de desenvolvimento, com vistas a atrair pessoas e investimentos. Na sequência da reflexão, estendendo a análise a Uberaba e Araguari, a autora ressalta que “a ferrovia foi deveras importante para a transformação dessas cidades. Porém não é possível atribuir exclusividade a esse fator. Primeiramente voltadas para a economia agropastoril, outros fatores também interferiram no processo de constituição do mundo urbano delas” (DANTAS, 2009, p. 65).

Adriano Reis de Paula, por seu turno, ao analisar as transformações socioespaciais de Frutal, alega que o transporte ferroviário foi fundamental para o crescimento econômico das cidades do Triângulo Mineiro:

[...] historicamente, os municípios que foram beneficiados pela presença de infraestrutura de transportes foram os que apresentaram maior desenvolvimento. No caso do Triângulo Mineiro, tais municípios foram Uberaba e Araguari, nas pontas dos trilhos da Mogiana, e Uberabinha, que possuía uma estação da ferrovia. Outros locais, como Frutal, não puderam desfrutar de tal condição para o seu desenvolvimento (REIS DE PAULA, 2012, p. 61).

¹⁹⁹ Segundo o autor, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi criada, em 1872, por fazendeiros de Campinas. “Em 1887, a direção da Mogiana assinou um contrato com o governo de Minas Gerais para estender um ramal cruzando o Rio Grande sobre a ponte do Jaguará, distante 60 Km de Uberaba. Esse plano de extensão da ferrovia foi defendido pelo governo provincial por dois deputados do Triângulo Mineiro, o major Joaquim José de Oliveira Pena, de Uberaba, e o comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva, de Frutal” (LOURENÇO, 2010b, p. 99).

²⁰⁰ Para maiores detalhes, ver: LOURENÇO, 2010 b. p. 75-108 – especialmente o item intitulado *O progresso que veio do Sul: a chegada da ferrovia*.

Apesar da importância do assunto, faz-se necessário enfatizar que não interessa aqui equacionar o quanto as linhas ferroviárias impactaram no desenvolvimento econômico e social das cidades formadas no oeste mineiro, na passagem do século XIX para o XX. Importa, antes, compreender a relevância da conquista dos trilhos para o imaginário em torno do qual o urbano se constituía, na sociedade brasileira da transição do Império para a República. Por outro lado, no caso específico de Frutal, é importante perceber que a perspectiva de construção de uma ferrovia assumiu contornos marcadamente utópicos, mobilizando o imaginário político durante boa parte do século XX.

Conforme expectativas dos idealizadores, ao se emancipar de Uberaba, Carmo do Fructal, luminosa e visível, deixaria de apenas *mariposar no entorno da civilização* para corporificar, ela mesma, a cidade moderna e progressista, a “*urbs* elegante e bem assejada, qual se ostenta aos olhos dos visitantes”²⁰¹. Neste horizonte se inseria a luta dos potentados locais para estender o traçado da Mogiana à cidade ou mesmo prolongar os trilhos da *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*²⁰², que em 1930 alcançara o município de Colômbia, vizinho de Frutal pelo lado paulista do rio Grande²⁰³ – conforme retratado na figura 23:

²⁰¹ DOUTOR Alcides de Paula Gomes. **Fructal Jornal** – Orgão Oficial da Câmara Municipal. Anno II, n. 16. Fructal, 31 dez. 1921, p. 1. Com circulação irregular, o jornal em tela foi publicado entre 1920 e 1926.

²⁰² “Em 1868, foi criada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, subscrita, como todas as demais até então, por fazendeiros paulistas” (LOURENÇO, 2010b, p. 98).

²⁰³ “A estação de Colômbia foi inaugurada em 1929, mas, segundo os relatórios da Paulista, os trens somente chegaram a ela em março de 1930. Antes de a ferrovia chegar, o local se chamava Porto Cemitério. Desse ponto, às margens do rio Grande, no limite norte do Estado, a Paulista pretendia estender suas linhas até Frutal, no Triângulo Mineiro, e depois até Goiás. A Cia. aguardava apenas pela concessão federal para iniciar as obras. Com a revolução de Vargas, no fim desse ano, e a progressiva estatização das ferrovias, a concessão nunca saiu e a Paulista perdeu o interesse”. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/colombia.htm>. Acesso em: 27 jan. 2017.



Figura 23 – Linhas-tronco da Companhia Mogiana (São Paulo – Triângulo Mineiro) e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Elaboração: Ananda Veduvoto.

Outras fontes consultadas também registram os inúmeros esforços de Gomes da Silva, até o final de sua vida, para fazer *Fructá ficá na ponta do berro*. Em homenagem prestada por ocasião de seu falecimento, o jornal *Cidade do Fructal*²⁰⁴ assim se expressou:

Homem publico, era o servidor sem cancelas, abnegado e vigoroso [...] Predicados taes tornaram-no o expoente maximo das aspirações do povo fructalense [...]. Pleiteou, pela imprensa [...] a substituição do nome de *Farinha Podre*, pelo qual era conhecida esta zona, pelo de Triangulo Mineiro; bateu-se, com ardor patriotico, pelo prolongamento da Mogyana a Uberaba e pelo prolongamento da Oeste de Minas à sua saudosa Pitanguy: converteu em lei o projecto da estrada de ferro do rio Grande ao rio Paranahyba, passando por Uberaba [...]. Para só referirmos os que mais de perto e particularmente nos

²⁰⁴ Fundado pelo advogado Antenor de Paula e Silva (1884–1925), o jornal *Cidade do Fructal* circulou de 03 de junho de 1910 a 21 de abril de 1918, em sua primeira fase. Em 14 de agosto de 1927, voltou a ser publicado como órgão oficial da Câmara, circulando até 30 de novembro de 1930.

tocam, citaremos: [...] a lei que auctoriza ao governo a construcção da estrada de ferro de Uberaba a Cachoeira do Maribondo.²⁰⁵

Todavia, contrariando o esperado, a lei não saiu do papel, conforme insinuara, antecipadamente, o escrito ambíguo atribuído a um incrédulo e irônico *Bastião*. Possivelmente, em 1913, os moradores da pequena Frutal já estavam habituados ao ir e vir dos políticos à capital em busca dos trilhos. Lembrando que “materialidade, representação e imaginação não são mundos separados” (SÁNCHEZ, 2001, p. 35), a empreitada demonstrava anseio por crescimento, mas também, e não menos importante, manifestava o desejo da elite local em conferir visibilidade à pequena cidade, numa evidente disputa simbólica com os municípios vizinhos.

Em 1916, o conhecido memorialista Roberto Capri escreveu:

Indispensável se torna a construcção de uma estrada de ferro para o futuro do municipio. Quando fôr construída a estrada de ferro de Uberaba – Prata – Villa Platina será também uma realidade o sonho longamente acariciado do laborioso povo do Fructal – pela construcção da via-ferrea [...]. O ponto de partida mais conveniente da via-ferrea do Fructal deveria ser, além de Dores do Campo Formoso e aquém da cidade do Prata, nas *Cabeceiras da Felicidade*, porque assim seriam reciprocamente vantajosos os beneficios que adviriam ao municipio do Fructal, ao Sul de Goyaz, ao comercio e lavoura de Villa Platina, Campo Bello e Prata e, especialmente, á industria pastoril (CAPRI, 1916, p. 27. Grifos do autor).

Reuniões, relatórios, petições, mapas, planos e traçados diferentes mobilizaram membros da elite frutalense, em diversos momentos da história. Reis de Paula destacou a posição de Alcides de Paula Gomes, o planejador que vestira a cidade de roupa nova (FERREIRA, T. 2003), sobre o assunto:

O engenheiro Alcides de Paula Gomes [1886–1921] apontou que era ‘indispensável a construcção de uma estrada de ferro’ no municipio, com o objetivo de buscar o desenvolvimento da cidade e, principalmente, melhorar as ligações que pudessem escoar a produção e locomoção de passageiros até a cidade de Barretos, local de realização de negócios, consultas e tratamentos médicos, entre outros serviços especializados (REIS DE PAULA, 2012, p. 51).

²⁰⁵ COMMENDADOR J. A. Gomes da Silva. **Jornal Cidade do Fructal**. 31 de março de 1915 – Anno V, n. 183, 31 mar. 1915, p. 1. A Cachoeira do Marimbondo localizava-se no rio Grande, em Fronteira (MG), à época pertencente ao município de Frutal. O complexo, formado pelas cachoeiras do Ferrador, da Andorinha e dos Patos, foi encoberto na década de 1970, com a construção da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, que integra a Empresa Furnas Centrais Elétricas.

Na imprensa local, o anseio também ecoou por décadas. Em 1956, um colaborador do *Tribuna de Frutal*, Geraldo Nogueira, escreveu entre perplexo e indignado:

É de se lamentar que não tenhamos aqui uma linha de estrada de ferro, sabendo-se que a 30 quilômetros de distância, aproximadamente, encontram-se os trilhos da Cia Paulista de Estradas de Ferro, ligando, praticamente, Frutal a São Paulo. Tenhamos em mente essa realidade: 30 quilômetros nos separam de um progresso maior.²⁰⁶

No decênio de 1960, quando se considerava a possibilidade de ligar São Paulo a Brasília por via férrea, em traçado que passaria pelo município, o sonho ainda pulsava. *A Tribuninha*, suplemento editado por Ernesto Plastino, registrou ironicamente: “Com estrada de ferro na porta, Frutal ou vai ou racha ou rebenta a ‘gomelasca’...”²⁰⁷.

Em 1976, porém, o cronista teceu considerações pretensamente sistemáticas sobre os motivos que teriam impedido a extensão da ferrovia à cidade:

Não fossem as revoluções irrompidas no paiz, a partir de 1930, e depois a segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), a Cia Paulista teria atravessado o Rio Grande, no Porto do Cemitério, rumo à Goiás, e a primeira cidade a receber os trilhos da poderosa Cia Paulista de Estradas de Ferro seria Frutal. O traçado era êsse. Estava tudo estudado e aprovado, segundo nos informaram altos funcionários da Paulista. Até o projeto para a construção de uma ponte rodoferroviária, no local, estava pronto. Era só começar os trabalhos. Infelizmente, tudo redundou em nada. Foram-se as nossas esperanças [...] (PLASTINO, 1976, p. 233a).

O memorialista José Ferreira de Freitas também dedicou atenção especial ao assunto. Ao estender a narrativa até a *cidade moderna do século XX para mostrar o que ainda resta realizar para que Frutal aporte ao seu histórico destino*, o autor retoma algumas das possibilidades perdidas, incorporando o sentimento de frustração frente a este sonho não realizado, apesar das insistentes e variadas tentativas:

O sonho de Frutal, no sentido de ter a extensão da linha que operava até Colômbia, esbarrava no custo de uma ponte rodoferroviária, considerando-se,

²⁰⁶ NOGUEIRA, Geraldo. Frutal não deve favores. **Tribuna de Frutal**. Ano XIII, n. 228, 14 out. 1956, p. 4.

²⁰⁷ Cf. **A Tribuninha**. Suplemento de Tribuna de Frutal. Literatura, crítica, humorismo, notícias. Ano II, n. 10. Frutal, 27 out. 1963, p. 2.

outrossim, a pequena produção agropecuária da época. A luta pela construção de um ramal da Mogiana, de Uberaba até Frutal, restou em vão, em que pese a luta empreendida, sobretudo por Dr. Sandoval Henrique de Sá, nos 15 anos em que esteve à frente do governo municipal [1930–1945]. Restava a esperança de que, concretizada a extensão da ferrovia paulista até Cuiabá (MT), um ramal viesse a interligar o pontal do Triângulo a esse braço ferroviário. Essa esperança também se desvaneceu, com a mudança de seu traçado para Corumbá (FREITAS, 2004, p. 266).

Tantos esforços, tantas esperanças perdidas... A tonalidade predominante é de frustração e lamento. A cantilena lamuriosa, contudo, não se restringe à ausência dos trilhos.

Estilhaçando as expectativas cultivadas, a ferrovia aparecia, no imaginário político, como a principal *ausência* no projeto de edificação de uma Frutal moderna e racional. Entretanto, outras faltas e dificuldades, empecilhos para a realização dos sonhos *do laborioso povo do Fructal* – leia-se: de certo grupo detentor do poder econômico e político – também ganharam relevo nas narrativas dos memorialistas e nos jornais.

Freitas, apesar de decantar a inexorabilidade do futuro promissor da cidade que surgira pelo gesto utópico do sertanista Antônio de Paula e Silva, afirma que ainda criança, nos anos 1930, conhecera Frutal “com o desenvolvimento *emperrado, esquecida* dos poderes públicos, *encravada no pontal do Triângulo Mineiro*” (FREITAS, 2004, p. 12. Grifos meus). Nesse momento, uma imagem dissonante desponta de sua narrativa:

Assim era Frutal quase na metade da centúria passada... Se outras cidades passavam por situação financeira difícil, com ausência de água encanada suficiente, à espera, ainda, da rede de iluminação pública, ruas sem calçamento, deficiência numérica de escolas e postos de saúde, *o que dizer de Frutal, pequenina, no interior ainda pouco enxergado pelos cofres públicos?* Berço e túmulo de gente boa, tradicional e hospitaleira, Frutal constituía-se numa grande família abrangendo famílias. Era um bastião, plantado nas barrancas do rio Grande, na parte sul do ‘nariz’ pontiagudo de Minas Gerais, à espera da abertura das ‘burras’ dos poderes públicos maiores (FREITAS, 2004, p. 185. Grifos meus).



Figura 24 - Trecho da Rua Treze de Maio, próximo à Praça Dr. Alcides de Paula Gomes. Década de 1940. Fonte: Arquivo Municipal de Frutal.

Na imagem acima, atribuída aos anos 1940, o proprietário da *Pharmácia Triângulo*, sentado à porta do estabelecimento, com as pernas cruzadas e a mão a segurar o rosto, também parece aguardar... Somente as marcas de pneu nas ruas de terra batida sinalizam algum movimento. No mais, na cidade vazia e circundada por pastos, a vida parece transcorrer em horas lentas, com os dias se sucedendo num monótono tempo de esperas.

Nas páginas da *bravíssima Tribuna de Frutal* – considerada por Silveira, no prefácio de *Apontamentos*, como a *trincheira* por meio da qual Ernesto Plastino *defendia* Frutal – também se faz presente a imagem de uma cidade que perdeu *o trem da história*, em comparação com o potencial apresentado em seu nascedouro. O texto intitulado *Frutal não deve favores*, assinado por Geraldo Nogueira, pretende analisar os males que acometem a cidade na década de 1950. Curiosamente também aqui um passado extraordinário é evocado:

Se lançarmos um olhar retrospectivo pôr sobre o passado histórico de Frutal, tendo em mira colocarmos em relevo motivos, fatos ou circunstâncias que determinaram, em épocas remotas, o aparecimento de nossa cidade, chegaremos, indubitavelmente, à evidência de que Frutal [...] surgiu [...] promissora e bela nos sertões bravios, fincada no solo como um marco de glória, um símbolo de

bravura, revelando o arrojo, a fibra e o denôdo de um povo, como se fosse talvez uma jóia rara engastada num relicário imenso.²⁰⁸

Mais adiante, porém, o cronista aborda os problemas que exigem solução imediata, como *falta de calçamento das ruas, ausência de água tratada, vias de transporte insuficientes e precárias*. Finalmente conclui que, em meio a tantos problemas, Frutal segue sua trajetória com dignidade, mesmo injustiçada pela indiferença das *esferas administrativas superiores*:

[...] São inúmeros os problemas de Frutal [...]. Os recursos financeiros de que dispõe municipalidade frutalense, bem sabemos, são limitadíssimos [...] Ora, torna-se evidente que à administração frutalense não é dada a possibilidade de fazer ‘milagres’, mormente se levarmos em conta a situação de abandono em que vivemos, sem que possamos merecer dos responsáveis pela direção do Estado, sequer um olhar de compaixão. [...] Consuma-se a verdade. Verdade pura, cristalina e insofismável. Ignora-se Frutal nas esferas administrativas superiores. Frutal deve o que possui de bom e proveitoso a seus filhos, unicamente. Tudo o que existe em nossa cidade foi obtido pelo esforço e espírito empreendedor dos frutalenses. Frutal, conseqüentemente, não deve favores a ninguém.²⁰⁹

Freitas e Nogueira delineiam a imagem de uma cidade que necessita ou deseja *ser enxergada*. Nas fontes consultadas, convém lembrar, considera-se o ano de 1930 como o marco final da primeira fase da história de Frutal – quando o grupo político opositor, então liderado por Sandoval Henrique de Sá, assumiu o comando da cidade: “A partir de 1930, na ditadura Vargas, [...] cessou a atuação dos elementos ligados à história da vida de Frutal até aquela época” (PLASTINO, 2003, p. 47). No escrito original, o memorialista ainda acrescentou: “Frutal e a história de sua fundação pararam aí” (PLASTINO, 1976, p. 21).²¹⁰

²⁰⁸ NOGUEIRA, Geraldo. Frutal não deve favores. **Tribuna de Frutal**. Ano XIII, n. 228, 14 out. 1956, p. 1.

²⁰⁹ Ibidem, p. 4.

²¹⁰ Sandoval Henrique de Sá (1892–1978) foi nomeado prefeito de Frutal em 20 de dezembro de 1930, por Olegário Dias Maciel, então presidente de Minas Gerais. Natural de Pirenópolis–GO, transferiu-se para Frutal em 1919, após ter concluído o curso de medicina na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente aliado do grupo dos *Silva*, passou a ser o líder de seus adversários, declaradamente, a partir da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Dada a localização de Frutal, nas fronteiras dos estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, o município se tornou centro de convergência de unidades militares. “Na Revolução de 32, Frutal se transformaria em praça de guerra por mais de noventa dias. A quantidade de militares e de armas de guerra, com acantonamento provisório em todos os recantos da cidade, dava a impressão de que aqui se travaria cruenta batalha entre as forças revolucionárias e as legalistas do governo Getúlio Vargas” (PLASTINO, 1976, p. 244). Sandoval se envolveu diretamente no conflito, destacando-se no apoio a Vargas – o que contrariou o grupo dos *Paula e Silva*, favoráveis aos paulistas na luta que se desenrolava. Filiado ao Partido Progressista, atuou como prefeito municipal até 24 de março de 1945, quando foi exonerado pelo

Como demonstrado, justamente a *história da fundação da cidade* foi narrada pelos cronistas, nos marcos por eles estabelecidos, como luminosa e promissora. Por meio da análise, contudo, foi possível perceber que os chamados *anos de esplendor* eram mais uma idealização, um projeto, que uma experiência vivida, tendo mais a dizer das expectativas e valores em torno dos quais o urbano se constituía – a passos lentos, diga-se de passagem – do que com o cotidiano dos viventes comuns, na pequena localidade. Em última instância, expressavam os interesses e desejos de um grupo dominante que, ao projetar a cidade, projetava-se a si mesmo, econômica, política e simbolicamente.

Todavia, no jogo das temporalidades, no início do século XXI, no momento em que se tentava legitimar a gestão do futuro, não é a cidade com suas ambivalências e incongruências, com seus múltiplos rostos, muitos deles surreais, que é chamada à cena histórica. No presente iluminado pelo futuro, que se quer monumental, busca-se validação num passado, também espetacular – idealizado, mas apresentado como autêntico: “escuta, então, Sócrates, uma estória deveras ímpar, e contudo absolutamente verdadeira, como uma vez a contou Sólon, o mais sábio de entre os Sete Sábios” (PLATÃO, 2011, p. 79).

Nessa perspectiva, também as faltas, as ausências, as esperanças perdidas, conforme retratadas, têm um importante papel a desempenhar, na medida em que representam um injusto e imerecido desvio das *trilhas do progresso*, que necessita ser retomado. Entre luzes e sombras, no jogo político encenado em *Irene*, a imagem de uma *cidade emperrada, ignorada*, que não recebera dos governantes superiores a atenção merecida, faz coro com a afirmação evocada por Silveira, ao prefaciá-la *obra-prima de Chico Félix: realmente não se pode dizer que a vida tem sido justa com Frutal* (2003b).

A *injustiça* estaria justamente no fato da trajetória histórica não ter correspondido, *ainda*, ao potencial de desenvolvimento manifesto desde a origem da cidade. O desejo de recuperar a visibilidade perdida, supostamente existente nos *anos de esplendor*, parece pulsar fortemente no imaginário político. Atravessando temporalidades, emerge, na passagem do século XX para o XXI como uma ideia providencial para alavancar o projeto que, enfim, conduziria a cidade, e todos os seus viventes, ao seu *histórico destino*.

governador Benedito Valadares. Durante sua prolongada gestão, foram intensos os conflitos entre seus apoiadores e opositores – este últimos “homens de largo prestígio e sólidos recursos financeiros”, segundo expressão de Ernesto Plastino (1976, p. 195).

CAPÍTULO 4 – OUTROS CANTOS DA CIDADE: O (RE)FLUIR DAS ÁGUAS DOS FRUTAIS

4.1 Cidade das Águas ou um roteiro para a (in)visibilidade política

A proposta de transformação de Frutal em Cidade das Águas veio a público no ano de 2010, na esteira da implantação do projeto Hidroex, como visto anteriormente. Contudo, o desejo de que a cidade conquistasse visibilidade manifestou-se antes deste período, tornando-se mais notável no imaginário político local desde o decênio de 1980. A partir daí, os esforços empreendidos para Frutal realizar o destino histórico idealizado por suas elites foram muito mais sistemáticos que os verificados até então – alguns deles analisados no capítulo 3. Várias iniciativas das elites econômicas, políticas e intelectuais locais deixavam transparecer um sentimento de urgência de que a cidade encontrasse as trilhas do desenvolvimento, tomando como referência os municípios vizinhos de Uberaba e Uberlândia – frequentemente evocados como exemplos a serem seguidos. Desafiando temporalidades, as palavras de Mumford, relativas à urbanidade helenística, teimam em ecoar ao fundo: “a grandeza impressionante era o que o governante e o planejador igualmente procuravam. Uma vez estabelecida na grande cidade, essa ordem seria imitada nos centros menores” (1998, p. 222). Tocados pelo impulso utópico, os pintores de cidades, em todo tempo e lugar, parecem perseguir a urbe paradigmática, indiferentes à advertência feita pelo estudioso, ao se referir à cidade de Priene: “sua própria pequenez, sua falta de importância histórica [...] [talvez a tornasse] um espécime muito mais completo” (MUMFORD, 1998, p. 222). Indubitavelmente, a advertência pode ser estendida à pequena Juruaia, conforme assinalado no capítulo 2, mas também a Frutal... à *Irene* de Calvino, enfim.

De volta à faina dos utopistas do lugar, a ideia de uma cidade emperrada, esquecida, encravada ou injustiçada não se fez presente apenas nas linhas memorialistas, sendo recorrente no pensamento das elites de Frutal, de modo mais amplo, ao longo do século XX. Considerando que toda cidade é representada por traços particulares de identidade perante outras, tornam-se inevitáveis, no jogo das representações, comparações entre cidades próximas, principalmente quando seus percursos históricos apresentam visíveis similaridades. Assim, como entender que a localidade, tão promissora em sua origem, tenha ficado para trás na corrida pelo progresso, sobretudo quando seu desempenho era comparado ao de Uberlândia, cujo crescimento parecia inebriar as ressentidas e humilhadas elites frutalenses?

Durante muito tempo, a ausência de ferrovias deu o tom à retórica empregada para justificar as supostas defasagens apresentadas por Frutal em sua trajetória histórica. Em entrevista concedida em 2012, Celso Arantes Brito, prefeito da cidade por duas vezes (1964–1966; 1983–1988), ainda fez coro a este argumento, afirmando de maneira literal: “Frutal era pra ter galgado patamares bem mais elevados pela posição geográfica, centro do Brasil [...] ficou para trás por causa da ferrovia, que não veio, porque naquele tempo era ferrovia e pronto”²¹¹.

A rigor, porém, o fracasso das projeções dos *políticos clarividentes* pôde se ancorar na falta dos trilhos somente até meados do século XX, pois, desde então, o município começou a ser beneficiado pela construção de importantes vias de transporte. Inicialmente, as pontes sobre o rio Grande facilitaram o acesso ao estado de São Paulo, antes feito por “balsas lentas e desconfortáveis” (FERREIRA, T. 2009, p. 133): a ponte Mendonça Lima, inaugurada em 1943, possibilitou a travessia do rio na altura do antigo Porto Marimbondo; e a ponte Gumercindo Penteado, em 1953, pelo chamado Porto Cemitério.²¹² Pouco tempo depois, em virtude da construção de Brasília, estradas de considerável importância cruzaram o território de Frutal.²¹³

Se os trilhos nunca chegaram, a malha viária formada por rodovias conferiu a sonhada posição de destaque à cidade, numa época em que a palavra desenvolvimento era associada à abertura de estradas. Referindo-se às pontes e às rodovias, Terezinha Ferreira registrou: “pode-se atribuir a esse fato, o mérito de desencadear o progresso” (FERREIRA, T. 2009, p. 32). O memorialista Jeová Ferreira comentou a condição viária local, mantendo o tom ufanista: “o município possui uma posição invejável, posto que é servido por duas rodovias federais e uma estadual, [...] possui o maior entroncamento rodoviário do Brasil Central, pois daqui se vai para qualquer parte sempre em rodovias pavimentadas” (FERREIRA, J. 2002, p. 77).

²¹¹ BRITO, Celso Arantes. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 24 ago. 2012. [Acervo pessoal da autora].

²¹² Atualmente a ponte *Mendonça Lima* faz a ligação entre os municípios de Fronteira, em Minas Gerais, e Icem, no estado de São Paulo. A ponte *Gumercindo Penteado*, por sua vez, interliga Planura–MG a Colômbia–SP, sendo importante lembrar que, em suas origens, o município de Frutal abrangia o território onde hoje se localizam as duas cidades mineiras aqui mencionadas.

²¹³ “O município de Frutal contém uma área de 2.427 km² e se situa no entroncamento de uma importante malha viária formada pelas rodovias BRs 153, 262, 364 e MGs 255, 427 e 455. Desse modo, Frutal dista 618 Km da capital Belo Horizonte, 614 Km de Brasília, 175 Km de Uberlândia, 138 Km de Uberaba, 78 Km de Barretos – SP, 110 Km de São José do Rio Preto – SP e 161 Km de Ribeirão Preto – SP, centros com que este município mantém relações sociais e econômicas” (REIS DE PAULA, 2012, p. 72).

Sem entrar no mérito dos critérios utilizados para definir desenvolvimento, a compreensão de que a cidade – bem servida de estradas – finalmente percorreria o caminho almejado pode ser encontrada nos demais memorialistas, expressando, de resto, opinião recorrente entre os viventes locais. Todavia, mais uma vez contrariando as expectativas, a cidade não deslanchou – pelo menos não nas formas e proporções projetadas pelas elites, especialmente quando comparada a outros centros da própria região do Triângulo. Embora possuindo, na visão dos cronistas, o maior entroncamento rodoviário do Brasil Central, “o crescimento urbano ficou praticamente estagnado durante as décadas de 1970 e 1980, não apresentando grandes transformações” (REIS DE PAULA, 2012, p. 111).

O olhar comparativo, entre lamuriento e indignado, operou, então, um deslocamento na retórica política. A cidade continuou sendo representada como se estivesse aquém de seu potencial, mas a defasagem passou a ser explicada de outro modo, conforme se depreende das próprias observações de Brito, ao rememorar o percurso histórico de Frutal:

[...] Quantos anos Frutal ficou sem deputado? Frutal ficou mais de setenta anos sem deputado [...] a importância de um deputado [...] os Paula e Silva, o começo deles aqui foi fantástico, eles conseguiram coisas extraordinárias. Enquanto eles permaneceram na política aqui, Frutal realmente alcançou uma posição de destaque, porque você vê uma coisa: ser eleito um senador [...] Quer dizer, então, na época, eles trouxeram muitas coisas [...].²¹⁴

Proferidas na atualidade, as palavras do ex-prefeito se coadunam à visão presente no memorialismo, ao revelarem a percepção de que a suposta posição de destaque alcançada pela cidade em seus primórdios seria uma consequência direta do fato de duas de suas lideranças – Gomes da Silva e Antenor de Paula e Silva – terem alcançado cargos políticos de projeção estadual. Novamente a cidade é representada como o resultado da ação de uma ou algumas figuras dominantes. Disso decorre a conclusão necessária de que a falta de representante nas instâncias superiores do poder teria emperrado o desenvolvimento da localidade.

É imperativo ressaltar que queixas em torno da ausência de reconhecimento político não podem ser atribuídas somente a Frutal. Além de serem comuns em centros de pequeno porte, ressentidos do crescimento das urbes circunvizinhas com as quais se envolvem em disputas pelo poder político regional, servem de justificativa para candidaturas ao legislativo estadual e federal

²¹⁴ BRITO, Celso Arantes. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 24 ago. 2012. [Acervo pessoal da autora].

nas diversas *Irenes* espalhadas pelo país. Não se trata, portanto, de identificar um diferencial, mas importa perceber os matizes assumidos por este discurso na história mais recente de Frutal e de que forma a ideia, insistentemente reiterada, se articulou com o desejo de conferir projeção à cidade, culminando com a proposta de implantação da Cidade das Águas.

Assim construída, a argumentação aqui apresentada pode soar anacrônica à sensibilidade refinada dos historiadores. Também neste caso impõe-se uma ressalva, ainda mais importante: não é a análise que está a atribuir a uma época ideias e sentimentos de outra temporalidade. São os representantes das elites deste país que emitem sinais claros de não se libertarem de uma forma repetitiva de conceber e projetar as cidades – a despeito das retumbantes e recorrentes enunciações de um novo tempo. Ou seja, o suposto esforço de tais sujeitos para criar fatos novos frequentemente é inútil, na medida em que não consideram outra história que não seja a de sempre, fazendo, inclusive, as reflexões sobre as ações e sentidos por eles construídos parecerem anacrônicas.

No caso específico de Frutal, mesmo antes do projeto luminoso ser concebido, pulsava o desejo de que, corrigindo as supostas injustiças históricas, a cidade se ajustasse às trilhas do progresso e conquistasse uma visibilidade teoricamente merecida. O discurso de uma identidade singular – ou a tentativa de produção de uma imagem-síntese (SÁNCHEZ, 2001): *a Cidade das Águas é toda Frutal*, conforme afirmação de Silveira assinalada anteriormente – seria, pois, apenas uma forma de atualização deste desejo. Poderia ter sido outra, obviamente.

Nessa perspectiva, na passagem dos anos 1970 para 1980, é possível constatar, na imprensa local, alguma mobilização para que a cidade tivesse seu próprio candidato à Assembleia Legislativa – caminho para corrigir as aparentes distorções. Matéria publicada pelo *Jornal Esquema*²¹⁵, em março de 1978, intitulada *Povo e candidatura a deputado*, estabelece relação direta entre representação política e benefícios urbanos:

²¹⁵ Fundado em junho de 1973, por Paulo Martins Goulart, o *Jornal Esquema* circulou até 1989, quando era dirigido por Narcio Rodrigues da Silveira. Nos originais de *Apontamentos*, Plastino descreve o hebdomadário de forma bastante ambivalente: “O *Jornal Esquema* é apolítico. Não está ligado a nenhuma agremiação partidária deste município. Não professa ideologias que não sejam estritamente democráticas, de acordo com a índole do povo brasileiro. Vive em boa harmonia com os poderes constituídos do município de Frutal e tem servido, desde o início de suas atividades jornalísticas, a todos os prefeitos e Câmaras Municipais que se sucedem periodicamente, deles recebendo o indispensável apoio moral e financeiro para a manutenção do jornal. A colaboração do comércio, da indústria, de outras fontes e também dos municípios vizinhos, não lhe tem faltado, pois a isso fazem jus o esforço, a tenacidade, a inteligência e a cultura do jovem jornalista Paulo Martins Goulart (PLASTINO, 1976, p. 82).

Há uma preocupação muito grande em se lançar, nas eleições do dia 15 de novembro deste ano [1978], um candidato a Deputado Estadual, por Frutal. O número de interessados parece ser grande. A quantidade de candidatos a candidatos é notoriamente exagerada comparada com as condições permitidas pelo total de eleitores que a cidade tem. A vantagem maior, se conseguida a eleição de pelo menos um, está na possibilidade deste em trazer para o município e a região, benefícios em todos os aspectos. Reivindicando e lutando pela melhoria, principalmente, do setor cultural da cidade. Procurando ainda, na medida das possibilidades, trazer para o município a grande vantagem que representa uma indústria e também uma faculdade.²¹⁶

No passado, a promessa de progresso e modernização se associara, dentre outras coisas, à presença de uma ferrovia; mais tarde à construção de pontes e estradas. Nas últimas décadas do século XX, atualizando a cantilena, uma indústria e uma faculdade entravam em cena como símbolos capazes de atestar o avanço da localidade. Além de apresentar as possíveis vantagens da eleição de um deputado por Frutal, a matéria se estende, registrando a opinião de quatro leitores sobre o assunto. Ao final, a conclusão do redator acerca das apreciações dos entrevistados:

[...] dados suficientes para deixar claro os pontos de vista diversos que acabam por bater sempre na mesma tecla: a da necessidade de se eleger um representante na Câmara de Deputados Estaduais, não se importando qual o seu partido político, o seu signo, a sua estatura. O importante é que seja um frutalense disposto a fazer algo para ativar o progresso econômico-cultural e populacional da cidade. Há uma necessidade de que todas as lideranças políticas se conscientizem e procurem conscientizar o povo em geral, unindo-se a um só propósito. Canalizando-se na meta de vencer uma batalha que vem sendo travada desde muitos outros ‘quinze de novembro’, onde outros candidatos pleitearam o cargo e acabaram perdendo pelo motivo de não encontrarem uma união de líderes políticos e eleitores. Assim sendo, passa a ser agora uma obrigação [...] destes políticos a conquista deste grande passo para o município.²¹⁷

Ao que tudo indica, candidatos e eleitores, descompassados, não bateram na mesma tecla, pois o resultado da eleição de 1978 não correspondeu às expectativas de que, finalmente, a cidade desse o grande passo para *ativar o progresso*. Na edição de 25 de novembro do mesmo ano – pouco depois da eleição, portanto –, o assunto voltou à baila no jornal, reforçando a ideia de que, independente do *partido, do signo, da estatura*, num tempo vindouro, mas não muito distante, o sonho poderia se concretizar:

²¹⁶ POVO e candidatura a deputado. **Jornal Esquema**. Ano V, n. 216. Frutal, 11 mar. 1978, p.2.

²¹⁷ Ibidem.

Com a presença de 13.123 dos seus 15.578 eleitores, [...] os frutalenses escolheram seus candidatos para a Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado, num clima de relativa calma [...]. Na opinião da presidente do MDB, Odalícia Luísa de Freitas, [...] sobre a possibilidade de eleger um candidato local para Assembleia, ela crê piamente no movimento desde que seja feito um trabalho para elevação do número de eleitores da Comarca [...]. Osvaldo Mendonça [presidente da ARENA] disse que recebe muito bem, com muita simpatia, a notícia de que nas próximas eleições poderão ser lançados dois autênticos candidatos do Vale do Rio Grande, um estadual por Iturama e um Federal por Frutal. Alertou que, todavia, os preparativos devem ser iniciados com antecedência, para evitar-se a evasão de votos.²¹⁸

A proposta de candidaturas autênticas do Vale do Rio Grande, como estratégia para evitar a evasão de votos – leia-se: destinar votos a candidatos de centros maiores, sobretudo do município de Uberlândia –, foi sistematicamente articulada nas duas décadas seguintes. A intenção, sinalizada na passagem acima, era que Frutal e Iturama assumissem o protagonismo político da microrregião identificada como *Baixo Vale*, elegendo seus próprios candidatos.²¹⁹ Manipulando identificações e afetos políticos, o chamamento inicial era para que todos os frutalenses se unissem em torno da iniciativa: todos e cada um precisavam ser convencidos da importância da empreitada para o bem comum e a felicidade geral (ANSART, 2002). Assim, supostamente, as diferenças – de *partido, signo, estatura* – deveriam ser ignoradas em nome do projeto maior.

Em 1985, uma comissão formada por políticos, jornalistas, empresários e produtores rurais de Frutal promoveu encontros nos municípios vizinhos em busca de apoio. A iniciativa foi registrada pela imprensa local, diretamente envolvida com a questão desde o final da década de 1970: “Isto é um sonho de todos os políticos de bom senso da região [...] chegou a hora e a vez do nosso Baixo Vale do Rio Grande eleger nosso representante”, afirmou, à época, Heriberto Mendes, considerado idealizador da proposta, em entrevista a um jornal da cidade.²²⁰ O bom senso (?) não era, contudo, uma unanimidade:

²¹⁸ ELEIÇÃO – resultados finais, hoje. **Jornal Esquema**. Ano V, n. 249. Frutal, 25 nov. 1978, p.8.

²¹⁹ O Baixo Vale do Rio Grande corresponde à microrregião de Frutal, composta pelos municípios de Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas. Vale ressaltar que até a década de 1990, Carneirinho, Limeira do Oeste e União de Minas pertenciam a Iturama.

²²⁰ VAMOS levar o movimento de qualquer jeito. **Jornal Opção**. Ano 1, n. 43. Frutal, 19 nov. 1985, p. 4.

O que está mais difícil agora são os deputados que estão fazendo pressão séria sobre os prefeitos, para que eles não acompanhem este movimento [...] estão meio preocupados com este movimento porque aqui era uma fonte de votos pra eles, quer dizer, eles vinham aqui e ganhavam os votos a troco de nada.²²¹

Para além da evidente disputa por poder político, o movimento procurou se fortalecer por meio da promessa de realização dos sonhos latentes também nas demais cidades pequenas do Triângulo, e não somente em Frutal. Quase trinta anos depois, um cronista de Uberaba, ao rememorar a iniciativa, retratou esse aspecto:

Era um movimento contra aqueles políticos que só buscavam votos na região e levavam consigo os sonhos. Quase ninguém acreditou que seria possível a união das várias cidades em prol de um objetivo comum: eleger um deputado da região. Alguns acreditaram. Era preciso mudar aquela realidade onde Uberaba e Uberlândia não correspondiam com realizações àquilo que lhes era dado em votos.²²²

Em entrevista concedida em 2011, Toninho Heitor, prefeito de Frutal por dois mandatos (1993–1996; 2001–2004) e atual vice-prefeito (2017), comentou as transformações ocorridas no município nas duas últimas décadas. Ao avaliar o impacto da instalação da UEMG, do Hidroex e das usinas de cana-de-açúcar, afirmou: “É preciso começar do começo de tudo. Graças ao Movimento Acorda Baixo Vale, Frutal e região se conscientizaram da necessidade de ter seus próprios deputados. E a prova incontestável está aí. [...] isso ajudou a transformar a região. Foi um divisor na história”.²²³ Tal visão encontrou ressonância, inclusive, na academia. No estudo sobre as transformações socioespaciais de Frutal, Reis de Paula enfatizou:

Deve-se resgatar a ação dos agentes sociais de Frutal nas décadas de 1980 e 1990 que levantaram a bandeira ‘Acorda Baixo Vale’, ou seja, expressavam sobre a conscientização para eleger representantes políticos da região que viabilizassem a busca de recursos e investimentos. Nesse sentido, no século XXI, são várias aquisições públicas que podem ser apontadas em todo o Pontal do Triângulo, como ensino superior gratuito em Frutal e Ituiutaba, pavimentação de rodovias, e o incremento do modal ferroviário passando por Iturama, além da própria instalação das usinas sucroalcooleiras e outros equipamentos urbanos.

²²¹ VAMOS levar o movimento de qualquer jeito. **Jornal Opção**. Op. cit.

²²² CAIXETA, Gilberto. Convergência de compromissos. Uberaba. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,88945>. Acesso em: 12 abr. 2017.

²²³ TONINHO Heitor: não se pode improvisar na administração pública. FRUTAL. 29 out. 2011. Disponível em: <http://www.rodriagoportari.com.br/?p=245>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Essas conquistas são resultado da ação dos agentes sociais, imbuídos pelo interesse regional, que passou a contar com apoio de deputados estaduais e federais da região a partir do ano 2000 (REIS DE PAULA, 2012, p. 153-154).

Embora ainda rememorado por sujeitos diversos como um divisor na história da cidade, o *Acorda Baixo Vale* não obteve o êxito esperado nas eleições gerais ocorridas em 1986, pois somente em Frutal quatro candidatos concorreram ao cargo de deputado estadual.²²⁴

O fracasso para construir consenso, contudo, não arrefeceu o desejo de que a cidade assumisse centralidade política na microrregião. A leitura dos jornais publicados na segunda metade do decênio de 1980 comprova que o assunto manteve-se em evidência, de forma quase obsessiva. No centenário de emancipação política de Frutal, comemorado no ano de 1987, o jornalista Paulo Pereira retomou a questão, destacando a necessidade de que a cidade conquistasse autonomia em relação aos centros maiores, aos quais os frutalenses recorriam em busca de serviços de saúde, lazer, entre outros. O caminho a seguir para corrigir, de novo, as injustiças da história seria, em primeiro lugar, romper o

[...] tradicionalismo para ativar a bomba do progresso. [...] Frutal, passada a data de comemoração do primeiro centenário, está à espera de um novo tempo. [...] Esta cidade, plantada em terreno estratégico de uma rica região, precisa resgatar o que lhe é de direito. Para tanto, é necessário um movimento concentrado, reivindicando nossa Delegacia de Ensino, Delegacia Regional de Polícia, Corpo de Bombeiros, Agência do INPS, criação da Fundação Cultural de Frutal, Ensino Superior [...]. Frutal futuro é tema permanente de discussão prática.²²⁵

A concretização da cidade do amanhã – *Frutal futuro* – deveria assumir um caráter *prático*, por intermédio de *um movimento concentrado*. O apelo do jornalista para que a urbe, ainda mergulhada num tempo de esperas, *resgatasse o que lhe era de direito* tomou realmente a forma de um movimento concentrado na década seguinte, quando a ideia do *Acorda Baixo Vale* foi retomada, porém com outro nível de planejamento. Novamente representantes das elites percorreram os pequenos municípios da região, propondo o lançamento de uma única candidatura a deputado estadual. Desta vez, porém, os possíveis pré-candidatos firmaram um acordo de que submeteriam seus nomes a uma pesquisa de intenção de votos feita pelo IBOPE (Instituto

²²⁴ MOVIMENTO Acorda Baixo Vale. **Jornal Pontal**. Ano 11, n. 518. Frutal, 20 abr. 2017, p. 2.

²²⁵ PEREIRA, Paulo. Viver esta cidade: futuro. **Pontal** – Especial Frutal 100 anos. Ano I, n. 4, Ituiutaba–MG, 1987, p. 23.

Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Independente do *partido, do signo, da estatura*, o nome que ficasse em primeiro lugar na pesquisa seria o único candidato a representar as cidades da microrregião. Constituíam-se assim uma aliança regional, liderada por segmentos das elites frutalenses, que demonstravam forte capacidade de articulação e mesmo disposição em investir na eleição de um representante próprio no poder legislativo. Para conferir credibilidade aos procedimentos adotados e assegurar o consenso foi contratado um instituto conhecido nacionalmente, sendo os envelopes com os resultados da pesquisa abertos em praça pública, em evento organizado nos moldes de um comício. De novo, reverberam as palavras de Georges Balandier: “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro [...]. O poder [...] só se realiza [...] pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos [...] em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 6-7). No palanque, os idealizadores da proposta. Na plateia, os cidadãos comuns (espectadores/consumidores?), chamados a testemunhar a ação e, mais importante, a referendar todo o processo, com o voto dito consciente, num futuro bem próximo.

O resultado das urnas, finalmente, foi favorável ao arranjo arquitetado, sendo eleitos um deputado estadual e um federal para o período de 1995 a 1998.²²⁶ Alimentava-se, assim, a esperança de que o projeto de uma cidade com protagonismo regional fosse finalmente viabilizado. De outra forma: de acordo com a lógica que inspirava os planejadores, estavam criadas as condições para que a história começasse a fazer justiça à cidade de Frutal. Quase vinte anos depois, convidado a apresentar um balanço de sua atuação no Congresso Nacional, Silveira procurou legitimar suas iniciativas como parlamentar, acionando, mais uma vez, o argumento da cidade injustiçada, *judiada* pelas urbes vizinhas:

Quando eu assumi o meu primeiro mandato em Brasília, fixei três metas que não gostaria de sair da vida pública sem realizá-las. Uma era trazer a universidade pública para a região, trouxemos e estadualizamos a UEMG, a outra era a consolidação do Instituto Hidroex como Centro da UNESCO e a terceira era a

²²⁶ Embora o *Movimento Candidato Único* almejassem a eleição de um representante na Assembleia Legislativa, a articulação regional terminou por favorecer também a votação de um deputado federal. Assim, Luiz Antonio Zanto Campos Borges foi eleito deputado estadual pelo PP (Partido Progressista). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes1994/minasgerais/resultados-das-eleicoes-1994-minas-gerais-deputado-estadual>. Acesso em: 29 abr. 2017. Narcio Rodrigues da Silveira, por sua vez, ficou como suplente, pelo PSDB, assumindo o cargo de deputado federal no final de 1995. Disponível em: http://eleicoes.almg.gov.br/1994/index.html?search=true&exibirForm=true&aba0=cargo_6&tituloCargo=Deputado+Federal¶mAno=1994. Acesso em: 29 abr. 2017.

retomada da [rodovia] São Paulo-Cuiabá. Esta eu disse que, se até o final do meu primeiro mandato eu não tivesse feito avançar este projeto, eu não disputaria a segunda eleição. Porque eu acho que essa é a obra que mais representa a ausência de deputados até minha eleição, que mostra o descaso, a desatenção do governo com a nossa região. Mas a culpa não é do governo, a culpa é da região que não se organizava para se fazer ouvida em Brasília. E nós tivemos a alegria de, em 1998, último ano do meu primeiro mandato, retomar o projeto da São Paulo/Cuiabá [...]. Ver a São Paulo/Cuiabá asfaltada é a realização de um grande sonho político [...] povo desta região [...] acordou em tempo. Política é para isso, ela é a ferramenta de transformação, de luta e de perseverança. Essa estrada é a marca do tanto que Uberaba e Uberlândia judiaram no passado da nossa região, do tanto que nós fomos preteridos na concepção do projeto de desenvolvimento do Triângulo Mineiro, porque eles nos obrigaram, durante esse tempo todo, a passar na porta deles, sendo que havia caminhos mais próximos, pois se, atualmente, você sai de São Paulo para Cuiabá, você tem que passar na porta de Uberaba e de Uberlândia. [...] Esta obra representa uma mudança de atitude regional, nós também temos direito ao desenvolvimento, essa rodovia [...] mostra de que forma um parlamentar pode mudar a história da sua região.²²⁷

Salta à vista que as palavras do parlamentar, autêntico representante do grupo que se empenhara em transformar a cidade, reiteravam lições para esclarecer os cidadãos e evitar os supostos equívocos anteriores: *a culpa é da região que não se organizava para se fazer ouvida em Brasília; essa rodovia [...] mostra de que forma um parlamentar pode mudar a história da sua região*. Além disso, ao mapear as disputas no Triângulo, a estratégia de desqualificação do outro – no caso, as cidades que judiavam de Frutal: Uberaba e Uberlândia – cumpria a função de reforçar os elos em torno de um projeto por poder político e econômico, travestido de *nosso direito ao desenvolvimento*.

Mais importante que isso, contudo, é perceber o tom a permear as narrativas construídas pelas elites locais, em diferentes temporalidades: em suas origens, *Irene mariposava no entorno do mundo civilizado*. Apesar das expectativas e esforços dos *homens de respeito do lugar*, a localidade permaneceu *esquecida e judiada* por quase um século, *condenada a passar na porta de Uberaba e Uberlândia*. Nesse quadro de insatisfação, as frustrações foram tratadas como injustiça. Todavia, na tentativa de exercer o direito ao desenvolvimento, *o povo acordou a tempo de eleger seu próprio parlamentar*. Assim, mais uma vez, uma *biografia invejável* despontava

²²⁷ FRUTAL no Pontal do Triângulo teve a coragem e ousadia de unir-se em torno de um candidato elegendo-o deputado federal. **Cidade de João Pinheiro e sua história**. 24 abr. 2014. [Entrevista com o deputado federal Narcio Rodrigues]. Disponível em: <http://cidadejoaopinheiro.blogspot.com.br/2014/04/frutal-no-pontal-do-triangulo-teve.html>. Acesso em: 02 mai. 2017.

para conduzir os *destinos da cidade*. De fato, não se pode dizer que os grupos dominantes tenham sido originais na forma de projetar a Frutal do século XXI. Certo anacronismo realmente parece turvar o olhar dos utopistas da cidade.

A esta altura da análise, torna-se fundamental reiterar que os idealizadores do Acorda Baixo Vale e do Movimento Candidato Único, tomando como paradigma o desempenho de Uberaba e Uberlândia, defendiam uma mudança de âmbito regional, de modo que Frutal, atuando como polo de uma microrregião, obtivesse seu quinhão de poder político e simbólico no Triângulo Mineiro – o que, consequentemente, viria a conferir prestígio e ampliar o espaço de atuação política e econômica dos próprios membros das elites locais.

Desse modo, ao longo dos anos 1980, 1990 e mesmo no início da década de 2000, não havia, nas fontes documentais examinadas, nenhuma referência ao sonho de que a cidade conquistasse um protagonismo internacional, como também não existia associação direta das expectativas de desenvolvimento da cidade-polo ao seu potencial hídrico – mesmo que este fosse reconhecido em função das bacias hidrográficas do município e por sua localização sobre a área de ocorrência do aquífero Guarani²²⁸. No máximo, registrava-se o interesse ou a importância de incentivar atividades de lazer e turismo nas margens do rio Grande.

Desde 2010, porém, quando começou a ser delineada uma imagem para convencer os cidadãos e o resto do mundo do seu papel (MONTEIRO, 2009), as elites de *Irene* passaram da busca obstinada de uma projeção regional para a promessa monumental da visibilidade internacional. O deslocamento das figuras ancorou-se num tema atravessado por fortes disputas políticas, a chamada crise hídrica, que atribuiu à água um valor extraordinário, material e simbólico, nos intrincados jogos de poder a envolver as sociedades contemporâneas.

No caso específico do Brasil, que sempre se vangloriou da natureza exuberante de seus mares, rios e aquíferos, a surpreendente escassez de água conferiu importância inaudita aos estudos e ações relacionados à temática. Para a socióloga Norma Feliciano Valencio, este é um campo marcado, de forma expressiva, por tensões entre os interesses privados e os direitos sociais. As discussões sobre a solução para a insuficiência de água, aparentemente, trazem para a cena política o questionamento do atual modelo de desenvolvimento – responsável direto pelo

²²⁸ Considerado a segunda maior reserva subterrânea de água doce do mundo, o aquífero Guarani abrange parte dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e, principalmente, do Brasil, ocupando 1.200.000 Km². A maior parte (70 por cento ou 840.000 km²) da área ocupada pelo aquífero está no subsolo do centro-sudoeste do Brasil.

que se convencionou chamar de crise hídrica. De modo predominante, o debate gira em torno das ideias de preservação, recuperação e melhoria da gestão da água, bem como da defesa do investimento em educação para se construir uma relação pretensamente produtiva e respeitosa, baseada na sustentabilidade entre o homem e a natureza. À primeira vista, propõe-se uma “nova práxis socioambiental” (VALENCIO, 2009, p. 58).

O tema da governança das águas, porém, segundo a autora, se insere numa esfera mais ampla: a governança ambiental. Apesar de sinalizarem vontade política em estabelecer interlocução com a sociedade para repensar as relações homem-natureza, as teses da boa governança – mantendo-se em consonância com as demandas do mercado e preservando a centralização das instâncias decisórias – representam apenas uma atualização dos discursos e dos mecanismos de poder, “para fazer face aos requerimentos contemporâneos de controle excludente sobre os recursos de uma natureza fragmentada pelo e para o capital” (VALENCIO, 2009, p. 60).

Em se tratando dos recursos hídricos propriamente ditos, a autora enfatiza que, além de obviamente essencial à vida, “a água é um fator relevante para a acumulação. Orbita no sistema produtivo e de serviços e, desde aí, articula-se à financeirização crescente da economia” (VALENCIO, 2009, p. 62). Nas últimas três décadas, esse aspecto ganhou destaque no Brasil, sobretudo quando efeitos negativos das aglomerações urbanas se fizeram notar, impondo medidas de racionamento e transposição de caudais. Tal cenário, amplamente divulgado pela mídia, colaborou para legitimar o empenho dos governos em demonstrar que estão inseridos “num estágio superior de modernidade na medida em que fomenta[m] dinâmicas institucionais abertas para uma aparente polifonia em temas ambientais” (VALENCIO, 2009, p. 62). O discurso ambientalmente correto do uso sustentável e da gestão adequada da água assumiu, assim, feições de compromisso com uma suposta transformação social, credenciando governos e entidades ao reconhecimento e, conseqüentemente, ao acesso a incentivos diversos em um vigoroso mercado internacional.

Nessa perspectiva, a proposta de instalação de uma Cidade das Águas, alinhada com a narrativa de construção de uma nova relação socioambiental – “uma solução para o futuro”²²⁹ – emergiu como uma estratégia providencial para colocar “Frutal no mapa do mundo”²³⁰. Sem

²²⁹ Cf. Revista **Foco Regional** – Cidades: Frutal. Uberaba (MG), jun./2012. [Editor: Francisco Marcos Reis]. s/p.

²³⁰ HIDROEX, Frutal no mapa do mundo. 2010. [Painel]. Disponível em: <http://frutal.uemg.br/paineis/painel11.jpg>. Acesso em: 23 mai. 2017.

dúvida nenhuma, a enunciação atualizava desejos latentes nos imaginários sociais e políticos da urbe, mas ao mesmo tempo, representava um salto fáustico nas expectativas tão repetitivamente alimentadas: “É uma [...] transformação definitiva da cidade. Estamos internacionalizando Frutal”.²³¹

Para sustentar o deslocamento das figurações, fomentar confiança, conquistar adesões, bem como conferir legitimidade à proposta de reinvenção do lugar, vários dispositivos foram acionados pelos emissores do projeto, tornando-se pertinente analisar os argumentos por eles mobilizados no decorrer deste processo de espetacularização da cidade, responsável pela transformação de Frutal, à moda de *Tecla*, num canteiro de obras e, de modo indissociável, num “canteiro midiático” (SÁNCHEZ, 2001, p. 46).

Nas peças publicitárias produzidas para divulgar o empreendimento, como revistas, vídeos, boletins informativos e painéis, a participação da UNESCO, tratada como uma conquista substancial, foi explorada à exaustão. A *Revista Foco Regional*, por exemplo, publicou: “A expressão Cidade das Águas tem força própria para dimensionar o projeto que está em fase de instalação em Frutal, sobretudo quando somada à assinatura da UNESCO. [...] para obter a chancela da UNESCO [...] foi preciso vencer uma corrida de obstáculos”²³². A assinatura, além de atribuir importância e credibilidade à proposta, parecia resguardar os agentes envolvidos na sua execução. Entrevistado pela *Revista Ecológico*, Silveira, retomando a verve de cronista, narrou de forma entusiasmada a adesão da agência internacional, sendo a ampliação da base de apoio ao projeto interpretada como uma decorrência desta adesão:

Contei ao Aécio que a UNESCO havia sinalizado a construção do Centro, e o governador me disse que daquele momento em diante a proposta não era mais minha. Que seria adotada pelo governo de Minas. Aí tudo mudou porque entramos na institucionalidade, inclusive com total apoio também do governo federal. O Ministério da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Meio Ambiente, por meio da Agência Nacional das Águas se colocaram à nossa disposição.²³³

²³¹ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. *Revista Foco Regional*. Op. Cit.

²³² A FORÇA das águas. Ibidem.

²³³ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. Cidade das Águas. *Revista Ecológico*. Belo Horizonte. 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=36&secao=159&mat=182>. Acesso em: 25 mai. 2017.

A própria escolha da localização do Hidroex seria resultado da interlocução com a agência: “A UNESCO achava que a bacia de conflito na América Latina era a Bacia do Prata. O projeto então deveria ser na nascente da Bacia do Prata. Eu pensei: é Frutal! A escolha foi pautada numa lógica. Do contrário, não teria avançado”²³⁴, afirmou Silveira, tentando dissimular os aspectos mais subjetivos que, obviamente, nortearam a escolha. Também a transição de Hidroex para Cidade das Águas emergia como uma sugestão do órgão internacional: “Foi chegando um momento em que a adesão espontânea de diversas frentes fez com que a palavra Hidroex não expressasse aquele complexo que foi se formando ali. Pela determinação da própria UNESCO, o projeto passou a se chamar Cidade das Águas”²³⁵.

Ao lado disso, desde a estadualização da unidade da UEMG, tornaram-se recorrentes, na pequena cidade, cerimônias oficiais, inaugurações e visitas aos canteiros de obra, com cobertura ampla da mídia, nas quais se faziam presentes figuras consideradas de renome nacional e internacional: convidados, que cumpriam o papel de testemunhar e, ao mesmo tempo, referendar a luminosidade do que se erigia – “qual é o sentido de tanta construção? [...] Eis o projeto” (CALVINO, 2011, p. 117). Em painel divulgado em 2010, a narrativa do processo de estadualização foi feita nos seguintes termos:

Com a UEMG em Frutal veio o sonho da estadualização. Foi outra etapa da grande luta. [...]. No dia 21 de junho de 2007 – data que deve sempre ser comemorada pela cidade como marco especial na sua história – o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Junho Anastasia, anunciou, em visita a Frutal e em nome do governador Aécio Neves, a imediata estadualização do Campus de Frutal, num ato que causou verdadeira comoção na cidade.²³⁶

Palco de supostas transformações, *Irene, magnetizando olhares de quem estava no alto*, passou a vivenciar, então, dias movimentados, marcados por um entra-e-sai de autoridades políticas; pesquisadores; pessoas ligadas à defesa das causas ambientais, como a *madrinha* do projeto, Francine Cousteau, presidente da Fundação Cousteau; figuras do mundo artístico, como o cantor Fagner e a atriz Cléo Pires, nomeada *embaixadora* da Cidade das Águas – todos portadores de algum capital simbólico: competência técnica; liderança política; ressonância

²³⁴ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. Cidade das Águas. **Revista Ecológico**. Op. cit.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ ESTADUALIZAÇÃO, a grande conquista. 2010. [Painel]. Disponível em: <http://frutal.uemg.br/paineis/painel11.jpg>. Acesso em: 23 mai. 2017.

mediática, prestígio social e cultural. A contratação do escritório de Lerner, identificado nos vídeos institucionais como “consultor da ONU para assuntos de urbanismo”²³⁷, também expressava a intenção de conferir lastro à reestruturação urbana: “mais de 90 cidades no mundo buscaram na cabeça de Jaime Lerner soluções para vencer os desafios da urbanização”²³⁸.

Na complexa tessitura dos imaginários urbanos, a perspectiva utópica da Cidade das Águas foi reiterada a fim de chamar a atenção dos frutalenses – e, de resto, dos cidadãos do mundo – para a dimensão e arrojo do que se realizava na cidade. A capa da *Revista Foco Regional* trouxe estampada a seguinte manchete: “Cidade das Águas – a concretização do impossível”.²³⁹ A entrevista com Silveira foi aberta com dizeres que traçavam um grandiloquente paralelo, mesmo às avessas, com outro pintor de cidades: “O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal”.²⁴⁰ Em curioso diálogo com os sonhos latentes na cidade, desde outras temporalidades, matéria ressaltando o montante de recursos investidos na construção foi apresentada com o seguinte título: “Agora, vai... e vai muito bem”²⁴¹. O escrito parecia atualizar, porém em versão otimista, as palavras irônicas de Plastino, redigidas na *Tribuninha*, em 1963, e analisadas no capítulo anterior: *com estrada de ferro na porta, Frutal ou vai ou racha ou rebenta a ‘gomelasca’...*

Como os demais semeadores de cidade, os utopistas locais, além de delinearem o novo, tinham a pretensão de controlar o futuro, eliminando a incerteza e a imprevisibilidade que lhe são próprias: “vamos estabelecer um novo traçado para a cidade, uma nova visão urbanística, resolver – para o futuro – a questão do transporte urbano, incluir intervenções [...] ‘acupunturas urbanas’ [...] para integrar a comunidade frutalense ao conceito da Cidade das Águas”²⁴², idealizou

²³⁷ Cf. CIDADE das Águas UNESCO–Hidroex. [Vídeo institucional]. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5S-q0J7sGI>. Acesso em: 27 mai. 2017.

²³⁸ O TRAÇO de Jaime Lerner. Revista **Foco Regional**. Op. cit.

²³⁹ FRUTAL. Cidade das Águas: a concretização do impossível. Ibidem.

²⁴⁰ “Numa conversa informal, um político da velha guarda de Diamantina disse que Juscelino Kubitschek foi o melhor presidente do Brasil, mas o pior para sua cidade natal. Não fez nada ou quase nada para Diamantina. Não se trata de estabelecer paralelo com a incomparável trajetória de JK, mas de ressaltar a atenção que Narcio Rodrigues dedica à sua cidade”. Cf. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Ibidem.

²⁴¹ AGORA, vai... e vai muito bem. Frutal recebe investimento de 62 milhões numa ação decisiva para a construção da Cidade das Águas. Ibidem.

²⁴² SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Ibidem.

Silveira. Tomando os destinos de Frutal nas mãos, o emissor pretendia se antecipar a qualquer surpresa do devir, retirando dos sujeitos a possibilidade de reinventar a história da cidade, mesmo em tempo vindouro.

Pretensiosos, os planejadores não objetivavam somente uma modificação monumental do espaço físico. Postulando a integração da população frutalense ao conceito de Cidade das Águas, por meio da utopia – racional-racionalizante – esperavam transmutar a cidade em modelo do viver. Assim, ao enunciar o traço do arquiteto Lerner, foram empregadas expressões comuns às idealizações urbanas na modernidade:

A alameda oferece visão ampla de um jardim que se estende por cerca de três mil metros, ladeada por modernos edifícios, onde, no centro, entre árvores, corre um fio de água, condutor dos ideais representados pela Cidade das Águas [...] A concepção presente [...] irá mudar muito a visão que se tem de Frutal, e por que não dizer, a própria visão de mundo, filosofa o [...] idealizador do projeto. [...] Preservar e integrar áreas estão no cerne do projeto urbanístico [...]. O belo se une ao funcional, em um boulevard onde os carros não poderão entrar.²⁴³

Confirma-se assim que não se tratava apenas de erguer um conjunto de edifícios para abrigar um centro de estudos e pesquisa sobre água: “A Cidade das Águas não é apenas o Complexo Educacional que vamos construir. A Cidade das Águas [...] é Frutal”²⁴⁴. Ao incorporar os ideais representados pelo projeto, assumindo sua nova identificação, o antigo Patrimônio das Frutas deveria corporificar uma mudança cultural de alcance mundial:

É muito importante que a gente comece bem nossa ação local, provocando nas crianças a noção de valorização e de pertencimento de seus recursos naturais. De modo que ela perceba a importância da água em sua vida, a partir do contato com seu córrego, riacho e mina d’água. A partir daí, a criança universaliza a questão da água para o planeta. [...] Estamos plantando o futuro e iremos começar pelas escolas [...]. A grande semente desse projeto está na escola.²⁴⁵

Com o propósito de projetar a história da cidade em outra constituição, seriam necessárias, conforme destacado por Bárbara Freitag (2002), medidas pedagógicas para educar os moradores como cidadãos esclarecidos. Nos termos de Silveira: *estamos plantando o futuro e*

²⁴³ O TRAÇO de Jaime Lerner. Revista **Foco Regional**. Op. Cit.

²⁴⁴ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Ibidem.

²⁴⁵ Ibidem.

iremos começar pelas escolas. A intenção referendava a observação de Walmira Moraes acerca das utopias urbanas, evidenciando a forte relação das idealizações com o poder, uma vez que uma simetria geométrica pode ser requerida dos habitantes da cidade utópica (MORAES, 2011).

Cumprindo o roteiro traçado pelos planejadores, ao fim e ao cabo, *Irene* conquistaria a visibilidade arduamente almejada, porém numa escala nunca antes sonhada: “O Hidroex é a grande vitrine de Minas no plano internacional e o modo que temos de mostrar ao mundo como nos preocupamos com o meio ambiente”²⁴⁶. Ao tornar-se vitrine, Frutal finalmente atrairia para si os olhos do mundo, habilitando-se a disputar, mais do que olhares, os incentivos supostamente disponibilizados para as urbes afinadas com a ideia de desenvolvimento sustentável. Além disso, num plano mais profundo, reeditava-se a estratégia do olhar e obedecer, olhar e acreditar. Afinal, como se sabe, não apenas os imperadores romanos desejavam que seu poder fosse reconhecido, admirado e imortalizado em obras públicas monumentais (BALANDIER, 1982; SENNETT, 2003).

Importa salientar ainda que, apesar da confiança e otimismo a permear a retórica dos utopistas, as próprias peças publicitárias deixavam transparecer, de modo recorrente, certa resistência da população local em assimilar a proposta. Na matéria *A força das águas*, pode-se ler:

A expressão Cidade das Águas tem força própria para dimensionar o projeto que está em fase de instalação em Frutal [...]. Mesmo assim, fica, às vezes, a impressão de que parte da população ainda não assimilou a repercussão deste empreendimento na cidade e região.²⁴⁷

Quando questionado sobre a percepção dos moradores acerca das modificações em curso, Silveira comentara: “No começo, poucos acreditam, a maioria desconfia, mas, depois, do que é bom todos acabam desfrutando. Frutal virou Cidade Universitária. E isso parecia apenas um sonho dez anos atrás. [...] O UNESCO-Hidroex vai seguir a mesma trilha da UEMG”²⁴⁸. Diante da incredulidade e desconfiança da maioria – nomeada *insignificante minoria* em outra passagem

²⁴⁶ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. Cidade das Águas. **Revista Ecológico**. Op. cit.

²⁴⁷ A FORÇA das águas. Revista **Foco Regional**. Op. cit.

²⁴⁸ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. *Ibidem*.

da mesma entrevista²⁴⁹ –, o idealizador procurou suporte no exemplo da UEMG, que parecia um sonho, mas se tornara realidade na história recente de Frutal. O Hidroex, âncora da Cidade das Águas, seguiria a mesma trilha. Pelo que se depreende do comentário, todo e qualquer sentimento de desconfiança se dissiparia tão logo todos comessem a desfrutar do que é bom. A assimilação seria apenas uma questão de tempo:

Acho que a cidade, de 70 mil (sic) habitantes, ainda não se apercebeu de tudo. Não há ainda o sentimento de pertencimento. Estamos desenvolvendo diversas oficinas lúdicas de música, inclusão digital, línguas, tudo isso tendo a água como tema transversal. O que vai trazer a cidade para mais perto do projeto. Mas naturalmente na hora em que iniciarmos as atividades e tivermos a cidade incorporando a prática da água com cada cidadão, essa realidade muda.²⁵⁰

Assim, na tentativa de viabilizar não apenas um projeto *na* cidade, mas principalmente um projeto *de* cidade, buscava-se fortalecer o modelo e afirmar o consenso, desqualificando vozes oponentes ou mesmo negando a possibilidade de existência de outras leituras e formas de conceber a cidade. As expectativas otimistas e o tom assertivo das palavras de Silveira permitem pensar que talvez não ocorra aos planejadores que as utopias urbanas, por suas extravagâncias e lampejos delirantes, podem gerar desconforto, incredulidade ou desconfiança nos viventes comuns por “ignorância daquilo que se apresenta” (HADDAD, 2013, p. 202), mas também por explícita recusa do que se percebe, no contraste entre a cidade vivida e a sonhada, como atópico: insólito, absurdo ou descabido.

No novo tempo que surgia, a Cidade das Águas deveria se tornar sujeito do destino de todos os moradores de Frutal. Conforme se alardeava, a história da localidade seria necessariamente reconfigurada. Sendo a suposta reconfiguração obra e criação de grupos e personagens elitistas, restava saber se a transformação enunciada, no futuro que se plantava, poderia realmente ser protagonizada, desfrutada, por todos os viventes.

Para Sánchez, “ao operar com imagens-síntese retira-se da cidade o que lhe é politicamente essencial: a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política” (2001, p. 35). Sem dúvida nenhuma, ao pretender falar pela cidade,

²⁴⁹ “Tem gente que pensa pequeno. Tem gente que não quer que isso aconteça e tem gente que só ganha se isso não acontecer. Mas todos esses, somados, – todos mesmo – formam uma insignificante minoria. É muito pouca gente que não quer Frutal melhor”. Cf. SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. J. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Revista **Foco Regional**. Op. cit.

²⁵⁰ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. Cidade das Águas. **Revista Ecológico**. Op. cit.

interpretar suas necessidades e projetar seu futuro, os planejadores, com pretensões totalizadoras, tomam o lugar dos cidadãos, reduzindo-os à condição de espectadores ou consumidores. Mas, a despeito do desejo autoritário de tantos utopistas urbanos, seria realmente possível retirar o dissenso do espaço das urbes, sempre plurais, dissonantes e ambivalentes?

Certamente que não. Confirmando que a vida é ruptura e heresia (CIORAN, 2011), os sujeitos históricos teimam em desafiar os contornos delineados pelos pintores de cidades, em todo tempo e lugar. Assim, sentimentos outros e impressões diversas mobilizaram a pequena Frutal no momento em que eram erguidos os edifícios da Cidade das Águas.

A título de exemplo, vale registrar um episódio significativo ocorrido em 28 de setembro de 2011, quando *Irene*, mais uma vez, atraía para si o *olhar dos viajantes do planalto*. Aviões e carros oficiais chegavam à cidade, trazendo pesquisadores e autoridades do Brasil e de outros países para participarem, juntamente com os *homens de respeito do lugar*, de uma retumbante e ostensiva cerimônia de inauguração do Hidroex, marcada para ocorrer no anfiteatro da UEMG. Em virtude do evento, as aulas foram suspensas, e o acesso ao *campus*, cercado por forte esquema de segurança, ficou restrito aos convidados.

Fechados os espaços oficiais, restaram as ruas aos dissonantes. Um grupo constituído de forma predominante, mas não exclusiva, por estudantes e professores²⁵¹ organizou um evento paralelo, curiosamente nomeado de *Inauguração Popular do Hidroex*. Ocupando parte da avenida que conduzia ao local da cerimônia, um pouco antes da interdição feita pelo policiamento, os manifestantes paravam os carros, um a um, e interpelavam os convidados, questionando-os acerca do fato de moradores comuns terem sido excluídos das festividades e impedidos do acesso à própria universidade. Um vídeo com imagens da manifestação foi produzido pelos organizadores. Na abertura, pode-se ler:

²⁵¹ Em 2011, os professores da rede estadual de Minas Gerais fizeram uma greve com duração de 112 dias. A suspensão do movimento, que lutava pelo cumprimento do piso salarial nacional, ocorreu na noite de 27 de setembro, mas a mobilização programada para ocorrer em Frutal, no dia 28, foi mantida, em função da considerável presença de políticos na cerimônia de inauguração do Hidroex. “O governador Antonio Anastasia (PSDB), principal alvo dos protestos, não compareceu ao evento que teve a presença do ex-deputado Narcio Rodrigues, ligado ao projeto Hidroex, da atriz Cléo Pires [...] Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação, Arlindo Chinaglia, ex-presidente da Câmara Federal e Deputado Federal (PT-SP), Vice-Governador do Estado de MG, Francine Cousteau (Presidente da Fundação Cousteau), e diversos reitores e pró-reitores de Universidades Federais Mineiras, além de pesquisadores e gestores públicos da Alemanha, Holanda etc.”. Cf. BARBOZA, João Paulo Morandi. De volta aos tempos da ditadura? LAPEGEO – Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia. Frutal, 29 set. 2011. Disponível em: <http://lapegeouemgfrutal.blogspot.com.br/2011/09/de-volta-aos-tempos-da-ditadura.html>. Acesso em: 14 jun. 2017.

O sol brilhava lá fora enquanto as estrelas eram iluminadas pelos refletores lá dentro. Estrelas que administram nossos impostos e que nos representam nos poderes executivo e legislativo. A Cidade das Águas foi inaugurada no complexo UEMG-Hidroex no dia 28/09 [...]. O evento contou com a presença do vice-governador do estado de Minas Gerais, com o ministro da educação, de representantes da UNESCO e muitos deputados, prefeitos, vereadores da região. Nesse dia as aulas da UEMG foram canceladas para que pudesse ocorrer o evento no anfiteatro da universidade e os alunos não tiveram acesso ao *campus*.²⁵²

Do lado de fora, estudantes, professores e outros cidadãos comuns promoviam, sob o brilho do sol, a inauguração popular do Hidroex. Do lado de dentro, as estrelas do evento, aparentemente sem luz própria, acompanhavam o cerimonial. Do ponto de vista oficial, os sujeitos presentes no anfiteatro, e as instituições por eles representadas, conferiam credibilidade e luminosidade ao que se inaugurava. Do ponto de vista dos excluídos, sugestivamente, havia algo de obscuro na cerimônia fechada, cujo brilho não era natural, mas produzido por refletores, por luz artificial.

O depoimento emocionado de uma estudante do curso de Direito, e também professora da rede estadual, foi registrado no vídeo: “A partir de agora será que os comícios terão cães de guarda e um esquema de segurança tão bem montado? [...] Não pude entrar na minha universidade hoje para prestigiar esse evento [...]. Nós queremos simplesmente compartilhar dessa conquista [...] da nossa cidade”²⁵³. Interessante perceber, a manifestante, mesmo indignada, não colocava em questão a implantação do Hidroex, retratado como uma conquista da cidade. Suas palavras questionavam a interdição sofrida por cidadãos comuns, impedidos de participar da cerimônia ao lado das estrelas iluminadas por refletores. O tom veemente de seu depoimento, contudo, permite pensar que não se tratava apenas de denunciar a exclusão do evento de inauguração, mas sim de reivindicar o direito de todos tomarem parte do que se erigia: *nós queremos compartilhar*. A imagem abaixo, publicada em uma rede social, retrata com propriedade a interdição sofrida pelos manifestantes.

²⁵² INAUGURAÇÃO popular do Hidroex. [Vídeo]. Frutal, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qh6-WLnd1t4>. Acesso em: 13 jun. 2017.

²⁵³ Ibidem.



Figura 25: Fotos da Inauguração Popular do Hidroex – 2011.

Montagem: Danilo Alves.²⁵⁴

Fazendo coro com a aluna, um panfleto distribuído pelo diretório acadêmico registrou:

Um grande projeto, envolvendo muito dinheiro e com a responsabilidade de produzir conhecimento e auxiliar no uso ‘racional’ de recursos naturais, extremamente importantes para reprodução da vida em nossa região e em todo o planeta. Propomos a participação popular em tal evento, pois se trata de um assunto de interesse comum, e não pode ficar concentrado nas mãos de pequenos grupos políticos e econômicos, correndo-se o risco de que se repita um fato rotineiro em nosso país: um bem que está relacionado a toda população, mas privilegia apenas uma pequena quantidade desta.²⁵⁵

Pelo que se pode notar, também aqui não se discutia a relevância ou não do Hidroex. Ao contrário, ela era reconhecida, na medida em que o empreendimento se destinava à produção de conhecimentos importantes para a reprodução da vida. Partindo desta premissa, os estudantes

²⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=161599743932000&set=a.102236343201674.4437.100002459252930&type=3&theater>. Acesso em: 01 out. 2017.

²⁵⁵ Cf. BARBOZA, João Paulo Morandi. De volta aos tempos da ditadura? LAPEGEO – Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia. Op. cit.

questionavam a concentração nas mãos de pequenos grupos políticos e econômicos daquilo que é de interesse comum. O escrito ainda assinalava que, por ser o Hidroex uma fundação a lidar com dinheiro público, a população tinha o direito e o dever de “participar desse processo histórico que irá ‘transformar’ as relações sociais, culturais, econômicas e ambientais em nossa região”²⁵⁶. As aspas na palavra transformar, evidentemente, semeavam dúvidas sobre a possibilidade de ocorrer, de fato, a reconfiguração alardeada. “É importante analisar se este órgão irá contribuir realmente para o desenvolvimento da sociedade ou favorecerá os interesses econômicos da minoria que se encontra no poder”²⁵⁷, acrescentava o documento.

Na mesma linha, um grafite feito no muro de uma residência de classe média, situada próxima ao local em que se organizou o ato popular, também exprimia os limites da promessa, tantas vezes reiterada, de que na Cidade das Águas todos iriam desfrutar do que é bom.



Figura 26 – Grafite nas imediações do Hidroex – 2011.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Curiosamente, o autor do grafite conjugou o verbo *excluir* no tempo presente: *HidroExclui*. De modo criativo, a expressão insinuava que o gesto de excluir era inerente ao Hidroex. A percepção dos que estavam *lá fora*, sem dúvida nenhuma, divergia da leitura do

²⁵⁶ BARBOZA, João Paulo Morandi. Op. cit.

²⁵⁷ Ibidem.

idealizador, para quem não havia ainda o sentimento de pertencimento porque os habitantes não tinham se apercebido de tudo. Aos olhos dos que cunharam a palavra *HidroExclui*, o pertencimento ao projeto lhes era negado.

Nessa perspectiva, a inauguração popular assume relevância na história da cidade não apenas por denunciar o caráter seletivo de uma cerimônia oficial. Mais profundamente, o ato comunicou que, ao contrário do que se enunciava, os modernos e sólidos edifícios da Cidade das Águas não estavam abertos para todos os moradores, ou nem todos os habitantes de Frutal tomariam parte da pretensa transformação da mesma forma. Condenados à invisibilidade pelo espetáculo luminoso, os manifestantes recusaram a condição de meros espectadores/consumidores da imagem da cidade posta em circulação por segmentos dominantes e marcaram presença no evento: sob o brilho do sol, se fizeram notar, questionando não tanto o projeto *na* cidade, mas o projeto *de* cidade – elitista e excludente. Mais que um simples protesto, o ato pode ser compreendido, então, como um chamado: evocava-se a cidade como espaço de construção coletiva, do debate do que é de interesse comum; locus do exercício da política em sentido pleno, enfim.

4.2 As águas da cidade: sentidos dissonantes

Com o propósito de construir uma identidade singularizadora para Frutal, os idealizadores da Cidade das Águas, como era de se esperar, buscaram conferir papel de destaque ao potencial hídrico do município. Conforme assinalado acima, embora este potencial fosse mencionado nas fontes documentais analisadas, a água não aparecia como temática crucial nas imagens e representações da cidade, delineadas em temporalidades anteriores. O decantado reconhecimento no âmbito institucional e o apoio de figuras de renome nacional e internacional não seriam suficientes para transformar Frutal em Cidade das Águas se os próprios frutalenses não incorporassem os ideais do projeto, adotando sua nova identificação. Assim, para erigir a história local em outra constituição simbólica, de certa forma a cidade necessitava ser refundada.

Desse modo, assumindo mais uma vez o papel de cronista, Silveira se empenhou em instituir uma nova cidade e em inscrevê-la na memória dos frutalenses também por meio da palavra poética. Em escrito estampado em um painel a decorar uma das instalações do Hidroex (Figura 27), sugestivamente intitulado *Frutal das águas e das rimas*, podia-se ler:

Quando brotou do chão, Frutal nasceu hídrica,/banhando suas terras na água generosa do Rio Grande./Molhada em um silêncio de século, Frutal virou fonte:/inspiração, poesia, cultura, História./Frutal virou palavra./Palavra funda, forte,/ que esgrima e exprime sua lavra./Águas de córregos, versos que lambem,/Poetas que guardam,/Artistas que expressam,/atores que interpretam,/Músicas que a cantam,/Cachoeiras que ecoam,/Córregos e rios que nos transportam/Em sonhos e viagens,/Como se fossem canoas./Água para banho, água para lavar a alma,/água para irrigar nossa Arte e nossa Cultura./Cidade e rima:/águas que vivem por baixo,/subterrâneas e secretas,/águas que passam por cima,/águas quentes no ventre da terra,/águas minerais que se revelam em sons e saís,/águas que fazem milagre na Mina Santa./Água tanta. Tanta água.../Frutal: minha palavra, sua História, nossa Cultura:/a água que chega para matar toda sede (SILVEIRA, 2013).

Fazendo uso da habilidade retórica, o autor apelou para o encantamento próprio da água, capaz de sensibilizar as pessoas tanto por ser imprescindível à vida, quanto por sua inegável força poética, por mais pueris que pareçam os versos destacados acima. Na palavra fundadora de Silveira, Frutal das águas não resultou de um processo empreendido por múltiplos sujeitos; antes, brotou do chão. Obra e graça da natureza, a cidade nasceu hídrica: potencialmente fecunda. Molhada em um silêncio de século (um tempo de esperas?), fez-se ato, tornando-se fonte: Frutal virou palavra – tomada de forma narcísica, *minha palavra* –, ganhou vida e fez história.

Atravessado por ambivalências, o poema atribuía à localidade uma origem supostamente hídrica, elegendo como singularizador um elemento que em nada distinguia Frutal de tantas outras urbes do planeta, formadas nas proximidades de cursos d'água, mais ou menos abundantes. Além disso, do mesmo modo que Platão no *Timeu-Crítias*, o narrador parecia ter encontrado “um *topos* onde situar sua *politeia* dita utópica: [desde] tempos tão antigos, sobre os quais ignoramos a verdade” (HADDAD, 2013, p. 212), a trajetória da cidade, e de seus moradores, se misturava ao fluxo das águas: *córregos e rios que nos transportam em sonhos e viagens como se fossem canoas*. De forma clara, os versos buscavam fixar um mito fundador para produzir uma versão nova da história da cidade – Frutal das águas e das rimas – a ser inculcada, pedagogicamente, nos cidadãos. Afinal, deter a narrativa da história da localidade no passado, presente e futuro permitiria deter o poder político em qualquer lugar ou *topos* da cidade.

Percebe-se também que o escrito intencionava atar o projeto em construção ao desejo pulsante nos imaginários da localidade: *água para lavar a alma*, corrigindo injustiças históricas; *água que chega para matar toda sede*, possibilitando alcançar a visibilidade sonhada.

Naturalizados pelo mito fundador, os sonhos a impulsionar os enunciadores de um novo tempo na história local apareciam como extensivos a todos os moradores de Frutal.



Figura 27 – Painel exposto no Espaço Ecocidadania – Hidroex. Frutal. 2013.
Fonte: Acervo de Octávio Brito.

Entretanto, contrariando o desejo dos planejadores, conforme analisado na primeira parte da tese, existem formas distintas de ver, viver e sonhar uma cidade, decorrentes das diferentes posições e visões de realidade dos diversos sujeitos, que vivem, convergem e divergem no espaço urbano. Por este ângulo, a falta de sentimento de pertencimento dos frutalenses comuns à sua (?) nova cidade, tantas vezes lamentada pelas elites, não se explicava pela demora em compreender a magnitude do projeto. De outro modo, sinalizava questionamento, recusa, estranhamento e, principalmente, indiferença em relação à tentativa de reinvenção do lugar – imposta, e não proposta, pelos segmentos dominantes, em seu esforço para impingir a toda população o seu próprio sonho urbano. Reduzidos a espectadores, em nenhum momento os cidadãos foram

chamados a debater os rumos da localidade, ou seja, a pertinência, o interesse ou a necessidade de dividir a história de Frutal em “antes e depois da Cidade das Águas”²⁵⁸.

Contra-pondo-se explicitamente ao papel que lhes fora conferido, alguns moradores se mobilizaram pelo direito de participar da suposta conquista, como visto na inauguração popular do Hidroex, em claro desafio à racionalidade exclusivista, e mesmo narcisista, presente desde a concepção do projeto. Todavia outros sujeitos viventes da cidade – a maior parte da população de Frutal, diga-se de passagem – simplesmente seguiram a tecer suas existências conforme as obrigações, inquietações, aflições, alegrias, novidades e poéticas mais ou menos prosaicas ao longo de seus cotidianos, indiferentes ao que se erigia como nova identidade local. Isso não significa dizer que os moradores estivessem alheios ao valor primordial da água ou mesmo insensíveis ao seu poder de encantamento. De maneira oposta, mostraram-se, na história pregressa e presente, atentos à importância do recurso hídrico, em sentido imediatamente utilitário e como fundamento geral da vida, a ponto de mergulharem, em alguns momentos, nas tensões entre os interesses privados e os direitos sociais a permear a temática na sociedade contemporânea.

Antes de abordar este aspecto, contudo, torna-se fundamental destacar que a propalada riqueza hídrica do município – *água tanta, tanta água...* –, curiosamente, parece não ter sido suficiente para poupar a população de problemas relacionados à distribuição do recurso, nem mesmo nas primeiras décadas da história da cidade, conforme se depreende das fontes examinadas. De acordo com os memorialistas, em substituição às precárias e insuficientes bicas de aroeira instaladas ao longo da Rua de Cima, a municipalidade inaugurou, em 1909, o primeiro serviço público de abastecimento de água, consistindo na canalização do líquido de uma caixa-reservatório até as residências localizadas no entorno da igreja²⁵⁹. Registrado em ata como um momento festivo e solene na história da cidade, o fornecimento da água potável foi abençoado desde a cerimônia de inauguração:

[...] partiu o grande prestito cívico, levando a sua frente a excelente banda de

²⁵⁸ “Ver nascer uma ‘nova cidade’ dentro da área urbana de Frutal é de ‘encher os olhos’ dos frutalenses. E saber que a história da cidade deverá ser, muito em breve, dividida em ‘antes’ e ‘depois’ da Cidade das Águas”. Cf. Uma cidade em obras. **Jornal Pontal**. Especial. Ano 6. n. 378. Frutal. 12 jun. 2014. p. 2.

²⁵⁹ Cf. BERNARDES, Claudia. **O abastecimento de água na cidade de Frutal** – tramas do espaço urbano ao longo da história. 2012. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em Geografia. UEMG, Frutal, 2012.

musica Lira Fructalense em demanda da Egreja Matriz, onde recebendo sob o palio o Revmo. e digno vigario Conego Ozorio Ferreira dos Santos, o conduziu até a Caixa-Reservatorio, situada em uma das collinas mais bellas da cidade. Acto continuo, o honrado e operoso agente executivo, o coronel Astolpho Vasconcellos, annunciou que ia ter logar a bençam e, convidando o grande numero de exmas. senhoras, previamente eleitas para paranymphear, a ocuparem os lugares que lhes eram destinados, empunharam ellas as vellas que lhes foram destribuidas. Então, o ilustre sacerdote, abrindo o seu Ritual, entoou as canticos sagrados attinentes ao acto e benzeu não só o Reservatorio, como tambem a chave do Registro Geral, da qual fôra paranymphe o prestigioso fazendeiro exmo. Sr. Coronel Delfino Nunes da Silveira. Findas as cerimônias religiosas e aberto o registro geral do Reservatorio, o digno agente executivo declarou em alta voz: Esta solemnemente inaugurada a agua potavel que, deste este momento, entrego á servidão da familia fructalense. [...] O povo, na ebriedade do seu justo contentamento, acclamava ruidosamente o Agente Executivo, a Camara Municipal, os governos da Republica e do Estado, o ilustre e competente engenheiro das obras da canalização [...] e diversos cidadãos grados da cidade. Estas ovações tocaram as raías do delirio. [...] Precedido da banda de musica, o prestito percorreu as principais ruas da cidade em ‘marche aux flambeaux’, saudando as autoridades [...] A passeata terminou [...] teve logar uma ‘soirée’ dançante oferecida aos paranympheos pela Municipalidade, a qual terminou pela madrugada, reinando a mais ridente cordialidade e inalteravel harmonia.²⁶⁰

Apesar da canalização da água ter levado a *familia fructalense* às *raias do delirio*, o serviço não alcançou todo o núcleo urbano, privilegiando a região central da cidade, onde residiam os chamados *homens de respeito do lugar*. Mesmo neste espaço restrito, contudo, o abastecimento se mostrou insuficiente. No ano de 1916, o *Jornal Cidade do Fructal* publicou:

[...] podemos informar que o digno agente executivo municipal, no louvavel intuito de regularizar a distribuição da agua da canalização publica, vae adoptar o systema de hydrometros, nas torneiras particulares. Meio pratico e viavel de obviar a apparente falta d’agua, que constitúe já hoje um clamôr publico, falta só devida ao desperdicio do precioso liquido pelo regime da torneira livre, – a medida, segundo estamos informados, não se fará demorada, já estando encomendados os aparelhos.²⁶¹

Segundo o cronista, a falta de água era aparente, pois decorria apenas do desperdício provocado pelo regime da torneira livre. No entanto, a adoção do sistema de hidrômetros para controle do consumo do líquido não deve ter apresentado a eficiência esperada, uma vez que

²⁶⁰ Acta da inauguração solene da agua canalizada na cidade de Fructal. 24 outubro 1909. In: PAULA, Álvaro Ferreira de. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Uberaba: Editora Vitória, 2004, p. 341-344.

²⁶¹ **Jornal Cidade do Fructal**. Anno I, n. 214. Fructal, 20 fev. 1916. s/p.

certo clamor público continuou a ocupar espaço significativo nas páginas dos jornais locais. Na edição de junho de 1945, o *Tribuna de Frutal* mencionou medidas tomadas pela prefeitura com o propósito de ampliar a rede de abastecimento: “água potável abundante, sabe-se a caminho de uma solução satisfatória, em vista do contrato firmado, pela nossa Prefeitura, com o engenheiro Romeu Scorzza, para a completa ampliação e reforma de nossa rede hidráulica”²⁶². As obras, que se esperavam concluídas em oito meses, não foram sequer iniciadas, provocando desapontamento nos cidadãos. Diversas matérias publicadas nas edições subsequentes expressavam indignação diante dos prejuízos causados aos cofres municipais pelo descumprimento do contrato²⁶³: “Que os culpados sejam punidos. O povo quer saber onde está o seu dinheiro”²⁶⁴. Para além da indignação provocada pelo prejuízo financeiro, a situação do abastecimento de água parecia realmente grave, como se pode inferir do comunicado feito pelo secretário municipal, Dilermando Mendonça, em setembro de 1945:

Em vista da sensível diminuição de água nos reservatórios, em consequência da seca reinante, a Prefeitura viu-se obrigada a proceder, em caráter de emergência, a um racionamento, distribuindo-a um dia sim, um dia não, a partir de segunda-feira, dia 17, em caráter geral. Esta medida concorrerá para que possam os reservatórios acumular regular quantidade de água para melhoria da distribuição. Mesmo assim, pedimos aos consumidores economisarem o gasto de água, pois, do contrário, mais se agravará a situação.²⁶⁵

Aos olhos de um cronista da cidade, o quadro assumia aspecto dramático no período da estiagem:

²⁶² Dois problemas essenciais esperam solução definitiva. **Tribuna de Frutal**. Ano I, n. 52, 13 jun. 1945, p. 2.

²⁶³ “Em 31 de janeiro deste ano [1945], foi firmado contrato, pela nossa Prefeitura Municipal, com o engenheiro, Dr. Romeu Scorzza, para a realização de parte das obras de abastecimento d’água desta cidade, compreendendo captação, construção de barragem, caixa de sucção, casa das máquinas, adutora e sub-adutora, e linha de recalque [...]. O serviço foi orçado em Cr\$ 150.194,00, tendo o engenheiro contratante recebido a primeira prestação correspondente a um terço do valor do contrato, no ato de sua assinatura. Pelo referido instrumento, obrigou-se o Dr. Romeu Scorza a dar início imediato às obras e a finalizá-las, como este jornal já o adiantou, dentro de oito meses após a assinatura do contrato, sob pena da multa [...]. Prestou o engenheiro-contratante, para a garantia da fiel execução do contrato, a caução de Cr\$ 10.000,00. Acontece, porém, que por desídia e incúria da administração municipal passada, as obras da reforma de nossa rede hidráulica não foram atacadas logo após a assinatura do contrato e, ainda hoje, apesar dos esforços do prefeito Americo Cirilo, o Dr. Romeu Scorza vem protelando o início dos trabalhos, com sensível prejuízo de toda a nossa população”. Cf. Por incúria da administração passada. **Tribuna de Frutal**. Ano 2, n. 19. Frutal, 29 jul. 1945, p. 1.

²⁶⁴ QUE os culpados sejam punidos. **Tribuna de Frutal**. Ano 2, n. 34. Frutal, 17 mar. 1946, p. 2.

²⁶⁵ MENDONÇA, Dilermando. Racionamento de água. **Tribuna de Frutal**. Ano 2, n. 23. Frutal, 25 set. 1945, p. 1.

Supridas hoje as nossas necessidades domesticas mais elementares por um serviço de abastecimento d'agua que data de 1909, quando muito menor o numero de habitantes da cidade, sujeita-se ainda agora a nossa administração ao suplicio permanente de quase morrer de sede. Anualmente, de Julho a fins de Outubro, e até mesmo a princípios de Novembro, epoca da estação seca, o problema da falta d'agua é sem duvida inquietante, tornando-se Frutal uma cidade virtualmente inhabitavel.²⁶⁶

Em que pese a inquietação do narrador, o *suplicio permanente de quase morrer de sede* não atingia da mesma forma todos os viventes da cidade *virtualmente inhabitavel*. A rede hidráulica abençoada na cerimônia de inauguração destinava-se “a prover ás necessidades de uma centena apenas de residencias”²⁶⁷, localizadas na parte central de Frutal, conforme destacado antes. Embora o município fosse percebido como “prodigamente dotado pela natureza, com mananciais próximos, abundantes e situados em nível superior ao da cidade”²⁶⁸, com o crescimento da população, o líquido passou a ser

distribuído racionadamente a todos os habitantes, exceto áqueles que, privilegiados, teem ainda hoje suas residencias fartamente servidas por ‘ligações diretas’ através de grossos encanamentos que vão ter ao chamado ‘cano mestre’ no manancial originário. Nada mais injusto e revoltante que essa regalia de que, até agora, gozam certas pessoas de influencia na cidade, quando centenas e centenas de outros frutalenses sofrem os rigores e privações oriundos da falta de água abundante, distribuida apenas por instantes aos seus predios residenciais. De Julho em diante, então, a situação se agrava [...]. Nem Moisés faria brotar da rocha, por milagre ou sortilégio, o elemento liquido essencial. E ainda assim, aí estão as ‘ligações diretas’...²⁶⁹

A apropriação e o uso desigual das águas se apresentavam também de outras formas, além das denunciadas pelo cronista, como se depreende do relato de duas moradoras antigas de Frutal. Adelina Batista de Mendonça, hoje com cem anos de idade, ao narrar sua trajetória de vida, declarou que se mudou da fazenda Matinha para o bairro Brejinho na década de 1940. Largada do primeiro marido, trabalhou como pôde para criar os quatros filhos, dividindo o tempo entre a costura e a lavação de roupa para fora. Na casa simples em que residia, disse ter vivido longe do

²⁶⁶ Agua para Frutal: um problema básico à espera de uma solução imediata. **Tribuna de Frutal**. Ano 2, n. 29. Frutal, 25 dez. 1945, p. 2.

²⁶⁷ Agua para Frutal. **Tribuna de Frutal**. Ano 2, n. 40. Frutal, 09 jun. 1946, p. 1.

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ Ibidem.

cano mestre e das regalias das pessoas de influência, “não tinha luz, não tinha água. Água de cisterna. A gente lavava roupa, eu lavei muita roupa pra fora puxando a água no balde. Eu sei que a água aqui era só no meio da cidade, mais pra cá era só cisterna”²⁷⁰. Na sequência do relato, rememorando as dificuldades enfrentadas no decorrer da existência prolongada, Adelina repetiu, como a falar consigo mesma: “a água que tinha antigamente não era aqui, não, é pra lá. [...] De primeiro, era difícil”²⁷¹. E completou, com relativa altivez: “a gente lembra que a gente era forte”²⁷².

Anésia da Silva Arruda também precisou ser forte. Nascida em 1930, em Aparecida de Minas (distrito de Frutal), transferiu-se com a família para a cidade em busca de trabalho, em meados do século XX, vindo a residir nas imediações do antigo Mangueirão. Na luta pela sobrevivência, ela e a mãe transformaram em profissão a habilidade para fazer roscas, bolos, doces e comidas para festas: “eu fazia de um tudo, minha filha. Depois que eu parei mesmo, que eu continuei só mesmo com os doces. [...]. Ah, o povo falava que o Natal é dia de fazer muita comida, de comer bem. Mas nós não tinha nem tempo de comer, de tanto que fazia para os outros”²⁷³. Tanta labuta não liberava Anésia, e outras mulheres negras e pobres, da sobrecarga dos demais trabalhos domésticos. Na lida diária, ela também se recorda que a água era retirada de cisternas:

As mulheres... era assim: umas lavava roupas; outras passava. [...] mas nós... tudo trabalhava muito, as mulheres daquela época trabalhavam muito mesmo. E parece, menina, que é até hoje. [...] nós tudo tinha cisterna. [...] É um poço, a gente fala cisterna, mas é poço. [...] mas dá trabalho demais poço. [...] E outra, quando chove [...] quando eu arrumava gente pra limpar, porque tinha que entrar, eu até queria sair de casa, de medo daquilo desmoronar em cima da pessoa.²⁷⁴

²⁷⁰ MENDONÇA, Adelina Batista de. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 11 abr. 2012. [Acervo pessoal da autora].

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ ARRUDA, Anésia da Silva. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 29 set. 2012. [Acervo pessoal da autora].

²⁷⁴ Ibidem.

Os problemas e riscos mencionados por Anésia não se limitavam apenas à época das chuvas. Nos períodos de estiagem, muitas vezes, a água da cisterna secava: “aí tinha que arrumar um homem que furava assim, pra rebaixar, por exemplo, tinha vez que tinha que furar mais um metro. Até dar outro olho de água, pra você ver o que nós passou”.²⁷⁵ Ao narrar o que sua família passou, o esforço para retirar o líquido do poço foi lembrado em detalhes. A água era de boa qualidade, mas

[...] difícil era só do’cê tirar. Minha mãe fazia o polvilho, fazia farinha, farinha de mandioca, fazia em casa. Chegava aquele mundo de mandioca, ela fazia de a meio com os fazendeiros. Por exemplo, se desse duas latas, uma era dela e a outra do fazendeiro. Sô! Era a gente que tinha que tirar a água, porque pra fazer o polvilho, cê tem que lavar a massa. Você rala mandioca e aí vai pondo água, vai coando até acabar o polvilho e deixa assentar. Nós tirava tudo na cisterna. Eu e o meu irmão. Minha mãe fazia assim, a corda com um pau e amarrava uma corda, eu pegava de um lado, ele pegava do outro, pra nós puxar. Quando chegava lá, ela pegava e despejava, nós tirava o dia inteirinho... porque gastava água demais.²⁷⁶

A produção do polvilho – dito de outra forma: a sobrevivência da família – dependia diretamente da obtenção de água em grande quantidade, o que tornava o trabalho ainda mais desgastante. A lembrança dos esforços empreendidos num cotidiano de labutas emerge em outros momentos do relato:

Eu mesma não tinha casa, eu morava de casa alugada. Eles faziam assim, um cômodo, um quadrinho com quatro paredes, uma porta e fazia, às vezes, mandava fazer [...] um chuveiro (um latão) e punha coisas pra correr água. Então, a gente mornava a água e punha de carretilha (é uma corda). Aí punha um gancho assim lá na parede [...] dava um laço assim, prendia lá. Aí a hora que cê queria pôr água pro’cê tomar banho, o’cê tirava de lá e punha água, depois puxava, prendia lá e abria a torneirinha e cê tomava banho. Quando tinha isso... tinha uns que nem isso tinha, tomava banho de bacia, mornava a água e despejava. Tem dia que eu conto para os meus netos [...] o jeito que a gente foi criado.²⁷⁷

²⁷⁵ ARRUDA, Anésia da Silva. Op. cit.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ Ibidem.

Como se pode perceber, distante do centro de Frutal – não apenas geograficamente, mas também social e simbolicamente –, afastada da *torneira livre* e de quaisquer outros privilégios, a cidade das Anésias e Adelinas não se delineava como uma dádiva hídrica, mas como um lugar de muito trabalho para a obtenção do líquido imprescindível à vida. Nas memórias das duas mulheres pobres, mesmo as ações mais mezinhas, como o banho, apareciam envoltas em dificuldades.

Nos jornais publicados nas décadas de 1950, o abastecimento de água permaneceu retratado como um problema. De um lado, o tom de revolta frente à inoperância da municipalidade:

Por várias vezes tecemos comentarios em torno do cruciante problema da falta d'agua na cidade, cujo consumo vem aumentando dia a dia. Sugerimos até a colocação de uma bomba abaixo do serviço de captação, a fim de aproveitar a agua de outras nascentes. Nosso apelo foi em vão. A prefeitura vem procrastinando a melhoria sob a alegação de não haver numerário para as despesas, com a esperança nas chuvas para minorar ou normalisar a situação, que está se tornando insuportavel. O certo é que em consequencia das poucas chuva a agua esta diminuindo assustadoramente. Acresce ainda que a falta de proteção dos mananciais contra o fogo veio concorrer para esse estado lastimavel. Que se dane o contribuinte! Que vá tomar banho nas aguas sujas do ribeirão Frutal! Não, não está certo [...]. O contribuinte reclama com razão.²⁷⁸

De outro lado, o registro de que existiam limitações orçamentárias para a prefeitura solucionar, a contento, o problema:

Em vista da elevada soma de dividas recebidas de seu antecessor [...] o prefeito Necime Lopes da Silva não pôde, ainda, enfrentar certos problemas de sua plataforma de governo, o que será posto em prática após a melhoria da combalida situação atual das finanças municipais [...]. Outro problema que requer meticoloso exame é justamente o relacionado com as obras do novo abastecimento de agua desta cidade [...]. Não sendo fácil e rápido o aumento do empréstimo que possa ainda ser obtido, é problemática a execução das obras do novo abastecimento de agua [...], sem numerário suficiente para as elevadas despesas a serem realizadas, tudo será difícil [...].²⁷⁹

Estudo realizado por Claudia Lopes Bernardes (2012) confirma que o dilema do abastecimento de água em Frutal se estendeu por décadas, atravessando várias administrações

²⁷⁸ Critica a situação da água potável na cidade. **Tribuna de Frutal**. Ano IX, n. 196. Frutal, 07 dez. 1952, p. 4.

²⁷⁹ O que vai pelo município. **Tribuna de Frutal**. Ano XV, n. 287. Frutal, 19 abr. 1959, p. 3.

municipais. No início dos anos 1970, “a cidade contava com 3.800 imóveis, entre residências e estabelecimentos comerciais. Desse total, apenas 14% [...] recebiam o benefício de [...] água canalizada, totalizando 532 imóveis” (BERNADES, 2012, p. 30). As medidas tomadas pela municipalidade, como perfuração de poços, atenuavam o quadro temporariamente, mas não eliminavam as dificuldades enfrentadas pelos moradores. A distribuição de água continuava restrita a uma pequena parcela da população e o fornecimento do líquido, que não passava por nenhum tipo de tratamento, era realmente muito irregular. Esta situação caótica foi evocada pelo ex-prefeito Celso Arantes Brito para justificar suas iniciativas visando transferir a prestação do serviço da prefeitura para a recém-criada COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgotos), mais tarde denominada COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais)²⁸⁰:

Quando eu assumi a prefeitura substituindo o João Carlos [1964], mas estava um caos completo, total, geral. Você abria a torneira ou saía barro ou não saía nada. Não tinha nada mesmo. Aí, eu consegui uma máquina com o estado, um equipamento e perfurei os poços artesianos, três poços. E construí uma adutora até a caixa. [...] concomitantemente trabalhei pra trazer a COMAG.²⁸¹

As negociações com a antiga COMAG tiveram início em meados dos anos 1960, mas a assinatura do contrato, com vigência de 30 anos, ocorreu somente em 1972.²⁸² Em decorrência da precariedade do serviço oferecido pela prefeitura, a contratação da companhia estadual parece ter sido percebida pelos frutalenses como uma medida positiva. Uma matéria publicada no jornal *Tribuna do Triângulo* apresentou uma retrospectiva dos esforços (considerados infrutíferos) empreendidos com o propósito de solucionar o problema do abastecimento de água na cidade,

²⁸⁰ “Em 5 de julho de 1963, foi criada, por meio da Lei Estadual nº 2.842, a Companhia Mineira de Água e Esgotos (COMAG), com a finalidade de definir e executar uma política ampla de saneamento básico para o Estado de Minas Gerais. Até então, o Estado não tinha uma política de saneamento [...]. Em 1971, estabelecendo as metas a serem alcançadas pelo país no setor de saneamento, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). [...] A partir daí, a COMAG começou a passar por uma série de modificações para se ajustar às necessidades da Política de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais, entre elas, a alteração de seu nome para Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA–MG), por meio da Lei 6.475/74. A principal atividade da COPASA é a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário”. Cf. A história da COPASA. Disponível em: http://www.copasa.com.br/media2/RelAnual2011/Copasa/copasa.html#historia_da_copasa. Acesso em 23 jul. 2017. Desde 2006, a COPASA é uma empresa de economia mista, sendo o estado de Minas Gerais seu acionista majoritário.

²⁸¹ BRITO, Celso Arantes. Op. cit.

²⁸² O contrato inicial concedia à COPASA apenas o serviço de captação, tratamento e distribuição de água. O esgotamento sanitário do município foi transferido à empresa doze anos depois, em outubro de 1984. Cf. BERNARDES, 2012, p. 34.

desde meados do século XX. Ao final do escrito, o cronista retratou o estabelecimento da COPASA como a realização de um sonho:

Data de 1.944 a 1ª luta da Prefeitura Municipal de Frutal pela substituição do atual serviço de abastecimento de água, que havia sido inaugurado no longínquo ano de 1.909 [...]. Nada de positivo, se conseguiu naquele ano, continuando a precariedade do serviço por mais 13 anos. Em 1.957, nova tentativa, cujos resultados também foram infrutíferos. Em 1.961 novo brado se levantou em favor da nova água, sem contudo ter havido ressonância. Em 1.964 a Prefeitura, na pessoa do sr. Prefeito daquela época, partiu para a perfuração de dois (2) poços semi-artesianos, cuja decisão foi providencial, pois a despesa com este tipo de abastecimento a Prefeitura pode acudir, justamente numa época em que a falta de água era gravíssima na cidade... Feita uma tentativa, em 1.969, no sentido do aumento dos poços para completar a rede, não se conseguiu lençol de água em condições de garantir o abastecimento total... O epílogo desta luta quase trintenária está focalizado no Minas Gerais do dia 25 de outubro próximo passado, onde se lê: Frutal terá novo serviço de abastecimento [...]. Dentro de poucos dias as obras serão colocadas em concorrência pública e em breve teremos o tão sonhado abastecimento de água.²⁸³

Nos relatos das antigas moradoras, coletados no início da década de 2010, a implantação da empresa em Frutal, ocorrida há quarenta anos, ainda encontrou ressonância. Adelina, por exemplo, destacou a decorrente ampliação da rede e a regularização do fornecimento do líquido: “Depois [...] que pôs essa água, a COPASA [...] nunca mais faltou. [...] aí pôs na cidade inteira”.²⁸⁴ Nas lembranças de Anésia, a água fornecida pela prefeitura era “muito ruim. Tinha, mas ficava mais sem a água. E não era tratada. Aqui quando você ia lavar roupa, a roupa amarelava tudo, porque não era tratada. Aí depois veio a COPASA [...]. Nossa! [...] Aí que arrumou a cidade, mas foi uma beleza!”²⁸⁵.

Ao rememorar, as entrevistadas – que vivenciaram, cotidianamente, as dificuldades para obtenção do líquido – deixavam transparecer um duplo sentimento de satisfação com a chegada da COPASA: o abastecimento da cidade foi finalmente regularizado e a água fornecida era considerada de melhor qualidade: *mas foi uma beleza!* Pier Giorgio Senesi, gerente local da empresa à época de sua instalação em Frutal, também recordou com emoção: “tinha uma caixa

²⁸³ Jornal **Tribuna do Triângulo**. Ano I. n. 21. Frutal, 04 nov.1972, p. 01.

²⁸⁴ MENDONÇA, Adelina Batista de. Op. cit.

²⁸⁵ ARRUDA, Anésia da Silva. Op. cit.

d'água, que ficava bem lá em cima, mirrando uma aguinha para a cidade toda e, quando inaugurou, que soltou aquela água, aquele mundo de água..."²⁸⁶. Mais adiante justificou a escolha do ribeirão Frutal como manancial para abastecer a cidade: "o ribeirão Frutal era o [...] que tinha mais água do que todos os outros córregos. Dava mais água que o Jaó, mais água que o da Rocinha. E o Jaó e o da Rocinha se juntavam tudo no córrego Frutal e formavam o ribeirão Frutal"²⁸⁷.

No entanto, a despeito dos aspectos reconhecidos como positivos tanto pelas antigas moradoras quanto pelo gerente da companhia, com o estabelecimento da COPASA, os frutalenses começaram a enfrentar novos problemas referentes à água, como se pode depreender do próprio depoimento de Senesi:

[...] houve uma expansão grande de aumento de ligação de água. Começaram com 3.200 ligações para passar para quase 8.000 em pouco menos de seis meses. Houve também, em princípio, uma pequena resistência em pagamento, mas, na conversa, no atendimento, eu tinha um pessoal que atendia a população, pessoal excelente, [...] não houve nada de agressividade [...].²⁸⁸

Como relata o encarregado, no momento da instalação da COPASA em Frutal, houve uma pequena resistência em relação ao pagamento das tarifas. Em sua visão, os funcionários da empresa conseguiram contornar o questionamento dos moradores por meio de conversa.

Com o passar do tempo, porém, a pequena resistência cresceu, a ponto de se converter em um *Movimento pela Redução das Tarifas*, justamente no período em que o desejo de modernização urbana pulsava de maneira forte no imaginário político local.

Pelo contrato assinado com a prefeitura, a COPASA seria responsável pela prestação do serviço de água e esgoto na cidade até o ano de 2003. Entretanto, em dezembro de 2000, nos últimos dias de seu mandato, o prefeito Luís Antônio Zanto Campos Borges (1997-2000) assinou um termo aditivo que prorrogava a concessão por mais trinta anos, provocando forte descontentamento na população. Inconformados com as tarifas praticadas pela empresa, muito acima das cobradas nos municípios vizinhos em que a COPASA não operava, os moradores

²⁸⁶ SENESI, Pier Giorgio. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 05 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ Ibidem.

aguardavam com ansiedade a abertura de um processo licitatório para contratação de outra empresa. Segundo o fotógrafo frutalense Edevaldo Santana, um dos líderes do movimento: “Nós entendemos que [o contrato] venceu em 19 de abril de 2003. E aquele que o Zanto fez [...] não passou na câmara. [...]. Nós entendemos até hoje que é vencido”.²⁸⁹ Em 2006, o movimento *supitou*, conforme expressão do entrevistado:

Já era uma tarifa alta e com a escassez dos recursos hídricos, como Frutal passou a não ter mais praticamente água de superfície, em 2006, a COPASA reduziu a taxa mínima de dez mil litros para seis mil e colocou [...] [a tarifa do] esgoto em cima do que gastasse de água. Então, além do cidadão ficar agredido com pouca água, se ele gastasse [...] dois mil litros a mais, ele pagaria quase o dobro. A cobrança da tarifa da água [...] gerou um transtorno e um prejuízo grande.²⁹⁰

No mesmo ano, os cidadãos sentiram-se ainda mais *agredidos* por conta de um decreto assinado pelo governador Aécio Neves, que instituía a cobrança de esgoto sobre os minipoços artesanais. Segundo Edevaldo, em Frutal, existiam

[...] uns 1.200 poços perfurados, inclusive o meu [...] a cobrança, nós consideramos absurda, porque ela estipulava [...] cem mil litros de esgoto por cada minipoço. Isso geraria uma tarifa mensal para cada dono de minipoço de trezentos e oitenta e seis reais [...] eu fiquei conhecendo [...] meu colega [...] Eurípedes Adão da Silva, o Pelé. Ele tinha um lava jato [...] ele pagava apenas vinte e um reais de esgoto. Então vinte e um reais para trezentos e oitenta e seis seria praticamente impossível, sendo que o aluguel do lava jato era cento e cinquenta reais [...]. Eu convidei ele para ir na rádio [...] falamos claramente com a população [...]. A COPASA ia no rádio também dizendo que o tratamento de esgoto era de primeiro mundo.²⁹¹

A polêmica mobilizou a cidade entre os anos de 2006 e 2007. Além de passeatas pelas ruas de Frutal, os integrantes do movimento buscaram os espaços oficiais: “várias vezes usei a tribuna da câmara, tanto eu como o Pelé”²⁹², reivindicando a anulação do contrato e a imediata redução das tarifas. Houve momentos em que os ânimos se acirraram, como recorda Edevaldo

²⁸⁹ SANTANA, Edevaldo. [Entrevista concedida à autora]. Frutal, 09 jul. 2017.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Ibidem.

Santana, ao se referir a uma das concentrações realizadas em frente à Estação de Tratamento de Água (ETA) da COPASA:

[...] estavam muito exaltados [...] descemos em frente a estação da COPASA, eles queriam quebrar, nós não permitimos isso, porque acreditamos que o patrimônio é do povo de Frutal, não pertence mais a eles. Está na mão deles até hoje, mas por falta de ação política.²⁹³

Segundo matéria publicada pelo jornal *Pontal do Triângulo*, “como resposta, o movimento de usuários da COPASA ouviu um sonoro *não*”.²⁹⁴ Uma imagem ilustrando a matéria retratou um dos momentos em que populares – alguns deles usando camisetas com dizeres alusivos ao movimento – ocuparam a câmara, cobrando uma solução. Nos rostos tensos, a expressão de desapontamento e indignação, traduzida pelas palavras escritas em um cartaz erguido por uma das manifestantes:

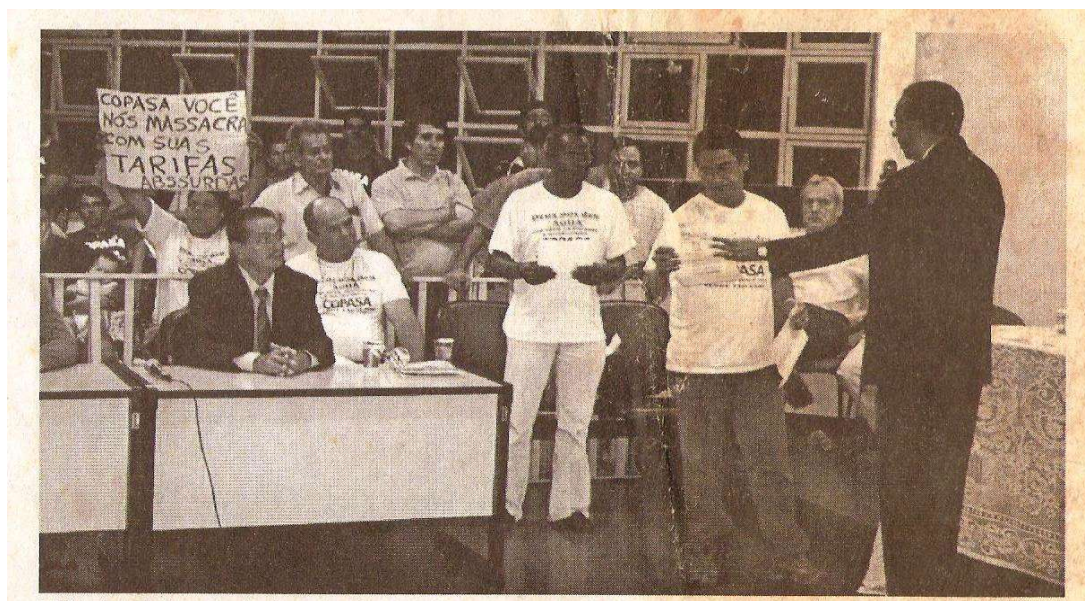


Figura 28 – Usuários da COPASA reunidos na Câmara Municipal de Frutal. Outubro de 2006. Fonte: Acervo de Eurípedes Adão da Silva.

²⁹³ SANTANA, Edevaldo. Op. cit.

²⁹⁴ MENDES, Éder; OLIVEIRA, Zilma de. Problema envolvendo a COPASA gera troca de acusações entre procurador e ex-prefeito. *Jornal Pontal do Triângulo*. Ano XVII, n. 859, Frutal, 20 out. 2006, p.1.

Os dizeres estampados nas camisetas reproduziam o *slogan* do movimento, impresso também em adesivos fixados em carros que circulavam pelas ruas da cidade. Para além de um simples maniqueísmo, visivelmente a oposição entre deus e o diabo prestava-se a questionar a lógica mercadológica a permear a distribuição de um recurso da natureza:



Figura 29 – Adesivo com *slogan* usado pelo Movimento pela Redução das Tarifas – 2007
Fonte: Acervo de Eurípedes Adão da Silva.

No que concerne ao valor cobrado sobre o esgoto dos minipoços artesanais, de acordo com Edevaldo Santana, o movimento obteve êxito. Após a realização de uma audiência pública na cidade, a tarifa foi reduzida de trezentos e oitenta e seis para vinte e oito reais.²⁹⁵ Os valores cobrados sobre o líquido, contudo, não sofreram redução, como desejavam os manifestantes, e a prorrogação do contrato entre a prefeitura de Frutal e a COPASA não foi anulada.²⁹⁶

²⁹⁵ “Isso tudo foi resumir numa audiência pública, que nós conseguimos apesar da forte resistência. Os vereadores, na época, queriam fazer em Araxá, longe da gente, longe da população. Fizemos a audiência pública aqui. Repudiamos totalmente aquela cobrança e foi abaixada para vinte e oito reais. [...] Durante muito tempo, persistiu esse preço. Hoje o valor, no ano de 2017, está em noventa e cinco reais”. SANTANA, Edevaldo. Op. cit.

²⁹⁶ Cf. Associação questiona prorrogação de contrato sem licitação em Frutal (MG). Brasília 05 set. 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/PORTAL/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71076>. Acesso em: 23 ago. 2017. E ainda: “O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 120, proposta pela Associação de Proprietários de Fontes Alternativas de Água e Esgoto (Aprofaae) contra o município de Frutal (MG) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). A associação pretendia questionar um aditamento contratual, sem licitação, firmado entre o município e a Copasa para prestação de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos. Como o contrato original foi firmado por meio de duas leis municipais em 1973 e 1983, anteriores à Constituição de 1988, o aditamento não poderia ocorrer porque fere o princípio fundamental da licitação pública, alega a associação. No entanto, o relator, ministro Carlos Ayres Britto, negou seguimento (arquivou) à ADPF porque, nos termos do inciso I, do artigo 2º da Lei 9.882/99, a legitimação para propor esta ação constitucional é restrita aos habilitados para a

No início do decênio de 2010, quando os edifícios da Cidade das Águas começavam a ser erguidos, outra polêmica mobilizou a cidade, agora referente à qualidade da água consumida pelos frutalenses:

O problema foi a instalação do lixão em cima da nascente do ribeirão Frutal, em 2003, pelo ex-prefeito Toninho Heitor. [...] Um pouco abaixo da nascente do ribeirão, havia um grande pomar e todos nós sabemos que o veneno de laranja é muito forte [...] uma desgraça só é pouco, começaram a jogar em larga escala o lixo hospitalar também. Tudo isso a gente tem documentado, filmado [...] a nascente do ribeirão recebeu todo tipo de lixo [...] tudo que não presta [...]. Tempos depois, o biólogo Querino França Vasconcelos [...] começamos a andar juntos e a filmar e gravar algumas coisas. Foram instalados minipostos de observação [...] e as análises que foram feitas simplesmente ficaram alarmantes, porque a tolerância no organismo do chumbo e do alumínio é de 3 miligramas por litro [...] onde foi instalado o lixão, constatou-se 38 miligramas por litro, muito acima do que o ser humano pode suportar. E no segundo ponto de observação [...] foi constatado 108 miligramas por litro. [...] Isso em 2011, 2012. [...] A empresa COPASA nega de pés juntos [...]. Eles apresentam a análise deles.²⁹⁷

Na *Frutal das águas e das rimas*, os córregos e rios transportavam sonhos. Na cidade de Edevaldo e Pelé, de Anésias e Adelinas, as águas do ribeirão Frutal recebiam *todo tipo de lixo, tudo que não presta*, comprometendo a qualidade do manancial que abastece a população. No período em que houve a instalação dos minipostos de observação, mencionados pelo entrevistado, o Hidroex já atuava em Frutal. Questionado se a fundação tomou conhecimento dos dados coletados, Edevaldo respondeu: “a iniciativa do Hidroex em relação ao problema foi [...] fazer umas análises, mas nunca foram divulgados os resultados”.²⁹⁸ E acrescentou, em tom triste e indignado:

Hoje fica ainda a revolta. Mas quem tem que tomar atitude com isso aí? É o poder público. [...] Nós nunca vimos iniciativa nenhuma [...] nós precisaríamos de ajuda. [...] Hoje fica a revolta. Nós corremos um risco grande. [...] Fica o dito pelo não dito. A força do poder contra a força do cidadão.²⁹⁹

ação direta de inconstitucionalidade (artigo 103 da Constituição)”. Cf. Arquivada ação contra a Copasa e o município mineiro de Frutal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=72585>. Acesso em: 23 ago. 2017.

²⁹⁷ SANTANA, Edevaldo. Op. cit.

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ Ibidem.

Mesmo sem entrar no mérito da contaminação ou não das águas do ribeirão, certamente as palavras de Edevaldo Santana ajudam a compreender a indiferença dos viventes comuns de Frutal em relação ao imaginário inventado – e propagado forçosamente – de Cidade das Águas. Como construir laços de pertencimento? Concebido com a missão utópica de mostrar ao mundo a preocupação e zelo com o meio ambiente, o projeto luminoso e grandioso não somente se revelava uma atopia – estranho, absurdo e descabido –, como também, de certa forma, afrontava os moradores locais, ignorados em suas queixas e denúncias sobre a qualidade da água consumida por eles diariamente. De resto, o sentimento de impotência e desamparo: *Nós nunca vimos iniciativa nenhuma [...] fica o dito pelo não dito. A força do poder contra a força do cidadão.*

4.3 Nas trilhas de Frutal, a água é santa?

Demonstradas outras percepções e usos, outros sujeitos e outras iniciativas políticas atuantes em torno dos sentidos da água em Frutal, também cabe demonstrar que, longe das projeções luminosas das elites econômicas e políticas locais, nas trilhas profundas do município de Frutal, correm, ainda, outras águas – algumas calmas e silenciosas; outras agitadas e barulhentas. Uma delas, com sentido particularmente forte, em seu fluir generoso, parece ser dotada de “um corpo, uma alma, uma voz” (BACHELARD, 2013, p.17)³⁰⁰. Alheia aos argumentos científicos e aos valores estabelecidos pelo mercado, há mais de cinquenta anos, uma nascente, considerada milagrosa, acolhe e ampara os cidadãos, em suas necessidades e aflições. Frutalenses ou não; a pé, de bicicleta, moto, carro, caminhão ou ônibus, os devotos buscam o território sagrado das águas dessa nascente, solitários ou em grupos, movidos pela fé. Muitos chegam exauridos, tomados pelo pó ou barro da estrada. Banham-se nas águas da mina santa e, em silêncio cúmplice, narram seus percalços e dramas, esperançosos de vencer as provações deste e de outros mundos: “a gente tem muita fé com a água e o barro daqui porque a gente vê

³⁰⁰ Gaston Bachelard, desafiando o paradigma moderno do conhecimento, caracterizado por dissociar racionalidade e emoção, perscrutou os diferentes tipos de imaginação, sob o signo dos quatro elementos materiais: água, terra, fogo e ar. Na obra *A água e os sonhos*, abordou especialmente o universo simbólico da água, dedicando-se a analisar como o ser humano constrói imagens ricas em sentidos e significados, tomando como referência este elemento permanentemente transitório, solvente, que nunca cessa de fluir: “mais que nenhum outro elemento talvez, a água é uma realidade poética completa” (BACHELARD, 2013, p. 17).

curar muita gente. E a gente sente: o remédio nosso [...] é aqui, essa água”³⁰¹.

A reverência à *água santa* de Frutal teve início em 1961, ano em que Maria Conceição Aparecida, mais conhecida como *Maria da Mina* ou *Maria da Água Santa*, afirmou ter sido curada de suas crises de dor de cabeça após ter se banhado nas águas da nascente: “Quando eu cheguei naquela fonte, eu vi uma mulher morena, eu nunca vi outra pessoa que parece aquela senhora. E ela falava: venha! Falava que eu fizesse alguma coisa e era para me banhar naquela fonte”.³⁰² Segundo Jerônimo Bernardo da Silva, irmão de Maria da Mina,

A Maria [...] nos momentos de crise, [...] fugia para o meio do mato. Um dia, um irmão meu acompanhou ela naquela hora de crise e ela chegou até essa bica. Ela disse que ouviu uma zoada igual um enxame de abelha, que cobria a cabeça dela. Ela lavou a cabeça nessa água e [...] falou assim: isso aqui é uma água santa.³⁰³

A notícia se propagou rapidamente e a fonte milagrosa passou a atrair devotos, provenientes não somente das cidades vizinhas, mas também de municípios distantes de Frutal, localizados em diferentes regiões do país.³⁰⁴ Olinda Silva de Abreu, irmã de Maria Conceição, relatou o início da romaria:

Ela falou que tava curada. [...] eles soube que ela sarou. Todo mundo ficou curioso e perguntava a ela e ela contava o jeito que foi e foi vindo as pessoas na água. [...] A gente pensava que aquilo era mais uma loucura dela. Mas aí viu que não era, porque ela mudou o comportamento.³⁰⁵

³⁰¹ Cf. FERNANDES, Thais; SOARES, Felipe. *Água Santa: a fé que brota da mina*. [Vídeo] Trabalho de Conclusão de Curso. Jornalismo – UEMG. Frutal, out. 2013. [Depoimento de Celina Alves Barcelos]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZQVuPyZL_hs. Acesso em: 03 set. 2017.

³⁰² Cf. *Na trilha do Pontalonline*. [Vídeo]. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Pontalonline – portal de notícias de Frutal e região. Frutal, 27 fev. 2016. Disponível em: <http://pontalonline.com/na-trilha-do-pontal-documentario-sobre-os-povoados/>. Acesso em: 03 set. 2017.

³⁰³ Cf. FERNANDES, Thais; SOARES, Felipe. *Água Santa: a fé que brota da mina*. [Depoimento de Jerônimo Bernardo da Silva]. Op. cit.

³⁰⁴ A romaria de Água Santa atrai pessoas de diferentes localidades, porém podem ser encontrados, em maior número, romeiros provenientes de Minas Gerais (principalmente das cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e dos estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Os devotos visitam o local o ano todo, mas o período de maior peregrinação a pé ocorre na segunda semana de outubro, em torno do dia 12, data da festa em louvor a Nossa Senhora Aparecida.

³⁰⁵ ABREU, Olinda Silva de. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 11 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

Diante do crescente afluxo de pessoas, Miguel Batista, então proprietário da fazenda Três Barras (onde se localiza a nascente), manifestou interesse em vender as terras no entorno da mina. A aquisição foi viabilizada pelos romeiros: “isso daqui o povo doou para ela. [...] A romaria [...] ajudou ela a comprar”³⁰⁶. Assim, com doações feitas pelos romeiros nos primeiros anos da peregrinação, Maria da Mina tornou-se, além de fundadora, dona da *Água Santa*, convertendo-se, a partir daí, em senhora do lugar, do ponto de vista material e simbólico. Em suas palavras:

Lá era um lugar de um sítio, de uma fazenda, de uma propriedade. [...] E aí começou aquele pessoal visitar e visitar e visitar, e onde eu ia, eles acompanhava. [...] eu tenho muita perseverança. Eu não tinha lugar de agasalhar aquele povo que chegava: *muié santa, muié santa, muié santa, ela faz milagre*. [...] chegava aquele pessoal, eles ganhava graça, eu via eles receber, não era eu ir lá e fazer isso pros outros achar que aquilo tava sendo importante. Eu via as pessoas receber graça e ficava emocionada.³⁰⁷

Aparentemente surpresa com o poder e a popularidade subitamente adquiridos – “nunca fiquei sabendo que eu tinha poder, não. Não pensava em nada, não [...]. Eu via, não sabia o porquê”³⁰⁸ –, a *muié santa* começou a se mobilizar para *agasalhar aquele povo que chegava*. As pessoas buscavam a mina para pedir graças, cumprir votos e agradecer as bênçãos recebidas. Algumas, porém, fixaram residência no lugar, dando origem a um pequeno e modesto povoado, localizado a vinte e quatro quilômetros do núcleo urbano de Frutal.

Como pode ser visto na imagem abaixo (Figura 30), o povoado de Água Santa formou-se em um sítio repleto de árvores frondosas, algumas centenárias:

³⁰⁶ ABREU, Olinda Silva de. Op. Cit.

³⁰⁷ Cf. **Na trilha do Pontalonline**. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Op. cit.

³⁰⁸ Ibidem.

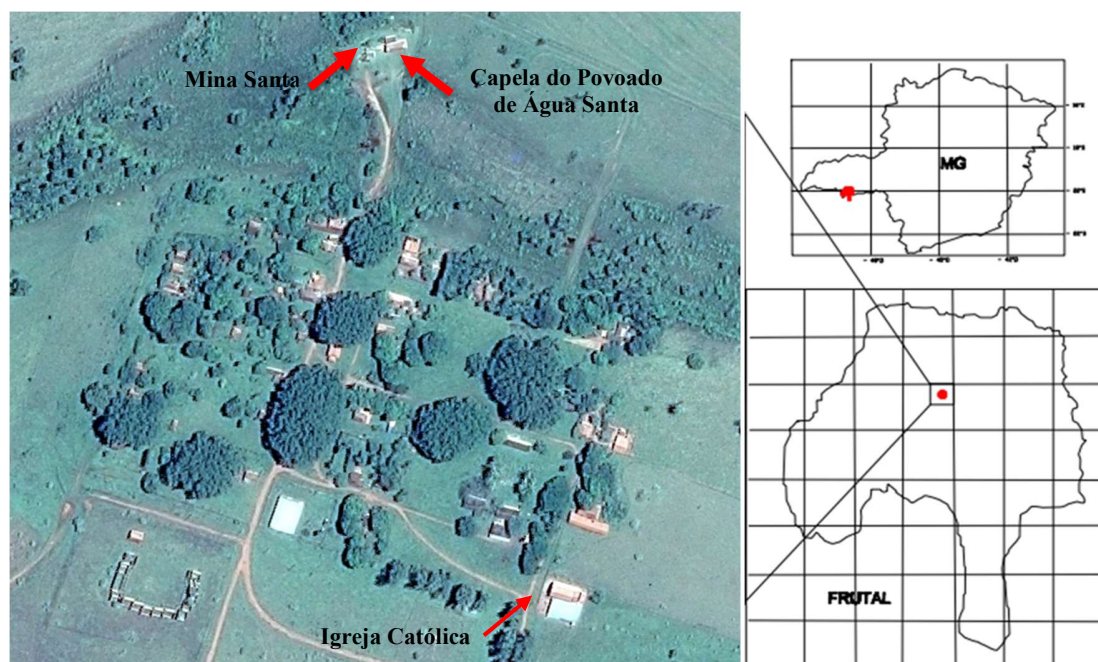


Figura 30 – Localização do Povoado de Água Santa – Município de Frutal – MG, 2017.
Organização: Ananda Veduvoto e Debora Pereira.

Ao lado da nascente, localizada ao fundo da vila, foi erguida uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, a quem Maria Conceição atribuiu o chamado para banhar-se na fonte. Numa placa afixada na entrada da igrejinha, pode-se ler: “Esta capelinha foi construída pelo público de devotos de Nossa Senhora Aparecida. Fundadora: Maria C. Aparecida. Faz. Três Barras. Direção de Obra: José de Almeida Souza. Olímpia. SP”.

A construção das casas a certa distância da mina possibilita o livre acesso ao líquido sagrado em dias de maior concentração de peregrinos.

Sob o comando da fundadora e senhora do povoado, os devotos, voluntariamente, fazem a manutenção da capelinha, conservando o ambiente limpo e ornamentado com imagens, velas, mantos, forros coloridos e flores de plástico, aberto para receber os fiéis durante o ano todo, em suas meditações e rezas diversas, individuais ou coletivas (Figura 31).

Curiosamente, como também destacado na figura 30, na extremidade oposta à mina santa, do lado de fora da cerca que contorna o povoado, existe outro templo religioso, construído e controlado diretamente pela igreja católica. No local, são celebradas as missas no período em que ocorrem as festas religiosas da Água Santa, uma vez que Maria da Mina não permite a ingerência dos padres no espaço por ela comandado. Como senhora da nascente sagrada, estabelece limites,

objetivos e subjetivos, para a atuação dos demais sujeitos interessados em assumir o controle dos rituais realizados no lugar.

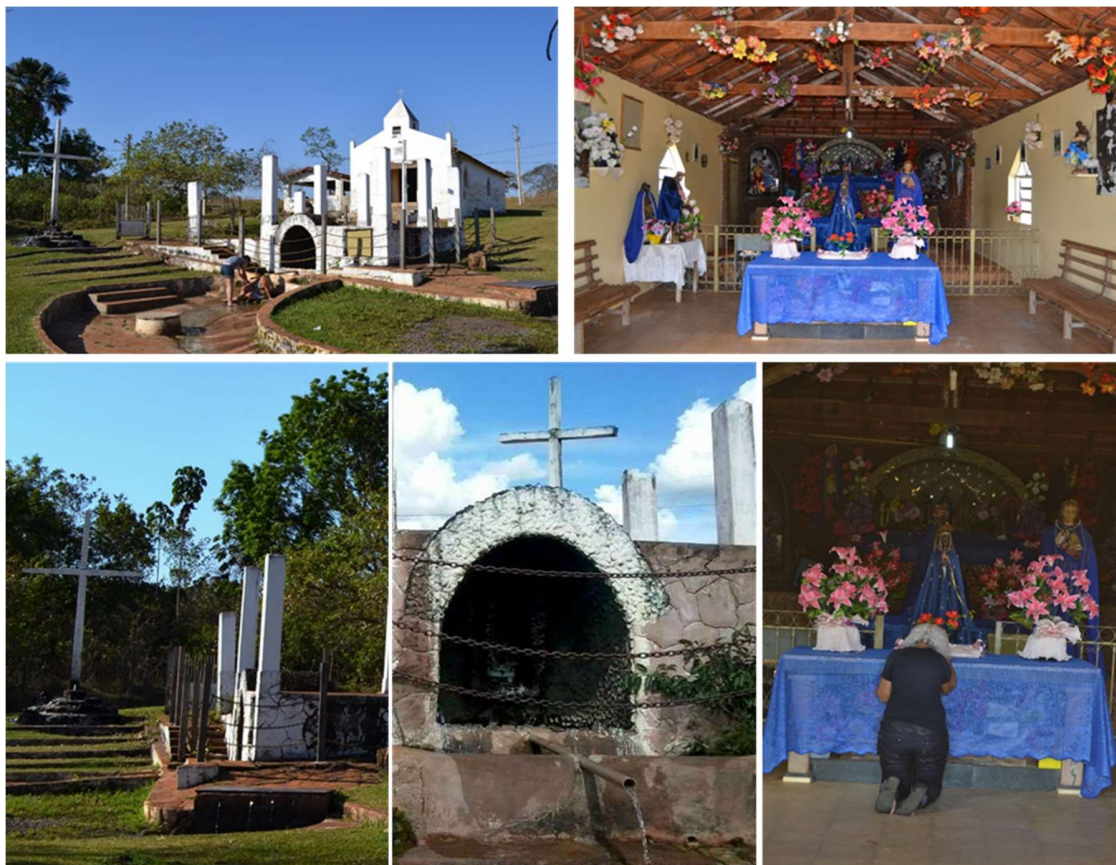


Figura 31 – Capela do Povoado de Água Santa. Detalhes internos e externos. Frutal-MG, 2017.
Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.

Nas três décadas que se seguiram ao início da peregrinação, o povoado passou por relativo crescimento. Com as doações dos romeiros, Maria da Mina iniciou um trabalho assistencial, abrigando crianças na *Instituição de Caridade Abrigo do Menor Maria Conceição*. Também idosos foram acolhidos por ela nos anos que se seguiram à formação do vilarejo: “eu trabalhava nas casas, meus pais eram muito pobres, não tinham alimento. [...] Meu pai [...] sentia bem de ajudar as pessoas menos favorecidas. [...] Parece que eu panhei uma obrigação de doar o serviço, porque nós passava muita falta”³⁰⁹.

Olinda rememora e justifica a iniciativa da irmã de dedicar-se ao acolhimento de crianças

³⁰⁹ Na trilha do Pontalonline. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Op. cit.

e idosos, vivendo, ela mesma, sob uma espécie de voto de pobreza: “[ela] criou muitas crianças, que hoje já é avô. [...] Tudo voluntário. [...] Para ser curada, ela fez uma intenção de trabalhar em benefício do povo. [...] aquilo é um sacrifício que ela faz”³¹⁰.

No decênio de 1980, a Água Santa passou a contar com energia elétrica, fornecida pela CEMIG, e com serviço de telefone. Ao lado do trabalho assistencial, um posto de saúde e uma escola municipal conferiam certo movimento ao lugar. À frente das residências simples, em barraquinhas, ou mesmo nas salas ou alpendres, os moradores improvisavam bares, restaurantes, dormitórios e lojinhas com artigos diversos, religiosos ou não. As visitas de devotos ocorriam o ano todo, mas se tornavam mais intensas, evidentemente, no período das festas religiosas, realizadas nos meses de maio, setembro e outubro. Fora do período de festividades, a movimentação, embora constante, não era suficiente para assegurar a sobrevivência das famílias que residiam no local, sendo necessário complementar a renda, empregando-se esporadicamente nas propriedades rurais situadas no entorno do vilarejo.

Desde os anos 1990, porém, o povoado começou a perder vitalidade, passando a dar os primeiros sinais de decadência, acentuada com o deslocamento de parte dos moradores para o núcleo propriamente urbano de Frutal. O processo se intensificou no decênio de 2000, pois o estabelecimento da Usina Cerradão nas proximidades da Água Santa, ao impulsionar o arrendamento de terras da região para o plantio da cana-de-açúcar e a consequente diminuição da oferta de emprego nos sítios e fazendas das redondezas, contribuiu para acelerar o processo de transferência das pessoas para as bordas da cidade, repetindo um roteiro comum no interior do país, nas últimas décadas. Paulatinamente, houve o esvaziamento do vilarejo, restando hoje pouco residentes, dentre os quais Maria da Mina e alguns de seus familiares. Ao comentar o declínio do povoado, Olinda de Abreu se expressa em tom de lamento: “o povo foi mudando, não tem serviço. [...] A gente vê a vila acabando, tá acabando. [...] Eu acho triste porque aqui já foi um lugar muito movimentado e era diariamente”³¹¹. As casas simplesmente foram abandonadas e a falta de demanda levou à desativação do posto da saúde e da escola municipal, conferindo ao local um cenário de ruína, conforme retratado nas figuras 32 e 33:

³¹⁰ ABREU, Olinda Silva de. Op. cit.

³¹¹ Ibidem.



Figura 32 – Povoado de Água Santa, 2017.
Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.



Figura 33 – Povoado de Água Santa, 2017.
Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.

Como se pode perceber, as árvores se expandem na Água Santa e tomam conta do lugar, delineando uma paisagem de sombras amplas e generosas, que contrasta com o aspecto desolador das antigas construções. Ao vicejar com vigor, a natureza imponente expõe ainda mais a fragilidade dos telhados, das paredes, das casas vazias e arruinadas pelo tempo e abandono.

Todavia, o olhar observador permite constatar marcas de pneu na rua de terra – exatamente no trecho que conduz o visitante à mina santa. Em vista disso, pode-se concluir que o líquido precioso continua a atrair a visita à vila e os devotos, indiferentes ao declínio do povoado, seguem a se banhar na nascente sagrada, em devoção silenciosa, solitários ou em grupo, durante o ano todo. Assim, a Água Santa sobrevive em desafio diário ao aparente abandono. Mas é no período das festividades que, surpreendentemente, a vida parece brotar com força das ruínas do povoado. Especialmente em torno de 12 de outubro, quando se comemora o dia de Nossa Senhora Aparecida, o espaço se transmuta para receber milhares de pessoas.³¹²

Fiéis à tradição, alguns voluntários chegam ao local na semana que antecede o evento para auxiliar no trabalho de limpeza e organização do lugar. A prefeitura envia funcionários, porém a atuação da municipalidade ocorre nos limites determinados por Maria da Mina, que estende a outras autoridades constituídas a interdição imposta aos padres. Folhas são rasteladas, galhos cortados e retirados e os troncos das árvores recebem uma camada de tinta branca. Também as ligações elétricas e de água passam por reparos e são instalados banheiros químicos, montando-se uma estrutura que, apesar dos esforços, revela-se insuficiente e precária para atender a demanda. Ainda assim, os visitantes comparecem todos os anos em número visivelmente surpreendente.

Não existe um planejamento sistemático dos eventos, nem propaganda oficial, como declara José Eurípedes Plascidino, conhecido por *Zé Oripe*, filho adotivo de Maria da Mina³¹³, um dos responsáveis pela organização das festas: “não tem propaganda chamando os romeiros

³¹² Embora não existam dados seguros, as estatísticas apontam mais de dez mil visitantes na semana da festa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, cuja culminância se dá em 12 de outubro. É neste período também que ocorre a maior peregrinação a pé.

³¹³ “[Sou] Filho de criação. É porque eu fui soltado na porta da casa dela. [...] Na época que eu fui criado aqui, nós era em quarenta e dois meninos homem. Naquela casa de cá, lá morava ela e tio Pedro, e os homens ficava ali mesmo. Lá na dona Ana, que era mãe dela, era umas vinte e poucas mulheres, menina mulher, ficava com mãe dela, era tudo separado”. Cf. PLASCIDINO, José Eurípedes. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 10 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

para ir lá para participar da festa e não tem propaganda chamando o pessoal para ir vender ou comercializar qualquer coisa lá. E isso acontece é o de boca a boca”³¹⁴.



Figura 34 - Preparativos para a festa do Povoado de Água Santa.
Ao centro, Maria da Mina. 2012. Fonte: Acervo pessoal da autora.
Montagem: Ananda Veduvoto.



Figura 35: Devotos da Água Santa, outubro de 2017.
Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.

Dessa forma, na sombra das árvores e em meio às ruínas, indiferentes à precariedade da estrutura montada, os devotos e pagadores de promessa juntam-se aos vendedores ambulantes, aos visitantes comuns e aos curiosos – oriundos das cidades da região ou provenientes de Frutal,

³¹⁴ PLASCIDINO, José Eurípedes. Op. Cit. Cabe ressaltar que, por extrapolar os objetivos da análise aqui empreendida, a pesquisa não visou compreender a produção propriamente dita das festas da Água Santa, nem intencionou perscrutar os diversos sujeitos e interesses envolvidos.

sejam naturais da localidade, sejam moradores recém-chegados, os chamados *maranhão* – e formam um movimentado acampamento, no qual se misturam múltiplas práticas, sagradas e profanas: “uns vai para cumprir voto, outros vai para explorar o comércio, para ganhar dinheiro”³¹⁵.



Figura 36 – Festa do Povoado de Água Santa, 12 de outubro de 2017.
No alto, à esquerda, Maria da Mina. Fonte: Samir Alouan.
Montagem: Ananda Veduvoto.

³¹⁵ PLASCIDINO, José Eurípedes. Op. Cit.



Figura 37 – Festa do Povoado de Água Santa, 12 de outubro de 2017.

Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.

Muitos vão para se divertir, namorar, dançar nos forrós ou assistir apresentações de grupos de folia de reis, capoeira, entre outros. Tomado por sujeitos anônimos (uma gente humilde das beiradas, “que não se adequa ao paradigma”³¹⁶), o espaço ganha vida, revestindo-se de uma diversidade de cores, cheiros, sons e de *rostos surreais* – “nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade” (BENJAMIN, 1993, p. 27) – capaz de impactar a sensibilidade de qualquer observador.

A própria Maria da Mina ainda parece se surpreender e se preocupar com o movimento, apelando à santa para manter a segurança da multidão:

[...] em época cerimonial e nos dias das festividades, é uma imensidão de gente. Eu não sei de onde sai tanta gente. [...] Aquilo me incomoda com a segurança daquele povo, para mim cuidar, para mim zelar, para mim fazer isso, fazer aquilo. Aí deixo aí a vila a serviço do povo. E eu fico como auxiliar de saúde, como auxiliar de alimento. [...] No dia 1º de maio a 13 é o tempo que o povo faz

³¹⁶ Retomo aqui a expressão empregada por Richard Sennett, em análise abordada na primeira parte da tese: “Imagens ideais do corpo humano levam à repressão mútua e à insensibilidade, em especial aos que possuem corpos diferentes e fora do padrão. Em uma sociedade ou ordem política que enaltece genericamente ‘o corpo’, corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma” (SENNETT, 2003, p. 22).

peregrinação. [...] E existe os outros dias de cerimonial que é os dias de feriado. E aí vem gente, mas vem gente mesmo [...] o 12 de outubro [...] o que tem de condução! *Nossa Senhora, não deixa acontecer nada com esse povo! Nossa Senhora, cuida dessa gente!*³¹⁷



Figura 38 – Devotos da Água Santa, em 12 de outubro de 2017.
Fonte: Samir Alouan. Montagem: Ananda Veduvoto.

Apesar do louvor a Nossa Senhora Aparecida, a Água Santa se converteu em um espaço aberto a diferentes crenças e práticas religiosas. Segundo Zé Oripe, “vai gente de todos os credos, vai católico, vai crente, vai espírita [...] todo mundo vai”³¹⁸. Não existe, pois, interdição ao trânsito dos sujeitos invisíveis, que não somente ocupam o lugar, como se banham na água sagrada, cultivada de forma livre e em dimensão atemporal, independente da opção religiosa: “aqui a religião é deles e a Água Santa também é deles. Isso é do público. Esse é o pensamento da Maria. Água Santa não é minha, não é de ninguém. É dos devotos”³¹⁹.

³¹⁷ **Na trilha do Pontalonline**. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Op. cit.

³¹⁸ PLASCIDINO, José Eurípedes. Op. Cit.

³¹⁹ Cf. FERNANDES, Thais; SOARES, Felipe. **Água Santa: a fé que brota da mina**. [Depoimento de Jerônimo Bernardo da Silva]. Op. cit.



Figura 39 - Festa do Povoado de Água Santa – Frutal – MG, 2012.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Diante disso, deve-se enfatizar que, na Água Santa de Frutal, em claro desafio aos poderes instituídos, estão interditas as autoridades eclesásticas (que só podem atuar do lado de fora da cerca que contorna a vila) e também, até certo ponto, o poder público municipal. Por um lado, porque o povoado se formou em um sítio particular; por outro, porque a proprietária efetivamente impede ingerências, reformas, restaurações e outras iniciativas.

Ao mesmo tempo, e de modo paradoxal, o lugar encontra-se aberto aos sujeitos comuns: “deixo a vila a serviço do povo. [...] O povo não pensa em nada quando está aqui, desprende de tudo, eles estão felizes”, afirma Maria da Mina, aparentemente empolgada com as reações dos visitantes³²⁰. Barradas em outros espaços da cidade – como na cerimônia de inauguração do Hidroex, por exemplo – no modesto povoado, as pessoas se sabem livres, mas não apenas para

³²⁰ Na trilha do Pontalonline. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Op. cit.

transitar pela vila. Mais profundamente do que isso, os adeptos da Água Santa estão livres para “profanar” (AGAMBEN, 2007) o líquido sagrado, disponibilizado na vila não para mero consumo, mas, antes, para o uso autêntico, especial, criativo.

Convém aqui retomar a distinção estabelecida entre *uso* e *consumo* por Giorgio Agamben:

Se [...] denominamos a fase extrema do capitalismo que estamos vivendo como espetáculo, na qual todas as coisas são exibidas na separação de si mesmas, então espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar. O que não pode ser usado acaba, como tal, entregue ao consumo ou à exibição espetacular (AGAMBEN, 2007, p. 71).

Assim, na interpretação do autor, *uso* e *consumo* não se confundem, uma vez que “o consumo, que destrói necessariamente a coisa, não é senão a impossibilidade ou a negação do uso, que pressupõe que a substância da coisa permaneça intacta” (AGAMBEN, 2007, p. 72).

Nesse sentido, nunca é demais reiterar, ainda que no período das festividades exista um intenso comércio no povoado, os visitantes do sítio de Maria da Mina não percebem ou tratam o líquido na sua dimensão material ou mercadológica. A água que brota da mina incorpora, pois, a própria usabilidade. “O uso é sempre uma relação com o inapropriável, referindo-se às coisas enquanto não se podem tornar objeto de posse” (AGAMBEN, 2007, p. 72).

Maria da Conceição, fundadora e senhora do povoado, além de subverter a racionalidade que impera no *espetáculo*, desativando dispositivos consolidados de poder, parece ter conseguido captar e expressar essa *relação com o inapropriável*, postulando o uso da água em sentido autêntico, de modo amplo:

A água é livre, é à vontade, deus abençoou, ela passa de propriedade em propriedade, de serviço em serviço. As nascentes, então, é isso que as pessoas tão preocupadas com a maneira de agir e não tá achando um modo de prosseguir. [...] Tem que zelar das nascentes, senão as nascentes não vai dar água pros rebanhos. [...] Tem uma teoria nas nascentes, que não pode tocar.³²¹

A água é livre, afirma Maria da Mina, atestando sua usabilidade. Todavia, para ela, no líquido precioso reside algo de intocável: *uma teoria nas nascentes, que não pode tocar* – provavelmente, “um corpo, uma alma, uma voz” (BACHELARD, 2013, p. 17). De fato, “uma

³²¹APARECIDA, Maria Conceição. [Depoimento concedido à autora]. Povoado de Água Santa, Frutal – MG, 18 mar. 2012.

gota de água poderosa basta para criar um mundo e dissolver a noite. [...] A água [...] é um embrião; dá à vida um impulso inesgotável” (BACHELARD, 2013, p. 10), quando os sentidos que lhe são atribuídos transcendem a dimensão meramente material, utilitarista ou consumista.

Compreende-se assim que, longe de figuras de renome nacional e internacional, nas trilhas profundas delineadas pelos sujeitos supostamente invisíveis de Frutal, durante alguns dias do ano, um ano após o outro, a vida floresça na utopia espontânea e intermitente de Água Santa, poética da cura e da salvação em meio às ruínas.

O sentido místico-religioso que a água assume no território sagrado de Água Santa é, particularmente, muito forte, porém, é apenas mais um, entre os possíveis e observados na história local, restando esperar que não assuma, algum dia, o sentido identificador monolítico da cidade, que podem lhe atribuir quaisquer dos sujeitos dominantes locais. Isso obscureceria a poética das águas em Frutal, mais uma vez, em favor de um fundamentalismo místico-religioso institucional que a própria fundadora do milagre recusaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade era para os gregos um instrumento de organização política e militar. Na Idade Média ela se torna um ambiente religioso para, em seguida, aceder ao estatuto de reprodução da força de trabalho, com a chegada da burguesia industrial. Até aqui, apenas os poetas compreenderam a cidade como a morada do homem.
(Henri Lefebvre)

A experiência de fazer o estudo da história dos imaginários sociais elaborados em Frutal-MG demonstrou ser imprescindível considerar como têm sido construídos os mitos de origem e destino presentes na forja de identidades das cidades contemporâneas, independente de seu porte e particularidades locais. Projetos ambiciosos, que insinuam horizontes utópicos, são comuns a várias propostas de expansão urbana da modernidade. Por meio de revisão bibliográfica sobre o tema, realizada na primeira parte da tese, suscitou-se que o *espírito de Tecla*, e de seus incansáveis semeadores, pulsa nas cidades, de modo geral, fazendo delas um terreno fecundo para a germinação de diferentes idealizações. Assim, a recente experiência histórica de Frutal, aqui examinada de forma especial, não deve ser compreendida como um evento isolado ou extraordinário, mas como expressão de um processo mais abrangente gerado pelas relações sociais contemporâneas, ainda que algumas peculiaridades se mantenham, sobretudo por se tratar de uma cidade com funções urbanas bastante limitadas.

Ao final do percurso investigativo, é preciso reforçar, porém, que não se pode falar de utopias sem considerar os assombros distópicos que lhe são inerentes. Como visto, na tessitura pulsante das cidades, utopias e distopias são territórios imaginários que se atravessam num jogo ininterrupto. Em última instância, sob a égide de relações sociais cada vez mais reificadas, as utopias revelam-se, também, por enunciações de distopias, ao pretender abolir o dissenso e suprimir o revolver constante do solo social, que conferem sentidos ao viver em comum.

Isso considerado, cabe ressaltar que a proposta de transformar Frutal em Cidade das Águas durou pouco. Imagem-síntese de um processo de espetacularização urbana, essa projeção utópica foi concebida nos limites de uma racionalidade exclusivista e narcisista, constituindo-se numa espécie de destino final *improfanável* – e também muito improvável –, na medida em que

esse termo traduz “uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência” (AGAMBEN, 2007, p.73). O que não pode ser autenticamente usado destina-se ao consumo, ou à mera exibição espetacular. No caso da Cidade das Águas, todavia, antes mesmo de se concretizar como espetáculo monumental, o projeto sucumbiu, revelando sua contraface distópica.

Criada em 2009, a Fundação Hidroex foi extinta em 20 de setembro de 2016, pela Lei 22.291, sancionada por Fernando Pimentel, governador de Minas Gerais (2015 a 2018)³²². A extinção da Fundação em meados de 2016, justificada como parte da reestruturação administrativa implementada pelo governo do estado, ocorreu na esteira dos escândalos de corrupção, envolvendo a execução da obra, amplamente divulgados pela imprensa nacional e pelas redes sociais.³²³

O centro de pesquisa em água funcionou, de forma incipiente, durante cerca de quatro anos (2011-2014). As obras da Cidade das Águas foram desaceleradas em novembro de 2014, período que coincide com a derrota do PSDB nas eleições para o governo do estado. Em maio de 2015, foi promovida uma audiência pública em Frutal, pela Comissão Extraordinária das Águas da Assembleia Legislativa, com o objetivo de discutir o destino do complexo em construção. Miguel Corrêa Júnior, à frente da SECTES, revelou preocupação com a condição dos prédios e dos equipamentos adquiridos que, em boa parte, permaneciam encaixotados e sem uso. Segundo levantamento feito pelo DEOP (Departamento de Obras Públicas do Estado), 170 milhões de reais haviam sido investidos no complexo até aquele momento, mas o valor necessário para sua conclusão girava em torno de 100 milhões. Manifestando a intenção de redimensionar os

³²² Em 05 de outubro de 2014, Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito governador de Minas Gerais, para o mandato de 2015 a 2018, por 53% dos votos, ficando em segundo lugar o candidato do PSDB, Pimenta da Veiga, que obteve 42% dos votos. A vitória de Pimentel encerrou um período de 12 anos em que o PSDB esteve no comando do Estado, por meio de Aécio Neves (2003-2010) e Antonio Anastasia (2011-2014). Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/eleicoes/2014/noticia/2014/10/fernando-pimentel-pt-e-eleito-governador-de-minas-gerais.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

³²³ Desde abril de 2016, circulava pela imprensa nacional notícia de que uma auditoria apontava irregularidades na execução da Cidade das Águas: “Uma auditoria da Controladoria-Geral de Minas Gerais aponta suposto dano aos cofres públicos devido a irregularidades na obra de um centro de pesquisa em recursos hídricos, em Frutal, no Triângulo Mineiro, durante o governo de Antonio Anastasia (PSDB). [...] As irregularidades encontradas seriam superfaturamento, armazenagem e controle inadequado de equipamentos, não entrega de equipamentos, pagamento indevido a empresas por serviço não prestado ou prestado em desacordo e restrição à competitividade em licitação”. Cf. AUDITORIA aponta irregularidades em obras de MG no governo Anastasia. 29 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/auditoria-aponta-irregularidades-em-obra-de-mg-no-governo-anastasia.html>. Acesso em: 15 out. 2017. Em 30 de maio de 2016, a *Operação Aequalis*, deflagrada pelo Ministério Público de Minas Gerais, levou à prisão temporária de Silveira, um dos idealizadores do projeto, e outros envolvidos na execução da obra.

propósitos do centro de pesquisa, Corrêa Júnior sinalizou a possibilidade de converter o que viria a ser a Cidade das Águas em uma *Cidade do Conhecimento*³²⁴ – uma nova utopia?

Apesar do anúncio, a ideia não teve prosseguimento e os equipamentos, juntamente com os prédios inacabados, foram transferidos à UEMG³²⁵. Em setembro de 2017, o Ministério Público de Minas Gerais instaurou um inquérito civil para monitorar a destinação dos componentes do complexo, com o objetivo último de assegurar os interesses de Frutal, considerado o “local que sofreu o dano”³²⁶, na redistribuição dos bens móveis e imóveis.

Enquanto as tratativas legais se sucedem, indiferente às ações e intenções das autoridades competentes, a natureza parece triunfar sobre a estrutura arquitetônica incompleta da Cidade das Águas. O mato toma conta do espaço previamente destinado aos bulevares e os pássaros, especialmente os pombos, dão mostras de que estão à vontade no local, ao ensaiar voos de um prédio a outro e ao tecer ninhos nas frestas dos edifícios. Confirmam-se os versos de Caetano Veloso, na canção “Fora da ordem”: *aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína*. Embora o tempo transcorrido desde a interrupção da obra seja relativamente curto, os vidros e as paredes começam a dar sinais de fragilidade em função do abandono. Todavia, impacta ainda mais o observador, o silêncio a imperar no lugar vazio de pessoas. Ao fundo, inevitavelmente,

³²⁴ Cf. APÓS audiência pública, Cidade das Águas em Frutal terá mudanças. 09 mai. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/05/apos-audiencia-publica-cidade-das-aguas-em-frutal-tera-mudancas.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

³²⁵ “[...] Art. 1º – Fica extinta a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – HIDROEX –, instituída pela Lei nº 18.505, de 4 de novembro de 2009. Art. 2º – A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – sucederá a HIDROEX nos programas, projetos, contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações. Parágrafo único – Ficam transferidos para a UEMG os arquivos e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pela HIDROEX até a data da publicação desta lei, procedendo-se, quando necessário, às adequações, às ratificações, às renovações ou ao apostilamento. Art. 3º – Os bens móveis que constituem o patrimônio da HIDROEX reverterão ao patrimônio da UEMG. Art. 4º – Os bens imóveis que constituem o patrimônio da HIDROEX reverterão ao patrimônio do Estado, cabendo à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – proceder aos atos necessários a sua destinação”. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2016&num=22291&tipo=LEI>. Acesso em: 15 out. 2017.

³²⁶ “Esse Inquérito Civil se deu justamente porque o dano foi em Frutal e nós da 3ª Promotoria de Justiça não vamos admitir que esses móveis e imóveis sejam distribuídos pelo estado inteiro. Temos que acompanhar tudo e aí existe a possibilidade de, por exemplo, algum equipamento de linha de pesquisa não utilizada na UEMG em Frutal seja repassada pra outra unidade da universidade. Mas, primeiro, temos que analisar o interesse público do local, que no caso é Frutal”. Cf. MPMG apura destinação de bens e estrutura do Complexo Cidade das Águas em Frutal. 29 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/mpmg-apura-destinacao-de-bens-e-estrutura-do-complexo-cidade-das-aguas-em-frutal.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2017.

ecoam as palavras de Silveira, anteriormente mencionadas: “É delírio ou atividade visionária? Deixo a história responder por mim...”³²⁷



Figura 40 – Prédios inacabados da Cidade das Águas, 2017.
Fonte: Acervo pessoal da autora. Montagem: Ananda Veduvoto.

Mais do que uma obra inacabada, a paisagem corporifica, de forma assombrosa, a avassaladora destrutividade da modernidade, que converte projetos monumentais em ruína antes mesmo de ficarem prontos. De fato, nada mais pode ser sólido, pois nasce para se desmanchar no ar, antes mesmo de vir a ser. Como nas fotografias de estufas abandonadas na desindustrializada região central dos Estados Unidos, analisadas por Andreas Huyssen, o quadro se revela “um alerta sobre um futuro potencial sem futuro” (HUYSEN, 2014, p. 83). A comparação com as ruínas da Água Santa teima em despontar: no cenário nostálgico do povoado, em contraposição ao espaço desalmado, sem história, sem memória e sem futuro da Cidade das Águas, as ruínas auráticas exalam vida.

Não resta dúvida de que os edifícios incompletos podem ser concluídos, revitalizados, assumindo outra destinação, conforme o êxito das ações legais em andamento. Desse modo, os danos aos cofres públicos podem até mesmo ser amenizados. Independentemente do que venha a

³²⁷ SILVEIRA, Narcio Rodrigues da. [Entrevista]. O que JK não fez em Diamantina, Narcio faz em Frutal. Revista **Foco Regional**. Op. Cit.

ocorrer, experiências históricas como a de Frutal e de outras cidades do Brasil, submetidas a projetos luminosos, porém fracassados, parecem sugerir que os cidadãos contemporâneos estão condenados a um viver urbano distópico, ditado pelos mestres da produção de mercadorias e dos sonhos de consumo sem freios.

Marco Polo, em diálogo com Kublai Khan, parece ter alcançado a inquietação:

Sim, o império está doente e, o que é pior, procura habituar-se às suas doenças. O propósito das minhas explorações é o seguinte: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entreveem, posso medir o grau de penúria. [...] é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes (CALVINO, 2011, p. 117).

De fato, a tentativa de redução das cidades a espetáculo – sob a batuta do dinheiro, o *deus da modernidade* (SIMMEL, 2013e) – resulta na produção de um viver urbano tão estéril, quanto homogêneo e modelar. Mas as cidades são plurais. Desafiadoras e insinuantes, elas vão muito além dos gabinetes dos políticos e das pranchetas dos planejadores. Para apreendê-las, todavia, é necessário que o olhar não se deixe ofuscar pelos projetos luminosos: *é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes*.

Assim, a despeito dos projetos lastreados na ideia de progresso, mas sem alteração das práticas vigentes, condenando a história a um eterno e miserável presente, o propósito deste estudo, ao procurar compreender os sentidos e valores tramados nos imaginários sociais de Frutal, possibilitou, justamente, perscrutar os vestígios de relações vibrantes e dissonantes, tecidas entre os cidadãos diversos. Acima de tudo, ficou evidente que utopias não são monopólio das elites, como se percebeu pela força do mito da Água Santa de Maria da Mina, forjado muito além dos sentidos imediatos do elemento natural e dos interesses exclusivistas das elites locais. Seja na Carmo do Fructal, tomada por *Irene*, seja na Frutal, convertida em *Tecla*, em suas bordas ou trilhas profundas, foi possível apreender o movimento dos sujeitos comuns – “pessoas se encontrando com pessoas” (GALEANO, 2010) – capazes de, ainda que em lampejos, fazer a vida florescer em meio a ruínas, justamente por tratarem a cidade como “coisa humana” (LEITÃO, 2014).

Resta ainda acrescentar que essa instigante viagem empreendida pelos imaginários urbanos jamais perdeu de vista a indagação que inspirou o início do percurso: o que é feito do *espírito da pólis* nas cidades contemporâneas? Sem a menor pretensão de encerrar o debate, após tantos cenários revisitados, em diferentes espacialidades e temporalidades, pode-se, ao menos,

sugerir: a pólis pulsa não somente nas ruas, nas beiradas das cidades e nos espaços profanados, mas no horizonte. Inspiradora, a pólis persiste como um chamado.

FONTES

1. Arquivo Público Municipal – Frutal

A Tribuninha. Suplemento de Tribuna de Frutal. Literatura, crítica, humorismo, notícias (1962 a 1963).

Dados sobre a Fundação de Frutal. Trabalho do Agente Executivo Comendador Gomes da Silva, no findar de seu mandato, em 1899. [mimeo]. Frutal. 28 p.

Fructal Jornal – Órgão Oficial da Câmara Municipal (1920 a 1926)

Jornal Cidade do Fructal. Anno V, n. 183. Fructal, 31 mar. 1915.

Jornal Cidade do Fructal. Anno VI, n. 214. Fructal, 20 fev. 1916.

Jornal Esquema. Frutal – MG (1978).

Jornal Opção. Frutal – MG (1985).

Jornal Pontal. Frutal – MG (2014; 2017).

O Facão. Órgão crítico e humorístico. Director: Ernesto Plastino. Collaboradores diversos. (Números 2 a 6. De 1913 a 1914).

O Facão. Órgão humorístico, literário, noticioso. Director: Miguel Morelli. Redactor: Alexandre Mello dos Santos. (Números 7,8,10, 11, 12, 14. Ano de 1925).

O Santelmo. Órgão Oficial da Câmara do Fructal. Anno II, n. 93. Brazil. Cidade do Fructal. Domingo, 4 de julho de 1897. (1895 a 1898).

Tribuna de Frutal. Fundadores Ernesto Plastino e Marcio Câmpelo (1944 a 1963).

Tribuna do Triângulo. Ano I. n. 21. Frutal, 04 nov. 1972, p. 01.

2. Entrevistas

ABREU, Olinda Silva de. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 11 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

ARRUDA, Anésia da Silva. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 29 set. 2012. [Acervo pessoal da autora].

APARECIDA, Maria Conceição. [Depoimento concedido à autora]. Povoado de Água Santa, Frutal – MG, 18 mar. 2012.

BRITO, Celso Arantes. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 24 ago. 2012. [Acervo pessoal da autora].

DINIZ, Antônio. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 16 mar. 2012. [Acervo pessoal da autora].

MATA, Maria José Lacerda da. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 21 mar. 2012. [Acervo pessoal da autora].

MENDONÇA, Adelina Batista de. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 11 abr. 2012. [Acervo pessoal da autora].

PLASCIDINO, José Eurípedes. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 10 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

SANTANA, Edevaldo. [Entrevista concedida à autora]. Frutal, 09 jul. 2017.

SENESI, Pier Giorgio. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 05 out. 2012. [Acervo pessoal da autora].

SILVA, Bolivar Abadio de Paula e. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 27 jan. 2012. [Acervo pessoal da autora].

TEIXEIRA, Delfino Conceição. Entrevista concedida ao Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 19 set. 2012. [Acervo pessoal da autora].

3. Memorialistas

CAPRI, Roberto. **Município de Fructal–MG**. São Paulo: Capri Andrades e C. Editores, 1916.

FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2002. 160p.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003. 183p.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História II**. Frutal: Sansil Editora, 2006. 184p.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História III**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2009. 170p.

FREITAS, José Ferreira de. **O sertanista das barrancas do rio Grande**. 1835–2004. Cuiabá, [s.n.]: 2004. 315p.

MARTINS, Elísio. **Poética Um**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2001. 208p.

MATA, Maria José Lacerda da; OLIVEIRA, Halley Antonio de. **Frutal, sua fundação e seu povo**. Para pesquisa escolar. Frutal: Editora Diário do Povo Ltda., 1982. 60p.

PAULA, Álvaro Ferreira de. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Uberaba: Editora Vitória, 2004. 592p.

PLASTINO, Ernesto. **Álbum de fotografias históricas do Fructal antigo**. Frutal, 1985. [mimeo].

PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Frutal, 1976. 2 v. [mimeo]. 262p.

PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003. 144p.

SILVEIRA, Narcio Rodrigues. A biógrafa do bem. In: FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História**. Frutal: Oficinas de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003a. p. 3-6.

SILVEIRA, Narcio Rodrigues. A obra-prima de Chico Felix. In: PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2003b. p. 3-5.

SILVEIRA, Narcio Rodrigues. Elísio Martins, poeta e personagem. In: **Poética Um**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2001. 208p. [orelha do livro].

SILVEIRA, Narcio Rodrigues. Jeová, o mágico da TV agora faz História. In: FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins e Intergraff Editora, 2002. p. 3-5.

4. Painéis

ESTADUALIZAÇÃO, a grande conquista. 2010. [Painel]. Disponível em: <http://frutal.uemg.br/paineis/painel11.jpg>. Acesso em: 23 mai. 2017.

HIDROEX, Frutal no mapa do mundo. 2010. [Painel]. Disponível em: <http://frutal.uemg.br/paineis/painel11.jpg>. Acesso em: 23 mai. 2017.

SILVEIRA, Narcio Rodrigues. Frutal das Águas e das Rimas. [Painel]. Espaço Ecocidadania. Frutal, 2013.

5. Vídeos

CIDADE das Águas UNESCO–Hidroex. [Vídeo institucional]. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5S-q0J7sGI>. Acesso em: 27 mai. 2017.

FERNANDES, Thais; SOARES, Felipe. **Água Santa: a fé que brota da mina**. [Vídeo]. Trabalho de Conclusão de Curso. Jornalismo – UEMG. Frutal, out. 2013. [Depoimentos de Celina Alves Barcelos e José Bernardo da Silva]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZQVuPyZL_hs. Acesso em: 03 set. 2017.

INAUGURAÇÃO popular do Hidroex. [Vídeo]. Frutal, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qh6-WLnd1t4>. Acesso em: 13 jun. 2017.

NA TRILHA do Pontalonline. [Vídeo]. Documentário sobre os povoados. [Entrevista com Maria da Mina]. Pontalonline – portal de notícias de Frutal e região. Frutal, 27 fev. 2016. Disponível em: <http://pontalonline.com/na-trilha-do-pontal-documentario-sobre-os-povoados/>. Acesso em: 03 set. 2017.

6. Outras

A CANA-DE-AÇÚCAR no município de Frutal – MG. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografia agricola/50.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

A CIDADE que enriqueceu com calcinhas. **Revista Época**. 2009. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI107267-15259,00_A+CIDADE+QUE+ENRIQUECEU+COM+CALCINHAS.html. Acesso em: 20 jan. 2016.

A HISTÓRIA da COPASA. Disponível em: http://www.copasa.com.br/media2/RelAnual2011/Copasa/copasa.html#historia_da_copasa. Acesso em 23 jul. 2017.

ARQUIVADA ação contra a Copasa e o município mineiro de Frutal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=72585>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ASSOCIAÇÃO questiona prorrogação de contrato sem licitação em Frutal (MG). Brasília 05 set. 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/PORTAL/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=71076>. Acesso em: 23 ago. 2017.

AUDITORIA aponta irregularidades em obras de MG no governo Anastasia. 29 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/auditoria-aponta-irregularidades-em-obra-de-mg-no-governo-anastasia.html>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BARBOZA, João Paulo Morandi. De volta aos tempos da ditadura? **LAPEGEO** – Laboratório de Práticas de Ensino de Geografia. Frutal, 29 set. 2011. Disponível em: <http://lapegeouemgfrutal.blogspot.com.br/2011/09/de-volta-aos-tempos-da-ditadura.html>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BERNARDES, Claudia. **O abastecimento de água na cidade de Frutal** – tramas do espaço urbano ao longo da história. 2012. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em Geografia. UEMG, Frutal, 2012.

BERNARDES, Claudia Lopes. **Uma rua, um nome, uma história: Senador Gomes da Silva**. Texto decifrado: Autobiografia Inconclusa de Gomes da Silva – Minha Vida. Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, set. 2013.

BRASIL cria Cidade das Águas. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/uploads/Cidade-das-aguas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CAIXETA, Gilberto. Convergência de compromissos. Uberaba. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,88945>. Acesso em: 12 abr. 2017.

EQUIPE de Jaime Lerner apresenta projeto urbanístico da Cidade das Águas. 07 fev. 2012. Disponível em: http://guiaconstruirereformar.com.br/noticia_4906-equipe_de_jaime_lerner_apresenta_projeto_urbanistico_da_cidade_das_guas.htm. Acesso em: 23 mai. 2017.

EX-SECRETÁRIO da gestão Anastasia e mais 14 se tornam réus na Operação Aequalis. 30 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/06/ex-secretario-de-anastasia-e-mais-14-se-tornam-reus-no-caso-hidroex.html>. Acesso em: 01 mai. 2017.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. IBGE. vol. XXV. Rio de Janeiro, 1959. p. 145-149.

FRUTAL no Pontal do Triângulo teve a coragem e ousadia de unir-se em torno de um candidato elegendo-o deputado federal. **Cidade de João Pinheiro e sua história**. 24 abr. 2014. [Entrevista

com o deputado federal Narcio Rodrigues]. Disponível em: <http://cidadejoaopinheiro.blogspot.com.br/2014/04/frutal-no-pontal-do-triangulo-teve.html>. Acesso em: 02 mai. 2017.

GOVERNO de Minas inaugura o Espaço Ecocidadania em Frutal. 11 dez. 2013. Disponível em: <http://www.senarminas.org.br/Noticia.aspx?Code=4989&ParentCode=&ParentPath=&ContentVersion=C&show=all>. Acesso em: 20 mai. 2017.

LERNER, Jaime. **Cidade das Águas – Unesco – Hidroex**. Diretrizes básicas de estruturação urbana para Frutal. Governo de Minas. Julho, 2012.

LINGERIE tira mulheres do campo e faz polo virar realidade em Juruáia. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/09/de-aposta-realidade-mulheres-comandam-crescimento-em-juruiaia.html>. Acesso em: 17 mai. 2016.

MENDES, Éder; OLIVEIRA, Zilma de. Problema envolvendo a COPASA gera troca de acusações entre procurador e ex-prefeito. **Jornal Pontal do Triângulo**. Ano XVII, n. 859, Frutal, 20 out. 2006, p.1.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. **Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1927. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/fructal>. Acesso em: 20 mai. 2017.

NARCIO entrega a Frutal projeto de Lerner que traça o futuro da cidade. Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/index.php/narcio-entrega-a-frutal-projeto-de-lerner-que-traca-o-futuro-da-cidade/>. Acesso em: 24 jul. 2013.

O SENADO Mineiro (1891-1930). **Revista de Informação Legislativa**. v.13, n. 51, jul./set. 1976, p. 207. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180955>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PEDROSO, José. A conclusão do Centro de Eventos Culturais. Jul. 2000. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2671742>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PEREIRA, Debora Gabriele dos Santos Pinto. **Mapeando a história de Frutal**. Projeto História e Cultura da Água em Frutal. Programa Água pra toda Vida/UNESCO-Hidroex. Frutal, 2013.

PEREIRA, Paulo. Viver esta cidade: futuro. **Pontal** – Especial Frutal 100 anos. Ano I, n. 4, Ituiutaba–MG, 1987, p. 23.

PROJETO urbanístico da Cidade das Águas está entre os mais arrojados do país. 17 jul. 2012. Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticias/projeto-urbanistico-da-cidade-das-aguas-esta-entreosmaisarrojados-do-pais/>. Acesso em: 20 out. 2015.

Revista **Foco Regional** – Cidades: Frutal. Uberaba (MG), jun./2012. [Editor: Francisco Marcos Reis].

Revista Ecológico. Belo Horizonte. 19 set. 2011. Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=36&secao=159&mat=182>. Acesso em: 25 mai. 2017.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte. vol. 43. jan./jun. 2007, p. 74-91. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_artifice_da_memoria.PDF. Acesso em: 20 mai. 2017.

TONINHO Heitor: não se pode improvisar na administração pública. **FRUTAL.** 29 out. 2011. Disponível em: <http://www.rodrigoportari.com.br/?p=245>. Acesso em: 12 abr. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Elogio da profanação. In: _____. **Profanações.** São Paulo: Boitempo, 2007. p. 65-79.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Trabalho e utopia na modernidade: o trabalho na Cidade do Sol de Tommaso Campanella. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** vol. 8, 2005. p. 59-69. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v8i0p59-69>.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. **Revista Arquitextos.** Ano 4, n. 42. nov. 2003. ISSN: 1809-6208. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>. Acesso em: 29 mai. 2015.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, I.; NAXARA, M. (Orgs.). **Sobre a humilhação.** Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15-30.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 15-36.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? **História e Perspectivas.** Uberlândia. n. 25 e 26, jul./dez. 2001, jan./jul. 2002. p. 55-80.

ARAÚJO, Rogério Bianchi. **A utopia da cidadania planetária e antiutopia da sociedade de consumo.** In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; PETERLE, Patrícia. (Orgs.). **História e Arte:** utopia, utopias. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 269-286.

ARAÚJO, Rogério Bianchi. **Utopia e antiutopia contemporânea: a utopia da cidadania planetária e antiutopia da sociedade de consumo.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. PUC – São Paulo. 2008.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. Ensaio sobre a imaginação da matéria. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund, et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. E outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**. Um lírico no algo do capitalismo. Obras Escolhidas. Vol. III. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991a.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. I. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Obras Escolhidas. Vol. II. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991b.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIRMAN, Joel. O trágico na modernidade. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel**: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p.8-27. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatorio.dasmetropoles.net/index.php>? Acesso em: 09 abr. 2015.

BITTAR, Eduardo. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista portuguesa de história do livro e da edição**. Ano XII, nº. 24, 2009. p. 61-103. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874. Acesso em: 15 nov. 2015.

BORGES, Jennifer dos Santos. Direito, políticas públicas e produção do espaço na perspectiva do direito à cidade: um olhar sobre o Coque (Recife-PE). **Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais**. Recife, vol. 03, n. 01, 2014. p. 212-230.

BRESCIANI, Maria Stella. A dimensão jurídica da conformação do território e da tipologia arquitetônica nas narrativas utópicas: Thomas More e Jeremy Bentham. In: FLORES, Maria

Bernardete Ramos; PETERLE, Patrícia. (Orgs.). **História e Arte: utopia, utopias**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 169-191.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 16-35.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e Urbanismo. Uma possível análise historiográfica. **Politeia**. História e sociedade. Vitória da Conquista, v.9, n.1, p.21-50, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella. Civilidade e cidadania. Uma releitura de “A metrópole e a vida mental”, de Georg Simmel. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 55-81. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php>? Acesso em: 09 abr. 2015.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades – um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (Orgs.). In: **Cidade e História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corporicidade: arte como micro-resistência urbana. **Fractal**. Revista de Psicologia. v. 21, n. 2, mai./ago. 2009. pp. 337-350.

BUENO, Arthur. Simmel e os paradoxos da cultura moderna (Posfácio). In: _____. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013. p. 145-181.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CARDOSO, C. F. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. *História Questões & Debates*, out. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/historia/article/view>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

CARVALHO, André de Souza Carvalho. Curitiba: imagem do planejamento ou planejamento da imagem? Curitiba: UFPR, 2008.

CASTILHO, Alceu Luís. Estudantes de SP refundam a cidade; Alckmin não é o único derrotado. 06 dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/12/06/estudantes-de-sp-refundam-a-cidade-alckmin-nao-e-o-unico-derrotado/>. Acesso em: 05 jan. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, A-M; HÉBRARD, J. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Proj. História**, São Paulo, v.17, p.29-44, nov. 1998.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre a Utopia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 60, n. esp., p. 7-12, jul. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-6722008000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 20 out. 2015.

CHAVES, Ernani. Walter Benjamin e a fotografia de cidades. Palestra [Vídeo]. Belém. 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHSqryvgwb8>. Acesso: 10 mai. 2016.

CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). **Imagens da cidade** – séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH-SP, 1993. pp. 13-27.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

CIORAN, Emile M. **História e utopia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho e a dialética das duas sociedades: a cidade de Deus e a cidade terrena. **Revista Ágora**. Vitória, n.15, 2012. p. 120-131.

CRUZ, Leandro de Sousa. **Utopia e pragmatismo em cinco propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil (1992-2012)**. 220f. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Salvador, 2013.

CUNHA, Máisa Faleiros da. **Mineiros em terras paulistas: população e economia**. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A127.pdf. Acesso em: 10 abr. 2016.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888 – 1929)**. 2009. 217f. Tese de Doutorado. História. UNESP: Franca, 2009.

DANTAS, Sandra Mara. **Do feitio de aldeia aos ares de cidade** – a constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Sandra%20Mara%20Dantas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE DECCA, E. A humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, I.; NAXARA, M. R. C. (Orgs.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p.105-117.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XVIII. n. 493. Nov. 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Angela%20Maria%20Endlich%20revisado.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007. p. 267-296.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; PETERLE, Patrícia. (Orgs.). **História e Arte: utopia, utopias**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

FORTUNA, Carlos. Dossier Simmel e as cidades históricas italianas – uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 67, dezembro 2003. p. 101-107. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/simmel_a_estetica_cidade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

FORTUNA, Carlos. George Simmel: a metrópole e a alegoria da ruína. In: PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 206-231. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?>. Acesso em: 09 abr. 2015.

FREIRE, Jussara. De uma torneira a uma história e uma sociologia da cidade. **História, Ciências, saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.16, n.1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n1/17.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.

FREITAG, Bárbara. Utopias urbanas. Brasília, 2002. Disponível em: <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/01/freitag-bc3a1rbara-utopias-urbanas.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

GAETA, Antonio Carlos. Walter Benjamin e a leitura da cidade moderna. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. vol. III, n. XII, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/viewFile/465/456>. Acesso em: 13 mai. 2017.

GALEANO, Eduardo. O Império do consumo. **Carta Capital**. Dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-imperio-do-consumo>. Acesso em: 04 jul. 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONÇALVES, A. V. M. Frutal: Problemas e Desafios. 2012. Disponível em: <http://www.rodriagoportari.com.br>. Acesso em: 04 set. 2013.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 13, n. 4, São Paulo, out./dez. 1999. p. 92-99. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400010. Acesso em: 20 mai. 2017.

HADDAD, Alice Bitencourt. A narrativa de Crítias, uma “atopia”. **Kléos**. n. 16/17, 2013. p. 199-213. Disponível em: <http://www.pragma.ifcs.ufrj.br/uploads/K16-AliceHaddad.pdf>. Acesso em 25 mar. 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. David Harvey vê a revolta curda e o pós-capitalismo. Entrevista concedida a Sardar Saadi. 17 ago. 2015. Disponível em: <http://outraspalavras.net/destaques/david-harvey-ve-a-revolta-curda-e-o-pos-capitalismo/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

HAROCHE, Claudine. A construção do sentido na vida da cidade: novos modos de percepção. **E-metrópolis**. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Rio de Janeiro. n. 4, ano 2, mar. 2011.

HAROCHE, Claudine. A vida mental nas grandes cidades contemporâneas diante da aceleração e do ilimitado. In: PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 121-138. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?>. Acesso em: 09 abr. 2015.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HUYSEN, Andreas. A nostalgia das ruínas. In: _____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. p. 91-114.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**. Ano 8. fev. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 23 ago. 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. Experiência errática. **Revista Redobra**. n. 9, 2012. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wpcontent/uploads/2012/04/revista_redobra_num9_ano3_2012.pdf. Acesso em: 05 jan. 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. O imaginário dos arquitetos. Conferência de Henri-Pierre Jeudy. Tradução Elane Ribeiro Peixoto. **Revista Urbana**. v. 4, n. 4, mar. 2012. p. 19-27. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635148/2961>. Acesso em: 14 mai. 2016.

KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade. A crítica da cultura de Walter Benjamin. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 84, 2009. p. 215-233.

KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 139-152. ISBN 9788577852703. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=952%3Ae-book-%E2%80%9Ca-pretexto-de-simmel. Acesso em: 09 abr. 2015.

KUSTER, Eliana. A insuportável indiferença: indo ao cinema em companhia de Georg Simmel. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 175-205. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?>. Acesso em: 09 abr. 2015.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert Moses. **O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**. Os cantos e os antros. Campinas: 1850-1900. 1ª Remp. São Paulo: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LAURIOLA, Rosanna. Os gregos e a utopia: uma visão panorâmica através da literatura grega antiga. **Revista Espaço Acadêmico**. vol. 9, n. 97, jun. de 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7222/4152>. Acesso em: 20 out. 2015.

LEAL, Suely Ribeiro. **A utopia urbana da cidade do futuro – solidária e sustentável?** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/handle/2099/13334?show=full>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova**. n. 62. p.5-20. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

LEITÃO, Lucia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 162-174. ISBN 9788577852703. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=952%3Ae-book-%E2%80%9Ca-pretexto-de-simmel. Acesso em: 09 abr. 2015

LEITÃO, Lucia. **Quando o ambiente é hostil**. Recife, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriorecife.org.br/quando-o-ambiente-e-hostil/>. Acesso em: 04 jul. 2015.

LEITE, Julieta. A metrópole como espaço-tipo de uma experiência sensível. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 153-161. ISBN 9788577852703. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=952%3Ae-book-%E2%80%9Ca-pretexto-de-simmel. Acesso em: 09 abr. 2015.

LISSOVSKY, Maurício. **Pausas do destino: teoria, arte e história da fotografia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste de Minas**. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro, 1750-1861. Uberlândia: Edufu, 2010a.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX**. 2007, 306f. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-144149/pt-br.php>. Acesso em: 31 ago. 2016.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: Edufu, 2010b.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARGUTTI, Vivian Bernardes. **Peregrinos em busca: alegoria, utopia e distopia em Paul Auster, Nathaniel Hawthorne e John Bunyan**. Tese de Doutorado em Estudos Literários – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil: cidades, alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2002.

MARICATO, Ermínia. **O novo papel das cidades no mercado globalizado**. São Paulo: Editora Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. Posfácio. In: DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 209-224.

MARTINS, José de Souza (Org.). **(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe. **Terra Roxa e Outras Terras**. Revista de Estudos Literários. vol. 12. Jun. 2008. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf. Acesso em: 27 dez. 2015.

MATOS, Olgária. A cidade perversa e o esgotamento do prazer. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 28-54. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatorio.dasmetropoles.net/index.php>. Acesso em: 09 abr. 2015.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. Cidades invisíveis visitadas. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana. **Vitruvius**. Ano 8, jan. 2009. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas>. Acesso em: 02 jul. 2016.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M. Impressões da cidade moderna: a constelação de significados de Georg Simmel, entre a vida do espírito e a modernidade ininterrupta. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, p. 860-872, Dezembro de 2013.

MORAES, Walmira Sodré Austríaco. **A terra prometida que não vimos: o milenarismo utópico-distópico em Canaã, de Graça Aranha**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagem, Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Cuiabá: UFMT, 2011.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As pequenas cidades na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 19-33. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435/79071>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MORUS, Thomas. **Utopia**. O tratado da melhor forma do governo. Tradução: Anah de Melo Franco. Brasília: Editora UnB, 2004.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NARITA, Felipe Ziotti. Passagens sobre o moderno na cidade de Georg Simmel. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 148, ano 13, set. 2013. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21300/11579>. Acesso em: 13 mai. 2017.

NAXARA, Márcia R.C. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no séc. XIX. Brasília: Editora UnB, 2004.

NAXARA, Márcia R.C. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org.). **Sobre a humilhação** – sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.348-364.

NORONHA, Gilberto Cezar de. **Viagem aos sertões enunciados: compfigurações** do oeste de Minas Gerais. Tese de Doutorado. UFU, 2011.

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**. Revista de Sociologia. USP, São Paulo, n. 12, mai. 2000. p. 11-28.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PECHMAN, Robert Moses. (Org.). **A pretexto de Simmel**: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014a. ISBN 9788577852703. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=952%3Ae-book-%E2%80%99Ca-pretexto-de-simmel%E2%80%99D&Itemid=16. Acesso em: 09 abr. 2015.

PECHMAN, Robert Moses. Cenas, algumas obs-cenas, da rua. **Fractal**. Revista de Psicologia. v. 21, n. 2, p. 351-368, maio/ago. 2009.

PECHMAN, Robert Moses. Na selva das cidades: um *blasé* e *três voyeurs*– Simmel, Hopper, Hitchcock e Vettriano. In: _____. **A pretexto de Simmel**: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014b. p. 82-120. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?>. Acesso em: 09 abr. 2015.

PECHMAN, Robert Moses. Utopias e prazeres: dores e desejos na cidade. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; PETERLE, Patrícia. (Orgs.). **História e Arte**: utopia, utopias. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. p. 141-167.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Tradução do grego, introdução e notas Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011. Disponível em: <http://conteudo.icmc.usp.br/pessoas/ton/aulas2015/Timeu.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

POE, Edgar Allan. **O homem da multidão**. Disponível em: http://www.bestiario.com.br/12_arquivos/O%20Homem%20da%20Multidao.html. Acesso em: 27 dez. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. 2. ed. São Paulo: Exo experimental org; Editora 34, 2009.

REIS DE PAULA, Adriano S. **As transformações socioespaciais de Frutal, MG.** 2012, 172f. Dissertação de Mestrado em Geografia e Gestão do Território – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU/IG, 2012. Disponível em <http://busca.ibict.br/Search>. Acesso em: 20 out. 2015.

REIS, Laís Naiara Gonçalves do; BRITO, Jorge Luís Silva. **Mapeamento da cana-de-açúcar (2010) nas microrregiões do Triângulo Mineiro–MG utilizando imagens RapidEye.** out. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1483_1.pdf. Acesso em: 04 set. 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Leituras da cidade.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e utopia.** Lisboa: Edições 70, 1991.

ROHDEN, Valério. **Pico della Mirandola e a natureza humana.** Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38968/24910>. Acesso em: 13 mai. 2017.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade:** das lutas pela Reforma Urbana às cidades da copa do mundo. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ROLNIK, Raquel. **2015: o começo do fim?** 06 jan. 2016. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/2015-o-come-o-do-fim-1340823393206326.html>. Acesso em: 21 jan. 2016.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? Anais: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.** v. 2, n. 1. 1993. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br /revista /rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>. Acesso em: 03 jul. 2016.

ROLNIK, Raquel. **Violência para todos:** o novo mapa dos homicídios no Brasil. 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/02/01/violencia-para-todos-o-novo-mapa-dos-homicidios-no-brasil/>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador.** A ideia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ROUANET, Sergio Paulo. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?** **Revista USP.** n.15, 1992. p. 48-75.

SARLO, Beatriz. **Benjamin é nosso contemporâneo.** Entrevista concedida a Guilherme Freitas. 11. Jun. 2013. Disponível em: <https://cadernoensaios.wordpress.com/2013/06/11/beatriz-sarlo-benjamin-e-nosso-contemporaneo/>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia Política.** Curitiba, n. 16, p.31-49, jun. 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo. São Paulo: Senac/SP, 2007.

SANTOS, Lucia Leitão. **Os movimentos desejanter da cidade**. Uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEIXAS, Jacy Alves de. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. **Impulso**. Revista de Ciências Sociais e Humanas. v. 25, n. 64, Piracicaba, SP: UNIMEP, set./dez. 2015. p. 161-178.

SEIXAS, Jacy Alves de. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas da humilhação na cultura política brasileira (reflexões sobre o brasileiro *jecamacunaímico*). In: MARSON, I.; NAXARA, M. R. C. (Orgs.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 417-436.

SEIXAS, Jacy Alves de. Formas de arrogância e história – citações contemporâneas. Belo Horizonte, set. 2013. (mimeo).

SEIXAS, Jacy Alves de. Linguagens da perplexidade: personas, infinitos desdobramentos (três narrativas, três tempos). In: SEIXAS, J. A.; CERASOLI, J.; NAXARA, M. (Org.). **Tramas do político**. Linguagens, formas, jogos. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 279-300.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidades e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? **Proj. História**. São Paulo, v. 24, p. 43-63, jun. 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 37-58.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SERVIER, Jean. Los símbolos de la utopía. In: _____. **Historia de la utopía**. Venezuela: Editorial Artes, 1969. p. 227-250.

SEVALHO, Gil. O “homem dos riscos” e o “homem lento” e a teorização sobre o risco epidemiológico em tempos de globalização. **Interface**. Comunicação, Saúde, Educação. v.16, n.40, p.7-19, jan./mar. 2012.

SILVA, Marisa Ribeiro. O artífice da memória. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. vol. 43. Jan./jun. 2007, p. 74-91. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_artifice_da_memoria.PDF. Acesso em: 23 set. 2016.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900). In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. 2. ed. Brasília: Editora da UNB, 2005a. p. 41-76.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. p. 137-144. Disponível em: https://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna_Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs. Acesso em: 30 dez. 2015.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005b. p. 577-591.

SIMMEL, Georg. Da essência da cultura. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013a. p. 77-87.

SIMMEL, Georg. Florença. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 67, dezembro 2003a. p. 117-121. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/simmel_a_estetica_cidade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

SIMMEL, Georg. O avarento e o esbanjador. **Revista Política e Trabalho**, PPGCS/UFPB, n. 27/30. Abril de 2009. p. 334-346.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. **Crítica Cultural**. Palhoça, SC, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014. p. 145-162.

SIMMEL, Georg. O conflito da cultura moderna. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013b. p. 119-143.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013c. p. 51-69.

SIMMEL, Georg. O futuro de nossa cultura. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013d. p. 89-93.

SIMMEL, Georg. Para a psicologia do dinheiro. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013e. p.11-27.

SIMMEL, Georg. Roma. Uma análise estética. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 67, dezembro 2003b. p. 109-116. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/simmel_a_estetica_cidade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

SIMMEL, Georg. Veneza. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.67, dezembro 2003c. p. 123-127. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/simmel_a_estetica_cidade.pdf. Acesso em: 05 abr. 2015.

SINÉSIO, Daniel Jucá. **A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)**. 146 f. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

SCHORSKE, Carl E. **Viena *fin-de-siècle***. Política e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VAINER, Carlos Bernardo. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. mai. 2011. Rio de Janeiro. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Acesso em: 11 jun. 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba. n. 105, jul./dez. 2003. p. 25-31

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança. **Revista Cronos**. Natal-RN, v. 10, n. 2, jan. 2013. p. 57-76.

VEDUVOTO, Ananda Maria Garcia. **Produção do espaço e estratégia de gestão urbana em Frutal (MG)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. 5. ed. São Paulo: Difel, 1986.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

WAIZBORT, Leopoldo. Simmel no Brasil. **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 50, n.1, 2007. p. 11 a 48.

WANIS, Amanda. A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso. **Lugar Comum**. Estudos de mídia, cultura e democracia. LABTeC/ESS. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 43, mai./ago. 2014. p. 117-128.

WERNECK, Mariana da Gama e Silva. **Porto Maravilha: agentes, coalizações de poder e neoliberalização**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.